



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ELIANE APARECIDA SILVA

**EXPERIÊNCIA, POLÍTICA E TRABALHO PRECÁRIO:
o sindicalismo comerciário de Teresina em questão (2000-2016)**

Niterói / RJ

2023

ELIANE APARECIDA SILVA

EXPERIÊNCIA, POLÍTICA E TRABALHO PRECÁRIO:
o sindicalismo comerciário de Teresina em questão (2000-2016)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor (a) em História.

Área de concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Niterói / RJ

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586e Silva, Eliane Aparecida
Experiência, política e trabalho precário : o
sindicalismo comerciário de Teresina em questão (2000-2016)
/ Eliane Aparecida Silva. - 2023.
261 f.: il.

Orientador: Cezar Teixeira Honorato.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
de História, Niterói, 2023.

1. Sindicalismo comerciário. 2. Política. 3. Trabalho
precário. 4. Greves. 5. Produção intelectual. I. Honorato,
Cezar Teixeira, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

ELIANE APARECIDA SILVA

EXPERIÊNCIA, POLÍTICA E TRABALHO PRECÁRIO:
o sindicalismo comerciário de Teresina em questão (2000-2016)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor (a) em História.

Área de concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Aprovada em: 03 / 07 / 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato – Universidade Federal Fluminense (UFF)
(Orientador)

Prof. Dr. André Laino – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof^a. Dr^a. Fabiane Popinigis – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a. Rosângela Assunção – Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof. Dr. Alcidésio de Oliveira Júnior (UERJ) (Suplente)

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Cezar Teixeira Honorato, pelo acompanhamento, orientações atentas e precisas ao longo desses quatro anos. Agradeço também pelas indicações de leitura, compreensão com as minhas limitações e críticas sempre pertinentes, imprescindíveis para que eu concluísse essa etapa.

Aos professores Paulo Cruz Terra e Rosângela Assunção, pelas observações e sugestões apontadas no Exame de Qualificação, fundamentais para melhorar a Tese. Agradeço também pela participação na banca avaliadora deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), em especial, Marcelo Badaró Mattos, Flávia Fernandes de Souza e Márcia Maria Menendes Motta, com quem tive a oportunidade de interagir durante as disciplinas ofertadas.

À professora Sonia Maria Wanderley, do Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP), com que cursei a disciplina “*Seminário de Pesquisa: Relações de Poder e Movimentos Sociais*” como aluna externa, agradeço pela leitura atenta do meu projeto de pesquisa e pelas aulas leves e extrovertidas, tornando as manhãs de quartas agradáveis.

Aos colegas e professores do curso “História Social do Trabalho no Brasil”, promovido pela Escola Latino-Americana de História e Política (ELAHP) aos sábados pela manhã. Em especial, agradeço a minha amiga Cássila Cavaler, por me acompanhar nas aulas do curso e nos passeios no Rio.

Um agradecimento mais que especial à professora Rosângela Assunção, com quem comecei - ainda como bolsista PIBIC - a trilhar os caminhos da pesquisa. Muito obrigada por me incentivar e acreditar no meu potencial.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela concessão da Bolsa Doutorado Nota 10 nos últimos meses do Doutorado.

Ao pessoal do Sindicato dos Comerciários de Teresina (Sr. Vilamar, Emanoelly, Jean Mário, Maria do Rosário Assunção e Gilberto Paixão), pelo auxílio durante as pesquisas realizadas na sede da entidade.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí.

Aos professores André Laino e Fabiane Popinigis, que gentilmente aceitaram o convite para integrar a banca examinadora desta Tese.

À família maravilhosa que eu tanto amo. Agradeço aos meus pais, Raimundo e Angélica, pelo amor incondicional e por me dar o suporte necessário em todos os momentos da minha vida. Às minhas irmãs Elaine, Edlaine e Viviane, pelo amor, companheirismo e incentivo. E ao meu sobrinho Theo, alegria das nossas vidas.

RESUMO

Esta Tese apresenta como objeto de estudo o sindicalismo comerciário de Teresina no período compreendido entre 2000 e 2016. Com o objetivo principal de analisar sua organização político-sindical, destacando como a participação político-partidária das lideranças do Sindicato definiu suas ações sindicais. A partir disto, buscamos caracterizar a relação entre a entidade e a CUT piauiense, identificar as ações coletivas (campanhas salariais, paralisações e greves) e, com isso, discutir os diversos aspectos da dinâmica das experiências sindicais e políticas dos dirigentes sindicais. Para tanto, foi realizado o levantamento e análise de um conjunto variado de fontes: documentos oficiais do Sindicato, dentre eles, o periódico *Balcão*; jornais de circulação local (*O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte*) e a metodologia da História Oral, com a coleta e transcrição de depoimentos de lideranças sindicais que ocuparam cargos políticos. Na Tese, discutimos as categorias analíticas classe trabalhadora, sindicato e Estado, a partir das contribuições de estudiosos alicerçados na tradição materialista histórica. O referencial gramsciano também apresentou-se como um instrumento teórico importante para analisarmos a conjuntura e refletirmos acerca da ação coletiva desses sujeitos históricos. Deste modo, o presente estudo foi voltado para questões referentes: à luta contra a extensão do trabalho no comércio aos domingos e feriados; o trabalho precário no setor do comércio, com ênfase nas relações e condições de trabalho da categoria, abordando ainda a realidade das mulheres comerciárias, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e ao seu cotidiano de trabalho; e as experiências coletivas desses sujeitos, sobretudo, as greves.

Palavras-chave: Sindicalismo comerciário; experiências; política; trabalho precário; ações coletivas.

ABSTRACT

This Thesis presents as an object of study trade unionism in Teresina in the period between 2000 and 2016. With the main objective of analyzing its political-union organization, highlighting how the political-partisan participation of the Union leaders defined its union actions. Based on this, we seek to characterize the relationship between the entity and the Piauí CUT, identify collective actions (salary campaigns, stoppages and strikes) and, with this, discuss the various aspects of the dynamics of union experiences and policies of union leaders. For that, a survey and analysis of a varied set of sources was carried out: official documents of the Union, among them, the periodical *Balcão*; local newspapers (*O Dia*, *Diário do Povo* and *Meio Norte*) and the methodology of Oral History, with the collection and transcription of testimonies from union leaders who held political positions. In the Thesis, we discuss the analytical categories working class, union and State, based on the contributions of scholars grounded in the historical materialist tradition. The Gramscian framework also proved to be an important theoretical tool to analyze the situation and reflect on the collective action of these historical subjects. Thus, the present study was focused on issues related to: the fight against the extension of work in commerce on Sundays and holidays; precarious work in the trade sector, with emphasis on the relationships and working conditions of the category, also addressing the reality of commercial women, with regard to the sexual division of work and their daily work; and the collective experiences of these subjects, above all, the strikes.

Keywords: Trade unionism; experiences; policy; precarious work; collective actions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa com a localização do Centro, das zonas leste, norte, sudeste, sul e dos <i>shopping centers</i> em Teresina.....	82
FIGURA 2	Paraíba usa escola municipal para vender produtos aos domingos.....	97
FIGURA 3	Gilberto Paixão no protesto em frente ao Pão de Açúcar.....	100
FIGURA 4	Peça teatral representa o cotidiano de exploração dos comerciários no Bom Preço e Pão de Açúcar.....	107
FIGURA 5	Campanha do Sindicato dos Comerciários contra o trabalho aos domingos.....	116
FIGURA 6	Jornal defende a abertura do comércio no feriado do Dia do Comerciário.....	130
FIGURA 7	Edição do jornal <i>Meio Norte</i> sobre o aumento das demissões no comércio de Teresina.....	160
FIGURA 8	Francisca das Chagas, dirigente sindical, sofre ameaça de morte.....	175
FIGURA 9	Gráfico sobre a evolução de empregados no comércio de Teresina por gênero em 2016.....	180
FIGURA 10	Gráfico sobre a evolução de empregados no comércio de Teresina por raça em 2016.....	180
FIGURA 11	Gráfico dos Trinta anos de Greves no Brasil, de 1984 a 2013.....	192
FIGURA 12	Polícia acompanha manifestação no Centro. Vidraça de loja danificada.....	206
FIGURA 13	Manifestação dos comerciários durante a greve em 2011.....	208

FIGURA 14	Capa da edição do jornal <i>Balcão</i> divulgando o fim do movimento grevista.....	208
FIGURA 15	Capa da edição do jornal <i>Balcão</i> anunciando a greve no comércio de Teresina.....	212
FIGURA 16	Capa da edição do jornal <i>O Dia</i> sobre a retomada das manifestações dos Comerciários e o fechamento das lojas em Teresina.....	217
FIGURA 17	Capa da edição do jornal <i>Balcão</i> sobre o fim da greve de 2014.....	223

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Varição do volume de vendas e ganho médio real dos Comerciantes - Brasil – 2008 a 2016 (em %)......	153
TABELA 2	Evolução Absoluta do Número de Vínculos Empregatícios em Teresina no Comércio por Porte – 1985/2006.....	155
TABELA 3	Evolução do Salário Médio Pago nos Estabelecimentos de Teresina no Comércio por Porte – 1985/2006.....	155
TABELA 4	Evolução do Índice de Rotatividade em Teresina – 1999-2006.....	161
TABELA 5	Proporção de Vínculos Empregatícios no Comércio por Gênero.....	179

LISTA DE SIGLAS

ABRASCE – Associação Brasileira de *Shopping Centers*
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
CAT – Comunicado de Acidentes de Trabalho
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
Conlutas – Coordenação Nacional de Lutas
CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços
CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
IFEC – Instituto Fecomércio de Pesquisa
IMEPI – Instituto de Metrologia do Estado do Piauí
IPOP – Instituto Piauiense de Opinião Pública
MST – Movimento Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDP – Programa Democrático Popular
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAARA – Sociedade dos Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega

SEC- RJ – Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SDS – Social Democracia Sindical

SPD – Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães

SINDICOM – Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Teresina

SINDILOJAS - PI – Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí

SINDILOJAS - RIO – Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

CAPÍTULO 1

CLASSE, SINDICATO E ESTADO: UMA ABORDAGEM DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA	32
--	----

1.1 Definindo classe trabalhadora e sindicato.....	32
1.2 O Estado Ampliado à luz da teoria gramsciana.....	49
1.3 O sindicalismo brasileiro e piauiense nos governos do Partido dos Trabalhadores	54

CAPÍTULO 2

“SE ATÉ ELE DESCANSOU NO SÉTIMO DIA, POR QUE TRABALHAR NO DOMINGO?”.....	76
--	----

2.1 Nas páginas do jornal <i>Balcão</i> , a luta dos Comerciários de Teresina pela regulamentação do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados (2000-2010)	77
2.2 A defesa da abertura do comércio carioca aos domingos e feriados nas páginas do <i>Jornal do Comércio</i> (RJ) (2000-2010)	121

CAPÍTULO 3

A PRECARIIDADE E O TRABALHO NO COMÉRCIO DE TERESINA: REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO DE TRABALHO DA CATEGORIA COMERCIÁRIA	141
--	-----

3.1 Para uma compreensão do trabalho precário e da representação e organização dos trabalhadores precários: um debate com a historiografia e com as ciências sociais	141
3.2 Relações de trabalho no comércio teresinense: assalariamento, desemprego, rotatividade e precariedade	154
3.3 Exploração e opressão: discutindo a situação das mulheres comerciárias	168

CAPÍTULO 4

GREVES, PARALISAÇÕES E CAMPANHAS SALARIAIS: EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NO SINDICALISMO COMERCÁRIO DE TERESINA.....182

4.1 Comercários em ação: discutindo a questão das greves.....182

4.2 Com notícias e relatos se conta a dinâmica das mobilizações dos Comercários de Teresina.....193

4.2.1. Contextualizando o movimento grevista nos governos do Partido dos Trabalhadores.....193

4.2.2. Dinâmicas coletivas e conflitos grevistas no início dos anos 2000196

4.2.3. A greve de 2011: a luta contra o aumento da jornada de trabalho.....202

4.2.4. A greve de 2014: a conquista do reajuste salarial e do *ticket* alimentação.....211

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....226

REFERÊNCIAS

FONTES.....233

BIBLIOGRAFIA.....234

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com diretores sindicais do que exerceram cargos políticos.....258

APÊNDICE B: Perfil dos entrevistados na pesquisa.....260

INTRODUÇÃO

Esta Tese tem como objeto de estudo o sindicalismo comerciário de Teresina no período compreendido entre 2000 e 2016. Com o objetivo principal de analisar sua organização político-sindical, destacando como a participação político-partidária das lideranças do Sindicato definiu suas ações sindicais. Ademais, caracterizar a relação entre o Sindicato e a CUT piauiense, identificar as ações coletivas (campanhas salariais, paralisações, piquetes e greves) e representações a partir dos discursos publicados nos jornais impressos, assim como discutir as experiências sindicais e políticas dos Comerciários de Teresina.

Este Sindicato teve sua fundação em abril de 1941, sendo reconhecido pelo Ministério do Trabalho dois anos depois. Nos primeiros anos, os Comerciários de Teresina colocavam como fator de mobilização o comparecimento às assembleias e a discussão sobre as questões salariais, afastando-se das lutas sindicais. No início da década de 1980, após a formação de uma chapa de oposição, deu-se início uma nova etapa na trajetória dos Comerciários de Teresina. Isso porque, no ano de 1983, duas chapas se inscreveram para concorrer às eleições no ano seguinte. A chapa 1 (situação) foi encabeçada pelo presidente do Sindicato à época, José Noronha Teixeira, e a chapa 2 foi formada pelo grupo de oposição representada pelo comerciário Evaldo Cunha Ciríaco. O processo eleitoral foi conturbado, visto que a chapa 2 resolveu pedir a anulação da eleição alegando que a chapa vencedora não havia conseguido a maioria absoluta determinada pelo estatuto do Sindicato. A questão das eleições gerou repercussão na imprensa local e parou na esfera judicial, que deu ganho de causa aos Comerciários da oposição, após a realização de uma segunda eleição.

Cabe destacar que o sindicalismo comerciário teresinense assumiu por um determinado período a vanguarda do movimento sindical urbano no Estado, sobretudo no final dos anos 1980, contribuindo para dar visibilidade à formação e estruturação da CUT piauiense, visto que uma de suas principais lideranças assumiu por dois mandatos consecutivos a presidência desta central. Trata-se de Evaldo Cunha Ciríaco, candidato eleito da chapa da oposição, que assumiu a presidência do Sindicato entre os anos de 1984 e 1991 simultaneamente à presidência da CUT piauiense, caracterizando-se por um comportamento de alinhamento. Dentre os sindicatos existentes no Piauí, portanto, o Sindicato dos Comerciários de Teresina é um dos que mantém até hoje laços estreitos com a CUT desde 1986, quando filiou-se a esta central. Ademais, desde o ano de 1991, a entidade comerciária

possui diretoria colegiada. Desta forma, a direção é composta por sete secretarias: secretaria geral; secretaria de finanças; secretaria de administração e patrimônio; secretaria de formação política e sindical; secretaria de cultura e imprensa; secretaria social, esporte e lazer e secretaria das mulheres (esta última criada no ano de 2008).

Convém mencionar que os trabalhadores comerciários constituem uma das mais antigas categorias dedicadas ao comércio da capital teresinense, com uma trajetória marcada pela alternância de períodos de organização, mobilização e períodos de desmobilização, salvo engano, possui umas das experiências mais significativas no processo de reconstrução do sindicalismo piauiense.

O interesse por essa temática surgiu no ano de 2011, quando desenvolvi um projeto de pesquisa para concorrer a uma vaga para o Mestrado em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI). Ao realizar a pesquisa, me deparei com uma categoria de trabalhadores que foi considerada uma das mais combativas na história do movimento sindical piauiense. A pesquisa resultou na Dissertação intitulada “*Resistir é preciso!*”: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999)¹, com ênfase nas lutas, estratégias de conflito e de negociação, bem como as conquistas vivenciadas pelos Comerciários através da caracterização das gestões sindicais. A resistência dos Comerciários de Teresina neste período refletiu-se na formação de chapas de oposição, assembleias, greves, piquetes e boicotes, propiciando-lhes a condição de sujeitos da sua própria história.

Neste estudo avançamos na periodização, buscando uma discussão sobre a relação das lideranças sindicais do Sindicato dos Comerciários com a CUT e com a política partidária. A presente discussão sobre os Comerciários de Teresina mostra-se relevante na historiografia piauiense, principalmente, a partir do momento em que algumas de suas principais lideranças sindicais se constituíram, passando a atuar em partidos políticos e organizações de esquerda.

Trata-se, assim, de um tema merecedor de análise, posto que analisar como o sindicalismo comerciário de Teresina se constituiu a partir da experiência política de suas lideranças nos ajudou a identificar suas ações sindicais, tendo como perspectiva essas experiências fora do Sindicato. Além disso, consideramos importante analisar a representatividade dos líderes do Sindicato dentro do Legislativo, verificando se trouxe ganhos concretos à categoria comerciária. Destarte, compreender a repercussão desse novo encaminhamento político e sindical dos Comerciários e a correlação de forças que se gesta no potencial de organização do sindicalismo local representou umas das principais motivações

¹ SILVA, Eliane Aparecida. “*Resistir é preciso!*”: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

para a realização desse estudo. Nesta Tese nos propomos, então, a preencher essa lacuna historiográfica, ampliando a discussão, o recorte temporal e apresentar novos dados a partir de outras questões que envolveram a entidade comerciária.

No que diz respeito à periodização, o recorte temporal dado ao trabalho compreende o período entre 2000 e 2016, quando o Sindicato dos Comerciários de Teresina ampliou a sua base de representação sindical, pois além dos trabalhadores do comércio, os dos setores de serviços passaram a ser representados. Tal fato repercutiu na força organizativa desses trabalhadores, contribuindo para o redirecionamento das relações entre capital e trabalho. Ademais, neste período os Comerciários construíram um novo discurso e uma nova identidade política e sindical, haja vista que alguns líderes deste Sindicato se projetaram na política partidária conquistando cargos eletivos. Analisar a atuação destas lideranças sindicais na Câmara Municipal de Teresina e na Assembleia Legislativa do Piauí, portanto, é parte importante deste trabalho.

Também, no período histórico em análise, o Sindicato dos Comerciários de Teresina desempenhou papel central em atividades políticas, manifestando-se basicamente através de greves e paralisações, dirigida por pessoas ligadas a partidos de esquerda, tendo uma preponderância de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) em seus quadros da diretoria. Como a ação sindical dos Comerciários é direcionada pela CUT, nesse estudo nos propomos a analisar a relação entre essas duas entidades no sentido de compreender as articulações e mediações estabelecidas a partir das experiências de embates políticos. Isto posto, a pesquisa se inicia no ano de 2000, quando o Comerciário Cícero Magalhães se candidatou ao cargo de vereador pelo Partido dos Trabalhadores (tendo assumido dois anos depois), e se encerra em 2016, pelo fato de que foi neste ano o término do mandato de vereador do Comerciário Gilberto Paixão pelo mesmo partido, período também marcado pelo golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff (PT).

Considerando a importância que essa discussão aufere no atual contexto, nesta Tese buscamos focar as experiências sindicais e políticas dos Comerciários teresinenses, o diálogo com as orientações partidárias e como a memória construiu parte das narrativas sobre esse período. Neste sentido, partimos da hipótese de que a projeção de algumas lideranças comerciárias no comando da CUT piauiense serviu para projetá-las politicamente. Acreditamos, assim, que a dupla participação das lideranças sindicais no comando da CUT e na militância do Partido dos Trabalhadores imprimiu uma experiência de luta marcada pela negociação sem grandes embates com o governo petista, uma vez que o Sindicato dos Comerciários de Teresina e a CUT estavam alinhados.

Importa destacar que as pesquisas sobre a organização e as experiências coletivas dos Comerciantes² são escassas na produção historiográfica brasileira. Dentre as pesquisas voltadas para a temática, destacamos: “Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)”, no qual Fabiane Popinigi³ se dedica ao estudo dos diversos aspectos da vida e cotidiano dos empregados do comércio do Rio de Janeiro, como suas relações de trabalho, sociabilidade, condições de moradia e momentos de lazer. Outra discussão que aparece no estudo de Popinigi (2007) é a questão da regulamentação do horário de trabalho no comércio carioca que, segundo ela, trata-se da luta pela redução da jornada de trabalho e pelo “fechamento das portas”, abordada no capítulo intitulado “*Deixem-nos o domingo: protesto social e regulamentação do trabalho no comércio*”. Nele, a historiadora analisa as estratégias de resistência, a atuação política e institucional dos caixeiros, tendo como foco de análise as reivindicações pelo repouso dominical; “Comerciantes de João Pessoa: novo sindicalismo, conflitos de classe e cultura política (1986-1993)”, dissertação em que Valdenísio Alves Cabral⁴ tem o estudo voltado para a trajetória e experiências de luta sindical dos empregados no comércio de João Pessoa, o surgimento e as dificuldades da formação de uma oposição sindical, além de evidenciar a mudança de cultura política dos dirigentes comerciantes no contexto do novo sindicalismo.

Na produção historiografia piauiense, também existe uma carência de estudos sobre esses sujeitos coletivos. Diante disso, na dissertação “*Resistir é preciso!*”: história e memória do Sindicato dos Comerciantes de Teresina (1984-1999)”⁵, nos dedicamos ao estudo da história e memória dos Comerciantes, conforme já exposto. Buscando, assim, identificar suas lutas, estratégias de conflito e conquistas, com ênfase no estudo do papel desempenhado pelo grupo de oposição à direção do Sindicato, a partir da segunda metade dos anos 1980, que

² Convém destacar alguns estudos acadêmicos sobre o Sindicato dos Comerciantes presentes em diferentes áreas de conhecimento e que utilizamos como referência nesse estudo: GONÇALVES, Luis H. N. **Comunicação sindical e condição de classe: expressão da consciência e diálogo nas redes sociais do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017; TRÓPIA, P. V. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciantes de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994.

³ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁴ CABRAL, Valdenísio Alves. **Comerciantes de João Pessoa: novo sindicalismo, conflitos de classe e cultura política (1986-1993)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

⁵ SILVA, Eliane Aparecida. “**Resistir é preciso!**”: história e memória do Sindicato dos Comerciantes de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

suscitou a renovação da direção da entidade comerciária, as ações e prioridades das gestões, tendo em vista um novo tipo de administração sindical, o sistema colegiado.

A presente Tese está inserida nas discussões dos estudos sobre os mundos do trabalho. A História Social do Trabalho é uma denominação que foi adotada no Brasil, a partir dos anos 1980, com o intuito de definir estudos diversificados sobre a classe trabalhadora, em suas amplas relações de trabalho e formas de organização, constituindo-se como campo de estudos.⁶ Os desafios são muito grandes para aqueles que estudam os mundos do trabalho, tendo em vista o processo de desregulamentação, o aumento da exploração e de vida precária que um número cada vez maior de trabalhadores tem enfrentado há décadas no Brasil. Por esse motivo, um dos pontos-chaves de discussão que propomos gira em torno da precariedade, um dos principais temas relacionados a força de trabalho nos dias de hoje, também por que envolve a categoria comerciária presente no nosso objeto de estudo.

É importante mencionar a ocorrência de uma renovação na análise histórica, no que se refere a produção no campo de estudo da história do trabalho, a qual tem considerado elementos como gênero, classe e raça nos estudos da realidade da classe trabalhadora⁷. Neste contexto, ganha destaque Marcel van der Linden,⁸ que apresenta uma nova fase da História Social do Trabalho denominada História Global do Trabalho. Esta é caracterizada por uma ampliação de fronteiras referente a questões geográficas, temáticas, temporais e metodológicas. Deste modo, uma dessas demandas de ampliação é a produção de uma história transnacional.

Segundo Linden (2013), a História Global do Trabalho consiste mais em uma “área de interesse” do que um bem-definido paradigma teórico. Este autor propõe o estudo transcontinental, mais do que transnacional, dos movimentos sociais trabalhistas e das relações de trabalho. Ao focar as conexões globais, ele faz críticas ao nacionalismo metodológico e ao eurocentrismo presentes na história do trabalho produzida na Europa e na América do Norte. Com efeito, a partir do crescimento na produção no campo da história do trabalho, tem ganhado destaque estudos que abordam novos objetos de análise histórica,

⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. Entrevista. **Labuta #03: O que é história social do trabalho?** Disponível em: <https://lehmt.org/labuta-03-o-que-e-historia-social-do-trabalho-com-marcelo-badaro-de-mattos/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

⁷ Diversos autores apontam a existência recente de uma nova onda de produções no campo da história social do trabalho. Ver, por exemplo, FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 59, 2016, p. 587-606 e POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo. Classe, raça e história social do trabalho no Brasil (2001 -2016). **Estudos Históricos**, vol. 32, n. 66, 2019, p. 319-328.

⁸ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios em direção a uma história global do trabalho**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

períodos mais voltados para a contemporaneidade, assim como temáticas relacionadas às categorias raça, classe e gênero, como já citado.

Tais categorias analíticas, em suas múltiplas dimensões, nos ajudam a compreender o processo histórico por meio do qual as desigualdades se criam, se naturalizam e se perpetuam. Também, é importante para refletirmos acerca da composição da força de trabalho, as condições e relações de trabalho, bem como as formas de organização e ação coletiva dos trabalhadores. Para além dessa questão, é fundamental para pensarmos na indissociabilidade na experiência concreta e histórica entre relações de explorações e opressões.

No quadro teórico, elegemos como referência a categoria experiência nos termos formulados pelo historiador inglês E. P. Thompson⁹. A partir da dialética entre ser e consciência social, esta categoria nos fornece elementos para a compreensão do envolvimento político-sindical dos sujeitos coletivos da pesquisa. No que se refere ao debate sobre classe, a categoria experiência implica no reconhecimento de homens e mulheres como sujeitos reflexivos que, em suas ações, fazem continuamente o movimento da história. Ao analisar o fazer-se da classe operária, Thompson (1987) observou o modo de vida característico dos trabalhadores, suas ideias e instituições, estabelecendo diálogo entre ser social e consciência social. Segundo ele,

pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.¹⁰

Dois termos são fundamentais para o entendimento da postura teórica do autor: de um lado, a *experiência de classe*, determinada pelas relações de produção nas quais os indivíduos são inseridos independentemente da sua vontade; de outro, a *consciência de classe*, relacionada ao aspecto cultural da experiência (tradições, valores e ideias). Dessa forma, a ação de formação de uma classe aparece como experiência.

Thompson (1981) conceitua experiência como “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”¹¹. Trata-se, assim, da experiência vivida, ou seja, da resposta dos sujeitos aos processos históricos em que se encontram inseridos e nos quais se

⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. 3.

¹⁰ Ibid., p. 204.

¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.

articulam múltiplas situações. Para ele, não existe uma divisão entre experiência individual e experiência coletiva, a experiência sempre acontece em relação a alguma coisa, estabelecendo os meios entre os sujeitos históricos reais.

Aqui, é interessante fazermos um paralelo com a reflexão de Marcelo Badaró Mattos¹², no que diz respeito a significativa influência do referencial thompsiniano na historiografia brasileira contemporânea. Mattos (2012) aponta a contribuição do historiador inglês para a renovação de várias áreas de estudo, especialmente, a história social do trabalho e defende que a leitura significativa dos seus escritos se deu:

[...] porque suas propostas fizeram sentido para um conjunto de historiadores brasileiros preocupados em responder a determinadas questões de pesquisa - particularmente sobre o papel dos trabalhadores (escravizados ou “livres”) como sujeitos coletivos da história brasileira – em um contexto específico da produção de conhecimento histórico no país. Esse contexto é o fim da ditadura militar e a “transição democrática”, quando os trabalhadores (re) emergiram na cena política brasileira, ao qual se seguiu as últimas décadas, em que as lutas diretas e de massa da classe trabalhadora refluíram, mas avançou o processo de institucionalização das suas organizações e o caminho legal\institucional\eleitoral de atuação de classe passou a ser valorizado como prioritário.¹³

Nesta perspectiva, com base na proposta teórica de Thompson, é possível analisar como o sindicalismo comerciário de Teresina se constituiu a partir da experiência de seus organizadores e dos trabalhadores que compunham o Sindicato, tendo em vista um determinado contexto forjado de conflitos e busca de consensos.

Outro teórico presente no trabalho é o marxista sardo Antonio Gramsci¹⁴ e as categorias desenvolvidas nos seus escritos carcerários, principalmente, o conceito de Estado ampliado como ferramenta metodológica, proposto por Sonia Regina de Mendonça¹⁵.

No que diz respeito ao aspecto metodológico, o percurso da coleta de fontes foi inicialmente facilitado, em virtude da pesquisa realizada no Mestrado. Em um primeiro momento, fizemos o levantamento de fontes na sede do Sindicato dos Comerciários de Teresina, buscando os seguintes documentos: estatutos, regimentos, atas das reuniões e assembleias, panfletos e cartazes. Tal documentação se constituiu como uma importante fonte de análise das ações internas e decisões no âmbito político e sindical dos Comerciários de Teresina, revelando as relações de poder estabelecidas no seu interior. Os estatutos e atas de

¹² MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. **Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2012.

¹³ Ibid., p. 262.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

¹⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014, p. 27-43.

reuniões, sobretudo, nos deram suporte para entender como se dava o funcionamento do Sindicato e as decisões em torno do mesmo.

O periódico *Balcão*, editorial interno de circulação mensal, produzido pelos Comerciantes integrantes da comissão de imprensa da entidade, também foi importante nesta investigação. Este periódico, que circula desde o ano de 1986 até os dias de hoje, em suas publicações, mescla uma variedade de temas: política nacional e local (críticas), cotidiano, esporte (campeonatos promovidos pela entidade), variedades, publicidade (campanhas de sindicalização). Na lateral esquerda encontra-se a coluna “Meta a Bronca”, na qual a entidade faz denúncias do desrespeito ao trabalhador comerciário, apontando as irregularidades nas lojas da capital.

O *Balcão* se apresenta, então, como veículo de divulgação da memória de suas lutas, da forma como o Sindicato dos Comerciantes de Teresina se relaciona com seus filiados e das experiências sindicais e políticas dos seus sujeitos. Dentre algumas lideranças, Cícero Magalhães e Gilberto da Paixão Fonseca, que fizeram parte da diretoria do Sindicato tiveram cargos na CUT piauiense e conquistaram cargos políticos no Partido dos Trabalhadores, a partir dos anos 2000, como deputado estadual e vereador, respectivamente. Através desse periódico, observamos que algumas propostas dessas lideranças estiveram voltadas para o comércio e, por conseguinte, para o comerciário teresinense, principalmente, em relação a regulamentação do horário de funcionamento do comércio aos domingos e feriados.

Cabe ressaltar que algumas fontes documentais da CUT piauiense disponíveis no Sindicato dos Comerciantes de Teresina foram catalogadas, em especial, documentos, planos de ação, material sobre a participação dos Comerciantes nos congressos nacionais e locais organizados pela central, que nos ajudaram a avaliar a trajetória dos dirigentes sindicais e sua atuação política, bem como compreender seus posicionamentos políticos, práticas e as dificuldades encontradas nas relações cotidianas que configuram esses sujeitos coletivos.

Em um segundo momento, partimos para o Arquivo Público do Piauí, denominado Casa Anísio Brito, onde foi feito o levantamento inicial dos jornais de circulação local: *O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte* no período recortado na pesquisa, com o propósito de analisar as ações coletivas (mobilização contra a extensão do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados, greves e campanhas salariais) do sindicalismo comerciário de Teresina. E, a partir das matérias publicadas nos jornais citados, também analisamos o contexto histórico de formação da atuação política e sindical das lideranças sindicais. Ademais, na pesquisa feita para esta Tese, encontramos nas páginas dos jornais editais de convocação, com notas referentes às assembleias, campanhas salariais, convenções coletivas de trabalho,

eleições sindicais, autorizações para promover acordo ou instaurar dissídio coletivo. No que diz respeito às experiências coletivas dos Comerciários, tendo em vista que não encontramos algumas fontes documentais disponíveis na sede da entidade (atas de greves, por exemplo), as matérias jornalísticas nos auxiliaram.

Importa destacar a importância do uso dos jornais como fonte de pesquisa no estudo histórico, pois, através da imprensa, refletimos acerca das representações em torno da organização político-sindical do Sindicato dos Comerciários de Teresina. Nesse sentido, Tania Regina de Luca¹⁶ chama a atenção para o fato de que os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, como a própria história do movimento operário. Segundo ela,

[...] dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação¹⁷.

Além disso, ao discorrer sobre as múltiplas possibilidades de abordagem desta fonte, Tania Regina de Luca (2006) evidencia a relação entre a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa e a diversificação das temáticas historiográficas, tendo em vista questões sobre gênero, raça, identidade, filiações político-partidárias e suas relações com a elite e com o movimento sindical, dentre outras.

Por sua vez, segundo Heloísa Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto¹⁸, a imprensa periódica tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de História. Tendo isso em vista, ambas entendem a imprensa como força social ativa e sugerem um procedimento metodológico que busque articular a imprensa como fonte e objeto de estudo ao campo das lutas sociais nos quais se constituem e atuam. De acordo com as autoras, a imprensa “como força social que atua na produção da hegemonia, a todo tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos”¹⁹. Logo, como já explanado, as fontes jornalísticas foram utilizadas neste estudo para analisarmos as ações coletivas, compreendermos o contexto

¹⁶ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

¹⁷ *Ibid.*, p. 119.

¹⁸ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

¹⁹ *Ibid.*, p. 259.

político vivenciado pelo sindicalismo comerciário teresinense e como estes sujeitos se construíram enquanto personagens relevantes na arena pública, isto é, passíveis de serem noticiados.

Apesar de ter iniciado o levantamento dos jornais, tivemos que interromper a pesquisa no Arquivo Público do Piauí, em virtude do agravamento dos casos de Covid-19 na cidade de Teresina e, por conseguinte, do fechamento deste arquivo. Por esse motivo, recorreremos ao serviço de clipagem (*clipping* elaborado pela comissão de imprensa do Sindicato dos Comerciários de Teresina), para que pudéssemos concluir o levantamento dos jornais de circulação local.

Além disso, conforme sugerido pelo professor Cezar Honorato, recorreremos a Hemeroteca Digital que fica abrigada no *site* da Biblioteca Nacional²⁰, onde tivemos acesso ao periódico *Jornal do Comércio* (RJ). Chamou nossa atenção a quantidade significativa de matérias que discutiam o funcionamento do comércio do Rio de Janeiro aos domingos e feriados, assim como a concordância entre a entidade patronal e comerciária referente a esta questão. Coincidentemente, estávamos desenvolvendo um texto sobre a mobilização dos Comerciários contra a extensão do horário de trabalho no comércio de Teresina aos domingos e feriados na primeira década de 2000. Por esse motivo, resolvemos elaborar um capítulo discutindo a questão do trabalho aos domingos e feriados na cidade teresinense e carioca no mesmo eixo temporal.

Também, buscamos dados sobre o setor do comércio no Brasil e de Teresina, para que pudéssemos discutir as relações e condições de trabalho da categoria comerciária, com ênfase na precarização do trabalho do comércio teresinense. Para a análise da conjuntura nacional, outra fonte importante refere-se aos dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), com informações sobre a rotatividade no comércio, o balanço das greves e Boletins de Indicadores do Comércio, por meio do levantamento dos principais indicadores do setor comerciário no Brasil, com destaque para os dados sobre o mercado de trabalho e da categoria comerciária. Tivemos acesso ainda a outros Boletins de Trabalho no Comércio com discussões específicas acerca da informalidade no comércio, das extensas jornadas de trabalho e da mulher comerciária. Como encontramos dificuldades para encontrar dados na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o comércio e trabalhadores comerciários teresinenses que abarcassem o recorte temporal, recorreremos também a página da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

²⁰ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em abr. 2023.

(CEPRO)²¹ e da Data MPE Brasil sobre o Município de Teresina²², neste último foram encontrados dados sobre o perfil dos trabalhadores comerciários teresinenses (por exemplo, média salarial, empregados por sexo, raça e faixa etária) referentes ao ano de 2016.

Além das fontes citadas, utilizamos a metodologia da História Oral, por meio de coleta e transcrição de depoimentos. Esta foi fundamental para nos aproximar das memórias construídas e narradas em torno das experiências dos Comerciários de Teresina, dentre eles, destacando-se os militantes da CUT e outras lideranças sindicais e políticas. As entrevistas foram importantes para refletirmos acerca das ações desses sujeitos coletivos, na sua relação com as demais entidades sindicais, na sua atuação política e a maneira como construíram sua visão de luta sindical diante da política e posicionaram-se dentro da mesma. Os depoimentos foram do tipo temáticas.

No Sindicato, a prioridade foi em torno dos dirigentes sindicais que atuaram em cargos políticos e no diretório central da CUT piauiense no período compreendido entre 2000 e 2016. Neste período, os sindicalistas Cícero Magalhães e Gilberto da Paixão Fonseca acumularam cargos nesta central sindical e no partido petista.

Cícero Magalhães Oliveira nasceu, em 20 de setembro de 1956, em São Benedito do Rio Preto (MA). No ano de 1976, veio para Teresina e começou a trabalhar como empregado do comércio nas lojas Pernambucanas e Esplanada. Depois disso, foi para o Sindicato dos Comerciários de Teresina e atuou como secretário geral nas gestões de 1991-1994 e 1994-1997. Em 2002, ao assumir o cargo de vereador como primeiro suplente na Câmara Municipal de Teresina, licenciou-se do Sindicato. Em 2004, foi o vereador do PT eleito com maior número de votos na capital. E, em 2006, foi eleito deputado estadual com 18.744 votos.²³ Atualmente, Magalhães preside o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

Gilberto da Paixão Fonseca nasceu em Floriano (PI) no dia 06 de junho de 1958. Iniciou sua militância no Sindicato dos Comerciários de Teresina na década de 1980, quando formou um grupo de oposição junto com outros integrantes da entidade. Ocupou cargos de direção nas gestões de 1994-1997 e 1997-1999, permanecendo no decorrer da década de 2000 e, no período atual, continua no cargo de secretário geral. Além disso, foi vice-presidente da CUT no Piauí e membro da Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do

²¹ Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/>. Acesso em 10 mai. 2023.

²² Disponível em:

<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionµMunOption=geo2211001§orsAvailableTrends=sector3&yearCompanySize=year2016&yearsDiversity=year2016&categoryOccupationEvolution=raceOption>. Acesso em 10 mai. 2023.

²³ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

Comércio e Serviços (CONTRAC'S). No ano de 2012, foi eleito vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores e, aos poucos, tornou-se uma das lideranças da Articulação de Esquerda.²⁴

Fazendo uma breve discussão sobre a metodologia da História Oral, recorremos a bibliografia que discute a sua relação com a memória e a história do tempo presente, bem como a sua interface com a história dos movimentos sociais.

Cabe ressaltar que a memória possui um vínculo importante com a História Oral. Esta pode ser considerada um recurso que permite vivenciar a experiência de diferentes grupos sociais num tempo presente. Ademais, a História Oral é uma técnica/metodologia que permite a interpretação própria de acontecimentos, fazendo com que a pessoa entrevistada sinta-se parte do contexto em que está inserida. Nesse contexto, conforme destaca Verena Alberti²⁵, as entrevistas podem ser úteis para a História de instituições tanto públicas quanto privadas. Ela destaca que uma das questões mais relevantes da História Oral está em permitir “o estudo da forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”²⁶.

Como fenômeno renovado, a partir do uso de entrevistas, a metodologia da História Oral tem aproximado pessoas e instituições preocupadas com alguns aspectos importantes do estudo da história contemporânea. E um desses aspectos é o registro, arquivamento e análise de depoimentos e testemunhos feitos com recursos modernos. A História Oral também serve para complementação de dados que escapam à documentação escrita. Permite, ainda, a interpretação própria de acontecimentos, fazendo com que a pessoa entrevistada se sinta parte do contexto em que está inserido.

Nessa perspectiva, essa metodologia se fundamenta no direito de participação social, sendo validada por grupos oprimidos. Assim, o papel inovador da História Oral está na valorização da fala de grupos, antes silenciados ou esquecidos pela história oficial, que agora podem ter suas histórias reconhecidas. Para José Carlos Sebe Bom Meihy²⁷,

[...] com uma vocação para tudo e para todos, a História Oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que trançam para garantir a lógica da vida coletiva²⁸.

²⁴ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

²⁵ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004; _____. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

²⁶ *Ibid.*, p. 165.

²⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

²⁸ *Ibid.*, p. 21.

Então, por ser uma alternativa dinâmica para o estudo da sociedade, a metodologia da História Oral foi utilizada como instrumento para a produção de testemunhos que permitissem compreender as experiências individuais e coletivas dos atores sociais que fizeram parte da direção do Sindicato dos Comerciários, sua vivência sindical e política no período histórico em análise.

Marieta de Moraes Ferreira²⁹, no artigo “Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil”, aponta as dificuldades encontradas para a incorporação do campo presente na pesquisa histórica. Para ela, apesar do crescente interesse pelos estudos de períodos recentes, a dificuldade para a sua legitimação ocorreu, entre outras coisas, “por não ter uma definição mais precisa do seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação”³⁰. Em contrapartida, em outro texto, analisando as relações entre história e memória, a autora destaca que “a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação social pelos indivíduos de uma mesma formação social”³¹. Segundo a autora, é evidente a contribuição da História Oral para atingir tal objetivo. Outro aspecto considerado por Ferreira (2000) acerca dessas relações é que tal perspectiva coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade (ou reconhecimento), bem como reavalia as relações entre passado e presente.

Ainda no que tange à História Oral, Juniele Rabêlo de Almeida³² aborda a interface entre esta metodologia e a história dos movimentos sociais, por meio da função social do trabalho de memória. Segundo esta autora, as fontes orais expressam “as dimensões subjetivas dos integrantes dos movimentos sociais, bem como as oportunidades políticas para as ações coletivas e dimensões estratégicas para a legitimação de diferentes sistemas de valores sociopolíticos dentro de cada grupo”³³. Em conformidade com Juniele Almeida (2016), Mariana Affonso Penna³⁴ destaca que é essencial entender os sentidos e as motivações que embasam o engajamento político daquelas pessoas nas coletividades em que tomaram parte em algum momento. Por conseguinte, as narrativas públicas resultantes do

²⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

³⁰ Ibid., p. 85.

³¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

³² ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (org.). **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

³³ ALMEIDA, 2016, p. 8.

³⁴ PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

trabalho de memória no tempo presente podem expressar lembranças, esquecimentos e silêncios em múltiplas dimensões.

Diante do exposto, cabe ressaltar que, no decorrer das entrevistas, buscamos identificar as ações dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários na sua relação com as demais entidades sindicais e a maneira como construíram sua visão de luta sindical e política. Afinal, as experiências narradas pelos entrevistados possibilitam ao historiador aproximar-se do cotidiano dessas pessoas, porém, sem perder de vista que se trata de uma elaboração do entrevistado sobre sua própria experiência, marcada por uma carga de subjetividade. Nesse sentido, concordamos com Alessandro Portelli³⁵, ao afirmar que:

o testemunho oral pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história³⁶.

Além da Introdução e Considerações Finais, o material aqui apresentado, contém quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Classe, Sindicato e Estado: uma abordagem das categorias analíticas a partir da perspectiva marxista”, realizamos uma discussão em torno das categorias de análise classe trabalhadora, sindicato e Estado, a partir das contribuições dos estudos de autores do campo marxista. Destarte, concordamos com Marcelo Badaró Mattos (2019) que, ao fazer uma defesa da atualidade da crítica marxiana, propõe um debate historiográfico recente sobre a classe trabalhadora identificada como sujeito histórico. Este autor destaca que a classe trabalhadora continua tendo validade como categoria analítica para o entendimento da vida social sob o capitalismo. As análises de Mattos (2019) sobre a classe trabalhadora, sindicatos, o Estado capitalista, de como se dão as formas de dominação (exploração, opressão e alienação) no Brasil pelas elites que controlam o poder político e econômico, assim como os demais autores, contribuíram para contextualizar historicamente este capítulo. Ademais, destacamos as limitações e as possibilidades dos sindicatos. Discutimos ainda a concepção de Estado Ampliado a partir das contribuições do marxista sardo Antonio Gramsci. Para finalizar, fizemos uma abordagem do cenário sindical brasileiro e piauiense no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores.

³⁵ PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

³⁶ *Ibid.*, p. 41.

No segundo capítulo da Tese discorremos, inicialmente, sobre a atuação sindical e política do Sindicato dos Comerciários de Teresina e sua mobilização contra a extensão do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados. A reivindicação pertinente ao repouso dominical predominou ao longo da primeira década de 2000. Neste contexto, por meio das fontes, identificamos inúmeras formas de resistência ao trabalho dos empregados no comércio nos dias tradicionais de folga: protestos constantes na imprensa sindical, ações judiciais, passeatas, paralisações e a interferência política de lideranças do Sindicato. Depois, discutimos a situação dos Comerciários do Rio de Janeiro no mesmo eixo temporal. A principal fonte que nos auxiliou nesse intento foi o *Jornal do Comércio* (RJ), cujas publicações legitimaram a abertura do comércio carioca aos domingos e feriados, bem como destacaram o consenso existente entre a entidade patronal e comerciária, diferente do que ocorreu em Teresina.

A precarização do trabalho no setor do comércio de Teresina constituiu ponto chave do terceiro capítulo. Nele, colocamos em relevância diferentes aspectos das relações e condições de trabalho dos trabalhadores comerciários, em especial, das mulheres comerciárias. No decorrer do texto, demos ênfase na discussão sobre o tema da precariedade do trabalho, da organização e representação dos trabalhadores precários, por meio do diálogo com a historiografia e as ciências sociais. As principais fontes sobre o comércio e comerciários de Teresina foram, além das matérias publicadas na imprensa sindical e periódica, depoimentos, os dados do IBGE, DIEESE, e uma pesquisa de amostragem realizada a cada dois anos pelo IPOP (Instituto de Pesquisa de Opinião Pública), que buscava mostrar o perfil dos comerciários, a partir de entrevistas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras do comércio da capital.

No capítulo quatro, analisamos a experiência sindical e política das lideranças comerciárias em torno de suas ações coletivas: campanhas salariais, paralisações, piquetes e greves no período em estudo. A dinâmica dos movimentos grevistas, especialmente, foi a nossa questão central de discussão. Tais ações foram amplamente debatidas na imprensa escrita (jornais diários de circulação local *O Dia*, *Diário do Povo e Meio Norte*) e imprensa sindical (*Balcão*), fontes que privilegiamos na construção do presente capítulo. Nesta perspectiva, analisamos a dinâmica dos conflitos grevistas dos Comerciários de Teresina buscando discutir os seguintes pontos: tipos de greves, reivindicações, formas de lutas e conquistas para a categoria. Ademais, buscamos perceber o desenvolvimento de tais greves (se foram dispersas ou concentradas, de curta ou longa duração) e as dificuldades encontradas. A partir da análise das matérias publicadas nos jornais citados, analisamos o “embate

discursivo” no intento de identificar as semelhanças e as diferenças de abordagem, bem como o rumo das greves definidos em cada periódico.

CAPÍTULO 1

CLASSE, SINDICATO E ESTADO: UMA ABORDAGEM DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

Neste capítulo realizamos uma discussão em torno das categorias de análise classe trabalhadora, sindicato e Estado, a partir das contribuições dos estudos de autores do campo marxista. Para tanto, recorreremos a Marcelo Badaró Mattos (2019), Ricardo Antunes (2009) e Marcel van der Linden (2013), que retomam no conjunto da obra de Karl Marx e Friedrich Engels a dimensão mais ampliada da categoria classe trabalhadora. Também, destacamos as limitações e as possibilidades dos sindicatos. Além disso, abordamos a concepção de Estado a partir das contribuições teóricas de Antonio Gramsci. Por fim, fizemos uma discussão acerca do cenário sindical brasileiro e piauiense no contexto dos governos do Partido dos Trabalhadores.

1.1 Definindo classe trabalhadora e sindicato

Em “A classe trabalhadora: de Marx ao Nosso Tempo”, o aspecto central defendido pelo historiador Marcelo Badaró Mattos³⁷ refere-se à categoria analítica classe trabalhadora associada a classe social e luta de classes, tal como formulada por Marx e Engels no século XIX, que se mantém atual para explicar a realidade social na qual estamos inseridos e pertinente para uma interpretação geral da trajetória histórica do capitalismo.

À luz da tradição do materialismo histórico³⁸, Mattos (2019) também destaca as potencialidades do aparato conceitual marxista para a análise da sociedade capitalista

³⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

³⁸ A filiação à tradição do materialismo histórico é um traço dos estudos de Marcelo Badaró Mattos. Neste capítulo, evidenciamos a leitura do conceito de classe trabalhadora feita pelo historiador que, nos últimos anos, vem se dedicando ao estudo das categorias classe, luta de classes, classe trabalhadora, inclusive, brasileira, a partir das contribuições de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e Edward Palmer Thompson (1924-1993). Destacamos aqui alguns dos seus trabalhos nessa direção: MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012; _____. Marx, marxismo e o sujeito histórico. **Marx e o marxismo – Revista do Niep-Marx**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2013; _____. A classe trabalhadora: uma abordagem à luz do materialismo histórico. **Outubro**, n. 20, 2014; _____. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

contemporânea, bem como a percepção da complexidade daquele conceito. Para ele, grande parte das interpretações marxistas e, principalmente, das críticas a Marx e ao marxismo, que buscaram referências na sua obra sobre a classe trabalhadora, focaram-se em algum aspecto mais limitado, menos amplo da definição e discussão sobre esta categoria de análise do que na obra do próprio Marx. Isto posto, o autor aponta que a definição de classe trabalhadora proposta pelo teórico alemão não é restrita a uma dimensão econômica. Em outras palavras, não é definida somente pela posição ocupada nas relações de produção, visto que também define a si mesma, na medida em que há uma valorização do seu papel político por meio de sua consciência, desenvolvida em meio à luta de classes.

Ainda segundo o historiador brasileiro, o ponto de partida para tentar recuperar a abordagem de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora é reconhecer que esta, entendida como processo histórico e relação social, é complexa e tem uma dinâmica própria inserida em conflitos sociais; e que, ao longo do tempo, geram modificações nessas relações nas quais esta classe está inserida.

Naquela obra, Marcelo Badaró Mattos (2019) partiu inicialmente das formulações de Marx e Engels e o contexto de seu surgimento. Em seguida, tratou de confrontar tais formulações com dados empíricos destacando: as características das relações de trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas; a situação e o perfil atual da classe trabalhadora no mundo e no Brasil; a problematização das elaborações sobre a classe trabalhadora difundidas nas Ciências Sociais e na História, inclusive, de representantes da História Global do Trabalho. Para tanto, dialogou com interpretações contemporâneas que, de certa forma, relativizam e até mesmo negam a validade analítica da categoria classe trabalhadora e o seu potencial como sujeito histórico, sujeito revolucionário. A partir de Marx e Engels, então, ele entende que seria possível chegar a um entendimento mais rico sobre o que é a classe trabalhadora hoje. Mais que isto, defende que os teóricos nos oferecem um excelente caminho de análise.

Neste sentido, conforme Mattos (2019), a riqueza da elaboração sobre a classe trabalhadora pode ser compreendida primeiramente ao percebermos que Marx e Engels encontraram uma explicação para as contradições sociais do seu tempo e uma motivação para a intervenção política no interior das organizações, projetando junto com esta classe uma saída para as contradições no mundo em que viviam. Destarte, “esses dois pensadores alemães, tragados pelos conflitos sociais e políticos de seu tempo, convergiram para um mesmo posicionamento e passaram a neles intervir tendo por referência uma clara perspectiva

de classe”³⁹. Ambos se encontraram por caminhos diferentes e se identificaram com a classe trabalhadora em suas organizações e lutas. O autor ressalta que um dos aspectos da complexidade da análise marxista reside no fato de que essa categoria tem existência real, concreta no processo histórico.

Marx e Engels *encontraram-se* de fato com a classe trabalhadora em seu processo de formação, mas por certo não a inventaram, como também não poderiam ter inventado uma categoria de análise que já estava presente no vocabulário da época e da consciência daquele grupo social com o qual se identificariam politicamente. No entanto, elaboraram um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em sua dinâmica histórica que tiveram na categoria “classes sociais” um de seus alicerces fundamentais.⁴⁰

Em síntese, a partir do encontro com o sujeito social realmente existente na realidade do tempo de Marx e Engels, podemos entender a elaboração categorial sobre a classe trabalhadora. Isso nos remete a toda uma complexidade de tentar apreender em níveis diferentes de abstração uma realidade concreta. Portanto, é possível depreender que toda reflexão marxiana e engelsiana é uma reflexão engajada nas lutas da classe trabalhadora.

Importa ressaltar a clareza com a qual Marcelo Badaró Mattos (2019) apresenta a complexidade da elaboração da categoria classe trabalhadora por Marx (e Engels) a partir de duas dimensões indissociáveis: a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva. Segundo ele, a primeira dimensão “trata da classe segundo as relações de produção capitalista que posicionam grandes coletivos humanos em situações distintas (e opostas) na sociedade capitalista”⁴¹. Esse tipo de relação social, na verdade, dispõe objetivamente um conjunto de trabalhadores (expropriados, despossuídos) em um lugar oposto daqueles que se apropriaram e concentraram em suas mãos os meios de produção e que, através da exploração da força de trabalho, acumularam capital. Por conseguinte, a classe trabalhadora foi definida por Marx, de forma ampliada, como o conjunto de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho por meio, primordialmente, do assalariamento (MATTOS, 2019).

Ao se concentrar na análise da concepção de Marx acerca da classe trabalhadora e suas relações com os capitalistas, o historiador percorre a obra clássica “O Capital”, argumentando que o centro de reflexão é a exploração do trabalho na produção capitalista. Ele apresenta algumas categorias da obra marxiana e, dentre elas, disserta brevemente sobre a distinção entre trabalho (e trabalhador) produtivo, aquele que está submetido à exploração direta do

³⁹ MATTOS, 2019, p. 16-17.

⁴⁰ Ibid., p. 21.

⁴¹ Ibid., p. 25.

capital e produz mais-valia, e improdutivo, aquele absolutamente necessário para o processo de reprodução ampliada do capital, embora não gere valor de forma imediata. Mattos (2019) sustenta que para Marx não há diferença entre eles.

Ricardo Antunes (2013) também explica que os trabalhadores improdutivos são “aqueles que não se constituem como elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais-valor”⁴².

Objeto de reflexão da nossa Tese, os trabalhadores comerciários, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, são considerados improdutivos – isto é, como parte da classe trabalhadora dentro da lógica mais ampla da acumulação da reprodução ampliada do capital.

Complementando essa discussão, Peter Meiksins (2021) afirma que: “Marx definiu trabalho não-produtivo, do ponto de vista capitalista, como trabalho que é trocado por renda”. Destaca também que “é trabalho que é consumido não para produzir mais-valia, mas simplesmente de forma a satisfazer uma necessidade concreta”. Desta forma, ao tratar das definições de trabalho produtivo e improdutivo no sistema teórico de Marx, Meiksins (2021) refuta o argumento de autores marxistas que igualam a distinção entre estes dois conceitos com uma distinção de classe, bem como evidencia a posição de Marx a respeito de que a materialidade do produto é irrelevante para a definição de trabalho produtivo.

Apesar de frisar a importância dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo para uma melhor compreensão da dinâmica das relações entre vários tipos de capital e trabalho, Meiksins (2021) reconhece que é preciso estar ciente dos limites da utilidade destes conceitos, visto que “não aprendemos muito sobre um grupo de trabalhadores identificando-os como produtivos ou improdutivos, a menos que estabeleçamos se e como eles são explorados”.

O autor desenvolve uma análise crítica sobre a categoria de trabalhadores improdutivos (mais precisamente, sobre os trabalhadores comerciais) que, segundo ele, estão em uma posição muito diferente em relação à classe capitalista e, com efeito, trata-se de uma categoria bastante heterogênea. Nesse contexto, Meiksins (2021) afirma que “o conceito marxiano fundamental para compreender os trabalhadores de serviços e o trabalho assalariado comercial é exploração, no sentido de que realizam trabalho excedente”⁴³.

⁴² ANTUNES, Ricardo. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: NETTO, José Paulo (Org.). **IV Curso Livre Marx-Engels**. Marx: a criação destruidora. Boitempo Editorial, 2013, p. 32. Disponível em: <https://marxcriacaodestruidora.files.wordpress.com/2013/05/apostila-iv-curso-livre-marx-engels-boitempo-editorial-e-sesc-pinheiros.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

⁴³ MEIKSINS, Peter. Trabalho produtivo e improdutivo e a teoria de classe de Karl Marx. In: **A terra é redonda**. Tradução: Carine Botelho Previatti, Sofia Guilhem Basílio e Pedro Ramos de Toledo. [S.l.], 10 out.

Para o referido autor, se quisermos entender esses trabalhadores, em termos de classe, precisamos saber muito mais sobre a natureza das instituições em que trabalham. Precisamos saber, antes de tudo, quais funções essas instituições desempenham na sociedade capitalista – ou seja, como se relacionam com o capital. Além disso, precisamos saber se seus funcionários são explorados e, em caso afirmativo, como (MEIKSINS, 2021).

Consideramos, então, que esta discussão ajuda-nos a refletir sobre questões importantes que envolvem os trabalhadores comerciários de Teresina, no que tange as relações e condições de trabalho, tendo em vista que discutiremos mais adiante questões relacionadas à precariedade do trabalho no comércio, a extensão do trabalho aos domingos e feriados e outros conflitos com a classe patronal que, conseqüentemente, levaram a entidade sindical comerciária a organizar movimentos grevistas, mesmo tenham sido que poucos.

Para além da definição objetiva da classe trabalhadora, há uma dimensão subjetiva presente na discussão marxiana. Nas palavras de Mattos (2019):

Subjetividade que podemos entender em uma dupla dimensão, completamente combinada na prática: de um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe; por outro lado, não dissociado da primeira dimensão, a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio de sua práxis.⁴⁴

Nessa perspectiva, o autor defende que, a partir da experiência concreta das relações objetivas, materiais de produção do capitalismo, a classe trabalhadora desenvolveu a sua consciência de classe. Porém, de acordo com Mattos (2019), Marx entende que esse processo é mediado por várias limitações e contradições que atravessam tal consciência e a formação da mesma. Assim, ao destacar “os limites impostos à consciência social pela determinação do ser social”⁴⁵, o historiador apresenta sucintamente as categorias marxianas ideologia e alienação, segundo ele, fundamentais para entendermos as contradições que atravessam a consciência da classe trabalhadora. Ele conclui que a dimensão subjetiva da classe é atravessada por tais dimensões ideológicas e alienantes e está longe de representar uma evolução linear necessária da posição social desta classe.

Apesar disso, para Mattos (2019), é possível o desenvolvimento da consciência de classe. Segundo ele, ao abordar a subjetividade coletiva, Marx e Engels valorizavam fundamentalmente o potencial da classe trabalhadora como sujeito histórico, sujeito social da

2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/trabalho-produtivo-e-improdutivo-e-a-teoria-de-classe-de-karl-marx/?doing_wp_cron=1644232656.4030210971832275390625. Acesso em: 15 abr. 2023.

⁴⁴ MATTOS, 2019, p. 43.

⁴⁵ Ibid., p. 48.

transformação. Isso por que uma classe explorada que desenvolve consciência de classe, apresenta um projeto societário de ruptura com as relações dominantes é algo novo na história. Então, a novidade da classe trabalhadora (e o seu potencial como sujeito transformador) é que para superar a dominação a que estava submetida tinha não só que se emancipar como tal, mais também libertar a sociedade de uma forma geral da dinâmica da exploração de classes, da divisão social do trabalho em classes sociais.⁴⁶

Por sua vez, desde o início, Marx identificou nesse potencial da classe trabalhadora em revolucionar as relações sociais a possibilidade da superação da sociedade de classes, até mesmo a possibilidade de que a história da humanidade deixe de ser a história da luta de classes.

Tendo como referência as obras de Marx e Engels, a partir da dimensão subjetiva, Mattos (2019) estabelece que “essa ‘unidade’ da classe é construída em meio às relações sociais que, para além de engendrarem a oposição de interesses objetivos entre capitalistas e proletários, como decorrência da exploração dos segundos pelos primeiros, produzem também diferenças intraclasse trabalhadora [...]”⁴⁷. Neste contexto, ao versar sobre as divisões que atravessam a classe, o historiador avalia e pontua os desafios para quem defende a validade analítica do conceito de classe trabalhadora e o potencial desse sujeito social transformador, colocando em relevância a questão da opressão de gênero e a opressão de raça concentradas no interior das reflexões marxistas.⁴⁸ Para ele,

Um dos problemas recorrentes da análise marxista desde os tempos de Marx e Engels reside em tentar contornar o significado da heterogeneidade da classe e das distintas experiências históricas de opressão e alienação, combinadas de maneiras também distintas à exploração por meio de uma afirmação simples da prioridade

⁴⁶ Ao refletir sobre a subjetividade da classe trabalhadora (consciência de classe e ação como sujeito histórico/social revolucionário), o historiador recorreu aos textos de Marx e a outros autores do campo marxista, tais como Antonio Gramsci (categoria hegemonia) e E. P. Thompson (categoria experiência). Ambos os teóricos contribuíram de forma indiscutível para o enriquecimento do arcabouço teórico e conceitual desenvolvido por Mattos nesse estudo, discussão teórica sobre a qual também nos fundamentamos.

⁴⁷ MATTOS, 2019, p. 57.

⁴⁸ As reflexões contidas nos seguintes parágrafos tiveram as contribuições dos professores Marcelo Badaró Mattos e Flávia Fernandes Souza durante o curso “Gênero, raça e classe: referências teóricas e estudos de história social do trabalho”, ministrado no primeiro semestre de 2019, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Parte do conteúdo apresentado aqui encontra-se no trabalho de conclusão do curso, no qual elaboramos o artigo intitulado “Classe, gênero e trabalho precário: um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina (1980-1990)”, apresentado em evento nacional com co-autoria do professor Cezar Teixeira Honorato. Ver: SILVA, Eliane Aparecida; HONORATO, Cezar Teixeira. Classe, gênero e trabalho precário: um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina (1980-1990). In: 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia**. ANPUH, Rio de Janeiro: UERJ e UVA - ANPUH, 2021, v.1, p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1613774635_ARQUIVO_ca663142e66f356901f26ca2c5ecd112.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

analítica do conceito de classe sobre outros, como o de gênero ou raça. Se o ponto de vista marxista implica compreender o capitalismo como totalidade dinâmica e contraditória, o desafio que nos toca é o de empreender e traçar estratégias que levem em conta as complexas relações no interior dessa totalidade.⁴⁹

Tendo isso em vista, importa destacar que, apesar de reconhecer as limitações dessas temáticas nas análises marxistas, o historiador aponta que algumas de suas reflexões avançaram nas questões sobre a articulação do capital com as opressões de gênero e racial⁵⁰. Apreendendo o capitalismo como uma totalidade dinâmica e contraditória, ele ressalta a necessidade de um esforço da classe trabalhadora no sentido de reconhecer a sua diversidade, identificar os elementos que a unifique, assim como lutar internamente contra a exploração pelo modo de produção capitalista.

Voltando para a discussão sobre a defesa da validade analítica do conceito de classe trabalhadora de Marx (e Engels) na contemporaneidade, uma abordagem semelhante a de Mattos (2019) foi proposta anteriormente pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes⁵¹. Buscando desdizer os autores que sustentam o fim da classe, este autor reflete sobre o conjunto do processo de mudança na forma de ser da classe, por meio da utilização da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”. Segundo ele, trata-se de uma expressão que inclui “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”⁵², mas abrange também os trabalhadores improdutivos. Deste modo,

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores

⁴⁹ MATTOS, 2019, p. 58.

⁵⁰ Marcelo Badaró Mattos (2018), em outro importante trabalho, destaca a atualidade de Marx, colocando em discussão a potencialidade de algumas reflexões marxianas para o entendimento e o enfrentamento das opressões. Ademais, reivindica a sua pertinência para a abordagem de questões importantes dos debates contemporâneos. No que se refere à opressão de gênero, conforme o historiador, a partir da constatação de Marx em relação ao valor da força de trabalho como correspondente à sua reprodução e, reduzido graças a um trabalho reprodutivo assegurado pela dominação patriarcal e pela opressão da mulher na família, feministas marxistas têm buscado “desenvolver uma análise em que exploração de classes e opressão de gênero se combinam numa perspectiva unitária, totalizante, da sociedade capitalista”. Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões. *Marx e o Marxismo*, v.6, n. 11, jul/dez 2018, p. 355-378.

⁵¹ ANTUNES, Ricardo. A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 101-117.

⁵² *Ibid.*, p. 102.

desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.⁵³

Para Antunes (2009), compreender a “classe-que-vive-do-trabalho” de forma ampla permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações. Como resultado dessas transformações, tem-se a ampliação da heterogeneidade e complexidade no interior da classe trabalhadora. Ademais, a redução expressiva dos trabalhadores industriais, o aumento do desemprego, um movimento de desproletarização do trabalho e, com isso, o crescimento do trabalho parcial, informal, temporário, terceirizado e precarizado.

À expansão do trabalho feminino, marcado pela desigualdade salarial, de direitos e condições de trabalho, soma-se outro fator determinante para as metamorfoses no mundo do trabalho. De acordo com Antunes (2009), o aumento da absorção da força de trabalho pelo setor de serviços significou um forte contingente de assalariados na nova configuração da classe trabalhadora. O autor chama atenção para as transformações organizacionais e tecnológicas, como também as mudanças nas formas de gestão que vêm afetando esse setor, progressivamente, submetido à racionalidade do capital.

De um ponto de vista histórico, Marcel van der Linden⁵⁴ defende a necessidade de redefinir o conceito de classe trabalhadora. Para encontrar uma resposta de como esta teria um conceito mais amplo, ele parte de uma crítica construtiva a Marx, por considerar que “sua análise ainda é a melhor que possuímos”⁵⁵. O seu ponto de partida é a análise da mercadoria, haja vista que, para Marx, o trabalho assalariado livre, no qual o trabalhador, como indivíduo livre, dispõe de sua força de trabalho como uma mercadoria era a forma de mercantilização do trabalho verdadeiramente capitalista. Conforme o autor, o conceito estreito de classe trabalhadora se enquadra nesta definição.

Entretanto, além dos trabalhadores assalariados livres, a pequena burguesia, os trabalhadores autônomos, os escravos e o lumpemproletariado constituíam as cinco principais classes ou semiclasses subalternas no capitalismo. O historiador holandês argumenta que as fronteiras entre as diferentes formas de exploração do trabalho são, na realidade, vagas e graduadas. A partir disso, ele chega ao seguinte conceito de trabalhador subalterno:

Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica

⁵³ ANTUNES, 2009, p. 103-104.

⁵⁴ LINDEN, Marcel van der. Quem são os trabalhadores? In: **Trabalhadores do Mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p. 27-48.

⁵⁵ Ibid., p. 28.

pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção⁵⁶.

Marcel van der Linden (2013) chama atenção para o fato de que se trata de uma definição provisória e cada elemento presente nela demanda reflexão. Tal demarcação, porém, “indica que a base comum a todos os trabalhadores subalternos é a mercantilização *coagida* de sua força de trabalho”⁵⁷. Deste modo, a partir dessa definição, ampliam-se as dimensões a serem analisadas historicamente no processo de produção.

Partindo para a discussão de sindicato, cabe destacar que, no processo de luta de classes, desde o século XIX, no mundo todo e em diferentes períodos, a classe trabalhadora desenvolveu instrumentos de luta contra o capital. E, no confronto imediato entre capital e trabalho, o instrumento de organização mais eficaz foi aquele que chamamos de sindicato.

Com o intuito de caracterizar o contexto em que se deu o início da organização da classe trabalhadora, por meio da ação sindical, recorreremos aos sucintos textos escritos por Marx e Engels⁵⁸. Destarte, uma abordagem marxista sobre o papel dos sindicatos foi realizada por Paulo Agüena⁵⁹ em “O marxismo e os sindicatos”. Nesta obra tomamos como referência, em especial, os seguintes textos: “Papel econômico imediato dos sindicatos”; “Sindicatos (I)”; “Sindicatos (II)” e “Resolução da AIT sobre os sindicatos”, nos quais são apresentados a concepção da luta sindical em Marx e Engels, os limites e as possibilidades do movimento sindical, a questão da luta econômica e política (e a separação entre elas).

Ao tratar do papel econômico imediato dos sindicatos, Marx (2008) evidencia a relevância da atuação sindical para a classe operária, destacando também que as reivindicações dos trabalhadores organizados buscavam regular a taxa de salários. Assim,

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor.⁶⁰

⁵⁶ LINDEN, 2013, p. 41.

⁵⁷ Ibid., p. 41.

⁵⁸ Apesar de Marx e Engels não terem elaborado trabalhos específicos sobre o tema sindicalismo (e sindicatos), essa discussão está permeada em trechos de suas obras e documentos em conjunto com a sua trajetória de pesquisa. Deste modo, Giovanni Alves (2003, p. 21) esclarece que “o que existem são fragmentos (artigos de jornais, extratos de cartas pessoais, resoluções da AIT), que nem por isso deixam de ter um valor heurístico”. Ver: ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru, 2003.

⁵⁹ AGÜENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

⁶⁰ MARX, Karl. Papel econômico imediato dos sindicatos. In: AGÜENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 63.

Além de evitar que os níveis salariais fossem rebaixados a um patamar mínimo de sobrevivência e manutenção da classe operária, buscava-se diminuir as extensas jornadas de trabalho. Com efeito, Marx (2008) aponta que a união dos operários visava “colocar em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos”⁶¹.

Em alguns artigos publicados no jornal *The Labour Standard*, órgão dos sindicatos ingleses, Engels (2008) também apresentou o seu ponto de vista sobre o sindicalismo. Como assinala Giovanni Alves⁶², “os artigos de Engels podem servir para analisarmos qual foi a argumentação dele (e de Marx) sobre os *limites* (e valor) dos sindicatos, numa época em que eles já tinham alcançado um notável prestígio no movimento operário inglês”.⁶³ Um desses artigos foi denominado “Os Sindicatos”, dividido em duas partes, nos quais foram tecidas considerações sobre as lutas do movimento sindical.

Na perspectiva engelsiana, “os sindicatos exercem uma ação de força contra os patrões”, visto que poderiam ser o caminho para a resistência contra a lei geral de acumulação do capital. Ademais, para Engels (2008), “os operários não organizados carecem de formas eficazes de resistência contra essa pressão constante e repetida”. Ele alerta que os salários tendiam a cair sem parar e a duração da jornada de trabalho crescer nas indústrias onde os operários não estavam organizados. Considera também que a organização em sindicatos transformou a classe operária inglesa em uma potência. Afirma ainda que, após décadas de experiência de luta, “agora os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários e da jornada de trabalho [...]”⁶⁴. Para ele, os sindicatos tiveram êxito ao impor pela força a lei dos salários aos patrões capitalistas

Por outro lado, em um segundo texto sobre a mesma temática intitulado “Sindicatos (II)”, Engels (2008) discorre sobre “o papel dos sindicatos na organização da classe operária” tendo em vista a luta desta contra o capital, apresentando as limitações do sindicalismo. Nesse contexto, segundo ele, a luta sindical era um “círculo vicioso”⁶⁵ presa exclusivamente à luta econômica. Outro aspecto destacado pelo teórico era que a luta dos sindicatos travada entre as duas grandes classes antagônicas, capitalistas e operários, tendia a se converter em luta política.

⁶¹ MARX, 2008, p. 63.

⁶² ALVES, Giovanni. Engels e os artigos para o *Labour Standard* (1881). In: **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru, 2003, p. 305-331.

⁶³ *Ibid.*, p. 306.

⁶⁴ ENGELS, Friedrich. Os Sindicatos (I). In: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 69-72.

⁶⁵ ENGELS, Friedrich. Os Sindicatos (II). In: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 73-76.

Com efeito, começa a entender que o movimento atual, como gira exclusivamente em torno dos problemas de aumento de salários e de diminuição das horas de trabalho, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado. Se esta tomada de consciência se estender no seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: estes não gozarão muito tempo do privilégio de ser as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária em conjunto.⁶⁶

Ao ressaltar a necessidade da organização dos trabalhadores no nível da luta política, Engels (2008) argumenta que as organizações sindicais deveriam considerar que estava próximo o momento em que a classe operária reivindicaria sua participação no parlamento, também estava próximo o momento de compreender que a luta pelo aumento dos salários e redução da jornada de trabalho, para a qual a classe estava voltada naquele período, “não é um fim em si, senão um meio muito necessário e eficaz, mas somente um meio entre outros para atingir um fim mais alto: a abolição do sistema de trabalho assalariado”⁶⁷.

Por sua vez, a posição de Karl Marx (2008) sobre os limites e como seria possível o avanço dos sindicatos foi evidenciada em um texto escrito pelo revolucionário alemão na “Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos (I Internacional)” sobre o presente, o passado e o futuro dos mesmos. No que se refere ao seu passado, destacando a importância e a legitimidade da atividade sindical, afirma que os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários ao lutar contra as ordens despóticas do capital, assim “o objetivo dos sindicatos, às vezes, estava limitado às necessidades das lutas diárias, às defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho”. E, mencionando a luta pela emancipação da classe proletária, destaca sobre o seu presente que “os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Tem-se mantido bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas”. Por fim, sobre o futuro dos sindicatos sustenta que, “além de sua função imediata da reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua emancipação radical. Devem ajudar todo movimento social e política de igual tendência”⁶⁸.

⁶⁶ ENGELS, 2008, p. 75.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ MARX, Karl. Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos (I Internacional). In: AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 91-92.

Destarte, as contribuições de Marx e Engels a respeito da luta sindical dos trabalhadores são importantes para compreendermos como eles vislumbravam essa organização no contexto capitalista de luta de classes. Conforme explanamos antes, a defesa tenaz da luta política atravessa continuamente o pensamento de ambos.

Defendendo a atualidade da concepção marxista de sindicalismo, Giovanni Alves⁶⁹ desenvolveu uma análise da reflexão de Marx e Engels acerca desta temática e dos sindicatos. Em seu estudo, o autor constata a existência de uma dupla dimensão nos escritos dos dois revolucionários.

De início, uma contradição real de caráter histórico-ontológico, caracterizada, de um lado, pelo reconhecimento pleno dos *limites do sindicalismo* diante do movimento do capital e, por outro lado, a *defesa intransigente do valor dos sindicatos* (e das lutas operárias de caráter econômico). Esse seria um traço característico do pensamento clássico de Marx e dos marxistas.⁷⁰

Segundo Alves (2003), no contexto social e histórico de crise do capitalismo, os fundamentos da concepção marxista sobre os limites do sindicalismo foram elaborados por Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”⁷¹. Nesta obra, ele versa sobre a condição do proletariado inglês nas fábricas e o seu cotidiano nas grandes cidades no período da revolução industrial, identificando na categoria concorrência um dos elementos cruciais da sociabilidade burguesa. O autor salienta que, para Engels, a concorrência não existe somente entre os capitalistas, mas também entre os próprios proletários.

Nesse contexto, “os movimentos operários nascem, de forma espontânea, da própria condição operária”⁷², como uma forma de defesa dos proletários contra os abusos dos capitalistas. Contudo, conforme Alves (2003), Engels identificou limitações nas organizações das lutas sindicais, visto que não tinham um caráter propriamente dito. Logo, as greves tinham um sentido importante, “de protesto consciente contra a exploração e a precariedade postas pelo movimento do capital”⁷³.

De acordo com Alves (2003), as primeiras considerações de Marx sobre o sindicalismo como objeto de reflexão foram encontradas em sua obra “A Miséria da Filosofia (1847)”. Nela, em contraposição ao ponto de vista de Proudhon, o teórico alemão destaca a importância dos sindicatos (ou coalizões operárias) e das greves, pois “serviriam para

⁶⁹ ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política**. Bauru, 2003.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 335.

⁷¹ ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁷² *Ibid.*, p. 39.

⁷³ *Ibid.*, p. 51.

constituir os operários em classe, para, num segundo momento, derrubar a burguesia”⁷⁴. Ainda, conforme o autor, nesse período Marx passou a apresentar o arcabouço teórico da sua concepção de denúncias dos limites do sindicalismo e do valor das lutas operárias, por meio da consciência de classe.

Outrossim, em um estudo sobre os alcances e limites do sindicalismo a partir da produção teórica e histórica de Marx e Engels, Michelangelo Torres⁷⁵ aponta como ambos “focalizaram a luta e a organização sindical no interior do conflito entre o capital e o trabalho”⁷⁶. Torres (2020) aponta que o conjunto das obras desenvolvidas por estes revolucionários constituem as bases fundamentais da perspectiva crítica anticapitalista, que se consolidou com o marxismo e o socialismo científico, assim como referências importantes para a discussão sobre o sindicalismo no seu tempo. De acordo com o autor, Marx e Engels vivenciaram o período do surgimento e evolução dos sindicatos na Europa. Deste modo,

[...] Ao conferirem positividade no papel e diagnóstico dos sindicatos, também identificaram as limitações das lutas de classes restrita ao campo sindical-corporativo no que se refere a perspectiva da superação da sociedade capitalista. Reconheceram que o sindicalismo é não apenas plenamente compatível com as relações sociais de produção burguesa como constitui um de seus próprios produtos históricos.⁷⁷

Michelangelo Torres (2020) destaca que o sindicalismo surgiu com o próprio desenvolvimento das contradições oriundas da expressão do capitalismo, representando, assim, a passagem da dispersão operária para o início da unidade classista. A ideia dessa unidade coletiva era fundamentalmente impedir o rebaixamento dos salários e, ao mesmo tempo, diminuir as extensas jornadas de trabalho da classe operária, como dito antes. Com o advento do capitalismo industrial e, conseqüentemente, os desdobramentos da lógica das relações de produção capitalistas, os sindicatos passaram a se constituir como uma representação dos interesses e busca por melhores condições de vida e de trabalho dos proletários.

O autor aborda inicialmente a contribuição engelsiana ao tratamento do tema sindicalismo. Em seguida, trata das contribuições de Marx no conjunto de sua obra (uma parte com a colaboração Engels) sobre a mesma temática. Conforme Torres (2020), é na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1845)” que Engels “revela a gênese da

⁷⁴ ALVES, 2003, p. 129.

⁷⁵ TORRES, Michelangelo Marques. Alcances e limites do sindicalismo: contribuições críticas de Friedrich Engels e Karl Marx. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 280-295, dez. 2020.

⁷⁶ Ibid., p. 280.

⁷⁷ Ibid., p. 281.

concepção marxista de sindicato”⁷⁸, analisando as condições históricas e as resultantes sociais da industrialização nas condições de vida e de trabalho da classe operária no contexto da Revolução Industrial. Segundo ele, Engels destacou três fases de desenvolvimento político e organizativo que resultaram posteriormente no desenvolvimento dos sindicatos: 1) manifestação do crime (protesto individual); 2) movimento luddista de destruição e quebra de máquinas como forma de resistência; 3) formação de associações livres de uniões operárias (*trade-unions*), organizadas por ramos de produção, com o objetivo de organizar e proteger os trabalhadores em um movimento coletivo contra as arbitrariedades patronais e do Estado.⁷⁹

Neste contexto, na concepção de Engels, os sindicatos são vistos como imprescindíveis e exerciam um duplo papel: “não apenas amparar os trabalhadores, mas organizar o proletariado e educá-lo politicamente”⁸⁰, do ponto de vista da sua consciência, em torno de interesses comuns. Isto posto, o autor destaca as potencialidades e os limites da ação sindical presentes na discussão engelsiana.

Contudo, apesar de identificar sua potencialidade e ser seu entusiasta, Engels atribui, no limite, um caráter defensivo à luta sindical por se processar no plano econômico-corporativo em nível local e profissional. A debilidade estaria no fato de que a luta sindical não altera os mecanismos de exploração do sistema capitalista. Outro limite da ação sindical identificado por Engels seria sua pouca relevância diante das crises cíclicas capitalistas, uma vez que a luta sindical se tornaria, em termos objetivos, impotente diante da estagnação industrial. Daí a importância de se conectar a luta sindical com a “luta política”, esta identificada como um estágio superior na organização da classe.⁸¹

No que se refere à contribuição marxiana e sua co-autoria com Engels, o autor considera que as contribuições de Marx no conjunto das suas obras⁸² significaram um salto decisivo do ponto de vista qualitativo em relação à contribuição engelsiana, sobretudo, em virtude da sua experiência direta com o proletariado francês.

Em conformidade com Giovanni Alves (2003), ele aponta uma tensão interna nos escritos de Marx acerca da temática sindical, “uma vez que em seu legado teórico há presença da denúncia dos limites do sindicalismo, ao mesmo tempo em que se reconhece o valor da

⁷⁸ TORRES, 2020, p. 282.

⁷⁹ Ibid., p. 281-282.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibid., p. 283.

⁸² Michelangelo Torres (2020) cita diversas obras de Marx com a contribuição de Engels voltadas para o tema sindical, nas quais identificaram os limites dos sindicatos, o valor das lutas sindicais, os seus aspectos políticos e relevância para a classe trabalhadora, além de atribuir um potencial revolucionário ao proletariado: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843); *A Sagrada Família* (1844-5); *Manifesto Comunista* (1848); *A Ideologia Alemã* (1845); *A Miséria da Filosofia* (1847). Ver: Ibid., p. 284-286.

luta sindical enquanto centro de organização da classe operária”⁸³. Nesse contexto, ao mencionar a Associação Internacional dos Trabalhadores e o seu significativo desempenho nas lutas sindicais, discorre sobre a importância e os limites das greves, ressaltando que estas “não são um meio de emancipar completamente o trabalhador, mas uma necessidade na situação atual de luta entre o capital e o trabalho”⁸⁴. As greves, portanto, tinham um caráter pedagógico, um valor moral e não importava os seus resultados imediatos (TORRES, 2020).

Em seu esforço para a construção de uma história global do trabalho, Marcel van der Linden⁸⁵ apresenta um conceito de sindicato similar aos autores já discutidos. Segundo ele, os sindicatos comumente são definidos como “organizações que capacitam os trabalhadores a proteger seus interesses”⁸⁶. Indo além, afirma que eles “existem, primordialmente, para criar condições para negociações salariais, direitos e condições de trabalho, sendo a arma da greve seu trunfo de última instância”⁸⁷.

Destacando também a importância das greves, o historiador holandês aponta que os sindicatos são classificados conforme a frequência com que recorrem a elas: existem aqueles cuja função principal é lutar pela greve (sindicalismo revolucionário); os que não existem apenas para organizar greves; e os que nunca ou raramente organizam greves (sindicatos amarelos).

Ademais, o autor frisa a importância do estabelecimento de uma esfera de controle para o desenvolvimento dos sindicatos. Para tanto, estes têm que dominar um segmento do mercado de trabalho, responsabilizar-se por uma parcela deste setor e coordenar sua operação. Alerta ainda que “as greves são o teste máximo da capacidade de controlar uma esfera”⁸⁸. No entanto, existem ameaças internas (finanças da organização, fraudes e disciplina organizacional) e externas (influências econômicas e não econômicas) a essa esfera de controle. E, dentre as forças impulsionadoras da expansão dos sindicatos, assinala o contínuo aumento da escala da produção (ampliação dos mercados locais em internacionais, inclusive transcontinentais), a ampliação das finanças da organização e a influência política (LINDEN, 2013).

O tema da negociação coletiva também recebeu a atenção de Marcel van der Linden (2013) na discussão sobre os sindicatos. Para ele,

⁸³ TORRES, 2020, p. 284.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ LINDEN, Marcel van der. Sindicatos. In: **Trabalhadores do Mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p. 245-287.

⁸⁶ Ibid., p. 245.

⁸⁷ Ibid., p. 250.

⁸⁸ Ibid., p. 257.

Em termos muito gerais, *todas* as ações coletivas envolvendo negociações com o empregador são uma forma de negociação coletiva. No uso comum, entretanto, o significado de negociação coletiva restringe-se às negociações empreendidas por um grupo de empregados com um ou mais empregadores, que culminam num acordo coletivo – um contrato escrito ou informal, que ambas as partes concordam em observar por certo período de tempo (um ano, por exemplo), independentemente desse contrato ser ou não exigido por lei.⁸⁹

A partir dessa discussão, o historiador holandês elenca diversas possibilidades que propiciam acordos trabalhistas coletivos: 1) destaca a possibilidade que nenhuma das partes (empregado e empregador) atinja seus objetivos; 2) a disposição dos empregadores a abrir mão de pelo menos parte de sua soberania sobre as regras da empresa; 3) os sindicatos não esperam mudanças drásticas na balança de poder em um curto prazo; 4) o sindicato normalmente usa negociadores profissionais; 5) deve haver um firme controle de ambos os lados sobre seus liderados; e, por fim, 6) os sindicatos devem possuir um grau suficiente de liberdade propiciado pelas instituições jurídicas e políticas.⁹⁰

Conforme Linden (2013), outro aspecto importante a ser considerado refere-se às interações entre os sindicatos e as autoridades. Ele destaca que a interferência de representantes estatais nos assuntos internos das entidades sindicais tem sido, de fato, contínua. Deste modo, “sempre que possível, os partidos políticos tendem a usar os sindicatos para expandir ou consolidar sua esfera de influência [...] Em alguns casos, chegaram a incentivar a criação dos sindicatos em escala nacional, bem como sua centralização, a fim de criar novos ‘veículos eleitorais’”⁹¹. Em contrapartida, chama atenção para a forma de posicionamento dos sindicatos perante os partidos políticos e intervenção estatal, que pode ser de repúdio ou mais favorável, favorecendo o envolvimento ativo dos sindicatos no processo político.⁹²

Cabe mencionar o historiador Marcelo Badaró Mattos⁹³, que aponta a institucionalização e a burocratização como agentes limitadores presentes na luta sindical no Brasil. Neste contexto, Mattos (2017) faz uma crítica direcionada aos dirigentes sindicais que encontram vantagens materiais e políticas ao permanecerem por um longo período à frente

⁸⁹ LINDEN, 2013, p. 275-276.

⁹⁰ Ibid., p. 276.

⁹¹ Ibid., p. 277.

⁹² De acordo com o autor, caso haja intervenção dos sindicatos por meio da ação política existem diferentes tipos de abordagem: ação por meio da apresentação de petições às autoridades, organização de manifestações de rua ou organização de greves políticas. Também, os sindicatos podem exercer forte influência sobre atores políticos importantes. Finalmente, os sindicatos podem formar seu próprio partido político ou até mesmo a criação de partidos que trabalham com sindicatos como organizações independentes. Ver: Ibid., p. 278.

⁹³ MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento, mobilização e ação coletiva. In: **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

das entidades sindicais e, com isso, acabam distantes dos reais interesses da classe trabalhadora.

Essa discussão, sem dúvidas, ajuda-nos a refletir como o sindicalismo comerciário de Teresina se constituiu a partir da experiência política de suas lideranças, tendo como perspectiva as experiências dentro e fora do Sindicato.

No que diz respeito aos Comerciários de Teresina, a título de exemplo, identificamos no periódico *O Dia* uma nota intitulada “Sindicato hoje é privativo de diretores”. Trata-se de um manifesto de denúncia publicado em vinte e sete de janeiro de 2000, assinado pelo comerciário à época, Raimundo Nonato dos Santos, afirmando que a direção - há doze anos na gestão do Sindicato - estava utilizando a estrutura e a máquina administrativa do Sindicato dos Comerciários para fazer campanha para a “Chapa Única”, impedindo que outros Comerciários da base concorressem às eleições com uma chapa de oposição naquele ano. Outra denúncia referiu-se a filiação obrigatória dos filiados da entidade ao Partido dos Trabalhadores com o intuito de eleger o dirigente sindical Cícero Magalhães para o cargo de presidente do Diretório Municipal do partido petista.⁹⁴

Quando o sindicalista Cícero Magalhães assumiu o mandato na Câmara Municipal de Teresina, conforme seu relato, renunciou ao cargo de secretário-geral da entidade comerciária, mantendo uma proximidade com a categoria.

Quando eu assumi o mandato de vereador como suplente da Flora, eu renunciei um dia antes o mandato no Sindicato. Fiquei até o dia 19 de Dezembro de 2002 participando da chapa no Sindicato dos Comerciários, por eu ter uma visão de que não tinha como levar as duas coisas [...] não tem como você ser parlamentar e ser dirigente de um Sindicato. Isso não funciona. Você termina confundindo e a sociedade também confunde a tua função.⁹⁵

Ainda segundo o dirigente sindical Magalhães, após as eleições sindicais realizadas no ano de 2000, o Sindicato dos Comerciários de Teresina não teve mais oposição nos pleitos realizados nos anos seguintes. No período entre 2000 e 2016, constatamos que as eleições para a renovação das diretorias foram compostas por Chapa Única, de modo geral, com a participação de membros da própria direção da entidade. Fato esse corroborado na entrevista do sindicalista Gilberto Paixão e confirmado notadamente pelas fontes consultadas. Na verdade, Paixão tomou posse como secretário-geral do Sindicato a partir de 2000, quando

⁹⁴ SANTOS, Raimundo Nonato dos. Sindicato hoje é privativo de diretores. *O Dia*, Teresina, a. XLVIII, n. 12.501, p. 18, 27 jan. 2000.

⁹⁵ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. *Cícero Magalhães Oliveira*: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

Cícero Magalhães se licenciou para candidatar-se a vereador de Teresina, afastando-se somente no período do seu mandato como vereador (2013-2016).

1.2 O Estado Ampliado à luz da teoria gramsciana

Partindo da perspectiva da tradição materialista histórica, realizamos uma breve discussão sobre a compreensão de Estado Ampliado a partir das contribuições de Antonio Gramsci. Para tanto, além das referências presentes nos seus escritos carcerários, recorreremos a Carlos Nelson Coutinho (1992), Marcelo Badaró Mattos (2009) e Sonia Regina de Mendonça (2014), estudiosos das reflexões desenvolvidas pelo revolucionário sardo, que defendem sua potencialidade transformadora, bem como sua atualidade para o entendimento de questões contemporâneas da nossa realidade.

Carlos Nelson Coutinho (1992), considerado um dos intérpretes mais conhecidos e de importância significativa na tradução gramsciana no Brasil, afirma que a base da concepção de Gramsci é a base marxista sobre o Estado. Para ele, o revolucionário sardo foi um dos principais teóricos que promoveu o desenvolvimento da teoria marxista do Estado, tendo, assim, recorrido aos “clássicos” Marx, Engels e Lênin, os quais destacavam o elemento repressivo do Estado como aspecto principal da dominação de classe. O autor destaca, portanto, que “Gramsci não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico”⁹⁶.

Sonia Regina de Mendonça⁹⁷, por sua vez, afirma que Gramsci teve na estrutura das relações sociais de produção o seu ponto de partida para a análise do Estado. Segundo ela, as transformações ocorridas no capitalismo na virada do século XIX para o século XX, com destaque para todo o conjunto de alterações profundas na estruturação do próprio sistema capitalista e, especialmente, a afirmação do Imperialismo foi imprescindível para que Gramsci voltasse sua atenção para compreender as transformações operadas na dominação de classe e, conseqüentemente, no próprio Estado capitalista. Conforme a autora,

Em verdade, a reflexão gramsciana voltou-se para as formas de dominação assumidas pelo capitalismo ocidental desde inícios do século XX – já que, sob o

⁹⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 74.

⁹⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014, p. 27-43.

Imperialismo, transformaram-se e complexificaram-se não só a estrutura produtiva, como também as superestruturas asseguradoras da reprodução da ordem social – mediante o estudo dos processos de organização das vontades coletivas, como o espaço particular da política, da cultura e da ideologia. Nesse processo, o marxista sardo superou, significativamente, o pensamento de Lênin, elaborando um rico e inovador conceito de Estado.⁹⁸

Para Mendonça (2014), a preocupação de Gramsci se deve a sua própria condição de militante italiano, sendo a sua crítica direcionada a toda e qualquer perspectiva economicista que entendesse de maneira mecânica e instrumental as relações entre o Estado capitalista e suas transformações. Diante disso, a autora destaca que a conjuntura política (ascensão do fascismo) vivenciada pelo revolucionário e sua experiência atuante permite compreender o “avanço” das suas reflexões sobre as peculiaridades do Estado capitalista.

A historiadora considera o Estado Ampliado “a principal contribuição de Gramsci no âmbito da renovação do marxismo”⁹⁹. Segundo ela, o sentido mais amplo de Estado é entendido a partir de dois conceitos-chave: sociedade política e sociedade civil. Ao diferenciar a sociedade política, espaço do domínio pela coerção, violência e repressão, da sociedade civil, conjunto de organismos chamados “aparelhos privados de hegemonia”, Sonia Mendonça (2014) depreende que a dominação de uma classe não se dá somente pela coerção, mais também a partir da construção do consenso.

Nessa perspectiva, Carlos Nelson Coutinho¹⁰⁰, em seu estudo do pensamento político de Gramsci, também versou sobre a concepção de Estado desenvolvida pelo marxista sardo. Conforme o autor,

[...] o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.¹⁰¹

O autor complementa essa discussão destacando dois pontos de distinção entre essas esferas: a primeira delas é a diferença que exercem na organização da vida social, na

⁹⁸ MENDONÇA, 2014, p. 32.

⁹⁹ Ibid., p. 34.

¹⁰⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. Teoria Ampliada do Estado. In: **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 73-88.

¹⁰¹ Ibid., p. 76-77.

articulação e reprodução das relações de poder (através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia mediante a direção política e consenso e, por meio da sociedade política, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, dominação mediante a coerção); e a segunda é que se distinguem por uma materialidade (social-institucional) própria (a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado, já os portadores materiais da sociedade civil são os chamados ‘aparelhos privados de hegemonia’ – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política) (COUTINHO, 1992).

Sonia Regina de Mendonça (2014) aponta a importância da figura do intelectual, igualmente presente nas reflexões de Gramsci¹⁰², como efetivo organizador das vontades e da ação coletiva. Desta forma, em seu caderno 12, escrito em 1932 e intitulado “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”, ele afirma que:

os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, de confiança) obtido pelo grupo dominante [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem [...] ¹⁰³.

Na abordagem gramsciana, então, a atividade intelectual representa o exercício das funções de direção, dominação e formação dos prepostos de classe das frações de classe. Para ele, “todo homem é intelectual”, ainda que nem todos assumam tal função. E, discorrendo sobre sua importância, afirma que eles são os que realmente permitem a construção da hegemonia na sociedade à qual estão ligados. Além disso, conforme o teórico, tanto a classe dominante quanto a classe trabalhadora pode produzir seus intelectuais orgânicos, embora existam também aqueles que se consideram independentes de qualquer classe e, com isso, contribuem para propagar as concepções da classe dominante.

Destarte, Mendonça (2014) sustenta que o desenvolvimento de uma classe “depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais” e, partir desta capacidade, “os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas também pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que

¹⁰² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

¹⁰³ Ibid., p. 21.

configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração específica por eles representada”¹⁰⁴.

De forma sucinta, ela ressalta que a singularidade conferida ao Estado capitalista, considerando a noção de Estado Ampliado elaborado por Gramsci, reside no fato dele manter, ao mesmo tempo, um espaço de consenso e não apenas de violência, “sendo o consenso obtido através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado”¹⁰⁵.

Deste modo, uma classe que almeja ser dominante precisa ser uma classe dirigente, também precisa ter na sociedade formas enraizadas de uma cultura, imprensa e organização proletária. Essa discussão está vinculada a ideia que Gramsci tem de partido político, o moderno Príncipe. Para ele, o partido, considerado um intelectual coletivo, possibilita o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores, preparando-os para o enfrentamento das contradições sociais e econômicas.

Recorrendo novamente aos escritos de Gramsci (2010):

[...] O Partido Político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua [...] ¹⁰⁶.

Na visão de Gramsci (2010), o partido político estava diretamente relacionado a formação e atuação dos intelectuais, representando seu elemento organizativo. Ele também afirma que o partido era visto de forma distinta pelos grupos sociais, sendo para alguns a forma própria de criar seus intelectuais orgânicos. Destaca ainda seu papel central enquanto escola de quadros de formação de intelectuais que debatem com outros grupos, produzidos pela própria sociedade capitalista vigente, com o objetivo de atraí-los, por meio do convencimento, para as fileiras do partido.

¹⁰⁴ MENDONÇA, 2014, p. 35.

¹⁰⁵ Ibid., p. 37.

¹⁰⁶ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, v. 2, p. 24.

Marcelo Badaró Mattos (2009) parte da análise de que “o ponto de partida para uma avaliação do alcance analítico e político das reflexões de Antonio Gramsci deve ser a sua concepção de Estado integral, desenvolvida com vistas a melhor compreender as formas atuais da dominação de classe”¹⁰⁷. Nesse sentido, o historiador afirma que a noção integral de Estado buscou o entendimento de como as classes dominantes organizam os seus interesses, com o objetivo de efetivarem sua dominação da forma mais ampla possível.

O autor considera que a noção de hegemonia formulada pelo marxista sardo representou um avanço na análise das relações de dominação nas sociedades capitalistas contemporâneas. Ademais, parte da compreensão de que este conceito estabelece um nexo articulador que envolve toda a “malha” conceitual que o teórico desenvolve nos Cadernos do Cárcere. Logo, de acordo com Gramsci (2000),

O exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados [...] ¹⁰⁸.

Esse conceito, bastante utilizado nos estudos de Gramsci, envolve o processo de controle social, de direção política, cultural e ideológica que é exercida pelas classes e frações de classes dominantes de determinada sociedade. Como citado, o exercício da hegemonia envolve, simultaneamente, elementos de coerção e de consentimento, com a função de garantir a reprodução de valores, de ideias políticas, econômicas e sociais que prevalecem em um determinado momento histórico.

Ante o exposto, importa destacar a definição de Estado a partir de Gramsci (2012). Segundo ele,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente como os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios

¹⁰⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto política socialista. In: **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Niterói, 2009, p. 75.

¹⁰⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, v. 3, p. 95.

em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um certo ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo¹⁰⁹.

Como se vê, Gramsci está se referindo a um Estado classista, no qual, por meio de uma organicidade, os interesses dos grupos dominantes prevalecem. Ademais, o Estado é constituído pelos interesses antagônicos e contradições entre as classes, visto que suas relações são marcadas por conflitos. E, na medida em que essas contradições se manifestam, o equilíbrio instável se rompe. Assim, concordamos com Mendonça (2014), ao advertir que uma das classes “[...] por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa”¹¹⁰.

Do ponto de vista metodológico, convém mencionar que a historiadora compreende a formulação do conceito de Estado Ampliado também como um importante itinerário de pesquisa, ressaltando a utilidade desta noção gramsciana na pesquisa histórica.

Considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição / transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a totalidade.¹¹¹

A partir desta reflexão de Mendonça (2014), concluímos que não somente a noção de Estado Ampliado, como também outros conceitos analíticos desenvolvidos por Antonio Gramsci constituem chaves interpretativas importantes para a compreensão da realidade atravessada pelas contradições do capitalismo. No que tange ao aspecto metodológico, concordamos com a historiadora que as contribuições do marxista sardo também são indiscutivelmente pertinentes.

1.3 O sindicalismo brasileiro e piauiense nos governos do Partido dos Trabalhadores

A proposta aqui é tecer algumas considerações acerca da relação dos movimentos sindicais com as administrações petistas. Buscamos, desta forma, dialogar com autores do campo historiográfico e das ciências sociais que propõem uma análise do cenário sindical

¹⁰⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012, p. 42.

¹¹⁰ MENDONÇA, 2014, p. 38.

¹¹¹ Ibidem.

brasileiro e piauiense no contexto dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Antes de adentrarmos na discussão sobre a temática em relevo, consideramos importante recuar no tempo, abordando, em um primeiro momento, a correlação de forças organizativas e o poder crescente de mobilização da classe trabalhadora que deu origem, a partir dos anos 1980, ao Partido dos Trabalhadores. Em seguida, partimos para uma discussão acerca da crise do sindicalismo brasileiro na década de 1990, período marcado pela ascensão da política neoliberal no Brasil. Posteriormente, destacamos como a chegada de um partido oriundo do movimento sindical suscitou sua participação nas instâncias do governo, bem como as relações estabelecidas com as centrais sindicais, sobretudo a CUT e, a partir da cisão desta, o surgimento de novas centrais.

Nessa direção, dialogamos com autores que sustentam a perda do protagonismo político do movimento sindical e a negociação com o governo, mediante a substituição do trabalho de organização das bases pela negociação do modelo de capitalismo a ser adotado no Brasil (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014). De toda forma, no início dos anos 2000, a redução do desemprego, o aumento do salário mínimo e a retomada do crescimento econômico são elementos que permitem afirmar que houve uma melhoria para a classe trabalhadora durante os governos petistas, repercutindo, de forma positiva, sobre suas condições de luta. Isso pode ser tomado como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social (GALVÃO, 2014).

Fundamentando-se principalmente em Marx, para quem os partidos surgem das lutas específicas da classe trabalhadora e suas organizações políticas, Marcelo Badaró Mattos¹¹², em sua obra intitulada “Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil”¹¹³, empenha-se em discutir as formas organizativas, a ação coletiva e as propostas de transformação constituídas pelas organizações da classe trabalhadora. Discorre ainda sobre o processo de formação e os limites programáticos do projeto do Partido dos Trabalhadores nos anos 1980.

¹¹² MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

¹¹³ Nesta obra, na qual percorre os clássicos do marxismo, o historiador também aborda o processo de constituição da sociedade capitalista, as lutas de classe, as formas de dominação do Estado no Brasil e, por fim, avalia os desafios da classe trabalhadora diante da dominação, exploração e opressão do Estado burguês. Para a construção dos parágrafos, recorreremos especialmente às notas 5 - A organização política, 6 - Movimento, mobilização e ação coletiva e 7 - O programa. Além desta referência, igualmente, tivemos as contribuições do referido autor no curso de formação *online* promovido pelo Afronte intitulado “Formação histórica do Brasil e a luta anticapitalista”, ocorrido em abril de 2020.

Dentro uma perspectiva teórica, partindo da análise da esquerda marxista, Mattos (2017) apresenta a ideia de partido que é o modelo de organização política constituído pela classe trabalhadora, ao longo de sua história, desde o século XIX. Ele destaca que Marx e Engels experimentaram diferentes formas de organização, dentre elas, a constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (SPD), este último apontava para a sociedade socialista. Para o autor, é preciso considerar que o sentido de partido vai mudando com o tempo.

Mattos (2017) chama atenção para o fato de que a função primordial dos partidos nesse horizonte da esquerda socialista, desde Marx até as revoluções do século XX, não mudou significativamente, embora os programas possam ter variado entre estratégias voltadas mais para pólos reformistas e pólos revolucionários. Segundo ele, a função dos partidos de analisar a realidade e elaborar um programa que almejava mudar tal realidade a favor dos interesses da classe trabalhadora, bem como mobilizá-la em torno desse programa continuou existindo.

O historiador cita o revolucionário sardo Antonio Gramsci¹¹⁴ que, em seus escritos carcerários, empreendeu análise acerca do papel do partido para as classes trabalhadoras. Mattos (2017) reforça que “em Gramsci, aparecem de forma condensada a ideia do partido como uma necessária direção política das lutas em direção à revolução e a elaboração da noção de que o partido nasce na luta e das lutas de classe”¹¹⁵. Logo, o partido organiza a vontade coletiva, ou seja, organiza a classe na sua subjetividade, na sua potencialidade de ser o sujeito da transformação histórica. Ademais, funciona como um educador de massas, contribuindo para o avanço da consciência da classe trabalhadora. Para Gramsci (2000), a atuação do partido consiste em promover a “formação de uma vontade coletiva nacional-popular” e a “reforma intelectual e moral”¹¹⁶, a qual deve estar vinculada a estratégia política definida por ele e o programa apresentado para a classe trabalhadora.

A partir dessa discussão categorial realizada ao longo de suas notas, Mattos (2017) busca desenvolver uma reflexão da realidade brasileira, mais precisamente em torno das organizações de esquerda, dos movimentos políticos da classe trabalhadora, em um período recente, que resultaram na criação do Partido dos Trabalhadores.

O historiador assinala que, a partir dos anos 1980, em um período marcado pela luta ascendente da classe trabalhadora, surgiu o Partido dos Trabalhadores aglutinando forças

¹¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

¹¹⁵ MATTOS, 2017, p. 121.

¹¹⁶ GRAMSCI, 2000, p. 18.

oriundas do movimento social, sobretudo do movimento sindical. O surgimento deste partido se deu por meio de aliança do setor mais combativo do movimento sindical, com destaque para as organizações de esquerda, que lutaram contra a ditadura e sofreram derrotas até meados da década de 1970. Também, reuniu uma intelectualidade de esquerda orientada pelo marxismo que se juntou, desde o primeiro momento, para formar o partido. Além disso, teve uma forte aliança e participação de setores mais progressistas ligados à teologia da libertação da Igreja Católica na sua fundação.

Nos anos 1980, também o Partido dos Trabalhadores foi relativamente bem-sucedido em termos de crescimento de sua participação institucional via processos eleitorais, como também em estar presente com destaque em praticamente todas as formas de organização que surgiram, quer no espaço sindical (com a CUT), nas lutas pela terra (com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), assim como em muitas outras frentes de luta nas cidades e no campo [...] o PT contou com instrumentos organizativos que envolviam muito mais que suas fileiras militantes, como organizações de base nos locais de trabalho, moradia, lazer, etc.¹¹⁷

Tal força reivindicativa e mobilizatória tiveram, portanto, um papel relevante nesse processo junto aos setores mais combativos dessas organizações.

Outra questão levantada pelo autor é que, do ponto de vista programático, o PT se definia como um partido que não era nem social-democrata e nem stalinista (de linha soviética, russa). Tratava-se de uma definição muito vaga, mas que apontava para a necessidade de construção de um programa socialista que respondesse aos anseios da classe trabalhadora brasileira no final da ditadura militar. A formulação mais elaborada apresentada pelo programa petista se deu por volta do ano de 1987, em um encontro nacional organizado pelo partido chamado Programa Democrático Popular, o PDP (MATTOS, 2017).

De forma sucinta, Mattos (2017) aponta que o PDP partia de uma avaliação de que, no contexto brasileiro dos anos 1980, ainda não estavam dadas as condições para a luta imediata revolucionária, sendo necessário consolidá-las antes. Por seu turno, o Programa propunha uma estratégia de dupla face para criar tais condições. De um lado, os movimentos sociais, as lutas concretas e imediatas, por questões de reprodução social da classe trabalhadora, através da CUT, do MST e outras organizações pressionando o Estado burguês em direção a uma ampliação de direitos, a uma democratização de fato. Do outro, a ocupação de espaços no interior do Estado pela via das eleições, visto que o PT foi elegendo parlamentares no nível municipal, estadual e federal. A ideia era que esse setor representativo da classe trabalhadora, configurado pelo partido petista, receberia apoio dos movimentos sociais para que essa

¹¹⁷ MATTOS, 2017, p. 130.

pressão dentro e fora do Estado resultasse em conquistas para a classe e, simultaneamente, na criação das condições para a efetiva transformação socialista.

Sobre essa questão, Marcelo Badaró Mattos¹¹⁸, em outro importante trabalho, discute o processo de reorganização da classe trabalhadora, partindo das suas trajetórias construídas na década de 1980. Ao discorrer sobre o PT, o historiador afirma que o ponto de partida de análise pode ser seu parentesco direto com a CUT. Esta, conforme Mattos (2009a),

[...] apresentou-se e cresceu, durante os anos 1980, afirmando a necessidade de enfrentamento com o capital. [...] A CUT, porém, viveu divisões internas significativas. Com o passar dos anos a divisão interna acirrou-se, opondo de um lado a Articulação Sindical e seus aliados e de outro as correntes de esquerda.¹¹⁹

Tal processo foi marcado ainda pela mudança de postura do PT, após a derrota de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989. Diante disso, ao priorizar a conquista de espaços institucionais através de eleições, o partido foi abandonando a preocupação com a mobilização social e aproximando-se, cada vez mais, dos dogmas neoliberais.

Desse modo, ao longo dos anos 1990, o PT abandonou a discussão estratégica sobre o socialismo e, por conseguinte, a estratégia democrática popular se desequilibrou entre os dois pólos: se, por um lado, a participação institucional cresceu, por outro, os movimentos sociais autônomos perderam fôlego. Com efeito, o refluxo das lutas sindicais coincidiu com o período em que o partido petista começou a ganhar mais espaço institucional até alcançar a presidência da República, momento em que o PDP também foi abandonado na prática. Sobre isso, Mattos (2017) assevera que:

As alianças eleitorais com partidos antes rejeitados, como burgueses e a aproximação efetiva com as representações e proposições empresariais no exercício dos mandatos, confirmam um alteração de rota. Por isso, quando em 2002 o PT chegou ao governo federal, o fez através de uma aliança eleitoral e social com setores da (grande) burguesia, o que contrariava frontalmente o PDP de 1987 [...] É por aí que podemos entender melhor o salto do PT, mais evidente quando chega ao governo federal com Lula (embora já em curso na década anterior).¹²⁰

¹¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009a.

¹¹⁹ Ibid., p. 27.

¹²⁰ MATTOS, 2017, p. 167.

Aprofundando a discussão em torno do transformismo do Partido dos Trabalhadores, Eurelino Coelho¹²¹ destaca o afastamento dos vínculos orgânicos deste com a classe trabalhadora. Segundo ele,

[...] organizar a classe como sujeito político independente deixou de ser um objetivo dos seus projetos políticos. Não se pode mais atribuir à esquerda a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora se a tarefa essencial de realizar a organização política desta classe através do “espírito de cisão” foi recusada por ela. Por outro lado, com seu novo projeto político, a esquerda se colocou no terreno da concepção burguesa de mundo, isto é, passou a atuar na prática, como intelectual, ou elemento ativo da classe dominante.¹²²

A análise de Coelho (2005), fundamentada nos conceitos gramscianos, é importante para compreendermos como se deu a reconfiguração na esfera política empreendida pela *esquerda do capital*. Ao discutir o transformismo do partido petista, o autor evidencia o período em que a sigla conquistou a condição de protagonista coincidiu com o distanciamento das lutas sociais e da classe trabalhadora. E, em detrimento da mobilização da classe, oportunizou a consolidação da hegemonia burguesa. Tal mudança se completou com a ascensão do PT ao governo federal.

No Estado piauiense, o Partido dos Trabalhadores nasceu em 1982 dentro dos sindicatos. De acordo com informações publicizadas nos jornais impressos de circulação local, fizeram parte da primeira Executiva Regional nomes ligados a movimentos populares e sindicais: Antonio José Medeiros¹²³ (sociólogo e professor da UFPI), Regina Sousa¹²⁴ (professora e bancária), Francisca Mascarenhas (professora e funcionária do INSS), José Ribamar dos Santos (aposentado), Manuel Antônio Meireles (professor da UFPI) e João

¹²¹ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudança dos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2005.

¹²² COELHO, 2005, p. 466.

¹²³ Antônio José Castelo Branco Medeiros nasceu, em Teresina, em 16 de maio de 1950. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1980, passando a integrar o diretório regional e estadual, assim como a comissão executiva estadual do partido. Em 1981, aprovado em concurso para professor adjunto na UFPI, atuou como secretário-geral da Associação dos Docentes desta instituição e vice-presidente Regional Nordeste da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES). Também, integrou a direção nacional da CUT. Exerceu mandato de vereador pela legenda petista entre os anos de 1989 e 1992. Nas eleições de 2002, foi eleito deputado estadual. Nas eleições de 2006, elegeu-se deputado federal. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medeiros-antonio-jose>. Acesso em: 05 jul. 2022.

¹²⁴ Maria Regina Sousa nasceu em União (PI), no dia 04 de julho de 1950. Formada em letras pela Universidade Federal do Piauí, também atuou junto à classe bancária. Ela é uma das fundadoras do PT e da CUT no Piauí. Também esteve à frente do diretório piauiense do partido por seis mandatos alternados. Em 2015, ocupou o cargo de senadora. Em 2018, foi eleita vice-governadora ao lado de Wellington Dias. Em 2022, tomou posse como governadora do Estado, após Dias deixar o cargo para disputar o Senado. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/03/31/quem-e-regina-sousa-pt-a-primeira-mulher-governadora-efetiva-do-piaui-que-assume-nesta-quinta-31.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2022.

Gualberto dos Santos Soares (assessor de movimentos populares e administrador da Escola Sindical de Caxias, ligada à CUT piauiense)¹²⁵.

Convém destacar que, neste período, também ocorreu o processo de renovação da diretoria do Sindicato dos Comerciários de Teresina, após um grupo constituído por trabalhadores empregados no comércio articular a formação de uma chapa de oposição e conquistar a direção através de eleições¹²⁶. Desta forma, Antonio José Medeiros¹²⁷ considera que um dos pontos marcantes desta renovação ocorrida em 1984 foi a integração entre diversos movimentos sociais na cidade teresinense, bem como a consolidação da CUT no Piauí. Os Comerciários de Teresina filiaram-se à Central no ano de 1986 e tiveram participação efetiva nos seus quadros diretivos.

Os relatos dos entrevistados apontam que os integrantes do Sindicato dos Comerciários ajudaram não só no fortalecimento da CUT no Estado, como também de outras entidades sindicais. Em seu depoimento, o dirigente sindical Gilberto Paixão evidencia que os Comerciários ajudaram na criação e na retomada de alguns Sindicatos, dentre eles, os Urbanitários, Bancários, Motoristas, Construção Civil e Previdenciários.

Nos anos seguintes, o Partido dos Trabalhadores obteve um crescimento gradativo, ocupando uma posição privilegiada na cena política piauiense. E, após completar duas décadas de existência no Estado, contava com 2.630 filiados¹²⁸. Nesse contexto de crescimento, em 10 de fevereiro de 2000, o *Jornal O Dia*, em notícia sobre a comemoração dos vinte anos de fundação do PT no Piauí, evidenciou a proximidade dos seus partidários com o movimento sindical, as primeiras campanhas eleitorais e as dificuldades enfrentadas pelos militantes nos anos iniciais.

Para que o PT pudesse ser registrado no cartório, o trabalhador rural José Pereira da Silva – já falecido, primeiro presidente regional do partido, teve de vender a única cabra que possuía, tamanha a fé que tinha no crescimento dos ideais petistas. A primeira reunião pró-criação do PT aconteceu no dia 20 de janeiro de 1980. No Piauí, o partido surgiu das necessidades das lutas das classes trabalhadoras, segundo Regina Souza, presidente regional do partido. [...] Para ela, durante todos esses anos, o PT sofreu apenas duas baixas que, de certa forma, causaram desconforto: o sindicalista Evaldo Ciríaco, em 1995, e o deputado estadual Olavo Rebelo, que passou para as fileiras do PSB, em 1998. Os petistas afirmam que o PT nunca

¹²⁵ VILARINHO, Marco. História foi marcada por militância. *O Dia*, Teresina, a. XLIX, n. 12.515, p. 3, 10 fev. 2000.

¹²⁶ SILVA, Eliane Aparecida. “Resistir é preciso!”: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPI, 2014.

¹²⁷ MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

¹²⁸ No início dos anos 2000, o Partido dos Trabalhadores contava com dezesseis vereadores; seis vice-prefeituras (Joaquim Pires, Novo Oriente, Caridade e Júlio Borges); um prefeito no município de Alagoinha do Piauí; uma deputada estadual (Francisca Trindade) e um deputado federal (Wellington Dias). VILARINHO, Marco. Partido dos Trabalhadores comemora 20 anos de fundação. *O Dia*, Teresina, a. XLIX, n. 12.515, p. 1, 10 fev. 2000.

recebeu grandes lideranças de outros partidos: “Todos os que hoje detêm projeção no PT nasceram nos meios sindicais e em outros movimentos populares”. O entusiasmo dos militantes começou a crescer mais e mais quando, nas eleições de 1982, a sigla fez três vereadores no Piauí.¹²⁹

Na matéria acima, a presidente regional do PT à época, Regina Sousa, mencionou a desfiliação do sindicalista Evaldo Cunha Ciríaco, que assumiu o cargo de presidente do Sindicato dos Comerciários de Teresina e da CUT no Piauí, concomitantemente, nas gestões 1986-1988 e 1988-1991. Porém, alguns anos depois, Ciríaco também rompeu com outros dirigentes do Sindicato dos Comerciários. E, quando filiado ao PT, atuou como suplente de vereador e deputado estadual de Antônio José Medeiros e Nazareno Fonteles¹³⁰, respectivamente. Segundo consta na publicação do jornal *O Dia*, a desfiliação de Evaldo Ciríaco se deu em virtude da discordância de membros do partido da sua participação na administração de um órgão público, o IMEPI (Instituto de Metrologia do Estado do Piauí)¹³¹.

No que se refere ao movimento sindical, existe o consenso entre sindicalistas e estudiosos do tema de que os anos 1990 foram marcados pelo refluxo. Esse processo foi resultado da queda nas taxas de sindicalização, dificuldade das direções sindicais em mobilizar os trabalhadores, problemas de financiamento nos sindicatos e indefinições políticas das lideranças. Dentre as inúmeras motivações, Mattos¹³² destaca que as transformações no mundo do trabalho, “decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista; e as opções políticas das lideranças sindicais da CUT, em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores”,¹³³ foram determinantes para essa crise.

Conforme Mattos (2009b), isso ocorreu em virtude das precárias formas de contratação, especialmente, as causadas pela terceirização, mudanças no nível de qualificação e do desemprego estrutural. Além disso, ele aponta a chegada de dirigentes ao poder político

¹²⁹ VILARINHO, Marco. Cabra “bancou” registro do partido. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.515, p. 3, 10 fev. 2000.

¹³⁰ José Nazareno Cardeal Fonteles nasceu em Aracaju, no dia 04 de maio de 1954. Médico e professor da UFPI, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e, nas eleições de 1986, concorreu ao cargo de governador do Piauí, sem êxito. Nas eleições municipais de 1988, disputou uma vaga na Câmara de Vereadores e elegeu-se suplente. Nas eleições de 1990, foi o primeiro deputado estadual eleito pelo PT no Piauí. Nas eleições de 2002, foi eleito deputado federal pelo Piauí e obteve a primeira suplência. Com a morte da titular, Francisca Trindade, assumiu o mandato em 2003. No pleito de 2006, foi reeleito deputado federal pela legenda petista. Além disso, assumiu cargos de direção na Central Única dos Trabalhadores e no diretório estadual do PT. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fonteles-nazareno>. Acesso em: 03 jul. 2022.

¹³¹ PT deve pedir a desfiliação de militante com cargo no governo. **Diário do Povo**, Teresina, a. VII, n. 2.176, p. 9, 12 e 13 fev. 1995.

¹³² MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

¹³³ *Ibid.*, p. 126.

identificados com os projetos neoliberais, que diminuiram a participação do Estado. Tal proposta neoliberal se concretizou com a eleição de Fernando Collor de Melo (1989-1992) para a presidência da República.

Seria equivocado, entretanto, derivar diretamente da reestruturação produtiva todo o peso explicativo do refluxo sindical em curso. Não pode ser desprezado o perfil peculiar da estrutura sindical brasileira. Em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização foi frustrado, pois, como vimos, a Constituição de 1988 manteve as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.¹³⁴

Como se vê, o historiador evidencia uma série de condicionantes desfavoráveis para o movimento sindical brasileiro naquele período, inclusive os limites impostos à permanência da estrutura sindical corporativista. Apesar disso, de acordo com Mattos (2009a), houve um aumento do número de entidades sindicais filiadas à central cutista. Ao mesmo tempo, o autor observa uma mudança de postura na atuação desta central, a qual passou a negociar reformas neoliberais, que visavam retirar direitos de alguns setores da classe trabalhadora. Segundo ele, na realidade, “sob o governo de Lula da Silva ocorreu um salto de qualidade, pois a CUT deixou de negociar “o menos pior” nas (contra) reformas apresentadas pelo governo e passou a ser ela também co-formuladora das propostas [...]”¹³⁵.

Especificamente, no que diz respeito a relação da direção da CUT com o “companheiro” Lula, o autor menciona o episódio da reforma sindical e a participação no Fórum Nacional do Trabalho em que a central assumiu uma postura de autonomia frente ao governo, distanciando-se das suas bases e resistindo contra a retirada de direitos. Mattos (2009a) lembra ainda que essa mudança de postura da central ocorreu muito antes da chegada de Lula da Silva à presidência, em 2003.

A crise do movimento sindical na década de 1990 é apontada por Ângela Maria Carneiro Araújo e Roberto Vêras de Oliveira¹³⁶, de modo similar a Mattos (2009b), como resultado do processo de reestruturação produtiva, que gerou uma mudança no perfil da mão de obra e o aumento da divisão no interior da classe trabalhadora, bem como na adoção de

¹³⁴ MATTOS, 2009a, p. 155.

¹³⁵ Ibid., p. 163.

¹³⁶ Ângela Araújo e Roberto de Oliveira (2014) analisam a atuação do sindicalismo nos contextos dos anos 1990 e 2000, sob a configuração do campo democrático e popular, destacando a sua relação com o Governo Lula e a proximidade entre o PT e a CUT. Ambos avaliam que o caráter contraditório e complexo deste Governo levou o sindicalismo a um posicionamento confuso, contribuindo para que seu papel de protagonista político tivesse sido afetado. ARAÚJO, Ângela M. C.; OLIVEIRA, Roberto V. de. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida e FERRAZ, Marcos (Orgs). **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 29-59.

políticas neoliberais, contribuindo para o aumento do desemprego, a precarização nas relações e condições de trabalho e, com isso, sindicatos fragilizados. Tais medidas de cunho neoliberal iniciadas no governo Collor se consolidaram no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a ampliação das privatizações, a diminuição do investimento do Estado em políticas sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho.

No que se refere mais especificamente ao campo das relações de trabalho, no primeiro Governo FHC (1995-1998), foram alterados os padrões de fiscalização das empresas, dificultando a punição para as que descumprissem acordos coletivos e as leis trabalhistas e foram decretadas a desindexação salarial e a desvinculação do reajuste do salário mínimo dos índices de inflação (respectivamente Medidas Provisórias 1079/95 e 1906/97). Em 1998, frente ao crescimento do desemprego, ao descontentamento do empresariado industrial com a política econômica e suas pressões pela *flexibilização* dos direitos trabalhistas, bem como frente à necessidade de atender exigências estabelecidas pelo FMI na negociação de um novo empréstimo, o Governo adotou um conjunto de medidas voltadas para a *flexibilização* dos contratos.¹³⁷

Com efeito, foram instituídos o contrato flexível, o contrato em tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho por tempo determinado e estabelecida a flexibilização da jornada de trabalho. Ademais, no governo FHC houve a tentativa de modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o intuito de flexibilizar as relações trabalhistas. Todavia, a central cutista e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se opuseram com o argumento de que esta mudança resultaria na perda ou redução de direitos e, juntamente com os partidos de oposição, conseguiram vetar a aprovação da lei.

Não obstante a CUT ter tido uma postura de combater as políticas neoliberais adotadas pelo Governo “passou a adotar, por orientação de sua ala majoritária, uma posição mais moderada, negociadora e propositiva”¹³⁸. Na realidade, isso se deve as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos, levando-os a estabelecer mudanças em suas estratégias de ação e organização e assumir uma postura defensiva no plano das negociações coletivas. Esta crise ficou ainda mais evidente com a consolidação das transformações no mundo do trabalho, com a redução do número de greves e a perda do poder de barganha dos sindicatos.

Outro aspecto destacado pelos autores como desfavorável é o surgimento de novas centrais sindicais: a Força Sindical (FS), a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), pois resultou em uma maior divisão política e o aumento das disputas ideológicas no movimento sindical. Também, a mudança de estratégia política da CUT de assumir uma

¹³⁷ ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 32.

¹³⁸ Ibid., p. 34.

postura mais moderada acentuou os conflitos político-ideológicos internos, logo “o raio de ação do sindicalismo se ampliou, ao mesmo tempo em que favoreceu um deslocamento da sua ação do campo do conflito aberto para o da negociação e da participação institucional”.¹³⁹

As contribuições de Araújo e Oliveira (2014) a respeito da crise do movimento sindical, assim como dos demais autores aqui discutidos, são importantes para concluirmos que o cenário que antecedeu a chegada de Lula da Silva, um ex-dirigente sindical, à Presidência do país era desanimador. Desta forma, em meio a um contexto de elevado desemprego e adverso à mobilização dos trabalhadores, o novo Governo encontrou inúmeros desafios, sobretudo retomar o crescimento econômico e desenvolver políticas sociais voltadas aos mais vulneráveis.

Da parte do sindicalismo, pôs-se o desafio de encarar esse projeto de governo como uma oportunidade histórica, seja no sentido de estancar o processo anterior de subtração de direitos sociais, seja no sentido de iniciar a reversão das desigualdades estruturais presentes historicamente no país. Apresentaram-se, grosso modo, duas opções: consolidar-se como *sujeito político autônomo*, determinado a disputar, sob condições e oportunidades político-institucionais inéditas, os destinos do país; ou creditar ao governo o fundamental da iniciativa quanto a isso, identificando-se enquanto parte dele.¹⁴⁰

Entretanto, os autores consideram que ambas as opções citadas eram arriscadas, na medida em que poderia contribuir para arruinar as bases de apoio ao Governo e, por conseguinte, desperdiçar um momento histórico, no caso da primeira opção. Já a segunda opção, trazia o risco de comprometer a sua própria representação e legitimidade, podendo ganhar ares de entidades “chapas brancas”, situação que poderia se tornar insustentável para o Governo Lula e o partido petista.

Ao fazer um balanço do movimento sindical sob os dois mandatos de Lula, Araújo e Oliveira (2014) defendem que o caráter contraditório deste Governo produziu um contexto complexo para o sindicalismo. Eles evidenciam a significativa participação de membros sindicais em diversos escalões do Governo, sob a orientação do “diálogo social”, configurada por meio da criação de órgãos tripartites. Contudo, avaliam que o sentido de participação social não avançou. Neste sentido, os autores pontuam as divergências em torno da aprovação da Reforma Sindical¹⁴¹, que encontrou resistências ao projeto dentro do movimento sindical,

¹³⁹ ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 35.

¹⁴⁰ Ibid., p. 38.

¹⁴¹ Os acordos gerados sobre a Reforma Sindical incluíram: a instituição do *contrato coletivo*, a legalização das Centrais Sindicais, a organização sindical por ramo de atividade econômica, o fim do *Imposto Sindical*, a substituição do monopólio da representação por um sistema de reconhecimento sindical mais participativo e

dos partidos de oposição e setores do empresariado, tendo sido reconhecido posteriormente, no segundo mandato de Lula, mediante a negociação entre o Ministério do Trabalho e as centrais sindicais (Lei 11.648/2008)¹⁴².

É importante mencionar que, apesar das divergências, a proximidade entre as lideranças sindicais e o Governo permaneceu ao longo dos dois mandatos de Lula. De toda forma, os autores citados elencam alguns momentos de tensões entre eles, devido à Reforma da Previdência e à crise do “mensalão”. Tais fatores contribuíram para aprofundar as dissidências entre as centrais sindicais e no interior da CUT. Ainda que esta central expressasse seu combate à corrupção, não adotou uma posição mais crítica no que diz respeito a esse escândalo. Assim, as divergências internas manifestaram-se de maneira mais clara no decorrer do Governo Lula.

Outro ponto de tensionamento com o sindicalismo refere-se às contradições produzidas pela política econômica, que provocou a elevação da taxa de juros, o aumento do desemprego e pequenos reajustes do salário mínimo. Os autores advertem, no entanto, que as críticas àquele Governo diminuíram na medida em que foi melhorando os indicadores de emprego, de salário e o investimento em políticas sociais favoráveis aos trabalhadores. Deste modo, a partir de 2004, o aumento de empregos formais e a queda das taxas de desemprego somadas ao crescimento da renda do trabalho produziram melhorias significativas das condições do mercado de trabalho. Em tal conjuntura, houve a retomada da ação sindical e melhoria nas negociações coletivas.

No que se refere à redução das greves nesse período, Araújo e Oliveira (2014) levantam a hipótese de que o apoio dos sindicatos vinculados às centrais sindicais ao Governo e a postura negociadora da CUT, assim como as dificuldades para a mobilização em virtude das transformações do mundo do trabalho, são fatores que ajudam a explicar essa redução.

Sobre o posicionamento do sindicalismo frente ao Governo Lula,

Comparando-se o momento atual com os contextos dos anos 1990 e, principalmente, dos anos 1980, sobressai o fato de que o sindicalismo perdeu em muito a condição de protagonista político. Apesar do momento atual estar oferecendo condições mais favoráveis quanto aos ganhos econômicos e sociais, assim como quanto ao exercício da prática sindical, as Centrais Sindicais não têm conseguido pautar o debate

plural, a relativização do Poder Normativo da Justiça do Trabalho, a ampliação do direito de greve, a criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 41).

¹⁴² A consequência mais visível da “reforma sindical fatiada” – reconhecimento das centrais sindicais com a manutenção da contribuição sindical (imposto sindical) e a possibilidade de reconhecerem legalmente suas próprias federações e confederações – tem sido a proliferação de entidades sindicais sem que disso resulte o fortalecimento da representatividade e da capacidade de negociação coletiva, objetivos iniciais das discussões da FNT (LADOSKY; RAMALHO; RODRIGUES, 2014, p. 67).

político do país a partir de suas demandas. No máximo, vêm administrando uma agenda de negociações diretas (com certos ganhos) e uma outra (nem sempre de modo associado à primeira) voltada à participação em espaços institucionais públicos e sindicais.¹⁴³

Destarte, os autores avaliam que, apesar da retomada da ação sindical e de significativa participação na cena política, no início da década de 2000, os seus representantes não conseguiram conduzir o debate político como antes, afetando seus potenciais de organização e mobilização.

A partir do levantamento das resoluções congressuais e na imprensa sindical, um estudo realizado por Ladosky, Ramalho e Rodrigues¹⁴⁴ sobre as ações e os dilemas da CUT nos mandatos de Lula e Dilma aponta o seu esforço em manter-se em apoio ao projeto político representado pelos governos petistas, porém sem perder sua capacidade crítica. Assim, ao contextualizar as ações desta central, tendo em vista a conjuntura econômica e política do país e sua trajetória histórica, afirmam que:

As mudanças operadas no padrão de ação da CUT – de uma CUT – movimento, na década de 1980, para uma CUT – institucional, a partir dos anos 1990 – se consolidaram no período Lula/Dilma, devido a uma maior interlocução política entre os principais agentes sociais sobre questões de trabalho, mas esse passo não significou abrir mão ou ser passivo e acomodado frente às lutas trabalhistas.¹⁴⁵

Portanto, os autores reconhecem que a presença de uma liderança sindical na presidência da República, bem como o apoio político ao Governo trouxe problemas e novos desafios para as organizações e representações de classe, sobretudo para os sindicatos liderados pela CUT. Para eles, esta central se colocou no “campo de contradições e de disputa interna do governo Lula e Dilma”¹⁴⁶.

De acordo com Ladosky, Ramalho e Rodrigues (2014), comparando as Resoluções da CONCUR e as pautas de mobilização, as principais bandeiras de luta sobre as quais a CUT teve algum tipo de atuação, no período entre 2003 e 2013, foram a valorização do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário e direitos, o combate à terceirização e à precarização do trabalho, dentre outras reivindicações. Ademais, um balanço das ações desenvolvidas pela Central nesse período revela que foram

¹⁴³ ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014, p. 56.

¹⁴⁴ LADOSKY, M. H. G.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida e FERRAZ, Marcos (Orgs). **O Sindicalismo na Era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 61-85.

¹⁴⁵ Ibid., p. 72.

¹⁴⁶ Ibidem.

diversificadas e articularam: mobilização de rua; atuação em conselhos e outros espaços tripartites; *lobby*/pressão, publicação de notas à imprensa, entrevistas e artigos em jornais de grande circulação e na *internet*; e negociação com o governo e parlamentares.

Igualmente, os autores constataam uma postura mais propositiva da CUT. Segundo eles, embora estivesse presente um conflito de interesses entre os próprios setores do governo, houve pontos de identidade entre a posição política desta central e a posição do governo Lula/Dilma. Neste sentido, eles sustentam que o papel dos sindicatos, sobretudo da CUT, ganhou visibilidade nessa conjuntura. Afinal,

[...] a sua interlocução com um governo com sensibilidade política para atender, até certo ponto, parte das reivindicações das entidades sindicais, aumentou a eficácia política da central, com conquistas que não seriam possíveis em outras conjunturas e com governos contrários, do ponto de vista político e ideológico¹⁴⁷.

O tema da nova configuração do movimento sindical nos governos Lula, tanto em sua dimensão organizativa quanto em sua dimensão político-ideológica, a partir da análise dos processos sociais, políticos e econômicos no decorrer destes mandatos foi analisado por Andréia Galvão¹⁴⁸. A autora sustenta que a reformas sindical e trabalhista impulsionou esse processo de reconfiguração. Ela discute também as causas do predomínio do apoio àquele Governo e identifica alguns elementos relacionados à estratégia sindical, utilizando como exemplo a crise econômica e financeira internacional.

De acordo com Galvão (2012), vários fatores motivaram a reconfiguração: o descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo governo Lula; a posição da CUT e da Força Sindical perante o governo petista; as estratégias adotadas para envolver o movimento sindical com sua plataforma política; e a adoção de uma legislação que consagrou o financiamento e o reconhecimento das centrais sindicais.

A autora, primeiramente, explica que a insatisfação dos sindicatos ocorreu por que Lula manteve a plataforma política do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), aprovando diversas reformas que reduziram os direitos trabalhistas, como a Reforma da Previdência. Isso levou à cisão de alguns sindicatos com a CUT, em virtude do apoio desta central e da Força Sindical ao então presidente petista, o que, aliás, garantiu cargos no governo para esta última. Tal divisão resultou na criação de duas novas organizações: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em 2004, e a Intersindical, em 2006. Outro

¹⁴⁷ LADOSKY; RAMALHO; RODRIGUES, 2014, p. 81.

¹⁴⁸ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 187-221.

aspecto destacado por ela é a criação dos organismos tripartites, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), como um meio de atrair o movimento sindical com sua plataforma política, e que visava “discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas”¹⁴⁹. Soma-se a tudo isso o reconhecimento das centrais sindicais, que suscitou cisões e fusões de correntes sindicais¹⁵⁰.

A respeito da fragmentação no interior do movimento sindical no Governo Lula, a interpretação apresentada por Andréia Galvão (2012) fundamenta-se na ideia de que esta divisão pode ter dois significados opostos, visto que:

[...] de um lado, pode ser indicativo de vitalidade, pois foi a forma encontrada por uma parcela do movimento sindical para manifestar sua insatisfação e seu descontentamento tanto em relação ao governo quanto em relação às centrais sindicais próximas a ele. De outro lado, parece expressar uma tendência à acomodação política, já que algumas organizações foram criadas em decorrência das mudanças introduzidas pelo governo na legislação sindical, de modo a se adequar a essas mudanças e se aproveitar dos benefícios por ela introduzidos.¹⁵¹

A referida autora argumenta que tais elementos denotam que não é possível analisar o movimento sindical de forma unidimensional, uma vez que a divisão organizativa tem diferentes motivações e significados.

Como já citado, esse período foi marcado pelo surgimento de novas entidades sindicais, como a Conlutas (com uma forte presença do movimento estudantil em seu interior) e a Intersindical (criada por algumas correntes de esquerda), tendo em vista a saída de vários membros e dirigentes da central cutista, que adotou um discurso mais ofensivo. Galvão (2012) chama atenção para o fato de que “mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que opõe defensores da unicidade sindical de um lado e seus críticos de outro, o surgimento de novas entidades foi fruto de uma disputa política entre diferentes

¹⁴⁹ GALVÃO, 2012, p. 190.

¹⁵⁰ Segundo a autora, essa medida resultou em um novo movimento de divisão e fusão de correntes sindicais, cujo interesse de atender às condições para obter o repasse da parcela do imposto sindical: por um lado, constituiu-se a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), oriunda, sobretudo da Corrente Sindical Classista, que também deixa a CUT; de outro, verifica-se um processo de fusão de antigas e, por vezes, pouco expressivas correntes sindicais, ocasionado por fatores mais pragmáticos do que político-ideológicos: é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS) (Ibid., p. 191).

¹⁵¹ Ibid., p. 191.

concepções e práticas sindicais”¹⁵². Tal disputa se referia à relação com o Governo e ao posicionamento perante as reformas.

Neste contexto, a autora argumenta que a questão em torno da Reforma Sindical e da Reforma Trabalhista favoreceu para alterar o cenário sindical, tanto do ponto de vista especificamente organizativo, quanto no que diz respeito a postura das organizações sindicais diante do Governo.

Cabe ressaltar que, no segundo mandato de Lula, as centrais sindicais passaram a assumir, algumas vezes, um discurso mais crítico em relação ao Governo. Contudo, Galvão (2012) destaca que a forma pela qual estas centrais demonstraram seu descontentamento perante algumas medidas e propostas do Governo diferiu. Isso por que “as centrais mais próximas adotam uma posição predominantemente institucional e preferem negociar a política, ao passo que as mais críticas optam por mobilizar sua base para tentar resistir às medidas que consideram prejudiciais aos trabalhadores”¹⁵³.

Apesar disso, ela avalia que a adesão das centrais e, conseqüentemente, sua dificuldade de mobilização era considerada pequena, em virtude dos elevados índices de aprovação mantidos pelo Governo Lula no decorrer dos seus dois mandatos. Deste modo, questões importantes como os ganhos no salário mínimo e o crescimento econômico que contribuiu para diminuir o desemprego e a informalidade ajudam deslindar porque a insatisfação com esse Governo era pontual e moderada.

De toda forma, ainda que a divisão organizativa tenha aumentado nos mandatos de Lula e os diferentes posicionamentos das centrais em relação ao Governo (apoio ou conciliação ou oposição e resistência), a crise econômica e financeira internacional contribuiu para que as centrais adotassem uma plataforma comum, pautada na defesa do emprego e dos direitos sociais, na luta contra a flexibilização e contra as demissões, assim como pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Por seu turno, a CUT e outras centrais que apoiaram Lula, priorizaram a negociação com este Governo, prevalecendo uma perspectiva propositiva (GALVÃO, 2012).

Em suma, nessa conjuntura da nova configuração, a referida autora depreende que parte do movimento sindical optou pela negociação com o governo petista, substituindo o trabalho de organização das bases pela negociação do modelo de capitalismo a ser adotado no Brasil, o que, de fato, garantiu o seu compromisso com a gestão do capital.

No Piauí, a partir de 2002, assistimos a uma ascensão do PT como principal força

¹⁵² GALVÃO, 2012, p. 196.

¹⁵³ Ibid., p. 209.

política. Assim como a eleição de Lula, a vitória de Wellington Dias¹⁵⁴ no primeiro turno para o Governo do Estado reacendeu as esperanças das camadas populares, que se identificaram com a origem social do candidato. Isso porque, antes de iniciar carreira política, ele destacou-se no movimento sindical piauiense, tendo presidido o Sindicato dos Bancários de Teresina no período entre 1989 e 1992.

Como reflete Vítor Sandes Freitas¹⁵⁵, “somando-se as duas ondas – Lula e Wellington – a lógica de disputas estaduais passou por uma profunda transformação no Estado em 2002, tornando o PT um ator relevante no cenário político estadual”¹⁵⁶. Destarte, Freitas (2015) aponta que essas eleições significaram um marco histórico na política piauiense, pois “estabeleceu o fim da polarização PFL-PMDB, colocando o PT como fiador da política estadual até 2010”¹⁵⁷.

De forma similar, em 1º de janeiro de 2003, o jornal *O Dia*, na publicação intitulada “PT chega ao poder após 20 anos”¹⁵⁸, assinada por Fábio Novo (que tempos depois também se filiou ao Partido dos Trabalhadores), destacou o significado histórico para o Piauí com a vitória de Wellington Dias, tendo em vista que o pleito de 2002 teve um elevado comparecimento nas urnas (cerca de 1,5 milhão de piauienses). Destacou ainda que Wellington Dias foi o primeiro governador petista do Nordeste e o primeiro governador eleito em um único turno no Piauí, tendo recebido 93.078 votos da maioria sobre o candidato Hugo Napoleão, do PFL.

Em outra reportagem do mesmo jornal, é perceptível as expectativas em torno do novo governo estadual.

A ascensão ao poder - e hoje a assunção - de Wellington Dias, líder maior do Partido dos Trabalhadores (PT), representa um dos momentos mais importantes da história política do Piauí. Ao tomar posse do cargo de governador do Estado, o bancário e

¹⁵⁴ José Wellington Barroso de Araújo Dias nasceu em Oeiras (PI), no dia 05 de março de 1962. Foi criado em Paes Landim (PI), onde iniciou sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Aprovado em concurso, tornou-se bancário, funcionário da Caixa Econômica Federal e exerceu cargos na direção do Sindicato dos Bancários em Teresina. Em 1985, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. Em 1992, foi eleito vereador de Teresina. No ano de 1994 renunciou ao mandato, elegendo-se como deputado estadual, bem como atuou como presidente do Diretório Regional do PT (1995-1997). Nas eleições de 1998, elegeu-se com deputado federal do Piauí. Em 2002, conquistou o cargo de governador do Piauí e foi reeleito em 2006. Em 2010 renunciou ao cargo para cargo para candidatar-se ao Senado, cargo para o qual foi eleito. Em 2015, voltou ao governo do Estado e reelegeu-se em 2019. Em 2022, foi eleito senador pela segunda vez. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dias-wellington>. Acesso em: 03 jul. 2022.

¹⁵⁵ SANDES FREITAS, V. E. V. de. **Alianças partidárias nos Estados Brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

¹⁵⁶ Ibid., p. 178.

¹⁵⁷ Ibid., p. 191.

¹⁵⁸ NOVO, Fábio. PT chega ao poder após 20 anos de luta. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.544, p. 1 e 2, 01 jan. 2003.

ex-líder sindical, de carreira meteórica, ratifica simbólica e factuamente a derrocada de forças tradicionalíssimas, as chamadas oligarquias que detiveram o mando das ações na cena política ao longo de quase quatro décadas [...] E surge então uma nova geração de políticos e líderes, pontificados por Wellington Dias, cuja maior afinidade, além de exercitar a condição de se opor ao “*status quo*” do PFL, do PTB, respectivos “satélites” partidários, e outros partidos tradicionais, além do ideário socialista, de esquerda, está nas respectivas origens humildes, populares, não ligadas às famílias seculares [...]”¹⁵⁹.

É interessante destacar que, além de Wellington Dias, diversos políticos oriundos de setores sociais populares e membros de Sindicatos também foram eleitos para o cumprimento de cargos políticos nesse período. Foi o caso do sindicalista comerciário Cícero Magalhães, eleito vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores em 2002, como já citado. Magalhães foi um dos primeiros parlamentares que se declarou pertencente a uma categoria. Ele presidiu o Sindicato dos Comerciários a partir dos anos 1990 e, paralelamente às atividades políticas, continuou participando das atividades da entidade comerciária teresinense¹⁶⁰.

Vale resaltar que, no decorrer dos mandatos de Wellington Dias, o estilo participativo do governo petista foi perdendo espaço. Solimar Lima¹⁶¹ aponta que Dias adotou uma política voltada para a área do trabalho e da renda, a fim de tentar amenizar o desemprego e a pobreza no Estado, favorecendo o reconhecimento dos atores sociais coletivos representados por movimentos sociais. No entanto, a política pública de qualificação e capacitação do trabalho adotada pelo governo estadual, em consonância com a estratégia federal, favoreceu a ampliação da desvalorização do trabalhador piauiense, provocando alterações no volume de empregos, no perfil e qualificação dos trabalhadores, fortemente sentida pelos segmentos mais pobres, e isso gerou tensões sociais.

Com efeito, setores organizados da sociedade, precisamente do movimento sindical, com forte tradição de mobilização e, até então, apoiadores do Governo, provocaram debates e negociações, realizaram manifestações e greves. Desta forma, no Piauí, a reação do governo

¹⁵⁹ FONTENELE, Sérgio. Virando a página da história. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.544, p. 1 e 2, 01 jan. 2003.

¹⁶⁰ Ao discorrer sobre a ocupação profissional dos parlamentares piauienses no período compreendido entre 1998 e 2014, Livia Alves (2018) aponta a presença de deputados pertencentes às classes mais populares e ao sindicalismo na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi). Segundo ela, isso trouxe mudanças significativas em relação à conquista em um espaço de poder dominando por profissionais liberais e bacharéis. Logo, a partir dos anos 2000, outros deputados sindicalistas (Olavo Rebelo, Antonio Castelo Branco, João de Deus, Assis Carvalho, Francisca Trindade, Flora Izabel, Rejane Dias e Merlong Solano) eleitos pela sigla petista tiveram uma ascensão política efetiva dentro do Legislativo piauiense. Ver: ALVES, Livia Maria. **Eleições, Partidos e Oligarquias**: permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

¹⁶¹ LIMA, Solimar Oliveira. O Governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela. (Org.) **Governo e políticas públicas**: a experiência do Piauí. Rio de Janeiro: Booklink, 2009, p. 161-185.

estadual para todos que o enfrentaram através da estratégia de greve seguiu o modelo utilizado pelo partido na esfera federal: repressão e tentativa de desarticulação do movimento através da cooptação de lideranças. Esta cooptação ajuda-nos a explicar a relação do PT com os representantes do Sindicato dos Comerciários de Teresina no período recortado na Tese.

Nesse sentido, em seu estudo sobre o sindicalismo docente superior no Estado do Piauí (2003-2012), Rosângela Assunção¹⁶² destaca que as divergências de várias entidades sindicais nos primeiros mandatos do governo Wellington Dias e a dificuldade de abrir um canal de negociação com a classe trabalhadora suscitou a deflagração de greves, sobretudo do funcionalismo público. Utilizando jornais de circulação local, atas de assembleias e a metodologia da História Oral, Assunção (2017) analisa a relação entre a Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí (ADCESP), o Estado e a reitoria da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) durante as greves dos docentes. De acordo com a autora, “de 2003 a 2012, foram cinco greves conduzidas por ela e, nos anos em que não aconteceram greves foram marcados por protestos, paralisações, manifestações a respeito dos problemas enfrentados pelos professores e pela própria instituição”¹⁶³. Ela destaca ainda que entre 2007 e 2012, a Associação foi conduzida por presidentes filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e, portanto, por posturas críticas ao governo do Estado. Ela depreende, então, que a relação com o Estado foi marcada não só pela dificuldade em dialogar, como também pelo uso da força da lei para encerrar os conflitos grevistas dos docentes.

Por sua vez, Danilo Enrico Martuscelli¹⁶⁴ afirma que o PT, desde que conquistou o Executivo federal, passou a pôr em prática a política social-liberal, que representava prioritariamente os interesses da grande burguesia interna¹⁶⁵ e abria a possibilidade de pequenas concessões às classes populares, abandonando o programa democrático-popular. No entanto, afirma os governos petistas de modo algum se autodeclaram social-liberais,

¹⁶² ASSUNÇÃO, Rosângela. **Sindicalismo e memória da vivência docente superior no Estado do Piauí**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2017.

¹⁶³ Ibid., p. 103.

¹⁶⁴ MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: OUVINÃ, Hermán; REY, Mabel Cristina Thawaites (org.). **Estados em disputa: auge y fractura del ciclo de impulsión al neoliberalismo en América Latina**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018, p. 90-120.

¹⁶⁵ Conforme o autor, a burguesia interna é uma fração da classe que ocupa uma posição intermediária entre a burguesia nacional e a burguesia compradora/associada e possui uma posição ambivalente de contradição e dependência em relação ao imperialismo, sustenta *prioritariamente* um tipo desenvolvimento capitalista, voltado para o mercado externo, tende a ser refratária à ampliação de direitos sociais e trabalhistas visto como obstáculos à competitividade e se situa em segmentos importantes das seguintes atividades econômicas: construção civil, mineração, agronegócio, indústria têxtil e alimentícia, indústria naval, entre outras (MARTUSCELLI, 2018, p. 93).

procurando se apresentar como uma ruptura completa com o neoliberalismo, ou seja, como governos neodesenvolvimentistas. Ele esclarece que foi a “ideologia neodesenvolvimentista”, pautada na ideia de uma recuperação do emprego, do salário, do ativismo do Estado que consolidou uma aproximação da grande burguesia interna com os governos petistas e com frações relevantes dos trabalhadores organizados e desorganizados. Sobre tal proximidade, o autor destaca que:

Foram a confluência de interesses com segmentos do sindicalismo que vinha aderindo a lógica do sindicalismo de resultados (não classista) e o desgaste do neoliberalismo, os fatores históricos decisivos que permitiram a convergência política desses distintos interesses e a eleição de Lula. No entanto, é somente a partir da crise do “mensalão”, em 2005, que tal aproximação se consolidou efetivamente. Numa conjuntura de crise política sem crise econômica, o governo Lula soube aproveitar-se da situação e garantir a continuidade do seu governo por meio da organização de uma unidade de compromisso – instável, é verdade, entre a grande burguesia interna e amplos segmentos do movimento popular e sindical e também dos trabalhadores desorganizados.¹⁶⁶

Ainda que o referido autor evidencie a importância dessa aproximação para o Governo Lula, adverte que essa unidade política não esteve sustentada na defesa de um programa mínimo comum, constituindo-se em “objetivos convergentes” e que nem sempre estavam evidentes para os sujeitos envolvidos, por isso o caráter instável desta unidade representada por uma frente política.

Martuscelli (2018) sustenta que as vitórias consecutivas dos candidatos petistas nas eleições presidenciais são um indicativo do fortalecimento político da burguesia interna e da ampliação das concessões materiais às classes dominadas, assim como da desagregação das funções de hegemonia política e ideológica. Dentre as iniciativas dos governos petistas que representaram conquistas importantes para as classes dominadas, em consonância com os autores discutidos, destaca o aumento progressivo do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e outras conquistas em termos de direitos trabalhistas para alguns segmentos específicos da classe trabalhadora, como a aprovação da lei do trabalho doméstico por exemplo. Para ele, tais medidas podem ser consideradas “progressistas”, porém estão longe de se apresentarem como uma ruptura com o capitalismo neoliberal.

No que se refere à crise política que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, assinala que o histórico do partido petista de realizar reformas no capitalismo neoliberal e sua proximidade com setores do movimento sindical e popular foram elementos impeditivos de avanço na execução da política de interesse da burguesia associada

¹⁶⁶ MARTUSCELLI, 2018, p. 93-94.

ao capital financeiro internacional. Neste contexto, um dos fatores elencados pelo autor que colaboraram para a deflagração da crise política, da qual emergiu o discurso da corrupção governamental, foi o crescimento significativo de greves, especialmente do setor privado. Na verdade, ele acredita que isso pode ter sido um dos fatores decisivos para gerar a reação da grande burguesia interna contra o Governo Dilma no ápice da crise política.

Ademais, a significativa polarização das eleições presidenciais de 2014, a renovada composição do Congresso Nacional e a perda de base parlamentar do Governo Dilma favoreceram o acirramento daquela crise. O autor chama atenção para o fato de que a renovação do Congresso foi expressa pela redução da base parlamentar do partido petista, como também a mudança de perfil dos seus parlamentares. Assim, aos poucos, o partido deixou de protagonizar o lançamento de candidatos trabalhadores. Segundo ele, “comparando os dados de 1998 a 2014, observam que a lista de presença do número de trabalhadores nas listas do PT caiu para menos da metade. Por fim, indicam que a taxa de sucesso de trabalhadores eleitos pelo PT decresce ano após ano até chegar a zero em 2014”¹⁶⁷.

Para Martuscelli (2018), outra singularidade do Governo Dilma se refere ao realinhamento político da grande burguesia interna rumo ao campo político conservador, o qual permite caracterizar a crise política como tal e como crise do social-liberalismo. Ele explica que esse realinhamento impôs ao campo popular e sindical diversos obstáculos a serem superados, em termos organizativos e de métodos de luta, ao passo em que vinha dando sustentabilidade às reformas do capitalismo neoliberal e, por isso, podendo ser considerado um indicativo do fortalecimento político e ideológico da burguesia associada ao capital financeiro internacional.

Ainda segundo o autor, outro aspecto a ser considerado são as manifestações massivas de rua organizadas pela oposição de direita, contribuindo para aprofundar ainda mais a crise política. Nesta conjuntura, forças alinhadas ou não ao Governo Dilma tomaram as ruas para contestar o golpe de Estado. Martuscelli (2018) destaca a participação de diversas organizações que promoveram atos para debater e denunciar o golpe, a partir de duas frentes de luta:

[...] a Frente Povo Sem Medo, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), à Intersindical, à União Nacional dos Estudantes (UNE), à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e outras organizações progressistas e socialistas, destacando-se no meio partidário a militância do PSOL, e a Frente Brasil Popular, congregando CUT, CTB, Movimento

¹⁶⁷ MARTUSCELLI, 2018, p. 111.

dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), UNE, UBES, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Consulta Popular e demais entidades mais próximas do governo Dilma, do PT e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).¹⁶⁸

Neste cenário de instabilidade política, identificamos no editorial formulado pela comissão de imprensa do Sindicato dos Comerciários de Teresina, *Balcão*, que os membros da entidade comerciária também participaram de diversas manifestações contra o *impeachment* de Dilma Rousseff. No periódico, os Comerciários chegaram, inclusive, a divulgar uma nota de repúdio com os nomes dos deputados federais pelo PiauÍ que votaram a favor (Júlio César (PSD), Iracema Portella (PP), Átila Lira (PSB), Rodrigo Martins (PSB) e Heráclito Fortes (PSB)) e contra (Assis Carvalho (PT), Rejane Dias (PT), Fábio Abreu (PTB), Paes Landim (PTB) e Marcelo Castro (PMDB)) o golpe, ressaltando que os políticos que os primeiros não mereciam o voto da classe trabalhadora.¹⁶⁹

¹⁶⁸ MARTUSCELLI, 2018, p. 112-113.

¹⁶⁹ O GOLPE é contra a classe trabalhadora. **Balcão**, Teresina, n. 266, p. 1-3, 01 mai. 2016; DILMA, cidadã teresinense. **Balcão**, Teresina, n. 269, p. 1, 17 ago. 2016 e PERSEGUIÇÃO ao Sindicato dos Comerciários: deputado federal tenta censurar o Balcão. **Balcão**, Teresina, n. 271, p. 3, 22 nov. 2016.

CAPÍTULO 2

“SE ATÉ ELE DESCANSOU NO SÉTIMO DIA, POR QUE TRABALHAR NO DOMINGO?”

Neste capítulo discorreremos, em um primeiro momento, sobre a atuação sindical e política do Sindicato dos Comerciários de Teresina e sua mobilização contra a extensão do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados no decorrer da primeira década de 2000. Para tanto, fizemos uma breve análise do contexto recente, tendo em vista a introdução de algumas normativas legais relativas a esse assunto no ano de 2019. Neste ano, observamos uma mudança de postura dos representantes do Sindicato, que passou a autorizar o funcionamento do comércio no Centro e bairros da cidade nos feriados.

No período de 2000 a 2010, identificamos inúmeras formas de resistência ao trabalho dos empregados no comércio nos dias tradicionais de folga: protestos na imprensa sindical e local, ações judiciais, passeatas, paralisações e a interferência política do líder sindical Cícero Magalhães que, no início de 2002, assumiu o cargo de vereador de Teresina pelo partido petista. Inicialmente, centramos a discussão em torno do periódico *Balcão*, definido pela direção do Sindicato como porta voz dos interesses da categoria comerciária. Ademais, analisamos as matérias publicadas nos jornais *O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte* que deram visibilidade a essa questão e, por fim, entrevistas com dirigentes comerciários, por meio da metodologia da História Oral.

No que tange a bibliografia consultada, o estudo igualmente dedicado a essa discussão de Fabiane Popinigis (2007) e Patrícia Vieira Trópia (1994) suscitou reflexões, levando-nos a analisar, em um segundo momento, a situação dos Comerciários do Rio de Janeiro no mesmo recorte temporal. A principal fonte que nos auxiliou nesse intento foi o *Jornal do Comércio* (RJ), cujas publicações legitimaram a abertura do comércio carioca aos domingos e feriados, bem como evidenciaram o consenso existente entre a entidade patronal e comerciária.

No conjunto de argumentos utilizados pelos Comerciários de Teresina, o que mais se destacou foi o cristão, alegando que os domingos deveriam ser reservados para a igreja, assim como para o descanso e o convívio familiar. Por sua vez, o ano de 2008 foi marcado pelo lançamento da expressiva campanha: “*Se até ele descansou no sétimo dia, por que trabalhar no domingo?*”, título que demos ao presente capítulo.

2.1 Nas páginas do jornal *Balcão*, a luta dos Comerciantes de Teresina pela regulamentação do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados (2000-2010)

Em agosto de 2019, a imprensa brasileira divulgou amplamente que, ao aprovar o texto final da Medida Provisória da Liberdade Econômica¹⁷⁰, apelidada pelos críticos de “Mini Reforma Trabalhista”, foram retirados os artigos que alteravam as regras para o trabalho aos domingos e feriados. A proposta de liberar o trabalho nestes dias para todas as categorias profissionais, sem a autorização prévia do poder público, havia sido preliminarmente aprovada por membros da Câmara dos Deputados e defendida pelo Governo, baseados no argumento clássico de que a extensão da jornada de trabalho propicia o incentivo à criação de vagas de emprego e estimula a economia. Contudo, esse assunto repercutiu gerando intensos debates no Senado, o qual declarou esta medida irregular. Ficou decidido, então, que o tema seria discutido posteriormente via projeto de lei.¹⁷¹ No mês seguinte, a Medida Provisória foi sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro¹⁷² e convertida na Lei Nº 13.874¹⁷³, conhecida como a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.

Não obstante as discussões acirradas no Congresso Nacional sobre a “flexibilização” do horário de funcionamento do comércio e da utilização da mão de obra aos domingos e feriados, a aprovação da referida Lei não alterou os requisitos legais para o trabalho no comércio lojista nestes dias.

Sobre essa questão, conforme previsto na Constituição, em seu artigo 7º e inciso XV, “é assegurado aos trabalhadores o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos

¹⁷⁰ BRASIL. **Medida Provisória nº 881**, de 30 de abril de 2019. Institui a Declaração de Direitos da Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2019/medidaprovisoria-881-30-abril-2019-788037-publicacaooriginal-157831-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁷¹ Pelo texto aprovado na Câmara que foi retirado da Medida Provisória pelo Senado, o empregador somente seria obrigado a conceder folga aos domingos a cada quatro semanas e não precisaria pagar o domingo ou feriado trabalhado em dobro, caso determinasse outro dia para folga compensatória. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/08/21/aprovada-mp-da-liberdade-economica-sem-regras-de-trabalho-aos-domingos>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁷² Jair Messias Bolsonaro, atualmente filiado ao Partido Liberal (PL), foi eleito Presidente da República em janeiro de 2019 pelo Partido Social Liberal (PSL), permanecendo no cargo até dezembro de 2022. Já no início deste governo, foram realizadas inúmeras mudanças na legislação trabalhista que, a nosso ver, prejudicaram os trabalhadores brasileiros, dentre elas, o fim do Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁷³ BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CLVII, n. 183-B, p. 1 - 4, 20 set. 2019.

domingos”¹⁷⁴. Por seu turno, o artigo 30 e inciso I desta carta magna, ao se referir a autorização do funcionamento das atividades econômicas em qualquer horário, aponta a competência dos municípios de legislar sobre assuntos de interesse local. Outrossim, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trata deste assunto em seus artigos 67¹⁷⁵, 68¹⁷⁶, 69¹⁷⁷ e 70¹⁷⁸, os quais dispõem que a folga semanal deverá coincidir com os domingos, assim como é vedado o trabalho em feriados. Desta forma, é permitido o trabalho aos domingos e feriados nos casos em que houver conveniência pública ou necessidade de prestação de serviço, desde que a autoridade competente autorize, devendo também ser regulamentado as regras a respeito. Outro artigo da CLT que complementa essas regras é o de número 386, que exige a organização de uma escala de revezamento quinzenal para que os empregados possam descansar aos domingos. Além disso, o trabalhador tem direito ao pagamento em dobro quando trabalhar no domingo ou feriado. Porém, se houver a folga compensatória durante a semana, o pagamento é normal.

No âmbito das atividades ligadas ao setor do comércio, em geral, o trabalho em dias tradicionais de folga é uma prática constante e depende de regulamentação da Legislação Municipal (domingos e feriados), assim como da autorização por meio de Convenções Coletivas de Trabalho estabelecidas entre o sindicato patronal e laboral de cada categoria (feriados), a partir dos termos da Lei 10.101/2000¹⁷⁹. No tocante o trabalho aos domingos, consta no parágrafo único do artigo 6º desta lei que: “o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em

¹⁷⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

¹⁷⁵ Artigo 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte [...]. BRASIL. **Lei nº 5.452**, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁷⁶ Artigo 68. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho. Parágrafo único. A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias. *Ibidem*.

¹⁷⁷ Artigo 69. Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho. *Ibidem*.

¹⁷⁸ Artigo 70. Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria. *Ibidem*.

¹⁷⁹ BRASIL. **Lei nº 10.101**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110101compilado.htm. Acesso em: 05 fev. 2023.

negociação coletiva”¹⁸⁰. Essa norma teve a sua redação alterada pela Lei Federal nº 11.603/2007¹⁸¹, aprovada durante o Governo Lula.

Ainda sobre o ano de 2019, um aspecto que merece atenção é que a discussão em torno da “flexibilização” do trabalho aos domingos e feriados já vinha sendo feita antes da aprovação da Lei Nº 13.874. Isso porque, no mês de junho, ocorreu a publicação da Portaria Nº 604\2019¹⁸² pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, atualmente vinculada ao Ministério da Economia, que estabeleceu a autorização para os trabalhos aos domingos e feriados civis e religiosos. Esta Portaria trouxe uma atualização com a respectiva ampliação da lista de atividades que podem funcionar nesses dias, em caráter irrestrito e permanente, dentre elas, o comércio em geral (presente no item 24). Algumas atividades ligadas a este setor previstas no anexo da resolução já funcionam costumeiramente aos domingos, como é o caso dos *shoppings* e supermercados. Naquela Portaria, na parte de comércio, na qual estão inclusos os supermercados, as atividades preponderantes são as vendas ligadas ao ramo alimentício. No entanto, é importante destacar que o fato de haver a autorização permanente do trabalho em dias tradicionais de folga não exclui a obrigação do empregador do cumprimento das regras: folga semanal e, caso esta última não seja concedida, o pagamento adicional em dobro, além da escala de revezamento concedida ao trabalhador.¹⁸³

Em agosto de 2019, véspera do feriado municipal pelo aniversário da capital Teresina, passou a valer a medida que permitiu o funcionamento do comércio no Centro e nos bairros nos feriados. Os estabelecimentos lojistas nos *shopping centers* e os supermercados da cidade já funcionam há muitos anos nesses dias. Tal medida foi resultado do acordo celebrado entre o Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado do Piauí (SINDILOJAS – PI) e o Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Teresina (SINDICOM), comumente chamado

¹⁸⁰ BRASIL. **Lei nº 10.101**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110101compilado.htm. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁸¹ BRASIL. **Lei nº 11.603**, de 5 de dezembro de 2007. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11603.htm. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁸² BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Secretaria de Previdência. **Portaria nº 604**, de 18 de junho de 2019. Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único, da CLT. Diário Oficial da União, 19 jun. 2019, Seção 1, p. 28.

¹⁸³ As informações contidas no parágrafo foram retiradas do: PODCAST DROPS DE DIREITO DO TRABALHO BY ANDREA PASOLD: Portaria 604 e o Trabalho aos domingos e feriados. [Locução de]: Andrea Pasold. [S.I.]: jun. 2019. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6ZPSEjzfp19Y1FJWnVWUJn?si=9882902c927f433b>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Sindicato dos Comerciários de Teresina, após a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020.¹⁸⁴

Vale destacar que a concordância recente entre o Sindicato da classe patronal e o Sindicato representante da categoria comerciária teresinense, no que tange a abertura do comércio aos domingos e feriados, inexistia há alguns anos atrás. No decorrer da primeira década de 2000, os representantes do Sindicato dos Comerciários adotaram uma postura diferente e travaram diversas batalhas contra o patronato, em busca da regulamentação do horário de trabalho nesse setor. Neste período, em virtude da participação ativa de alguns membros da entidade na arena política, os debates sobre a extensão do horário de funcionamento do comércio tiveram uma repercussão maior e, com isso, a luta pela folga dominical se intensificou.

Nas eleições do ano de 2000, o dirigente sindical Cícero Magalhães lançou-se candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), conquistou a primeira suplência e assumiu o cargo pleiteado na Câmara Municipal de Teresina em dezembro de 2002. Nos anos seguintes, em 2004 e 2006, o comerciário foi eleito, respectivamente, vereador e deputado estadual. Ao longo desses anos, ganhou visibilidade e conquistou posições de destaque, chegando a atuar na vice-presidência do partido petista. Em seus discursos, buscava reforçar que atuava em defesa dos trabalhadores comerciários. Com efeito, o mandato de Magalhães foi repleto de denúncias direcionadas a grupos políticos adversários e empresários da capital que defendiam a abertura do comércio em dias tradicionais de folga, através da imprensa local e, principalmente, do *Balcão*.

Ao analisarmos a atuação sindical e política dos Comerciários de Teresina em torno dessa questão, consideramos importante voltarmos um pouco no tempo. Afinal, na segunda metade dos anos 1990, concomitante a expansão urbana, a descentralização dos setores de comércio e serviços que até então se concentravam no Centro desta cidade se expandiram para os bairros. Com isso, todas as zonas passaram a se desenvolver, cada uma com suas peculiaridades. Na zona sudeste da capital, por exemplo, o bairro Dirceu iniciou seu próprio centro comercial, até por conforto mesmo, já que fica distante do Centro. Outros bairros seguiram o mesmo exemplo, como o Parque Piauí, na zona sul, e o Mocambinho, na zona norte.

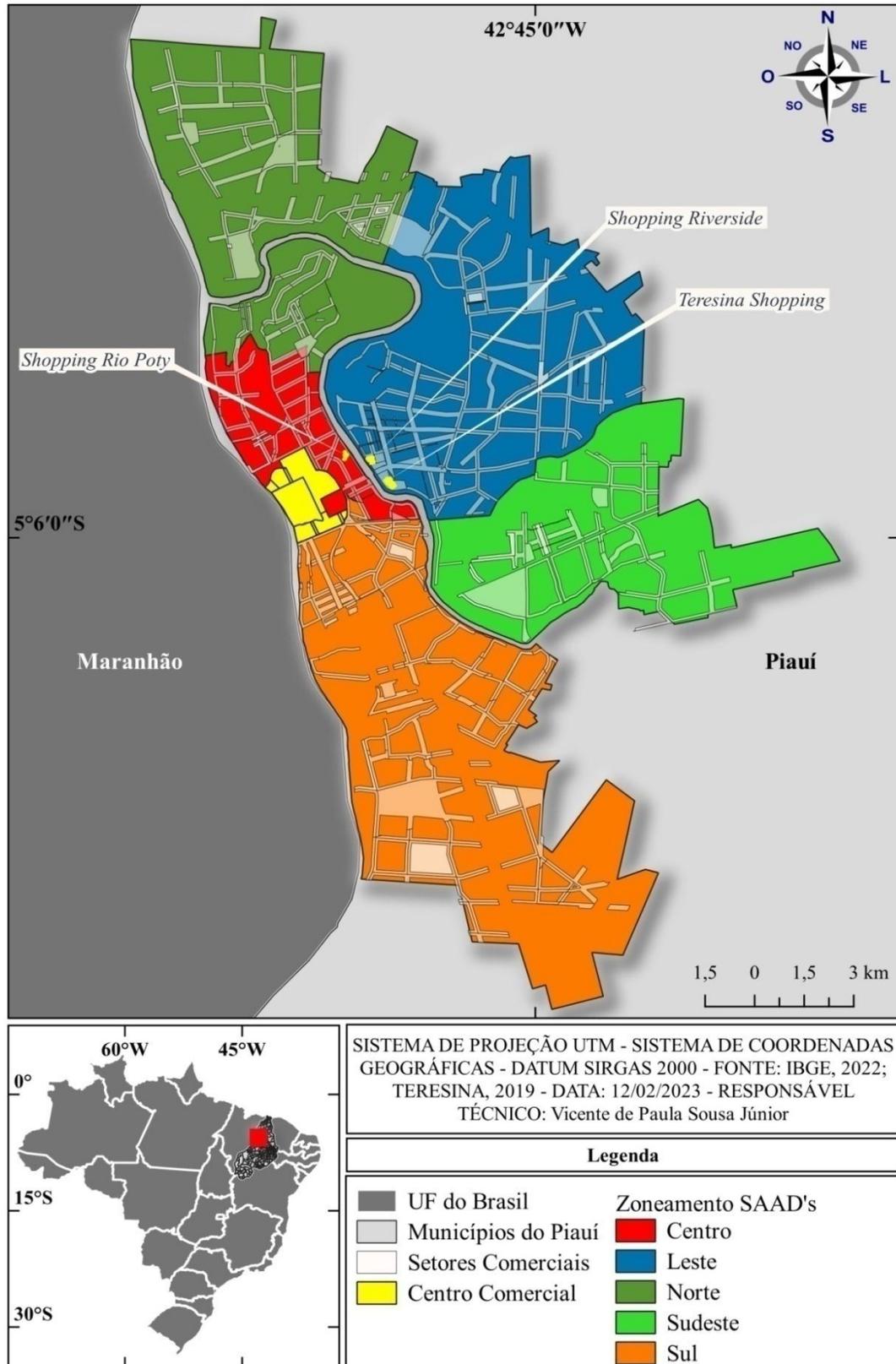
¹⁸⁴ COMÉRCIO no centro de Teresina funcionará nos feriados: medida começa a valer no aniversário da capital. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/08/15/comercio-no-centro-de-teresina-funcionara-nos-feriados-medida-comeca-valer-no-aniversario-da-capital.ghtml>. Acesso: 10 mar. 2023.

Entretanto, apesar disso, Paulo Henrique de Carvalho Bueno e Antônia Jesuíta de Lima¹⁸⁵ pontuam que “a zona Leste se constitui, em termos de complementaridade e concorrência com o Centro, como a mais equipada com atividades comerciais e de serviços, espaços de lazer, construções habitacionais de maiores valores econômicos, o que promove uma fragmentação e diferenciação socioespacial na capital”¹⁸⁶. Somado a isso, a chegada de uma série de empreendimentos, a exemplo de *shopping centers*, foram fatores que impulsionaram a expansão e o desenvolvimento econômico de Teresina. Na realidade, os autores argumentam que uma das faces da diferenciação socioespacial nesta cidade, mencionada no final da citação, se manifesta na localização dos dois *shoppings* (zona leste), posto que são voltados para as camadas sociais mais ricas, enquanto o *Shopping* da Cidade, localizado no Centro, aglutina, em sua maioria, as camadas populares. Na figura 1, apresentamos um mapa com a localização do Centro, das zonas norte, leste, sudeste, sul e dos *shopping centers* de Teresina.

¹⁸⁵ BUENO, P. H. C.; LIMA, A. J. (Re) estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 109, p. 96-118, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n109p96>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2015v16n109p96/pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 97.

Figura 1 - Mapa com a localização do Centro, das zonas leste, norte, sudeste, sul e dos shopping centers em Teresina



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema de Coordenadas Geográficas, 2022. Elaboração de Vicente de Paula Sousa Júnior.

A consolidação da construção de *shopping centers* no Brasil ocorreu na década de 1980. Contudo, é na década de 1990 que esse tipo de empreendimento é entendido como uma forma de urbanidade por amplas camadas da população brasileira e sua expansão se dá, em um ritmo mais intenso, em outras capitais para além dos limites do eixo Rio de Janeiro e São Paulo (GOMES, 2016). Seguindo a tendência nacional, Teresina se insere neste cenário de expansão com a instalação de dois *shoppings* na segunda metade dos anos 1990. Nesta cidade, a inauguração desses espaços juntamente com a chegada de franquias, hipermercados e supermercados foi imprescindível para intensificar a dinâmica das atividades comerciais. Destarte, grupos empresariais e políticos passaram a ser articular em torno da ampliação do horário de trabalho do comércio teresinense, por meio de sua abertura aos domingos e feriados. Importa ressaltar que nesse período as ações desencadeadas pela entidade comerciária ficaram restritas à esfera sindical e a sua resistência se deu por meio de campanhas, manifestações, ações judiciais e de denúncias na imprensa local e no *Balcão*.

André Procópio Gomes¹⁸⁷ desenvolve uma análise atenta sobre a relação entre o *shopping* e a cidade de Blumenau (SC). Este autor explica que, mais do que destruir a urbanidade clássica, os *shoppings* produziram uma nova forma de concebê-la, trazendo um novo modelo de cidade. Ele percebe esse movimento “acompanhando não só a reurbanização em si, mas as questões carregadas junto, como é o caso de um funcionamento aos domingos”¹⁸⁸. De forma sucinta, menciona a polêmica em torno dessa questão, devido à pressão dos lojistas para movimentar o comércio nesses dias, o que gerou atritos entre os sindicatos patronais, trabalhistas e políticos. Os defensores da ampliação do horário do comércio, segundo Gomes (2016), destacavam o favorecimento do turismo e a geração de empregos para justificar a sua importância, argumento contestado pelos que se mostravam contrários. Assim, com o passar dos anos, a abertura do comércio aos domingos e feriados foi se estabelecendo de forma legal em Blumenau.¹⁸⁹

¹⁸⁷ GOMES, André Procópio. **A cidade e o shopping**: do mundo da via expressa aos processos de gentrificação em Blumenau-SC (1990-2000). 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 173-174.

¹⁸⁹ No terceiro capítulo da dissertação intitulado “Disputas de território”, ao tecer considerações sobre a relação urbana envolvendo a presença de *shopping centers*, Gomes (2016) discute brevemente o funcionamento do comércio aos domingos em Blumenau (SC). Conforme o autor, tal processo histórico se deu em torno de dois acontecimentos: a inauguração do *shopping Neumarkt* em 1993 e a reurbanização da rua XV de Novembro no ano de 2000. Ver: *Ibid.*, p. 170.

De modo similar, Orleando Leite de Carvalho Dias¹⁹⁰ propõe o estudo de *shopping centers*, em uma perspectiva geográfica, destacando as modificações no espaço urbano-regional e da própria cidade, a partir da implantação de centros comerciais no território piauiense. No seu estudo, analisa a evolução e densificação da rede urbana e as lógicas de espacialização desses empreendimentos, mais precisamente as dinâmicas dos *shoppings* instalados nas cidades de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano, identificando suas tendências e particularidades. Orleando Dias (2020) adverte que “uma das mudanças ocorridas na reestruturação do espaço, a partir destes empreendimentos, foi a intensificação da hierarquia urbana, bem como o surgimento de novas formas de comércio”¹⁹¹. Ele considera vantajosa a vinda de novos centros de consumo e lazer para essas cidades, uma vez que estas ganharam valorização, tendo em vista as mudanças na dinâmica comercial e ofertas de emprego e renda.

No que se refere a cidade de Teresina o autor destaca que:

Em se tratando do Piauí, os *shopping centers* fazem parte de uma história recente, com exceção dos dois primeiros empreendimentos situados na capital Teresina, a saber: o *Shopping Riverside Walk*, inaugurado no ano de 1996, com arquitetura diferenciada “apostando” em praças temáticas como espaço de socialização, mas que em virtude de altas temperaturas na cidade ocorre o desuso de tais espaços. No ano seguinte, em 1997, foi inaugurado o segundo *shopping* da capital, o *Teresina Shopping*, o qual seria por muito tempo, juntamente com o *Shopping Riverside*, os únicos do Estado. Possuía como diferencial os ares de modernidade e claro a climatização como pontos fortes. Importante ressaltar que ambos se localizam a menos de 2 km de distância na Avenida Raul Lopes, área considerada “elitizada”, próximo do centro tradicional da cidade.¹⁹²

Nesse contexto, a construção desses novos empreendimentos transformou a economia local e dividiu o fluxo de consumidores. E o fato de incluírem, no mesmo espaço das lojas, opção de locais para refeição e áreas de lazer fez muita gente deixar de ir ao Centro com frequência. Logo, várias lojas da região central da cidade abriram filiais nos *shoppings* para manter os seus clientes.

Para além da ênfase da ascensão do comércio varejista, resultante da extensão do horário de funcionamento do comércio, o estudo de Orleando Dias (2020) apresenta dois aspectos importantes sobre os *shopping centers* de Teresina que merecem atenção. O primeiro aspecto trata-se da proximidade entre eles e com o Centro tradicional que, segundo o autor, contribuiu para atrair um maior fluxo de pessoas para esses locais. O segundo aspecto é que

¹⁹⁰ DIAS, Orleando Leite de Carvalho. **Rede urbana piauiense e a espacialização dos *shopping centers***. 2020. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Teresina, 2020.

¹⁹¹ Ibid., p. 54.

¹⁹² Ibid., p. 95-96.

esses dois empreendimentos se referem a investidores locais: o *Riverside Walk* pertence ao grupo Meio Norte, já o *Teresina Shopping* pertence ao grupo Claudino.¹⁹³ Em 2015, quase vinte anos após a implantação dos primeiros *shoppings* na capital, foi inaugurado o *Shopping Rio Poty*, também localizado nas proximidades dos outros dois. Excepcionalmente, este terceiro empreendimento é fruto de investimentos fora do Estado piauiense e pertence ao grupo Sá Cavalcante *Shoppings*, o qual atua na construção e administração de *shopping centers* no Brasil.

Partindo de uma discussão semelhante a Orleando Dias (2020), Bueno e Lima¹⁹⁴ destacam que a instalação desses *shoppings* ativou a produção espacial urbana em Teresina, além de conferir uma nova dinâmica aos setores do comércio e do lazer. Deste modo, “as lógicas dessa dinâmica conformam a capital piauiense como poli(multi)cêntrica, uma vez que os seus subcentros, concretizados, por exemplo, nos *shoppings* concorrem com o centro principal, não se atendo apenas a complementaridade de atividades comerciais e serviços”¹⁹⁵. Os autores acrescentam que tais modelos de empreendimentos refletem no processo de (re)estruturação urbana recente dessa cidade, sendo o movimento que ocorre no âmbito das atividades de comércio e serviços uma das facetas deste processo.¹⁹⁶

A partir da breve explanação dos estudos de GOMES (2016) e DIAS (2020), os quais convergem para as discussões da relação entre *shoppings* e cidade, a partir da interferência na reestruturação do espaço urbano e ensejando a dinâmica das atividades de comércio e serviços, como ressaltados por BUENO e LIMA (2015), é que nos propomos a discutir as transformações ocorridas nas condições de trabalho dos empregados do comércio teresinense, dissertando sobre a atuação sindical e política dos Comerciários, no que diz respeito à questão da ampliação do horário de trabalho aos domingos e feriados. É notório que a inserção desses novos empreendimentos na capital, juntamente com a chegada de supermercados e

¹⁹³ Essa observação se torna necessária, primeiro, porque um dos jornais escolhidos como foco de análise nesta Tese (Jornal *Meio Norte*) pertence a esse grupo. Como veremos adiante, isso não impediu que fossem publicadas notícias por seus editores sobre a mobilização dos Comerciários contra o funcionamento das lojas aos domingos e feriados neste periódico. Segundo, o Grupo Claudino é dono de vários empreendimentos em diferentes segmentos econômicos não só na capital, como também dentro e fora do Estado piauiense. Ele concentra uma grande quantidade de lojas (a exemplo do Armazém Paraíba) localizadas nos bairros, no Centro e em um dos *shoppings* da cidade. Ao analisarmos as matérias publicadas pelo jornal impresso do Sindicato dos Comerciários de Teresina, *Balcão*, identificamos algumas denúncias direcionadas a esse Grupo.

¹⁹⁴ BUENO, P. H. C.; LIMA, A. J. (Re) estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 109, p. 96-118, jul./dez. 2015.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 111-112.

¹⁹⁶ Ao fazer um estudo sobre o espaço urbano de Teresina (PI), os autores evidenciam a dinâmica do processo de (re)estruturação urbana ocorrido nesta cidade, devido às ações de agentes privados e do Estado, sob diferentes aspectos: construções habitacionais, ocupações do solo urbano, políticas e legislações urbanas, mobilidade urbana e distribuição das atividades comerciais e de serviços.

hipermercados, refletiu diretamente no aumento da carga horária de trabalho da categoria comerciária. A partir desse momento, os representantes do Sindicato passaram a exigir da classe patronal o cumprimento dos direitos trabalhistas. Portanto, questões específicas como melhorias salariais e, principalmente, a regulamentação do horário de trabalho do comércio estiveram presentes, de forma latente, em suas pautas de reivindicações.

A polêmica em torno da reivindicação dos trabalhadores comerciários pelo repouso dominical é uma questão antiga. Fabiane Popinigi¹⁹⁷, no livro “Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)”, discute minuciosamente as diversas tentativas de regulamentação do horário de trabalho dos empregados do comércio do Rio de Janeiro. Destacando a luta dos caixeiros, como eram chamados, pelo fechamento das portas aos domingos e pela limitação da jornada de trabalho, a autora analisa a sua atuação política e institucional.

Fabiane Popinigi (2007) cita dois períodos históricos diferentes. Em um primeiro momento, durante o Império, a tática reivindicativa dos caixeiros baseava-se nas relações de troca que o ambiente paternalista das casas comerciais permitia. Já sobre o período da constituição da República, discutido em um segundo momento, afirma que os trabalhadores comerciários extrapolavam as negociações interpessoais com os patrões para exigir a intermediação dos poderes públicos nas relações de trabalho. Na verdade, parte desses trabalhadores identificou-se com o discurso da propaganda republicana radical, ou seja, de participação política das camadas médias urbanas no processo democrático. Demonstrando, assim, uma consciência da situação de sua classe. Esse estudo nos ajuda, portanto, a compreender as formas de organização sindical dos Comerciários, as suas estratégias de luta e resistência.

De acordo com Popinigi (2007), as greves caixeirais estouraram em 1906, anos após reivindicações e promessas, demonstrando a insatisfação de grande parcela dos trabalhadores comerciários cariocas. Como já dito, estes foram às ruas exigir o fechamento imediato das portas dos comércios aos domingos e, por conseguinte, a redução de horas de trabalho. E, como não tiveram as suas reivindicações atendidas, os caixeiros organizaram motins e piquetes pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Neste contexto, a autora caracteriza os motins organizados pelos trabalhadores comerciários cariocas da seguinte forma:

¹⁹⁷ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Foi o movimento pelo fechamento das portas que organizou os trabalhadores do pequeno comércio do Rio de Janeiro numa luta coletiva. A relação com a questão das folgas passou a tomar forma de reivindicações objetivas pela diminuição da jornada e pela regulamentação das condições de trabalho. Passou-se dos acordos “tácitos” com o patrão para um diálogo com os poderes públicos, tornando coletivas reivindicações individuais que antes dependiam da negociação interpessoal com os empregadores. Aumentaram seu poder de pressão utilizando o discurso mais recorrente de civilização e progresso em seu próprio proveito. Isso incluía a inspiração do movimento francês e sua constante referência à relação entre as conquistas sociais e o “grau de civilização” que os empregados do comércio haviam alcançado no outro continente.¹⁹⁸

Nesta citação, a autora destaca que os trabalhadores do comércio carioca passaram a recorrer aos poderes públicos para negociação, a fim de terem as suas reivindicações trabalhistas atendidas pelo patronato. Para ela, isso contribuiu não só para o crescimento dos conflitos de teor político, como também demonstra a tomada de consciência da classe comerciária carioca. Além disso, chama atenção a influência francesa neste processo reivindicativo, posto que seus movimentos sociais foram fontes de inspiração para os trabalhadores brasileiros no início do século XX.

O termo motim utilizado como estratégia de luta e resistência das diversas categorias de trabalhadores do comércio carioca nos faz lembrar da discussão feita por E. P. Thompson¹⁹⁹ sobre a economia moral, no qual o historiador inglês reflete sobre a constituição desses conflitos como uma experiência social de resistência. Para ele, os motins são respostas racionais de grupos conscientes de seu poder (THOMPSON, 1998). Ele estuda os tumultos pela fome na Inglaterra do século XVIII, buscando compreender este movimento a partir da sua constituição, rituais e objetivos próprios àquele contexto histórico. Dentro dessa perspectiva de análise, a partir do conceito thompsiniano de economia moral, são analisadas as ações da multidão inglesa contra o preço de gêneros de primeira necessidade na Inglaterra.

É importante destacar que as intenções dos motins não eram exclusivamente econômicas, haja vista que também estava em jogo um modelo paternal que assegurava preços justos aos alimentos por um sistema no qual o mercado passava a ditar estes valores. Desse modo, “a lógica dos protestos contra o preço dos alimentos orientava-se por uma economia moral que visava restabelecer antigas normas que garantiriam o bem estar e a subsistência de toda a comunidade”.²⁰⁰ Deste modo, consideramos o estudo de Thompson pertinente para que possamos refletir sobre as estratégias de conflito e de negociação dos dirigentes Comerciários de Teresina, sujeitos históricos que compunham o Sindicato, na luta

¹⁹⁸ POPINIGIS, 2007, p. 152.

¹⁹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

²⁰⁰ Ibid., p. 257.

pela regulamentação do horário do comércio teresinense, tendo em vista um determinado contexto forjado de conflitos e busca de consenso.

Outro aspecto importante com relação aos motins citados no referido estudo foi o papel da imprensa. Esta, por um lado, assumiu o papel de mediadora tentando manter os protestos dos empregados comerciários nos limites da legalidade, pelo menos no discurso. Por outro lado, os jornais operários procuravam cooptar a militância caixeral e potencializar o movimento (POPINIGIS, 2007). Outrossim, nesse estudo apontamos o papel da imprensa sindical e local na divulgação da luta dos Comerciários de Teresina pelo repouso dominical.

Ante o exposto, voltamos para o início dos anos 1980, quando em meio ao contexto de redemocratização brasileira surgiu o Novo Sindicalismo, caracterizado como um movimento que buscou transformar a legislação trabalhista e fortalecer a atuação dos sindicatos, através da autonomia sindical diante do Estado, o direito de negociação coletiva direta com os patrões, o direito de greve e a organização nos locais de trabalho. Com efeito, houve o surgimento de oposições sindicais, bem como a entrada de novas lideranças nas direções de diversos sindicatos do país. Nesse período de organização dos trabalhadores em categorias e por regiões e, conseqüentemente, de fortalecimento econômico dos sindicatos, Álvaro Mendes²⁰¹ destaca que a mudança mais perceptível na imprensa sindical foi o surgimento de novos jornais e de outros recursos de comunicação (boletins eletrônicos, *sites* e portais da internet). Apreendendo a consolidação desta vertente da imprensa em conjunto com as transformações políticas e na esfera do sindicalismo, o autor afirma que “a maioria dos jornais passou a ter edições regulares, com um departamento de imprensa dirigido por um jornalista profissional. A imprensa operária, por sua vez, passou a ser elaborada por sindicatos fortes e distribuída regionalmente”²⁰².

Em Teresina, o caso do sindicalismo comerciário é exemplar neste sentido. Isso porque, na primeira metade dos anos 1980, um grupo constituído por trabalhadores empregados no comércio articulou a formação de uma chapa de oposição para concorrer às eleições contra a chapa da diretoria, que estava à frente da direção do Sindicato por cinco gestões sucessivas. Todavia, os comerciários da oposição encontraram dificuldades para o registro da chapa, sofreram ameaças de demissão, perseguições e resistência para realizar o trabalho de base nas lojas da capital. Não obstante, após a realização de dois pleitos eleitorais e a interferência do Tribunal Federal de Recursos, os comerciários integrantes da chapa de

²⁰¹ MENDES, Álvaro. **Breve história da imprensa sindical no Brasil**. Cadernos da Comunicação. Série Estudos. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

²⁰² Ibid., p. 73.

oposição tomaram posse nos cargos diretivos da entidade no ano de 1985²⁰³. A diretoria eleita buscou estabelecer um novo ritmo de organização política e sindical, realizando assembleias fora da sede do Sindicato, contatos com os trabalhadores nos locais de trabalho e outras ações, como campanhas de sindicalização, campanhas salariais e convenções coletivas de trabalho.²⁰⁴

Neste contexto, um aspecto interessante do processo de renovação da direção do Sindicato dos Comerciários foi o lançamento, em 1986, do periódico *Balcão*²⁰⁵, cujo propósito era estabelecer uma maior proximidade com a categoria e ter um espaço de reverberação das denúncias acerca das precárias condições de trabalho e salariais existentes no cotidiano dos empregados no comércio teresinense.

O editorial interno do Sindicato dos Comerciários, de periodicidade regular mensal e distribuído aos trabalhadores empregados nas lojas do Centro da capital, possui entre duas e quatro páginas dedicadas a diferentes reportagens, com a presença de iconografias. E, nos períodos de negociação de campanhas salariais, greves e em datas comemorativas, encontramos edições extras do jornal. Em suas publicações, o *Balcão* aglutina temas de interesses específicos da categoria comerciária com temas de interesse geral, principalmente, do contexto político e econômico do país, evidenciando os seguintes assuntos: assistencialismo, lazer, política nacional e local, cotidiano, esporte (campeonatos promovidos pela entidade), variedades e campanhas de sindicalização. De forma específica, os conteúdos

²⁰³ Conforme citado, ocorreram duas eleições: no primeiro pleito, realizado em maio de 1984, a chapa da diretoria saiu vitoriosa. Porém, a chapa da oposição entrou com um recurso na DRT, alegando que a chapa vencedora não havia conseguido a maioria absoluta de votos determinada no estatuto da entidade. Diante da atitude de recusa da DRT local de anular a eleição, a oposição recorreu à instância federal, que decretou a nulidade da votação e autorizou a realização de novas eleições. Com isso, em outubro de 1984, foi realizada uma segunda eleição com a vitória da chapa de oposição por uma diferença de sete votos. Apesar disso, a posse não ocorreu de imediato porque o opositor entrou com um recurso para suspender esta eleição, haja vista que o resultado do primeiro pleito voltou a ser julgado. No entanto, cinco meses após a segunda eleição, o impasse foi resolvido com a posse dos comerciários da oposição.

²⁰⁴ As informações apresentadas no parágrafo foram coletadas no capítulo três da Dissertação de Mestrado e complementadas em um artigo publicado nos anais do evento da Anpuh no ano de 2017. Ver: SILVA, Eliane Aparecida. **Resistir é preciso!**: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, 138p e SILVA, Eliane Aparecida. A oposição sindical comerciária de Teresina e o dinâmico processo eleitoral na primeira metade da década de 1980. In: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. ANPUH, Brasília: UnB - ANPUH, 2017, v. 1, p. 1-17. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_ArtigoCompleto\(ElianeAparecidaSilva\)ANPUH2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_ArtigoCompleto(ElianeAparecidaSilva)ANPUH2017.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁰⁵ O *Balcão* circula até os dias atuais. Além deste editorial interno, o Sindicato dos Comerciários de Teresina possui outros serviços de comunicação: *site*, *web* rádio e diferentes redes sociais (*WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e *Twitter*). Os exemplares impressos do referido jornal estão armazenados na sede do Sindicato. Tivemos ainda acesso às versões digitais do periódico, a partir do ano de 2010, através da sua página eletrônica, que possui notícias atualizadas diariamente. Ver: <https://www.sindcomteresina.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

divulgados no jornal são direcionados às relações entre empregado e empregador e às condições de trabalho, nos quais são ressaltadas as temáticas: ação sindical e política, desemprego, jornada de trabalho, Campanhas Salariais, Convenções Coletivas de Trabalho, conquistas sindicais e participação dos dirigentes em atividades locais, regionais e nacionais.

Na lateral esquerda do *Balcão* encontramos a coluna “Meta a Bronca”, espaço permanente de denúncias acerca das irregularidades nas lojas de Teresina e arbitrariedades patronais. Dentre algumas denúncias recorrentes nesta coluna, além da extensão da jornada de trabalho aos domingos e feriados, são destacados os salários baixos, atrasos nos pagamentos, demissões irregulares, falta de higiene nos vestiários e banheiros das lojas, falta de segurança, maus-tratos recebidos de patrões e discriminação sofrida pelas trabalhadoras comerciárias.

Outro aspecto relevante na análise do *Balcão* diz respeito à linha editorial, visto que as matérias publicadas no periódico não são assinadas. Desta forma, cabe ressaltar que a estruturação e a escolha dos conteúdos divulgados no periódico refletem o posicionamento da direção do Sindicato dos Comerciários, por intermédio de sua assessoria de imprensa. Buscando, assim, legitimar as ações da entidade e publicizar o que se entende que é de interesse da categoria comerciária. Portanto, uma vez que, no período recortado neste estudo, não existiu oposição entre os membros do Sindicato durante as eleições sindicais e que a maioria dos seus membros é filiada a partidos de esquerda, depreendemos que existe um alinhamento no discurso jornalístico do editorial, cujas páginas sustentam uma narrativa recorrente de representação sindical e política de defesa dos interesses dos trabalhadores comerciários teresinenses.

Analisando a contribuição da imprensa periódica como fonte para a história da regulamentação da jornada de trabalho, Sílvia Petersen²⁰⁶ destaca, em especial, a relevância da imprensa operária no estudo desta temática e as diferenças com a imprensa comercial, também chamada de “grande imprensa”. Conforme a autora, algumas distinções entre estas duas vertentes referem-se à duração, preservação e quantidade de leitores. Para ela, apesar de os jornais operários possuírem duração efêmera, produção em quantidade menor e menos preservação que os jornais da imprensa comercial, eles têm sido uma das principais fontes para a reconstrução da história dos trabalhadores. Neste sentido, a referida autora chama atenção para o fato de que o caráter pedagógico ou doutrinário atribuído a imprensa operária suscitou a publicação de diversas matérias sobre a história de determinadas reivindicações,

²⁰⁶ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Imprensa periódica como fonte para a pesquisa sobre os direitos do trabalhador. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 123-144.

ampliando o seu papel como fonte histórica. Ainda sobre essas divergências, Petersen (2010) observa que:

[...] o tema dos direitos dos trabalhadores, por exemplo, recebe uma defesa inequívoca da imprensa operária; já a imprensa comercial tem uma tendência predominante de defesa o *status quo*, embora conjuntamente possa defender algumas reivindicações dos trabalhadores e dar espaço em suas páginas à veiculação de notícias do mundo do trabalho. Nela, o trabalhador aparece através do discurso do editor, ocorrendo aquilo que M. Célia Paoli definiu como “o trabalhador na fala dos outros”. Quanto aos jornais operários, eles pretendem dar voz aos companheiros, mas não podemos cair na ilusão de que os editores eram seus “fiéis porta-vozes”, da mesma forma que não podemos confundir os militantes com o conjunto da classe.²⁰⁷

A análise das matérias publicadas no jornal *Balcão* reflete com clareza muitos traços da observação feita acima por Sílvia Petersen (2010), no que tange a luta dos Comerciários contra a extensão do trabalho aos domingos e feriados, uma vez que a imprensa sindical se transformou no principal meio de divulgação da mobilização dos sindicalistas no período compreendido entre 2000 e 2010. A veemência do jornal em retomar o tema, ano após ano, é um indicativo da importância desta luta para os Comerciários de Teresina. E, considerando que a partir do ano de 2002 o dirigente sindical Cícero Magalhães passou a atuar na arena política, nas pautas relativas a essa questão, constatamos que o editorial foi cedendo cada vez mais espaço às ações políticas do parlamentar.

Sob esta perspectiva, observamos que o jornal impresso editado pela classe dirigente tornou-se estratégico não só para construção de uma narrativa de representação dos trabalhadores comerciários, como também para dar visibilidade à atuação do petista na Câmara Municipal de Teresina e na Assembleia Legislativa do Piauí, destacando, inclusive, os conflitos de Magalhães com políticos de outras legendas que eram favoráveis a abertura do comércio teresinense nos dias de folga.

Com base no levantamento e análise das matérias publicizadas no *Balcão*, verificamos que, no final dos anos 1990, teve início a luta dos Comerciários de Teresina contra a abertura do comércio aos domingos e feriados. No periódico, os dirigentes do Sindicato denunciavam expressivamente o desrespeito à legislação trabalhista relativa a essa questão. Assim, os discursos utilizados por eles para protestar contra abertura do comércio nesses dias eram baseados nos preceitos da religião católica. Então, o domingo era reivindicado como dia de ir à missa, de descanso e lazer. Em matérias veiculadas nesse informativo, os Comerciários utilizavam os seguintes lemas: “Não aos Domingos”, “Domingo a gente não abre” e

²⁰⁷ PETERSEN, 2010, p. 124.

“Domingo é sagrado” como protestos contra essa prática. Com efeito, a bandeira pelo repouso dominical permaneceu na agenda do Sindicato ao longo da primeira década de 2000.²⁰⁸

De acordo com Tania Regina de Luca²⁰⁹, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”²¹⁰. Tal reflexão, apresentada pela autora no seu estudo sobre os periódicos, é significativa para compreendermos as discussões em torno da luta dos Comerciários contra o trabalho aos domingos e feriados sob o viés da imprensa local de Teresina. A par desta discussão, os jornais diários impressos *O Dia*, *Diário do Povo e Meio Norte* repercutiram os conflitos travados entre a direção do Sindicato e a classe patronal, principalmente, os donos de supermercados, a atuação política de lideranças, além de noticiar uma grande campanha realizada pela entidade no ano de 2008. Desta forma, buscamos direcionar a atenção às publicações jornalísticas que se voltaram especialmente para esta questão, ainda que a linha editorial destes periódicos não tenha dado tanta visibilidade à reivindicação dos Comerciários pelo repouso dominical quanto a imprensa sindical.

Tratando da questão do sujeito na História Oral, Alessandro Portelli²¹¹ nos alerta que “a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo”²¹². Ao afirmar que as memórias são interpretações, o autor reflete que “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas vozes e múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”²¹³. De modo similar, Benito Bisso Schmidt²¹⁴ propõe uma reflexão sobre as relações entre história oral, memória e subjetividade, evidenciando, principalmente, a noção de subjetividade e a importância de empregá-la de forma “mais consistente em termos analíticos”. Afinal, para Schmidt (2011), “ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, aquele que ‘possui’ uma determinada subjetividade”²¹⁵.

²⁰⁸ Esse tema foi abordado brevemente no quarto capítulo da minha dissertação de mestrado, quando discorremos sobre a campanha empreendida pelo Sindicato contra a liberação do horário de funcionamento do comércio nos domingos em 1997. Nesse estudo, aprofundamos a discussão, dentro do ponto de vista teórico e metodológico, e trazemos novos elementos relativos ao aspecto político dessa questão, além de outro recorte temporal.

²⁰⁹ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 139.

²¹¹ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abri. 1997.

²¹² *Ibid.*, p. 26.

²¹³ *Ibid.*, p. 27.

²¹⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da História Oral? In: LAVERDI, Robson [et al.] **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2011, p. 83-96.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 87.

É nessa perspectiva que, a partir das entrevistas, buscamos refletir acerca dos problemas vivenciados pela categoria comerciária tendo em vista a abertura do comércio de Teresina aos domingos e feriados, assim como discutir as estratégias de conflitos e de negociação dos Comerciários, com base nas relações com o patronato e, sobretudo, na atuação política dos dirigentes sindicais.

Em sua entrevista, o sindicalista Gilberto Paixão narra os momentos iniciais da luta dos Comerciários de Teresina contra a abertura do comércio nos dias tradicionais de folga:

Na verdade, quando começamos a discutir, os empresários impuseram a questão do horário livre e da abertura do comércio aos domingos. Essa questão estava direcionada para os *shoppings*, recém-inaugurados, e para o setor de supermercados. Inclusive, não foi só a luta contra os domingos, mais também sobre a questão do trabalho durante vinte e quatro horas, que estava matando os trabalhadores. O cara passava a noite na loja, saía para descansar em casa e meio-dia tinha que voltar por que não tinha quadro de funcionários suficientes para trabalhar. Naquela época, tinha o Pão de Açúcar aqui e estava previsto a vinda de novas empresas. Então, esse direcionamento da luta era exatamente para exigir que as empresas pudessem vir sem se aproveitar. Foi a partir daí que fizemos aquele movimento de fechar o comércio para que houvesse o respeito e que a gente pudesse participar dessa discussão. O que nós fizemos? Nós nos organizamos e fomos para o debate. Porque, até então, o Código de Postura do Município de Teresina determinava que o comércio abria das 8h às 18h, e que, aos sábados, abria até o meio-dia, aos domingos era fechado e os feriados seriam respeitados. Com a retirada desse Código de Postura, nós passamos a ter várias lutas, por vários anos.²¹⁶

Conforme explanamos anteriormente, na cidade de Teresina, os primeiros estabelecimentos a abrirem aos domingos foram os *shoppings* e os supermercados. No início dos anos 2000, as lojas instaladas no *Riverside Walk* e no *Teresina Shopping* funcionavam aos domingos em datas acordadas com o Sindicato dos Comerciários durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho. Nas cláusulas deste documento, ficava estabelecido que a categoria poderia trabalhar até dois domingos no mês. Contudo, segundo denúncias divulgadas no *Balcão*, os patrões não estavam respeitando a Convenção que determinava a jornada e o horário de funcionamento nesses estabelecimentos. Logo, a jornada excessiva de trabalho imposta aos empregados no comércio em dias de folga e o não pagamento de hora extra levaram à proibição da abertura de algumas lojas instaladas nos *shoppings* da capital.²¹⁷

Da mesma forma, os donos de supermercados e de lojas do Centro estiveram na mira do Sindicato. As representações dos problemas enfrentados no cotidiano de trabalho da categoria comerciária teresinense e os atritos com o patronato eram recorrentes nas páginas do

²¹⁶ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

²¹⁷ JUSTIÇA proíbe abertura do Stoc aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 143, p. 1, 04 set. 2000; O DOMINGO no shopping. **Balcão**, Teresina, n. 146, p. 1, 28 nov. 2000.

periódico editado pela imprensa sindical. O noticioso lançou mão de matérias jornalísticas, apontando diversas irregularidades cometidas pelos empresários durante a abertura do setor supermercadista aos domingos.

Aliás, o relato de Cícero Magalhães destaca que os sindicalistas eram impedidos de entrar em algumas lojas para entregar o jornal impresso.

Nós não podíamos entregar o jornal (*Balcão*) em qualquer loja. Por exemplo, nas lojas do grupo Paraíba, a gente não podia adentrar com o jornal porque eles não aceitavam. Tivemos que colocar, inclusive, em Convenção e Acordo Coletivo que era obrigatório aceitar a nossa presença e que entregássemos o jornalzinho para os empregados dessa empresa.²¹⁸

A abertura do comércio aos domingos e feriados, em desrespeito à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, também causou tensões com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). A direção do Sindicato reclamava que, além de autorizar as lojas abrirem nos dias de folga, contrariando as leis trabalhistas, ela não estava cumprindo com suas obrigações de fiscalizar e apurar as denúncias de exploração no comércio da capital. Deste modo, a DRT foi acusada de omissão e estar comprometida apenas com os interesses da classe patronal. A insatisfação dos comerciários com o órgão pode ser vista nas páginas do jornal *Balcão*, conforme o trecho transcrito da publicação:

Nos últimos 15 anos nunca se viu uma administração tão comprometida com os interesses patronais como a atual Delegacia Regional do Trabalho no Piauí. O descaramento é tanto que a DRT se presta a dar um parecer favorável aos empresários, mesmo contrariando decisões judiciais. E o fazem sem o menor constrangimento. Certamente que existem e reconhecemos a atuação de funcionários sérios e imparciais na DRT-PI, mas são uma minoria. Pior para os trabalhadores, que estão mais do que nunca a mercê de uma administração que não cumpre as suas funções de coibir a exploração nos locais de trabalho. A imparcialidade do Ministério do Trabalho é o mínimo que se espera.²¹⁹

Tais denúncias levaram os membros do Sindicato dos Comerciários a organizarem protestos, conclamando a participação de outras entidades e de trabalhadores, com o objetivo de denunciar o descaso do órgão e cobrar agilidade no atendimento dos pedidos de fiscalização, pois muitas vezes não eram apuradas e, quando isso ocorria, os laudos eram favoráveis aos patrões. Segundo consta no noticioso, a Justiça Federal chegou a intervir

²¹⁸ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

²¹⁹ DRT: para que serve mesmo? **Balcão**, Teresina, n. 155, p.4, 30 mai. 2001.

proibindo que o então delegado responsável pelo órgão no Piauí, Luís Borges Formiga, autorizasse a abertura do comércio aos domingos e feriados.²²⁰

A cada edição do *Balcão*, as lideranças comerciárias reiteravam que os diversos tipos de exploração como longa jornada de trabalho, não pagamento de hora extra, trabalhadores sem carteira assinada, descontos indevidos nos salários, perseguição às comerciárias gestantes, falta de estrutura nas empresas: sem banheiro, água para beber, sem cadeiras, não pagamento do piso da categoria e falta de segurança denunciadas na coluna “Meta a bronca” constantemente eram encaminhados à DRT.

No início dos anos 2000, identificamos nas páginas do jornal *Balcão*, em específico, na coluna “Meta a bronca”, denúncias direcionadas ao Grupo Claudino²²¹, que possui uma rede de lojas de departamentos denominada Armazém Paraíba²²². Nesta coluna, o referido Grupo foi um dos principais alvos de críticas dos Comerciários e, nas edições do jornal, era comum encontrar relatos sobre as péssimas condições de trabalho nas diversas lojas da cidade teresinense. Segundo consta no periódico, os empregados do comércio relatavam aos membros do Sindicato que cumpriam jornadas extras nos expedientes internos e tinham que distribuir, nos seus dias de folga, material de divulgação da empresa nos bairros onde moravam. Além das atribuições que o cargo exigia, os vendedores eram obrigados a descarregar caminhões e, aos domingos, fazer serviço de cobrança nas residências dos clientes. Assim, as principais infrações cometidas na empresa varejista como excesso de jornada, não pagamento de hora extra e desvio de função eram corriqueiramente propagadas no noticioso, como é perceptível na edição de 30 de maio de 2001:

Depois de trabalhar a semana inteira na loja, os vendedores do Paraíba ainda são obrigados a cumprir jornada aos domingos. Eles saem na periferia da cidade, vendendo à domicílio, quando poderiam estar em casa com a família. Se recebem hora extra? Ora, é claro que não. E o que é pior, sem dinheiro e sem o descanso semanal, determinado pela Constituição Federal. Além disso, essa empresa é uma das que mais pressionam os trabalhadores contra o Sindicato, ameaçando todos os que tentam participar do movimento sindical. A exploração não é apenas nas lojas. No setor industrial do grupo, são pagos salários miseráveis. Para se tornar um dos maiores e mais ricos da região, o grupo Paraíba não precisaria enfiar a mão no bolso

²²⁰ SINDICATO fará protesto na DRT. Teresina, *Balcão*, n. 157, p.1, 01 ago. 2001; JUSTIÇA federal proíbe delegado autorizar abertura das lojas aos domingos. *Balcão*, n. 158, p.2, 31 ago. 2001.

²²¹ Conforme o *site* da empresa, o Grupo Claudino, fundado pelos irmãos João Claudino Fernandes e Valdecy Claudino, é um conglomerado de várias empresas de diferentes segmentos econômicos, que compreende indústrias, agência de publicidade, construtora, gráfica, frigorífico e *shopping centers*, entre outros negócios. Disponível em: <https://grupoclaudino.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

²²² A matriz do Armazém Paraíba, primeira empresa do Grupo Claudino, foi instalada em Teresina no ano de 1968. Considerado uma das maiores redes de varejo do Brasil com mais de 350 filiais no Norte e Nordeste distribuídos nos estados do Piauí (exceto a capital São Luís), Maranhão, norte do Ceará, oeste da Bahia, Pernambuco e norte de Tocantins. Disponível em: <https://www.armazemparaiba.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

dos trabalhadores e nem se utilizar da pressão psicológica para dominar os funcionários. Isto é um cativo sem tronco, nem chibata.²²³

A utilização do termo “exploração” e da expressão “isto é um cativo sem tronco, nem chibata” indica que os editores do *Balcão* tinham o intuito de reforçar que a situação descrita acima se tratava de trabalho análogo à escravidão. Geralmente, ao denunciar os problemas vivenciados pelos funcionários dessas lojas relacionados a condições de trabalho e salariais, os Comerciantes lançavam mão de declarações do tipo: “É, quem vê cara, não vê coração”; “Seu João, por que e para que tanta exploração?”²²⁴. Estas duas últimas, em particular, direcionadas ao proprietário das lojas, o empresário João Claudino Fernandes. Outra reclamação recorrente era a de que os trabalhadores do Grupo eram impedidos de se filiarem ao Sindicato dos Comerciantes.

Ainda a despeito do trabalho nos finais de semana, os Comerciantes se queixavam que, após trabalhar a semana inteira na cidade, os empregados tinham que participar de caravanas nas comemorações de aniversário do Armazém Paraíba nos povoados e localidades da zona rural de Teresina, sem que houvesse a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho. De acordo com o jornal do Sindicato, os trabalhadores também eram “convidados” a ficar nas praças e escolas públicas municipais da cidade exibindo e vendendo produtos das lojas nos domingos, feriados e durante a semana, após o expediente, chegando a fazer até 16 (dezesseis) horas de trabalho diariamente. Essa prática levou a empresa a ser multada e denunciada junto ao Ministério do Trabalho.²²⁵

Na matéria “Armazém Paraíba: exploração a toda hora em qualquer lugar”²²⁶, publicada em cinco de fevereiro de 2002, a entidade comerciária, ao fazer menção ao *slogan* de propaganda da empresa “Sucesso em qualquer lugar”, reiterou as denúncias acerca das irregularidades trabalhistas no tocante o trabalho aos domingos realizado em escolas da rede municipal, mesmo após a assinatura de um ajuste de conduta na Procuradoria Regional do Trabalho. De forma irônica, afirmava que “o Paraíba estava fazendo escola quando se fala em explorar trabalhadores”. A reportagem ocupou grande parte da primeira página *Balcão* e, inclusive, expunha a empresa com a foto de um funcionário da loja em frente a uma escola (figura 2). Na mesma edição, os Comerciantes levantaram a suspeita de que tal prática

²²³ PARAÍBA obriga vendedor trabalhar até no domingo. **Balcão**, Teresina, n. 155, p. 4, 30 mai. 2001.

²²⁴ META a bronca: Armazém Paraíba. **Balcão**, Teresina, 2001.

²²⁵ META a bronca: Armazém Paraíba. **Balcão**, Teresina, n. 157, p. 2, 01 ago. 2001; PARAÍBA: a grande família exploradora. **Balcão**, Teresina, n.161, p. 3, 18 jan. 2002.

²²⁶ ARMAZÉM Paraíba: exploração a toda hora em qualquer lugar. **Balcão**, Teresina, n. 163, p. 1, 05 fev. 2002.

resultava de um acordo entre o prefeito da cidade na época, Firmino Filho²²⁷, (PSDB) e o empresário João Vicente Claudino²²⁸ (PTB), filho do proprietário do Grupo Claudino.

Figura 2 – Paraíba usa escola municipal para vender produtos aos domingos



Fonte: ARMAZÉM Paraíba: exploração a toda hora em qualquer lugar. *Balcão*, Teresina, n. 163, p. 1, 05 fev. 2002.

No período de 2000 a 2005, encontramos no *Balcão* e nos jornais de circulação local diversas publicações evidenciando os conflitos existentes entre o Sindicato dos Comerciantes e os representantes do setor patronal dos supermercados e hipermercados. Como já dito, a

²²⁷ Firmino da Silveira Soares Filho nasceu no dia 16 de dezembro de 1963 em Teresina. Foi prefeito de Teresina pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por quatro mandatos, destes dois consecutivos de 1997 a 2004 e 2012 a 2020. Iniciou sua vida política em 1993, ao assumir o cargo de secretário de Finanças de Teresina na gestão do então prefeito Raimundo Wall Ferraz (1993-1995). Com a morte deste gestor no exercício do mandato foi indicado pelo vice-prefeito, Francisco Gerardo, para sucedê-lo na prefeitura, pois não era permitida a reeleição. Nas eleições municipais de 2008, candidatou-se a vereador de Teresina, sendo o candidato mais votado. Reassumindo seu mandato de vereador, no pleito de outubro de 2010, concorreu a uma cadeira de deputado estadual e foi eleito. Firmino Filho faleceu em 06 de abril de 2021, aos 57 anos, em Teresina. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-filho-firmino>. Acesso em: 09 fev. 2023.

²²⁸ João Vicente de Macedo Claudino nasceu em Cajazeiras (PB) em 09 de fevereiro de 1963. Empresário, iniciou sua vida política em 1995 e assumiu alguns cargos (secretário da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Turismo do Piauí; membro do Conselho de Administração do Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP); presidente da Associação Industrial do Piauí (AIP) e diretor da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Piauí (FCDL-PI)), antes de ser eleito senador do Estado piauiense pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 2006. Reelegeu-se senador no pleito de 2010 e foi vice-líder do partido petebista entre 2011 e 2013. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clauidino-joao-vice>. Acesso em: 09 fev. 2023.

entidade fez do seu jornal um instrumento de denúncia das precárias condições de trabalho, salariais e do descumprimento das Convenções atinentes ao trabalho nos domingos nas grandes redes: Pão de Açúcar, Hiper Bom Preço e Comercial Carvalho. O periódico do Sindicato noticiava quase que a cada edição os desdobramentos desses embates, os quais levaram a direção recorrer à justiça no intento de obter a regulamentação do horário de trabalho do comércio teresinense.

Nesse contexto, o Grupo Pão de Açúcar esteve presente, de forma reiterada, nas publicações do jornal editado pelos dirigentes Comerciários, em virtude das irregularidades cometidas na abertura dos seus supermercados aos domingos e em regime de vinte e quatro horas. As reportagens sobre os acontecimentos que expunham os atritos da entidade sindical com os representantes da empresa em Teresina estamparam as primeiras páginas, chegando a ocupar edições inteiras do noticioso. O ápice do conflito foi a vitória judicial do Sindicato, após o fechamento de um processo que se arrastou durante anos.

Ainda em 1998, quando o Pão de Açúcar começou a abrir aos domingos, a diretoria do Sindicato dos Comerciários de Teresina travou uma batalha contra a empresa que se prolongou por cinco anos. Foram apresentadas várias denúncias na imprensa sindical e iniciativas de ação judicial, devido às más condições de trabalho nesses supermercados, nos quais “os funcionários eram submetidos a uma jornada exaustiva de trabalho, de domingo a domingo, sem escala de revezamento e pagamento de hora extra”²²⁹, segundo consta no *Balcão*. No decorrer da análise deste periódico, constatamos que, em algumas edições, os dirigentes sindicais chegaram a afirmar que não eram contra a abertura dos supermercados nestes dias ou em regime de vinte e quatro horas, desde que o seu funcionamento ocorresse de forma regular e houvesse negociação com o patronato que favorecesse a categoria comerciária.

Na edição de cinco de julho de 2000, foi publicada a matéria “Justiça proíbe, mas Pão de Açúcar teima em abrir aos domingos”²³⁰, em que o Sindicato propôs a contratação de turmas exclusivas para que o supermercado funcionasse nestes dias, a fim de gerar mais empregos no setor. Entretanto, conforme o noticioso, o Pão de Açúcar se recusou a negociar tampouco assinar a Convenção Coletiva de Trabalho com os Comerciários, levando-os a entrar com uma ação civil pública contra a empresa. Na mesma matéria, o *Balcão* divulgou que foi concedida uma liminar favorável à entidade proibindo a abertura do supermercado aos

²²⁹ SINDICATO luta há dois anos. *Balcão*, Teresina, n. 133, p. 1, 04 jan. 2000.

²³⁰ JUSTIÇA proíbe, mas Pão de Açúcar teima em abrir aos domingos. *Balcão*, Teresina, n. 141, p. 1, 05 jul. 2000.

domingos, na qual a justiça impôs uma multa de cerca de R\$ 11.000 (onze mil reais) por dia de descumprimento. Após entrar com um recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para derrubar esta ordem judicial e com outra ação na Justiça Federal para que a DRT não a fiscalizasse mais, o Grupo teve decisão favorável nas duas ações e, por conseguinte, autorização para abrir até o julgamento final do mandado de segurança.

Na mesma data, em uma edição do jornal *O Dia*, foi publicada a matéria “Pão de Açúcar é acusado de não dar folga a funcionários”²³¹, no sentido de reforçar a denúncia do representante do Sindicato dos Comerciários à época, Gilberto Paixão, contra o Grupo. Neste editorial, o sindicalista acusou a empresa de ter diminuído o seu quadro de funcionários pela metade, além de ter recebido cerca de cem autuações no ano anterior, em virtude dos seus funcionários estarem trabalhando 14h (quatorze horas) diárias.

O jornal *Meio Norte* também repercutiu o embate, apresentando a versão do então presidente da Associação dos Supermercadistas, Raul Lopes Filho, de que os representantes do Pão de Açúcar de Teresina abririam as lojas nos domingos e, para tal, entrariam com um recurso para revogar a liminar concedida anteriormente aos Comerciários.²³² Em outra matéria publicada no dia seis de julho de 2000, na coluna “Urbanidade”, assinada por Cinthia Lages, o noticioso classificou a atitude do Sindicato como “radical”, uma vez que havia sido definido judicialmente o fechamento das lojas do Grupo nos finais de semana²³³.

Convém destacar que, na sede da entidade comerciária, identificamos uma nota enviada à jornalista Cinthia Lages com o propósito de contestar a publicação mencionada e esclarecer sobre os motivos que levaram os sindicalistas a se colocarem contra a abertura dos supermercados daquela empresa. Nesta nota, a direção justificou a decisão, alegando a intransigência do setor patronal em não regulamentar tal abertura mediante a criação de turmas exclusivas de trabalho, de escalas de revezamento e o não registro das horas extras, em descumprimento ao Código de Postura do Município. A direção salientou que tais denúncias haviam sido constatadas nas fiscalizações realizadas pela DRT. Ainda, junto à nota assinada pelo secretário geral Gilberto Paixão, foi enviado ao noticioso o resultado de um acordo

²³¹ PÃO DE AÇÚCAR é acusado de não dar folga a funcionários. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.660, p. 3, 05 jul. 2000.

²³² FREITAS, Meirelane. Justiça proíbe abertura de supermercado. **Meio Norte**, Teresina, a. V, n. 1990, p. 6, 05 jul. 2000.

²³³ LAGES, Cinthia. Radical. **Meio Norte**, Teresina, a. V, n. 1991, p. 3, 06 jul. 2000.

estabelecido com outra rede de supermercados, Comercial Carvalho²³⁴, que teve a abertura de suas filiais nos domingos reconhecida pelo Sindicato por ter contratado turmas exclusivas.

Na edição de sete de agosto de 2000, ao informar os seus leitores que estavam prestes a renovar a Convenção Coletiva de Trabalho com o setor de supermercados e o restante do comércio, o Sindicato comemorou por conseguir manter, até aquele momento, mais de 95% (noventa e cinco por cento) dos estabelecimentos comerciais de Teresina fechados aos domingos. Nesta publicação, a classe comerciária relembrou a campanha pelo repouso dominical realizada em 1999, considerada por ela uma das maiores campanhas elaboradas por uma categoria no Piauí (figura 3). Por meio de intensos protestos realizados em frente ao Pão de Açúcar e do investimento em *outdoors*, camisetas e adesivos, o Sindicato conseguiu barrar uma lei na Câmara Municipal que determinaria o horário livre no comércio teresinense.

Figura 3 – Gilberto Paixão no protesto em frente ao Pão de Açúcar



Fonte: O DOMINGO não veio de graça. *Balcão*, Teresina, n. 142, p. 1, 07 ago. 2000.

²³⁴ De acordo com o jornal *Balcão*, o acordo firmado entre o Sindicato dos Comerciários e o Grupo Carvalho, válido por um ano, ocorreu em 1999 e propiciou a contratação de turmas exclusivas de trabalho nos finais de semana. Porém, como veremos adiante, tal acordo não permaneceu por muito tempo.

Em outra reportagem sobre uma campanha realizada antes, no ano de 1997, os Comerciários alegavam que a maioria dos vereadores, ao lado de empresários e da prefeitura do município, defendeu a abertura das lojas aos domingos, exceto os vereadores do PT²³⁵. Naquele ano, o Sindicato entrou com uma ação contra os supermercados da capital que se arrastou por três anos e encontrava-se emperrada na Justiça do Trabalho, pois o dissídio coletivo ainda não havia sido julgado.²³⁶

O editorial de trinta de janeiro de 2001 foi exclusivamente dedicado ao impasse entre o Sindicato dos Comerciários de Teresina e o Pão de Açúcar. Ao anunciar a vitória da entidade comerciária ocorrida em novembro de 2000, o periódico informou que a empresa, a exemplo do Grupo Comercial Carvalho, comprometeu-se a assinar um acordo aceitando “contratar turmas exclusivas às sextas, sábados, domingos e datas especiais, com jornada semanal de 24 horas, e os demais trabalhadores, com jornada semanal de 44 horas de segunda a sábado, não podendo estes últimos trabalharem aos domingos e feriados”²³⁷. De acordo com o noticioso, o Pão de Açúcar tinha naquele momento uma dívida de aproximadamente R\$ 400.000,00 mil (quatrocentos mil reais) somente em multas impostas por não cumprir ordens judiciais e se recusar a negociar formas e condições adequadas a fim de obter autorização para abrir em regime de vinte e quatro horas e aos domingos.

Conforme publicado no *Balcão*, o Grupo promoveu nos meios de comunicação acusações e mentiras contra a direção Sindicato dos Comerciários, responsabilizando-a pela demissão em massa ocorrida nos seus supermercados. Isso levou os funcionários do Pão de Açúcar a organizarem um protesto em frente à sede do Sindicato, em favor da abertura do supermercado em regime de vinte e quatro horas. De acordo com o editorial, a manifestação resultou em uma reunião organizada pela direção com o propósito de esclarecer para a categoria a importância de estabelecer condições para regulamentar esse tipo de funcionamento e pressionar a empresa no sentido de solucionar o problema.

Sobre essa questão, em uma matéria divulgada no jornal *O Dia*, os representantes da entidade comerciária novamente se colocaram como intermediários entre os trabalhadores e os patrões daquela empresa, sustentando o discurso de defesa dos direitos da categoria, além de chamar a atenção para que tivessem cautela no protesto feito contra o Sindicato, pois não haveria motivos para a demissão dos empregados nas lojas pertencentes ao Grupo. Nesta edição, os Comerciários informaram que haviam sido contratados novos funcionários na

²³⁵ O DOMINGO não veio de graça. **Balcão**, Teresina, n. 142, p. 1, 07 ago. 2000.

²³⁶ E O pão de açúcar: como fica? **Balcão**, Teresina, n. 146, p. 2, 28 nov. 2000.

²³⁷ A VITÓRIA dos comerciários. **Balcão**, Teresina, n. 150, p. 1, 30 jan. 2001.

empresa por decisão judicial, visto que não poderia funcionar com os mesmos funcionários que trabalhavam durante a semana.²³⁸

Nesse ínterim, por meio de nota divulgada no periódico do Sindicato, várias entidades sindicais demonstraram apoio aos Comerciários de Teresina e repudiaram a atitude da empresa de colocar os seus empregados contra os dirigentes sindicais, dentre elas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicatos dos Previdenciários, Trabalhadores da Construção Civil, Trabalhadores das Confecções, Bancários, Motoristas, Urbanitários, Movimento Sem Terra (MST), além de lideranças políticas como a deputada estadual Francisca Trindade²³⁹ e do vereador João de Deus²⁴⁰, ambos da legenda petista na época. Ademais, foi apresentada a lista contendo os nomes dos quarenta e nove funcionários contratados para a turma especial, que havia sido encaminhada pelo Pão de Açúcar ao Sindicato.²⁴¹

Em vinte e um de março de 2001, o *Balcão* divulgou que foi concedida pelo juiz do Trabalho, Meton Marques, uma liminar favorável ao Pão de Açúcar, autorizando a sua abertura em regime de vinte e quatro horas, mesmo após o parecer contrário do Ministério Público a este pedido e a empresa se negar a negociar e cumprir algumas condições, tais como o aumento de salário e participação nos lucros da empresa. A decisão judicial foi criticada por alguns membros do partido petista que novamente se manifestaram em favor do Sindicato.

A deputada Francisca Trindade (PT) usou a Tribuna da Assembleia Legislativa para defender a luta dos comerciários, principalmente, os do Pão de Açúcar, criticando veementemente a decisão judicial que autorizou a rede abrir em regime de 24 horas.

²³⁸ SINDICATO dos Comerciários diz que empresa contratou. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.860, p. 11, 28 jan. 2001.

²³⁹ Francisca das Chagas Trindade nasceu em Teresina no dia 26 de março de 1966. Antes de adentrar na política, iniciou a sua trajetória em movimentos sociais dedicando-se à militância estudantil e católica. Ela ajudou na fundação e presidiu a Associação de Moradores do Bairro Água Mineral e participou da criação da Federação das Associações de Moradores. Além disso, atuou em movimentos de sem-teto e foi fundadora de um dos maiores assentamentos da América, o Irmã Dulce. No ano de 1985 se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, nas eleições de 1992, disputou uma vaga para o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Teresina, assumindo como primeira suplente em 1995 no lugar de Wellington Dias, quando este foi eleito deputado estadual. No ano seguinte, elegeu-se vereadora pelo partido petista. Anos depois, nas eleições de outubro de 1998, foi eleita deputada estadual, tendo sido a mais votada na cidade teresinense com 26 mil votos. No pleito de outubro de 2002, elegeu-se deputada federal com 165.190 votos, considerada a maior votação no Estado do Piauí. Trindade faleceu no exercício deste mandato, em 27 de julho de 2003, em decorrência de um aneurisma cerebral. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/trindade-francisca>. Acesso: 10 fev. 2023.

²⁴⁰ João de Deus Sousa nasceu em José de Freitas no dia 08 de março de 1956. Atuou como presidente da Associação dos Professores do Estado, atualmente Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Piauí (SINTE). Presidiu o diretório estadual do PT no Piauí por dois mandatos: 1992-1994 e 2003-2005, também presidiu a CUT no Piauí entre 1997 e 1999. Foi eleito vereador de Teresina no ano de 1999. Na Assembleia Legislativa, ocupou o cargo de deputado estadual nas eleições de 2006, também foi líder do Governo. Disponível em: <https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/33>. Acesso: 10 fev. 2023.

²⁴¹ ENTIDADES apoiam o sindicato. **Balcão**, Teresina, n. 150, p. 2, 30 jan. 2001.

“Os trabalhadores de qualquer empresa não podem ser submetidos à situação frágil e constrangedora de ter que escolher entre o desemprego e a exploração no ambiente de trabalho”, ponderou a deputada. E ressalta: “Os trabalhadores do Pão de Açúcar estarão melhor protegidos sendo respeitado o acordo coletivo vigente, que estabelece critérios de como se dará o funcionamento da rede, sem que o mesmo se torne prejudicial aos empregados, tendo em vista que existe a obrigação da contratação de turma extras”.²⁴²

Levando em consideração o trecho da matéria citada, é perceptível o discurso alinhado dos Comerciantes com o Partido dos Trabalhadores evidenciado não só com a atuação de Cícero Magalhães na Câmara de vereadores, como também com o apoio dentro do partido de personagens relevantes no cenário político local, a exemplo de Francisca Trindade, considerada uma das lideranças políticas mais populares do Estado piauiense na época. Essa aproximação com os partidários e com as outras entidades era declarada constantemente nas páginas do jornal editado pelos Comerciantes.

Apesar de o grupo empresarial ter sido atendido com relação a abertura em regime de vinte e quatro horas, o dissídio impetrado pelos Comerciantes foi julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com ganho de causa para o Sindicato proibindo a abertura do Pão de Açúcar em dias tradicionais de folga, caso não houvesse a contratação de turmas exclusivas. O *Balcão* noticiou que a empresa foi multada por não cumprir com este acordo, também por escalar trabalhadores do quadro convencional para trabalhar aos domingos.²⁴³

Nesse período, o comércio de Parnaíba, que fica a aproximadamente 340 km (trezentos e quarenta quilômetros) da capital Teresina, também passou a funcionar aos domingos e feriados, partindo da iniciativa de empresários da cidade, mediante a elaboração de escalas de revezamento e o limite máximo de 44h (quarenta e quatro horas) trabalhadas por semana. Em tom de defesa, o jornal *O Dia* noticiou o acordo com a Federação do Comércio do Estado do Piauí e destacou o desenvolvimento do centro comercial do litoral piauiense, que à época possuía um *shopping center* e um grande espaço cultural, Porto das Barcas, com diversos estabelecimentos comerciais.²⁴⁴

Ainda no ano de 2001, a entidade comerciária teresinense obteve a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério do Trabalho, alterando o seu nome e abrangência da base de representatividade sindical. Assim, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina passou a ser oficialmente denominado Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Teresina. A alteração foi proposta pela direção, de acordo com o *Balcão*, depois de receber

²⁴² TRINDADE critica decisão judicial. *Balcão*, Teresina, n. 153, p. 2, 21 mar. 2001.

²⁴³ PÃO de açúcar é multado pela DRT. *Balcão*, Teresina, n. 154, p. 2, 24 abr. 2001.

²⁴⁴ PARNAÍBA terá comércio aberto nos feriados. *O Dia*, Teresina, a. XLIX, n. 12.845, p. 12, 13 jan. 2001.

cobranças frequentes dos próprios trabalhadores de outros setores que, por estarem ligados diretamente a atividade do comércio, consideravam que também teriam direitos, como é o caso dos empregados de açougue de carne fresca, das empresas de compra, venda, locação e administração de imóveis residenciais, escritórios de contabilidade, de casas lotéricas, dentre outros. Com a ampliação de sua base, os Comerciantes de Teresina buscaram intensificar suas reivindicações para a regulamentação das condições de trabalho da categoria.²⁴⁵

A edição do jornal *Diário do Povo* de dezembro de 2001, na matéria intitulada “Supermercados vão funcionar aos domingos”²⁴⁶, noticiou a proibição da abertura do comércio teresinense em regime de plantão de 24h (vinte e quatro horas) e o seu funcionamento aos domingos e feriados somente com a contratação de turmas específicas, após uma audiência de conciliação em dissídio coletivo entre o Sindicato dos Comerciantes e o Sindicato de Gêneros Alimentícios de Teresina. Na publicação, o editorial destacou a insatisfação da classe empresarial com a pequena diferença do valor do pagamento do piso, que ficou R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) para os empregados de supermercados dos *shoppings* e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) para os de outros supermercados. O jornal repercutiu as divergências entre os dois Sindicatos, pontuando a inflexibilidade dos Comerciantes de não autorizar os plantões de 24h no comércio, ainda que a classe patronal tivesse oferecido um reajuste. Outra discordância referiu-se a inclusão do piso dos hipermercados no mesmo acordo dos supermercados, proposta recusada pelo sindicato patronal.²⁴⁷

Os desdobramentos dos conflitos recorrentes entre os representantes locais do Pão de Açúcar e os Comerciantes de Teresina permaneceram nas pautas de reportagens do jornal do Sindicato. No ano de 2002, o não cumprimento do acordo e outras irregularidades cometidas pelo Grupo foram divulgadas na coluna “Meta a bronca”. Segundo denúncia da direção do Sindicato encaminhada à DRT, a empresa estava remanejando os funcionários das turmas específicas, os quais eram contratados para trabalhar apenas nos finais de semana e possuíam

²⁴⁵ SINDICATO amplia base. **Balcão**, Teresina, n. 154, p. 2, 24 abr. 2001.

²⁴⁶ SUPERMERCADOS vão funcionar aos domingos. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.473, p. 1-9, 08 dez. 2001.

²⁴⁷ Após o acordo parcial realizado na Justiça do Trabalho, os três principais grupos supermercadistas da capital passaram a funcionar até às 22h (vinte e duas horas) com turmas específicas e com uma carga horária de 24h (vinte e quatro horas) distribuídas nas sextas, sábados, domingos e feriados. Como já exposto, nesse período duas redes de supermercados (Pão de Açúcar e Comercial Carvalho) já possuíam turmas específicas, faltando apenas o Hiper Bom Preço aderir ao acordo. Ver: EXPEDIENTE especial: acordo impede plantão de 24h em supermercados. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.473, p. 9, 08 dez. 2001.

jornadas e salários diferenciados para trabalhar durante toda a semana, sem que houvesse o pagamento do piso correspondente.²⁴⁸

Nos anos seguintes, o *Balcão* continuou noticiando as reivindicações dos Comerciantes e sua luta pela regulamentação do trabalho no comércio nos dias de folga. O balanço feito pelo Sindicato era de que a abertura do comércio de Teresina aos domingos e feriados causou aos trabalhadores somente prejuízos financeiros, no convívio familiar, lazer, religião e de saúde, resultando no aumento de doenças e acidentes de trabalho, devido à excessiva jornada de trabalho que chegava a trinta dias sem nenhuma folga. Como exemplo, o jornal destacou que o Ministério Público comprovou que os funcionários dos supermercados Pão de Açúcar e Hiper Bom Preço continuavam trabalhando nesses dias de forma irregular, sem autorização, pagamento de hora extra e escala de revezamento. Outro ponto bastante enfatizado nas publicações do noticioso era que essas empresas estavam inviabilizando as negociações com a classe patronal e insistiam em manter o funcionamento do comércio nesses dias sem a assinatura da Convenção Coletiva, empurrando as negociações para o Tribunal do Trabalho desde o ano de 2000.²⁴⁹

Em contrapartida, no editorial “População quer lojas abertas 24 horas”²⁵⁰, o jornal *O Dia* divulgou que uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Pública (IPOP) revelou que a maioria dos teresinenses eram favoráveis ao funcionamento do comércio local em regime de vinte e quatro horas, nos domingos e feriados. Segundo consta na reportagem, o levantamento mostrou que 86,33% dos entrevistados concordavam que o funcionamento do comércio de forma livre, sem restrições de horários seria vantajoso por que traria maior comodidade, disponibilidade de compras em casos de urgência e emergência, geração de empregos e o crescimento econômico da cidade. Tal concordância apresentou-se, ainda, por meio dos seguintes números: funcionamento de farmácia 24 horas (98,33% dos entrevistados foram favoráveis), postos de combustíveis (86,67%), supermercados (71,33%), lojas de conveniência (53,33%) e pontos de alimentação (77,67%).

Durante o mês de abril do ano de 2003, o Sindicato dos Comerciantes promoveu diversas manifestações e outras atividades nas ruas do Centro da capital, cujo objetivo era trazer à tona as irregularidades existentes nos supermercados Hiper Bom Preço²⁵¹ e Pão de

²⁴⁸ META a bronca: PÃO de açúcar. *Balcão*, Teresina, n. 170, p. 2, 05 ago. 2002.

²⁴⁹ ESTÁ comprovado: trabalho aos domingos gera exploração. *Balcão*, Teresina, n. 175, p. 1, 27 fev. 2003; SUPERMERCADOS: a máquina de explorar trabalhadores. *Balcão*, Teresina, n. 177, p. 1, 10 abr. 2003.

²⁵⁰ POPULAÇÃO quer lojas abertas 24 horas. *O Dia*, Teresina, a. 52, n. 13.931, p. 3, 22 jan. 2004.

²⁵¹ Segundo consta no editorial interno *Balcão*, no ano de 2015, em virtude do não pagamento dos domingos trabalhados na folha de pagamento de 354 funcionários que trabalharam de junho de 2009 a maio de 2010, os supermercados Hiper Bom Preço do Teresina *Shopping* e o Bom Preço da Frei Serafim foram obrigados pela

Açúcar e, mais uma vez, reivindicar a regulamentação do trabalho aos domingos e feriados. Outras irregularidades denunciadas na imprensa sindical contra estas empresas referiam-se ao não pagamento de horas extras, não cumprimento da legislação trabalhista, assédio moral e sexual. O periódico do Sindicato fez a cobertura de um dos protestos, que contou com a participação dos diretores e demais membros da base comerciária. Os sindicalistas foram para a região central da cidade, na Avenida Frei Serafim, localizada nas proximidades dos dois supermercados e para o Tribunal Regional do Trabalho, onde fizeram a distribuição de panfletos, colocaram faixas e ligaram carros de som.²⁵²

As edições de onze de abril de 2003 dos jornais *O Dia* e *Meio Norte* também reverberaram a mobilização realizada pela entidade comerciária no Centro. Face à criatividade dos sindicalistas na organização do protesto, a qual contou com apresentações teatrais, contratado pelo Sindicato, o Grupo de Teatro Alternativo (GAT) encenou uma apresentação representando como seria o cotidiano de exploração sofrida pelos comerciários em supermercados da cidade, em destaque na capa do jornal *Meio Norte* (figura 4). Os jornais destacaram ainda que o protesto chamou a atenção da categoria e dos transeuntes, assim como resultou no chamado do TRT para o julgamento do dissídio.²⁵³

justiça a pagar R\$ 576 mil. TRABALHADORES ganham ação contra o Bom Preço. **Balcão**, Teresina, n. 261, p. 2, 04 jul. 2015.

²⁵² SINDICATO realiza protestos contra supermercados. **Balcão**, Teresina, n. 178, p. 2, 29 abr. 2003.

²⁵³ PÃO-DE-AÇÚCAR. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.645, p. 2, 11 abr. 2003; RIBEIRO, Efrém. Encenada exploração de comerciários **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3018, p. 1, 11 abr. 2003.

Figura 4 – Peça teatral representa o cotidiano de exploração dos comerciários no Bom Preço e Pão de Açúcar



Fonte: RIBEIRO, Efrém. Encenada exploração de comerciários *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.3018, p. 1, 11 abr. 2003.

Na edição de vinte e sete de maio de 2003 do *Balcão*, a diretoria da entidade comemorou o julgamento do dissídio coletivo do setor de supermercados favorável aos trabalhadores comerciários, após seis meses de espera. Dentre as conquistas, o recebimento do tíquete alimentação e aumento salarial, que passou de R\$ 231,50 (duzentos e trinta e um reais e cinquenta centavos) para R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais). Tiveram também como ganho político a implantação do direito dos sindicalistas de participar das fiscalizações nas empresas juntamente com o Ministério do Trabalho. Com isso, a entidade pôde acompanhar de perto as irregularidades, o trabalho do setor e a fiscalização do órgão diante da extensão do trabalho aos domingos e feriados. Outra conquista foi a obrigatoriedade das

empresas repassarem para o Sindicato o Comunicado de Acidentes de Trabalho (CAT), que vinha sendo desrespeitado pelos empresários. Entretanto, dois meses depois, os Comerciantes denunciaram no *Balcão* que os empresários não estavam cumprindo o dissídio.²⁵⁴

No cenário político, destacamos que em junho de 2003 o vereador Cícero Magalhães (PT), em seu primeiro ano de mandato, apresentou um projeto voltado para os trabalhadores comerciantes que previa a obrigatoriedade da contratação de empacotadores para cada caixa em funcionamento nos supermercados, aprovado por unanimidade, em segunda votação, na Câmara Municipal. Porém, o projeto necessitava da aprovação do gestor Firmino Filho (PSDB), à época no terceiro mandato como prefeito de Teresina. Para justificar a proposição, Magalhães alegou que a medida poderia gerar novos empregos e solucionar problemas relacionados a acumulação e o desvio de função.²⁵⁵

No mês seguinte, os editores do *Balcão* noticiaram que, embora tivesse sido inicialmente aprovada com o apoio da maioria dos vereadores, a proposta encabeçada por Magalhães havia sido vetada. Em tom de crítica, afirmaram que “as justificativas foram as mais absurdas. Até mesmo sobre a competência da Câmara de discutir sobre a matéria foi questionada. Desculpas de quem não quer, neste momento pré-eleitoral, fazer nada que possa prejudicar possíveis futuros patrocinadores de eleições”²⁵⁶. Ainda em julho daquele ano, o jornal *Meio Norte* voltou ao mesmo tema e repercutiu uma manifestação realizada pelo Sindicato em frente a alguns supermercados reivindicando a contratação de um número maior de empacotadores nos estabelecimentos comerciais da capital. Na matéria jornalística, os dirigentes comerciantes alegaram que a iniciativa poderia resultar na geração de mais de 300 empregos para a categoria, sobretudo, de mão de obra sem grande experiência, possibilitando a inclusão de jovens, idosos e de portadores de deficiência.²⁵⁷ Apesar da mobilização da entidade, por meio de campanhas na imprensa local e sindical, constatamos que o projeto não se concretizou após o veto.

As denúncias acerca das irregularidades cometidas nas grandes redes de supermercados permaneceram assiduamente nas pautas do *Balcão*. De acordo com o periódico,

²⁵⁴ VITÓRIA do sindicato. *Balcão*, Teresina, n. 179, p. 1, 27 mai. 2003; SUPERMERCADOS não cumprem dissídio. *Balcão*, Teresina, n. 180, p. 1, 31 jul. 2003.

²⁵⁵ PROJETO prevê empacotadores em todos os caixas de supermercados. *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.3031, p. 4, 24 abr. 2003; CÂMARA aprova projeto dos empacotadores. *Balcão*, Teresina, n. 180, p. 1, 30 jun. 2003.

²⁵⁶ PREFEITO defende empresários e veta projeto dos empacotadores. *Balcão*, Teresina, n. 181, p. 1, 31 jul. 2003.

²⁵⁷ SINDICATO quer mais empacotadores. *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.3102, p. B\3, 04 jul. 2003.

Os supermercados da capital, Comercial Carvalho, Pão de Açúcar, Hiper Bom Preço, Mercadinho Popular, Mercadinho Ferreira e outros estão massacrando literalmente seus funcionários: pagam salários medíocres, obrigam os funcionários a trabalhar com uma jornada superior a dez horas diárias e todos os domingos e feriados sem folga. Os empregados são tratados a ferro e fogo. Têm os direitos desrespeitados, como desconto de quebra de caixa, não pagamento das horas extras, descontos indevidos dos seus salários, sonegação dos vales transportes, desvio de função, caixas com função de empacotador, além dos constrangimentos e humilhações quando reclamam dos maus tratos dos seus superiores. O Sindicato entrou com uma ação judicial para barrar os trabalhos escravos nos domingos e feriados, mas infelizmente o juiz do Trabalho indeferiu a liminar, mesmo tendo conhecimento que essas empresas agem à margem da lei em vigor, causando prejuízo aos trabalhadores.²⁵⁸

Diante da insatisfação dos trabalhadores comerciários com as precárias condições de trabalho e salariais descritas acima, os representantes do Sindicato intensificaram as mobilizações pela regulamentação do trabalho aos domingos e feriados. Foram realizadas diversas ações sindicais de resistência, tais como passeatas e paralisações.

No início de 2005, a direção do Sindicato dos Comerciários comemorou no *Balcão*, em uma edição especial de retrospectiva do ano 2004, o desfecho do conflito judicial com o Pão de Açúcar. Depois de cinco anos de tentativas de anular o processo, o Grupo foi obrigado a pagar uma indenização aos seus empregados pelo funcionamento irregular dos supermercados aos domingos. Ele foi multado em quase R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), cujo montante foi entregue a cento e cinquenta e quatro trabalhadores. E, cada trabalhador foi indenizado no valor de R\$ 985,38 (novecentos oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos) descontados na Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) por todos os domingos trabalhados no ano de 2000.²⁵⁹

Sobre essa vitória judicial, Gilberto Paixão relata que:

Com relação ao trabalho aos domingos, várias empresas pagaram por isso, principalmente, as lojas dos dois *shoppings*. Mas, quem foi mais apresentado nessa discussão foi o Pão de Açúcar, pois era uma determinação a nível nacional. E eles achavam que podiam chegar aqui em Teresina e abrir no dia que quisessem [...] Fizemos paredismo, manifestações, fechamos as lojas por dois dias e entramos com um processo. Ganhamos na justiça por que realmente ficou um negócio escandaloso. Eu acho que o Judiciário não teve coragem de ir contra o Sindicato e tivemos uma vitória de mais de [não lembrou o valor]. Eu sei que era um valor muito bom na época e esse dinheiro que nós ganhamos distribuímos para os trabalhadores.²⁶⁰

Depois disso, de acordo com o jornal *Balcão*, a empresa passou a se adequar à Convenção Coletiva, no que diz respeito ao trabalho nos domingos. Apesar de solucionada a

²⁵⁸ TRABALHO escravo aos domingos. *Balcão*, Teresina, n. 186, p. 1, jan. 2004.

²⁵⁹ PÃO de açúcar paga pelos seus erros. *Balcão*, Teresina, n. 192, p. 1, 28 jan. 2005.

²⁶⁰ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

questão com a empresa Pão de Açúcar, surgiram outras denúncias de abertura aos domingos e feriados de lojas do Centro e da periferia da cidade, de forma irregular e, portanto, sem o aval do Sindicato.²⁶¹

Simultaneamente, os Comerciários comemoraram o fechamento da Convenção Coletiva com o setor patronal de supermercados, após quatro anos de dissídios coletivos, por intermédio do Tribunal Regional do Trabalho. Nas cláusulas desta Convenção, ficou decidido que os trabalhadores dos supermercados com escala de revezamento aos domingos e dos supermercados com turmas específicas teriam um reajuste de 6% (seis por cento), o recebimento de vinte e dois tíquetes de refeição de R\$ 4,00 (quatro reais) cada e piso salarial de R\$ 330,00 (trezentos e trinta e três reais) e R\$ 317,00 (trezentos e dezessete reais), respectivamente. Quanto às demais cláusulas, ficaram em conformidade com a Convenção dos lojistas.²⁶²

Com o propósito de questionar os indicadores de que a extensão do horário de trabalho suscitava o crescimento da oferta de empregos, foi apresentado, em meio às reportagens do periódico, dados obtidos em uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seu Anuário de Estatística do Trabalho, comparando a jornada de trabalho semanal do Brasil (44h) com outros países: Argentina (39,2h), Canadá (31,9h), Espanha (35,7h), Estados Unidos (40,5h), Alemanha (41,5h) e Japão (42,4h). Comprovando, assim, que os países onde se trabalhava menos apresentavam melhor qualidade de vida e maiores possibilidades de geração de postos de trabalho. Na imprensa sindical, os Comerciários de Teresina destacavam que “as longas jornadas de trabalho fazem crescer os problemas relacionados à saúde, como o estresse, depressão e lesão por esforço repetitivo”²⁶³. Para eles, pesquisas como essas ajudavam a fundamentar suas reivindicações pelo fim do trabalho aos domingos.

Ao longo da segunda metade da década de 2000, observamos que a luta dos Comerciários pelo repouso dominical foi adquirindo maior força. Isso se deve tanto a mobilização das lideranças, através da imprensa sindical, quanto a eleição de Cícero Magalhães para o cargo de vereador, em 2005, e para deputado estadual, em 2007. Durante o período em que exerceu esses mandatos, eram constantes as matérias elogiosas no *Balcão* à atuação do parlamentar na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, buscando enfatizar

²⁶¹ VITÓRIA da luta contra a arrogância. **Balcão**, Teresina, n. 193, p. 1, 04 mar. 2005;

COMERCIÁRIOS. **O Dia**, Teresina, a. 54, n. 14.388, p. 2, 04 mar. 2005 (Coluna Roda Viva).

²⁶² COMERCIÁRIOS e patrões fecham acordo coletivo. *Diário do Povo*, Teresina, a. XVIII, n. 6.682, p. 11, 26 jan. 2005; SINDICATO fecha convenção com supermercadistas. **Balcão**, Teresina, n. 192, p. 1, 28 jan. 2005.

²⁶³ REDUZIR a jornada é gerar empregos. **Balcão**, Teresina, n. 194, p. 2, 27 abr. 2005.

que ele era a “a voz do trabalhador” nesses espaços.²⁶⁴ Diversas publicações do noticioso evidenciavam o protagonismo de Magalhães dentro do partido petista e o seu empenho em defender os direitos dos trabalhadores comerciários. Na tribuna, ele solicitava regularmente audiências e sessões solenes direcionadas à categoria, além de manter presença nos eventos promovidos pela entidade.

Partindo dessa perspectiva de análise, Fabiane Popinigis²⁶⁵ observa que estudos recentes no campo da História Social têm direcionado a atenção às relações estabelecidas entre os trabalhadores e a municipalidade. Para a autora, “tal abordagem tem várias vantagens, entre elas a relativa abundância de fontes produzidas e a possibilidade de encontrar os trabalhadores em ação na reivindicação de seus direitos ou expressando noções do justo com uma considerável margem de ação”²⁶⁶. Popinigis (2016) destaca que, na verdade, tais relações são parte não só de um processo de controle e vigilância dos trabalhadores, mais também são espaços de demandas e embates que mobilizam os recursos oferecidos por esses mesmos setores.

Sobre essa questão Fabiane Popinigis (2016) reflete que:

A investigação das relações entre trabalhadores, Câmara Municipal e outras esferas administrativas joga luz sobre a complexidade dessas relações e seus sujeitos: posturas, resoluções e editais são campos de disputa, passo a passo construídos a partir de interpretações diversas e objetos de tensões entre as diferentes instâncias administrativas, tensões essas das quais grupos souberam se aproveitar para fazer suas reivindicações.²⁶⁷

Ainda a esse respeito, outro aspecto que consideramos importante mencionar é que nesse período o secretário geral do Sindicato dos Comerciários, Gilberto Paixão, também ocupou a vice-presidência na CUT piauiense e foi eleito primeiro secretário executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS). Nos encontros nacionais promovidos pela entidade das quais Paixão participou eram discutidas propostas que visavam diminuir a precariedade do trabalho no comércio, tais como: a redução da jornada de trabalho, trabalho aos domingos, reforma sindical e convenção coletiva unificada.²⁶⁸

²⁶⁴ MAGALHÃES é o vereador mais votado do PT no Piauí. **Balcão**, Teresina, n. 192, p. 2, 28 jan. 2005.

²⁶⁵ POPINIGIS, Fabiane. Todas as liberdades são irmãs: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, 2016, p. 647–666.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 652.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 653.

²⁶⁸ PAIXÃO é o 1º secretário da CONTRACS. **Balcão**, Teresina, n. 196, p. 1, 17 ago. 2005.

Nesse contexto, em novembro de 2005, alguns representantes do Sindicato de Teresina participaram de um evento realizado em Brasília, que teve a adesão dos Comerciantes de todo o Brasil, cuja principal reivindicação era a proibição da abertura do comércio aos domingos. A manifestação política, conforme o periódico, contou com a presença das centrais de trabalhadores, distribuição de panfletos e camisetas da campanha nacional pelo repouso dominical com o seguinte lema: “Domingo é dia de trabalhar o afeto, o amor e o carinho”.²⁶⁹

No ano de 2007, a entidade comerciária teresinense continuou colocando em suas pautas principais as reivindicações pelo fim do trabalho aos domingos. Nesse período, os editores do *Balcão* assumiram um discurso com viés mais combativo e, por isso, a maioria das matérias veiculadas trazia ataques a políticos que faziam oposição ao partido petista. Tendo Cícero Magalhães, à época deputado estadual, como o seu principal interlocutor, o Sindicato suscitou debates acirrados na Assembleia Legislativa do Piauí, em virtude da introdução de uma normativa referente ao horário de funcionamento do comércio nesses dias.²⁷⁰

Destarte, a implantação do Código de Postura do Município²⁷¹, através da Lei Complementar nº 3.610²⁷², aprovado pela maioria dos vereadores, deu amplos poderes ao prefeito na regulamentação dos horários de abertura e fechamento do comércio teresinense, nos casos em que houvesse discordância entre os sindicatos patronal e laboral. Desta forma, em seu artigo 196 consta que: “cabe exclusivamente ao Executivo Municipal, a determinação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observados os preceitos da legislação federal que regula a duração do contrato e as condições de trabalho”²⁷³. Os Comerciantes discordaram de tal medida, alegando que a legislação municipal é quem teria competência para legislar sobre o assunto e não o prefeito.

Ademais, como vimos, no Acordo Coletivo de Trabalho era definido que as atividades dos empregados do comércio aos domingos ocorressem apenas nos *shoppings* e

²⁶⁹ ATO pede fim do trabalho aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 199, p. 2, 13 dez. 2005.

²⁷⁰ MAGALHÃES é contra trabalho aos domingos no comércio. **Balcão**, Teresina, n. 210, p. 1, 20 set. 2007.

²⁷¹ Conforme o *site* da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLAN), vinculada a Prefeitura Municipal de Teresina, o Código de Postura de Teresina é uma lei complementar que vigora desde 2007 e institui poder de polícia administrativa de competência do município, em matéria de higiene, ordem pública, costumes locais, bem como do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estabelecendo as necessárias relações entre o poder público local e a sociedade. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/codigo-de-posturas/>. Acesso: 25 fev. 2023.

²⁷² BRASIL. **Lei Complementar nº 3.610**, de 11 de janeiro de 2007. Dá nova redação ao Código Municipal de Posturas e dá outras providências. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/3610_2007_codigo_municipal_posturas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

²⁷³ BRASIL. **Lei Complementar nº 3.610**, de 11 de janeiro de 2007. Dá nova redação ao Código Municipal de Posturas e dá outras providências. Disponível em: https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/3610_2007_codigo_municipal_posturas.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

supermercados de Teresina. Assim, a direção do Sindicato reforçava que a abertura do comércio como um todo, inclusive, nos Centros e nos bairros, traria diversos problemas para a categoria, principalmente devido à resistência dos empresários quanto ao pagamento da hora extra.

A esse propósito, o jornal *Balcão* de doze de outubro de 2007 divulgou que o deputado estadual Cícero Magalhães convocou uma audiência pública na Assembleia Legislativa piauiense somente para tratar desse assunto. O diretor sindical Gilberto Paixão iniciou a fala reforçando o descontentamento da classe comerciária com a forma como o poder público aliado ao setor empresarial inseriu artigo no Código de Postura do Município a autorização para o trabalho aos domingos. Na ocasião, o sindicalista afirmou que o documento aprovado não havia saído conforme combinado com os representantes do Sindicato. Segundo ele, “a redação foi desvirtuada e empurrada goela abaixo”. Paixão discursou para os parlamentares e insistiu que tal prática seria prejudicial aos empregados do comércio, sobretudo no seu convívio familiar. Outras autoridades também discursaram, apresentando argumentos favoráveis e contrários ao repouso dominical: Luiz Antonio Veloso (representante do setor Lojista), Paula Mazullo (Delegada do Trabalho), Pedro Ferreira (Secretário Municipal de Desenvolvimento), Robert Figueiredo (representante da Câmara Municipal) e Jurandir Ferreira (representante da CUT-PI). Enfim, como não houve consenso, ficou definido um encontro com o então prefeito de Teresina, Sílvio Mendes²⁷⁴, e a direção da entidade.²⁷⁵

Em dezembro de 2007, o *Balcão* divulgou a matéria “Abertura do comércio aos domingos em Teresina indigna os comerciários”²⁷⁶, destacando a volta da discussão na Câmara Municipal. A interferência política se deu por conta de uma solicitação feita pela direção do Sindicato dos Comerciários ao vereador Jacinto Teles (PT)²⁷⁷. Ele levou à tribuna uma proposta de Emenda ao Código de Postura do Município, remetendo aos Acordos e Convenções Coletivas a definição sobre o horário de abertura, fechamento do comércio e

²⁷⁴ Sílvio Mendes de Oliveira Filho nasceu em Campo Maior (PI) em 31 de agosto de 1949. Atuou como presidente da Fundação Municipal de Saúde nas gestões dos prefeitos Wall Ferraz (1993-1995), Francisco Gerardo (1995-1996) e nos dois mandatos de Firmino Filho, de 1996 a 2004. Foi prefeito de Teresina entre os anos de 2005 e 2010 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mendes-silvio>. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁷⁵ TRABALHO aos domingos. *Balcão*, Teresina, n. 206, p. 2, 12 out. 2007; AUDIÊNCIA discute trabalho aos domingos. *O Dia*, Teresina, a. 56, n. 15.281, p. 3, 09 out. 2007.

²⁷⁶ ABERTURA de comércio aos domingos em Teresina indigna os comerciários. *Balcão*, Teresina, n. 207, p. 1-2, 06 dez. 2007.

²⁷⁷ Jacinto Teles Coutinho foi vereador de Teresina entre os anos de 2002 e 2008 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 2009, em virtude de conflitos com algumas lideranças desfilou-se do partido petista e foi para o Partido Democrata Trabalhista (PDT).

prestação de serviços em geral, nos dias úteis e nos domingos, ou seja, mediante as negociações entre o setor patronal e laboral.

Entretanto, no ano seguinte, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara Municipal emitiu um parecer apontando a inconstitucionalidade do projeto do vereador petista, haja vista que discordava sobre a modificação e votação do Código de Postura no plenário da Câmara, defendendo que a medida deveria partir do Poder Executivo. Para os dirigentes Comerciantes, a decisão das vereadoras Teresa Brito (presidente da CCJ) e Graça Amorim (relatora do processo), responsáveis por impedir o andamento do projeto, denotava “evidente interesse político” e confirmava que ambas “estavam a serviço dos interesses dos empresários”. De acordo com os sindicalistas, a decisão prejudicaria mais de vinte mil trabalhadores empregados no comércio teresinense.²⁷⁸

Ainda nesse editorial, a redação do jornal noticiou que as mudanças aprovadas no Senado em relação à Medida Provisória 388\2007²⁷⁹ (convertida na Lei nº 11.603/2007), as quais beneficiariam os comerciantes brasileiros, foram rejeitadas pela maioria dos membros da Câmara dos Deputados. Assim, a emenda aprovada pelo Senado propunha condicionar o trabalho aos domingos e feriados à Convenção Coletiva de Trabalho, além de incluir hipermercados e supermercados entre os estabelecimentos do comércio atingidos pela Medida. Todavia, conforme o noticioso, “a proposta foi rejeitada por 234 votos, destes cinco do Piauí, 197 deputados(as) votaram a favor dos comerciantes e 5 parlamentares se abstiveram”.²⁸⁰

Nas primeiras edições de 2008, a grande questão em evidência no *Balcão* foi a luta pela regulamentação do horário no comércio aos domingos e feriados. Esta discussão também ganhou visibilidade na imprensa local. O interesse da entidade não era apenas o de denunciar os empresários que descumpriam os acordos no tocante a abertura do comércio nesses dias, ela também procurou alertar a categoria quanto à postura dos políticos que apoiavam tal iniciativa. Daí, reafirmava a importância de informar e orientar seus filiados eleitores. No decorrer do referido ano, esse assunto foi discutido extensivamente na Câmara Municipal e

²⁷⁸ VEREADOR quer tirar do prefeito decisão de abrir comércio aos domingos. *O Dia*, Teresina, a. 57, n. 15.426, p. 2, 03 mar. 2008; VEREADORAS ignoram apelo dos comerciantes e mantém os interesses empresariais. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2023; TRABALHO aos domingos: Sindicato dos Comerciantes condena a interferência do poder público nas relações de trabalho. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2023.

²⁷⁹ BRASIL. **Medida Provisória nº 388**, de 5 de setembro de 2007. Altera e acresce dispositivos à Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000. (Funcionamento do comércio nos domingos e feriados). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/82379>. Acesso: 25 fev. 2023.

²⁸⁰ Segundo informações do *Balcão*, os deputados piauienses que se posicionaram contra foram: Marcelo Castro (PMDB), Alberto Silva (PMDB), Ciro Nogueira (PP), Paes Landim (PTB) e Júlio César (DEM). VEJA quem traiu os comerciantes. *Balcão*, Teresina, n. 207, p. 2, 06 dez. 2007.

Assembleia Legislativa, suscitando conflitos políticos entre parlamentares de diferentes partidos. Ademais, a mobilização se deu através de uma grande campanha empreendida pelos representantes do Sindicato dos Comerciários pelo repouso dominical.

Os depoimentos das lideranças que atuaram na direção do Sindicato dos Comerciários apontam que a campanha pelo repouso dominical repercutiu expressivamente não só na capital como também em outras cidades do Estado piauiense. Nesse sentido, o entrevistado Cícero Magalhães lembra de detalhes marcantes desse período:

Eu me lembro que quando colocaram a gente para trabalhar aos domingos, feriados e no regime de vinte e quatro horas aqui em Teresina foi uma briga de gigantes. E a mídia toda dizendo que era a melhor coisa do mundo, que ia gerar mais empregos e a gente sabia que não era verdade [...] Havia um desequilíbrio completo. Vinha toda uma carga contra a gente e a favor do trabalho aos domingos e feriados. E aí nós começamos uma campanha e colocamos a seguinte frase “*Se até ele descansou sétimo dia, por que trabalhar no domingo?*”. Aquela campanha pegou assim [...] A minha felicidade era que, às vezes, eu viajava pelo interior do Estado e a gente encontrava as pessoas com o adesivo no carro. A gente fez isso (campanha) na televisão, no rádio, com *outdoors*. Naquela época eu percorri bastante os Estados falando disso.²⁸¹

Por sua vez, Gilberto Paixão reforça que:

Primeiro, fizemos o trabalho junto à mídia e incentivamos a categoria para se posicionar contra (o trabalho aos domingos). Procuramos o setor da igreja para nos acompanhar e fomos bem recebidos no setor católico, que concordava que o domingo tinha que ser respeitado [...], como também recebemos o apoio de toda a população de Teresina. Daí o lema do domingo sagrado, quando fizemos aquela arte muito bonita de quando Deus criou o mundo e descansou no sétimo dia. Então, essa campanha foi excelente. Realmente, ela teve um grande destaque em Teresina. Foi aí que a mídia descobriu que a gente tinha tomado uma posição correta, em termos de divulgação, de utilizar os meios de comunicação.²⁸²

A primeira edição de janeiro de 2008 do *Balcão* trouxe a matéria de capa “Domingo é sagrado para todos: a luta contra o trabalho aos domingos continua”²⁸³, publicada em 16 de janeiro, em que o Sindicato anunciou a campanha “*Se até ele descansou no sétimo dia, por que trabalhar no domingo?*”, ilustrada com uma imagem religiosa de criação divina (figura 5). Além disso, a discussão tinha como propósito abranger a luta pela folga da categoria nos feriados. Os editores do periódico advertiram que a luta dos Comerciários continuaria sendo travada na Câmara Municipal. Por essa razão, uma série de atividades foi desenvolvida,

²⁸¹ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

²⁸² FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

²⁸³ DOMINGO é sagrado para todos: a luta contra o trabalho aos domingos continua. **Balcão**, Teresina, n. 208, p. 1, 16 jan. 2008.

dentre elas, uma audiência com o prefeito Sílvio Mendes (PSDB) e a distribuição de *outdoors* e *folders* em diferentes pontos de grande movimentação da cidade, a fim de que pudessem rediscutir junto à categoria, vereadores, empresários do setor, Delegacia do Trabalho e a prefeitura de Teresina a alteração da redação do Código de Postura para que a abertura do comércio dependesse da negociação entre empregados e patrões.²⁸⁴

Figura 5 – Campanha do Sindicato dos Comerciantes contra o trabalho aos domingos



Fonte: DOMINGO é sagrado para todos: a luta contra o trabalho aos domingos continua. **Balcão**, Teresina, n. 208, p. 1, 16 jan. 2008

Nas edições de março de 2008 dos jornais *O Dia*²⁸⁵ e *Diário do Povo*²⁸⁶ também foram encontradas matérias no sentido de reforçar a campanha empreendida pelos Comerciantes.

Em virtude de naquele ano ocorrer eleições municipais, o *Balcão* começou a veicular nos primeiros meses, ao longo de várias edições, um quadro contendo o nome dos vinte e um vereadores e os respectivos números dos seus gabinetes, na tentativa de alertar os empregados no comércio de Teresina para a importância de cobrar os seus representantes exigindo que votassem a favor da mudança do Código de Postura. Em suas páginas, os Comerciantes

²⁸⁴ CAMPANHA contra o trabalho no domingo está na rua. **Balcão**, Teresina, n. 209, p. 1, 26 fev. 2008.

²⁸⁵ DESCANSO. **O Dia**, Teresina, a. 57, n. 15.425, p. 2, 02 mar. 2008.

²⁸⁶ GILÁSIO, Francisco. Reforçada campanha do trabalho aos domingos. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXI, n. 7.799, p. 11, 04 mar. 2008.

reiteravam que o descanso da categoria dependeria da votação dos vereadores e, após a eleição, divulgariam no *site* do Sindicato, no jornal e na imprensa local os nomes e fotos dos parlamentares que votaram a favor e contra a folga da categoria.²⁸⁷

Ainda a esse respeito, o periódico divulgou o resultado de uma pesquisa sobre o perfil do comerciário teresinense realizada pelo IPOP, confirmando *que* 91,67% da categoria era contra o trabalho nos domingos e feriados. A entidade aproveitou para anunciar a convocação de uma assembleia geral, na qual a pauta principal era a discussão e deliberação sobre o projeto de abertura do comércio nesses dias, chegando a levantar a possibilidade de deflagrar greve.²⁸⁸

A discussão também chegou ao Legislativo piauiense. O *site* do jornal *Meio Norte* publicou uma notícia dando conta de que, durante uma sessão na Assembleia Legislativa, o deputado Cícero Magalhães fez ataques ao prefeito de Teresina à época, por ele ter entrado com uma liminar na justiça com o objetivo de impedir a circulação dos exemplares do jornal *Balcão*. Isso porque, como parte de sua campanha contra o trabalho aos domingos, os editores do periódico expuseram o gestor, em decorrência do seu apoio declarado a legalização da abertura do comércio em dias de folga. O pronunciamento do deputado causou reações por parte de outros parlamentares da mesma legenda política do prefeito.

O deputado Cícero Magalhães (PT) ocupou a tribuna da sessão de hoje para fazer novas críticas ao prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB), acusando-o de ter normatizado o funcionamento do comércio nos finais de semana através de modificações no Código de Postura do Município. Para o deputado petista, o prefeito acabou tomando partido da briga entre trabalhadores e empregadores do comércio e agiu de forma truculenta, ao pedir a justiça que impedisse a circulação do jornal *Balcão* de propriedade do Sindicato dos Comerciários. Cícero afirmou que o *Balcão* circula desde 1986, quando se iniciou a luta contra a abertura do comércio aos sábados e domingos. Segundo ele, “o nosso jornalzinho sempre fez críticas a todos que trabalham contra os interesses da categoria, seja o presidente Lula ou o governador Wellington Dias”. [...] O líder do PSDB na Assembleia Legislativa, deputado Marden Menezes (PSDB), rebateu as críticas de Cícero Magalhães e afirmou que Sílvio Mendes tem o direito de recorrer para defender a sua imagem. O parlamentar tucano disse que o prefeito de Teresina é um homem de diálogo, competente, equilibrado e justo, além de gozar de grande popularidade. Em seguida, declarou que o governador Wellington Dias (PT) reconhece o trabalho do prefeito e torce por sua reeleição. [...].²⁸⁹

²⁸⁷ QUEM é contra comerciário não merece nosso voto. **Balcão**, Teresina, n. 209, p. 3, 26 fev. 2008.

²⁸⁸ MOBILIZAÇÃO dos comerciários contra o trabalho aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 210, p. 2, 10 mar. 2008.

²⁸⁹ CÍCERO Magalhães reforça crítica e Marden Menezes defende Sílvio Mendes. Disponível em: <https://www.meionorte.com/politica/cicero-magalhaes-reforca-criticas-e-marden-menezes-defende-silvio-mendes-53024>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Diante da atitude do prefeito, o Sindicato dos Bancários, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT), demonstrou apoio aos Comerciários de Teresina, por meio de nota divulgada no *site* da entidade. Para eles, o recolhimento dos exemplares denunciando as ações arbitrárias de Sílvio Mendes foi considerado um “atentado à liberdade e autonomia sindical”. Além dos bancários, os trabalhadores sindicalizados da Construção Civil, Rodoviários, MST e Movimento Popular protestaram a favor do Sindicato dos Comerciários e participaram conjuntamente de manifestações nas ruas da cidade teresinense.²⁹⁰

Após meses de discussão e intensos protestos dos Comerciários de Teresina, em setembro de 2008, o gestor Sílvio Mendes sancionou a Lei nº 3.804²⁹¹, que regulamenta a abertura do comércio aos domingos mediante negociação em Acordos Coletivos de Trabalho, ou seja, entre empresários e trabalhadores, e não mais como uma determinação da prefeitura. O novo projeto de lei, cujo texto original foi elaborado pelo prefeito em concordância com os representantes do Sindicato, foi aprovado através de uma emenda de autoria vereador Carlos Filho (PTB)²⁹² e não do vereador petista Jacinto Teles que, apesar de ter feito o chamamento, teve a sua proposta rejeitada no ano anterior.²⁹³ Destarte, a alteração feita no parágrafo único da lei consta que: “Fica livre o horário de abertura e fechamento nos dias úteis e nos domingos, para o comércio, indústria e prestação de serviços em geral, mediante regulamentação em acordos e convenções coletivas, ressalvando o disposto no § do 2º, do art. 197, desta Lei Complementar”.²⁹⁴

De acordo com os relatos publicados no *site* do Sindicato, a regulamentação do horário de trabalho do comércio teresinense aos domingos via Postura Municipal significou uma vitória histórica da luta dos trabalhadores da classe comerciária. A conquista repercutiu na

²⁹⁰ PREFEITO atenta contra a liberdade e autonomia sindical. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/prefeito-de-teresina-atenta-contraliberdade-e-autonomia-sindical-7f64/>. Acesso em: 25 fev. 2023; COMERCIÁRIOS exigem negociação quanto à abertura do comércio aos domingos. **O Dia**, Teresina, a. 57, n. 15.427, p. 9, 04 mar. 2008.

²⁹¹ BRASIL. **Lei nº 3.804**, de 18 de setembro de 2008. Dá nova redação ao parágrafo único, do art. 196, da **Lei Complementar nº 3.610**, de 11 de janeiro de 2007 (Código Municipal de Posturas). Disponível em: <http://antigopgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/1054653f55.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

²⁹² Carlos Alves de Araújo Filho é natural de Teresina. Exerceu mandato de vereador desta cidade entre 2005 e 2008 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

²⁹³ LIMA, Francisco. Comerciários pedem diálogo com Sílvio. **Meio Norte**, Teresina, a. XIII, n. 5714, p. A/12, 14 mar. 2008; PREFEITO sanciona comércio aos domingos nesta quinta. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/24215/prefeito-sanciona-comercio-aos-domingos-nesta-quinta>. Acesso: 25 fev. 2023; COMÉRCIO aos domingos ainda gera polêmica em Teresina. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/economia/comercio-aos-domingos-ainda-gera-polemica-em-teresina-63820>. Acesso em: 25 fev. 2023.

²⁹⁴ BRASIL. **Lei nº 3.804**, de 18 de setembro de 2008. Dá nova redação ao parágrafo único, do art. 196, da **Lei Complementar nº 3.610**, de 11 de janeiro de 2007 (Código Municipal de Posturas). Disponível em: <http://antigopgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/1054653f55.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

imprensa local²⁹⁵ e foi comemorada por diferentes setores sociais, como a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí (OAB-PI) e a Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Piauí (DRT-PI). A partir daquele momento, a autorização da abertura do comércio se daria somente com o consentimento do Sindicato dos Comerciantes e, portanto, sob condições que beneficiariam a categoria, por exemplo, o recebimento de um salário diferenciado e de tíquetes refeições, tal qual já acontecia nos *shoppings* e no setor de supermercados da capital.²⁹⁶

Apesar de o novo Código de Postura atender as necessidades da categoria, os Comerciantes continuaram mobilizados para manter os direitos garantidos da categoria sobre essa questão. No ano de 2009, a entidade noticiou que o Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza também teve a aprovação do projeto de lei com vistas à regulamentação do horário de funcionamento do comércio aos domingos mediante negociação coletiva, após um ano de tramitação.²⁹⁷

Dentre os líderes sindicais que mais se destacaram nesse período estava Cícero Magalhães, que assumiu a liderança do Governo Wellington Dias (PT) na Assembleia Legislativa em março de 2009. Descrito pelos dirigentes Comerciantes como um político atuante, estes afirmaram que a escolha do petista foi motivada por seu desempenho na atividade parlamentar e por ser bem relacionado com a maioria dos deputados. Dentre os projetos aprovados, notabilizou-se o de funcionamento da Câmara Municipal durante todo o mês (antes funcionava somente do dia primeiro ao dia vinte de cada mês) e o de desconto dos salários dos vereadores que faltassem as sessões ordinárias. Expressando entusiasmo, a entidade ressaltou a trajetória de Magalhães, que quando esteve à frente da direção fortaleceu a categoria, sobretudo, por meio da prática assistencial com a construção da Clínica, da Fundação e do Clube dos Comerciantes. Em dezembro daquele ano, o recebimento do título de cidadão teresinense do parlamentar tornou-se um grande evento festivo, com *shows* de bandas locais e participação de grande parte da categoria comerciária.²⁹⁸

Ainda que os Comerciantes evidenciassem a conquista do líder sindical no plano político que, a partir daquele momento, passaria a conduzir e articular os projetos e ações do

²⁹⁵ GILBERTO Paixão discute mudança em código. **Meio Norte**, Teresina, a. XIII, n. 5713, p. B/6, 13 mar. 2008.

²⁹⁶ AGORA é lei: proibido comércio aos domingos em Teresina. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2023.

²⁹⁷ SINDICATO dos comerciantes de Fortaleza comemora: trabalho aos domingos só com negociação coletiva. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁹⁸ MAGALHÃES assume liderança do governo na Assembleia Legislativa; FILHO do povo, agora de Teresina! Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

governo piauiense, chamamos atenção para o fato de que Magalhães ainda não havia aprovado nenhum projeto diretamente ligado aos empregados no comércio teresinense.

No ano de 2010, o Sindicato dos Comerciários de Teresina ampliou a sua base, passando a representar todos os municípios do Piauí, com exceção das cidades de Picos, Floriano, Campo Maior e Parnaíba, onde já existiam entidades sindicais legalizadas. A aprovação no âmbito estadual ocorreu com o cumprimento do protocolo junto aos órgãos competentes, sendo divulgado no Diário Oficial, bem como nos jornais de circulação local e no periódico *Balcão*. Com isso, a nova entidade passou a ser denominada Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Comércio e Serviços do Estado do Piauí. Segundo consta no *site* do Sindicato, naquela época, o índice de trabalhadores do comércio e serviços sem representação no Estado chegava a 90% (noventa por cento), tendo a maioria dos seus direitos trabalhistas descumpridos: a não assinatura da carteira profissional, o não pagamento do salário mínimo integral, exploração da jornada de trabalho e o não pagamento de hora extra.²⁹⁹

Também no ano de 2010, a assessoria de imprensa do Sindicato dos Comerciários divulgou a Campanha Salarial “Baixo salário. Tô fora! Valorizando nosso Trabalho”, apresentando como propostas principais, além do aumento do piso salarial, a proibição da abertura do comércio aos domingos e adicional de hora extra de 200% (duzentos por cento). No que se refere às lojas dos *shoppings* e supermercados, somente poderiam funcionar aos domingos mediante a Convenção Coletiva de Trabalho. No lançamento desta Campanha, a entidade comerciária promoveu o que ela própria chamou de “arrastão”, utilizando como recurso passeatas pelas ruas do Centro da cidade, carros de som e distribuição de material informativo, com o objetivo de mobilizar a categoria. Além disso, repercutiu a encenação de peça teatral realizada por atores profissionais que, de forma simbólica, fizeram o enterro do “Baixo Salário” pago pelos empresários aos trabalhadores do setor de comércio e serviços de Teresina.³⁰⁰

Em julho daquele ano, os comerciários fecharam o acordo coletivo com a classe patronal. Deste modo, ficou acordado que as lojas dos *shoppings* continuariam a funcionar dois domingos por mês, de forma alternada, ficando as empresas obrigadas a fazerem escalas de revezamento, o pagamento de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por cada domingo trabalhado e o repouso remunerado concedido imediatamente após o trabalho neste dia. Quanto aos

²⁹⁹ COMERCÍARIOS ganham representação estadual. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2023.

³⁰⁰ LANÇAMENTO da campanha mobiliza teresinenses. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2023.

feriados, exceto o Dia dos Comerciários, o comércio lojista poderia funcionar nas vésperas do dia das mães, dos pais e das crianças, bem como no período natalino, mediante o pagamento de hora extra, a não ultrapassagem das 18h (dezoito horas) e a folgas no Carnaval e Semana Santa como compensação. Por fim, os supermercados da capital funcionariam durante os feriados somente nos horários autorizados e, mesmo que coincidissem com os domingos, os funcionários deveriam receber jornada em forma de horas extras, exceto os que trabalhassem em escala de revezamento de 12\36 horas. (doze a trinta e seis horas).³⁰¹

A narrativa de Gilberto Paixão evidenciou as diversas situações de conflito e tentativas de negociação com o setor patronal considerando, inclusive, as conjunturas políticas. Sua fala também sintetiza a concordância recente dos representantes do Sindicato dos Comerciários no que diz respeito à abertura do comércio de Teresina aos domingos e feriados, que mencionamos no início do texto.

Depois, com a resistência empresarial, nós fomos cedendo espaço em troca de alguma coisa. Primeiro que a Lei Federal determinada por Fernando Henrique Cardoso seria aberta escancaradamente. Depois, voltamos a lutar no Congresso, no Governo Federal, já no governo Dilma, dizendo que pelo menos teria que ter um período de folga do trabalhador. Nós queríamos que fosse proibido, mas como o setor empresarial não aceitava e tinham a maior bancada no Congresso, ficou decidido que iríamos acatar uma parte do que estava sendo reivindicado, ou seja, vai abrir aos domingos, porém a cada três domingos trabalhados, o trabalhador teria uma folga. E nas Convenções, junto com a nossa categoria, conseguimos colocar na Convenção Coletiva de Trabalho que o trabalhador passaria a trabalhar alternadamente no domingo e passamos a cobrar o domingo trabalhado [...] Foi uma das exigências que nós fizemos para que o trabalhador também tivesse um retorno e não só o empresário.³⁰²

2.2 A defesa da abertura do comércio carioca aos domingos e feriados nas páginas do *Jornal do Comércio* (RJ) (2000-2010)

O movimento comerciário pelo fechamento do comércio aos domingos e feriados não foi uma particularidade teresinense. Igualmente, a imprensa periódica voltou sua atenção para esse assunto no Rio de Janeiro ao longo da década de 2000. Contudo, diferente do que ocorreu em Teresina, ela destacou a autorização da abertura do comércio ocasionada pela

³⁰¹ Em agosto de 2019, o Sindicato fez uma retificação da Convenção Coletiva de Trabalho, proibindo o funcionamento do comércio nos demais domingos compreendidos entre 01 de junho de 2010 e 31 de maio de 2011. Ver: COMÉRCIO na periferia vira polêmica. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6933, p. B/10, 18 jul. 2011; CONVENÇÃO coletiva: correção sobre período natalino, domingos e feriados. **Balcão**, Teresina, n. 224, p. 3, 06 ago. 2010; COMERCIÁRIOS fecham acordo: piso da categoria é de R\$ 580. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2023.

³⁰² FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

relação pacífica entre as duas principais entidades ligadas ao comércio carioca: o Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas - Rio) e o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ).³⁰³

A questão da regulamentação do horário de trabalho do comércio do Rio de Janeiro esteve constantemente presente nas matérias publicadas no *Jornal do Comércio*³⁰⁴. A partir da análise desta fonte, constatamos que o noticioso deixou evidente a sua posição favorável a abertura do comércio aos domingos e feriados. Além disso, defendia com veemência o cumprimento das regras estabelecidas através da Convenção Coletiva de Trabalho para que o funcionamento dos estabelecimentos ocorresse sem problemas.

O *Jornal do Comércio*³⁰⁵, de caráter noticioso, possuía circulação diária e era composto por capas, cadernos especiais, colunas fixas assinadas e publicidade. Em suas páginas, abarcava conteúdos com uma variedade de temas e, em grande parte, acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais em nível local, nacional e internacional eram apresentados aos seus leitores. Na primeira página, encontramos o índice com a divisão das pautas de discussão do jornal: no “Caderno A”, eram noticiados assuntos voltados para a política e economia do País e do Rio, o comércio, a indústria, a saúde, o mundo e as tecnologias; o “Caderno B” trazia temas relacionados ao mercado financeiro, direito e justiça, negócios e, por fim, uma página intitulada *Jornal do Lojista*. Esta última foi a que buscamos para análise nesse estudo. Logo, detivemos a nossa atenção às matérias que discutiam o funcionamento do comércio do Rio de Janeiro aos domingos e feriados. Foi dada atenção também às notícias que evidenciavam a concordância entre a entidade patronal e comerciária referente a esta questão.

O *Jornal do Lojista* geralmente ficava na página cinco do “Caderno B”, era direcionado para os empresários donos de lojas e funcionava como instrumento de divulgação das estratégias adotadas para aumentar as vendas do comércio do Rio de Janeiro. Alguns temas discutidos nessa página referiam-se a dicas de abordagem e de atendimento personalizado ao cliente, planejamento financeiro, motivação de equipes de vendas, estratégias de *marketing*, empreendedorismo, dentre outros. No que tange ao funcionamento

³⁰³ Estes são os nomes oficiais dos dois Sindicatos. No decorrer do texto nos referimos a eles como são comumente conhecidos: Sindilojas e Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, respectivamente.

³⁰⁴ O acesso a este periódico se deu por meio da Hemeroteca Nacional que fica abrigada no *site* da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

³⁰⁵ Este jornal é considerado um dos mais antigos órgãos da imprensa do Brasil, tendo circulado por quase 200 anos. Durante a sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora. No período analisado desse estudo, entre os anos 2000 e 2010, encontrava-se sob a presidência de Ibanor Tartarotti, vice-presidência de Maurício Dinepi e direção de redação Antonio Calegari. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>. Acesso em: 26 fev. 2023.

do comércio aos domingos e feriados, o editorial trazia dicas para os lojistas, especificamente, como fazer planejamentos anuais. Para isso, reforçava que esses dias eram momentos importantes para estimular as vendas e estabelecer metas de faturamento. Tais matérias ganharam destaque ocupando um espaço significativo na parte superior dessa página, inclusive, eram ilustradas com fotos e tabelas explicativas.

O *Jornal do Lojista* possuía ainda uma coluna permanente denominada “O que vai pelas associações”, de caráter informativo. A coluna, muitas vezes, era direcionada aos comerciantes do setor varejista das diversas cidades cariocas e trazia avisos, em forma pequenas notas, dos presidentes das Associações Comerciais do Rio de Janeiro, a destacar: eventos comemorativos, reuniões com membros do governo, cursos oferecidos aos comerciários, reclamações a respeito da falta de segurança no comércio, falta de transporte para os comerciários e diferentes reivindicações envolvendo a classe patronal. Com relação ao funcionamento do comércio do Rio em dias tradicionais de folga, encontramos poucas notícias desse teor na referida coluna.

Outras informações variadas sobre a classe patronal e comerciária foram identificadas nessa página, como questões relativas a reajustes salariais, convocações para assembleias para a deliberação de propostas, divulgação de cerimônias com entrega de prêmios para lojistas e comerciários e, finalmente, os acordos firmados entre o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro através das Convenções Coletivas de Trabalho. Como já citado, foi na página *Jornal do Lojista* que encontramos amiúde as notícias relacionadas ao funcionamento do comércio carioca aos domingos e feriados. Porém, na maioria nas edições, estas notícias não foram evidenciadas, situando-se na parte inferior da página do jornal.

No que se refere às reivindicações da categoria comerciária carioca direcionadas ao patronato, o jornal impresso lançou mão de notícias relacionadas a abertura do comércio aos domingos e feriados e ao piso salarial³⁰⁶. A reiteração dessas questões nesse veículo de

³⁰⁶ O aumento salarial concedido aos comerciários do município do Rio de Janeiro, cuja data-base era 12 de maio, foi tema de várias matérias publicadas nas páginas do *Jornal do Comércio*. Além de reajustes salariais, a assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho também estabelecia novos valores dos pisos mínimos para a categoria com contrato de experiência e os comissionistas, título de quebra de caixa (casos de diferença no fechamento da caixa que costumam ser pagos pelos funcionários) e o pagamento de lanche e jantar nos dias de expedientes aos sábados. Sobre os reajustes salariais dos comerciários, as publicações encontradas no período analisado foram: COMERCIÁRIOS têm reajuste. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 183, p. B5, 13 mai. 2000; REAJUSTE de 7%. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 175, p. B5, 04 mai. 2001; COMERCIÁRIOS terão reajuste retroativo a 1º de maio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 218, p. B11, 24 jun. 2003; SINDILOJAS assina acordo para reajuste salarial. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 227, p. B7, 03 jul. 2004; ACORDO para reajuste salarial é assinado no Rio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVIII, n. 183, p. B7, 14 mai. 2005; COMERCIÁRIOS terão 6,2% de reajuste. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXXI, n. 146, p. A14,

divulgação nos indica que a extensão da jornada de trabalho e os baixos salários eram os principais problemas vivenciados no cotidiano desses trabalhadores. Pode ser compreendida, também, como um esforço do jornal de mostrar para o seu leitor que a classe patronal não estava alheia às reivindicações dos empregados no comércio do Rio de Janeiro.

É importante destacar que, no Rio de Janeiro, a iniciativa de abertura do comércio aos domingos e feriados, no início dos anos 1980, também esteve diretamente ligado a expansão dos *shopping centers* a partir de investimentos imobiliários privados. O crescimento desses empreendimentos comerciais foi noticiado na imprensa carioca. No dia 23 de maio de 1981, o *Jornal do Comércio* publicou a reportagem “Abrasce aplaude nova onda dos *shoppings*”:

A tendência do setor lojista no Brasil é concentrar-se cada vez mais em *shopping centers*, racionalizando os espaços urbanos, além de criar um poder maior de atração do consumidor, com a redução de custos operacionais para o comércio e, conseqüentemente, opções de preços e, o que é importante, segurança. [...] As vantagens dos *shopping centers*, ao entender do diretor da Associação Brasileira de *Shopping Centers* (Abrasce), é que concentram em uma só área todos os tipos de comércio possíveis e imagináveis, com toda a infra-estrutura de urbanização, facilitando a atividade dos serviços públicos com relação a esse ponto, além de prestar uma grande colaboração social no que toca à criação de novos empregos e o melhor aproveitamento dos espaços disponíveis.³⁰⁷

Com efeito, houve mudança na escala de pressão do comércio tradicional para as grandes redes de *shoppings*, causando impacto no quadro de funcionamento do setor lojista e, por conseguinte, nas condições de trabalho da categoria comerciária, que passou a lidar com o prolongamento do horário de trabalho nos dias tradicionais de folga.

Ao fazermos um levantamento das matérias publicadas no periódico nos anos 1980 e 1990, constatamos que, tal como ocorreu com o Sindicato dos Comerciários de Teresina, a princípio a entidade comerciária carioca se posicionou contra a abertura do comércio aos domingos e feriados. A discordância do Sindicato e as sucessivas tentativas da classe patronal de firmar um acordo coletivo permitindo a autorização do funcionamento dos estabelecimentos, bem como o seu registro na DRT foram noticiadas reiteradamente nas páginas do *Jornal do Comércio*. Isto posto, verificamos uma intensa movimentação do

14 mai. 2008; BARBOSA, Chico. Reajuste dos funcionários do comércio será de 6%. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXII, n. 164, p. A15, 28 mai. 2009.

³⁰⁷ ABRASCE aplaude nova onda dos shoppings. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 154, n. 190, p. 7, 23 mai. 1981.

patronato, que contou com o apoio das autoridades políticas, para abrir os supermercados e os *shoppings* nesse período.³⁰⁸

Da mesma forma, verificamos a mobilização do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro no sentido de coibir a ação dos lojistas de estender o horário de trabalho no comércio nos finais de semana. Neste contexto, em maio de 1985, o jornal divulgou a paralisação, antecedida por uma assembleia, dos funcionários de vários supermercados em protesto contra os patrões, devido ao não cumprimento da jornada de trabalho de 44h (quarenta e quatro horas) semanais. Na realidade, a liberalização do horário do comércio aos sábados depois do meio-dia sem que houvesse o pagamento do abono reivindicado pela classe foi o que motivou esse movimento organizativo.³⁰⁹ Entretanto, o noticioso repercutiu o fracasso da greve, já que “apenas 20 das 1.530 empresas não abriram as suas portas em todo o Município”³¹⁰. Apesar disso, os representantes do Sindicato consideraram que atingiram o seu objetivo, pois era a primeira vez que a categoria entrava em greve, conseguiram sensibilizar a opinião pública e levar a questão para dissídio coletivo.

No início dos anos 1990, o impasse entre o Sindicato dos Comerciários e os donos de *shoppings* e supermercados teve continuidade. As matérias publicadas no *Jornal do Comércio* davam conta que as negociações em torno da abertura do comércio aos domingos estavam paralisadas e que demorariam a se efetivar, em virtude dos constantes desentendimentos entre patrões e empregados.³¹¹ Novamente, o periódico evidenciou as mobilizações da categoria por melhores condições de trabalho e salariais. Já nos primeiros meses de 1990, os empregados dos supermercados entraram em greve durante nove dias e, segundo consta no jornal, a principal reivindicação era o descanso aos domingos e feriados. Na ocasião, organizaram passeatas e fizeram o uso de *kombis* com alto-falantes e trio elétrico.³¹²

Em setembro daquele ano, a discussão sobre o comércio dominical ocupou uma página inteira do noticioso, com várias publicações curtas em defesa da abertura neste dia. A

³⁰⁸ DOMINGO: nada decidido. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 46, p. 14, 27 nov. 1984; SATURNINO defende vendas no domingo. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 159, n. 232, p. 10, 25 abr. 1987.

³⁰⁹ SINDICATO mantém movimento. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 181, p. 9, 15 mai. 1985.

³¹⁰ FALHA greve dos supermercados. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 184, p. 11, 18 mai. 1985.

³¹¹ COMÉRCIO aos domingos poderá demorar a sair. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 163, n. 273, p. 20, 28 ago. 1990.

³¹² TRABALHADOR de supermercado quer descansar. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 163, n. 193, p. 9, 25 mai. 1990; EMPREGADO de supermercado mantém greve por salário. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 163, n. 205, p. 10, 08 jun. 1990; CAXIAS contra horas extras. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 163, n. 208, p. 2, 12 jun. 1990.

matéria de destaque “Comércio aos domingos beneficiará o Rio e o Estado”³¹³, assinada pela jornalista Cecília Chichowski, advertiu que a alternativa de abrir o comércio carioca aos domingos traria diversas oportunidades de incrementar os negócios, aumentaria a arrecadação de impostos, possibilitaria a criação de novos empregos, beneficiaria o consumidor que teria um dia a mais para realizar compras, além de favorecer o pólo turístico da cidade. Na mesma página, outra matéria evidenciou a posição do então presidente do Clube dos Diretores Lojistas (CDL) e vice-presidente do Sindilojas, Sylvio Cunha, que defendeu a abertura do comércio e teceu críticas ao Sindicato dos Comerciários, mostrando receio que a entidade passasse a fiscalizar as lojas que funcionasse nestes dias. Afinal, havia acabado de sair o decreto presidencial de Fernando Collor autorizando o funcionamento do comércio varejista aos domingos e da prefeitura da cidade, fato bastante comemorado pelos lojistas do Rio de Janeiro.³¹⁴

O editorial também reproduziu a opinião contrária do presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro à época, Luizant Matta Roma, repercutindo a sua preocupação com a possibilidade do trabalhador carioca ter que se sujeitar a um acordo individual com os patrões, ao invés de contrato coletivo. Na matéria, o sindicalista reconheceu que a medida representaria estímulo às vendas, sobretudo nos *shopping centers*. Por outro lado, afirmou que não seria favorável ao empregado no comércio, pois este não teria os seus direitos trabalhistas garantidos.³¹⁵

No que se refere aos *shoppings*, o jornal informou que a Associação Brasileira dos *Shopping Centers* (Abrasce), embora fosse categoricamente favorável à decisão, não interferiria na questão da abertura das lojas aos domingos, que ocorreria mediante acordo entre a direção de cada *shopping* e os empregados das lojas, ou seja, o funcionamento desses centros comerciais seria facultativo.³¹⁶ Nas edições do *Jornal do Comércio*, identificamos diversas reportagens evidenciando o bom desempenho das vendas nos domingos nesses locais, como uma forma de convencer o leitor sobre os benefícios de tal prática.³¹⁷

³¹³ CHICHOWSKI, Cecília. Comércio aos domingos beneficiará o Rio e o Estado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

³¹⁴ FISCALIZAÇÃO sindical é ameaça aos comerciantes. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

³¹⁵ SINDICALISTA teme o fim de conquistas da classe. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

³¹⁶ CADA *shopping* decidirá como agir. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

³¹⁷ SHOPPINGS do Rio tem dia de euforia. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 68, p. 12, 27 dez. 1990; ALOSERJ salva *shopping centers*. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 68, p. 14, 28 dez. 1990.

No ano seguinte, o jornal noticiou que as entidades laboral e patronal haviam iniciado as negociações que possibilitariam o funcionamento do comércio carioca aos domingos. Dentre as exigências dos comerciários, a jornada máxima de seis horas, o pagamento em dobro, comissões, lanches e auxílio transporte foram aprovadas pelos lojistas. De acordo com o periódico, outras concessões ficariam a critério de cada empresa, que deveriam negociar individualmente com os empregados. Estes, por sua vez, teriam o direito de escolha sobre trabalhar ou não aos domingos.³¹⁸ Desta forma, em dezembro de 1991, o comércio varejista do Rio de Janeiro, de fato, ficou autorizado a abrir nos domingos. Porém, o acordo coletivo entre os dois Sindicatos ainda não havia sido formalizado.³¹⁹ Em nota publicada no *Jornal do Comércio*, o presidente do Sindilojas, Mozart Amaral comemorou a decisão com a seguinte frase: “Abre quem quer, trabalha também quem quiser. O comércio está livre. E viva a liberdade”.³²⁰

Sobre essa questão, chamamos atenção para a denúncia no periódico, sob o título “Pega corrupto!”, na coluna assinada por Antônio Carlos Caldas, de que alguns membros do Sindicato dos Comerciários teriam recebido uma grande quantia de empresários ligados à administração dos *shoppings centers* do Rio para autorizar a abertura do comércio aos domingos.³²¹

Em outubro de 1996, em comemoração ao Dia do Comerciário no Rio de Janeiro, o jornal publicou a matéria “As conquistas trabalhistas do Sindicato dos Comerciários”³²², cuja mobilização possibilitou que cerca de 250 mil trabalhadores empregados no comércio carioca celebrasse a folga remunerada no seu dia. Na reportagem, Luizant Mata Roma, presidente do Sindicato, asseverou que “o Rio tem sido pioneiro nas conquistas trabalhistas, fruto do bom relacionamento com o empresariado”, sendo uma delas o acordo coletivo para a abertura do comércio aos domingos e feriados. A partir desse momento, como veremos adiante, o jornal

³¹⁸ COMÉRCIO aos domingos sob avaliação. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 164, n. 79, p. 13, 11 jan. 1991; COMÉRCIO aos domingos ainda não foi decidido. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 164, n. 165, p. 15, 26 abr. 1991; COMÉRCIO aos domingos depende da prefeitura. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 164, n. 169, p. 15, 02 mai. 1991.

³¹⁹ Em abril de 1995, o *Jornal do Comércio*, por meio de nota divulgada pelo Sindilojas-Rio, noticiou que a sua diretoria finalmente havia firmado com os comerciários a Convenção Coletiva 1995\1996 para o trabalho aos domingos. SINDILOJAS-RIO: comércio nos domingos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 168, n. 151, p. 7, 04 abr. 1995.

³²⁰ O COMÉRCIO aos domingos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 164, n. 20, p. 2, 24 de outubro de 1991.

³²¹ CALDAS, Antônio Carlos. Pega corrupto! *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 165, n. 121, p. 41, 28 fev. 1992.

³²² AS CONQUISTAS trabalhistas do Sindicato dos Comerciários. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXX, n. 317, p. B4, 20 e 21 out. 1996.

passou a evidenciar a importância desse acordo como um ganho importante para as duas entidades.

Ao analisarmos o *Jornal do Comércio*, verificamos a presença farta dos termos “domingo” e “feriado” nos títulos das edições publicadas no período em análise. Durante os cinco primeiros anos, entre 2000 e 2005, encontramos corriqueiramente matérias sobre a autorização da abertura do comércio carioca aos domingos e feriados, chamando a atenção dos lojistas para a importância de cumprir as regras firmadas entre o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Depreendemos, com isso, que o interesse dos editores do jornal era informar a classe patronal e reverberar os benefícios que a abertura das lojas traria não só para a economia da cidade mais também para os empregados do comércio.

No ano de 2000, excepcionalmente, houve um impasse para a definição sobre a abertura do comércio aos domingos e feriados. Isso porque os comerciários estabeleceram como condição para um acordo com os lojistas o cumprimento das regras trabalhistas para trabalhar nestes dias (uma delas era não obrigar o funcionário a trabalhar mais de 44 horas semanais), além da antecipação da data base salarial. No primeiro momento, parte do empresariado discordou destas reivindicações e queriam fazer acordos apenas para os feriados. Com isso, ao longo desse ano, o comércio funcionou nesses dias somente nos casos em que houve concordância entre patrões e empregados com relação a definição de horas extras e descanso por meio de acordos coletivos.³²³ Por conseguinte, a Convenção Coletiva de 2001 foi a que determinou o funcionamento do comércio carioca nos dias de folga. E, no decorrer dos anos seguintes, o acordo entre a classe patronal e comerciária se manteve sem conflitos aparentes.

A esse propósito, no dia 12 de junho de 2001, o *Jornal do Comércio* publicou a matéria intitulada “Providências para abrir no feriado”, detalhando quais os procedimentos deveriam ser tomados para a abertura das lojas nos feriados. Desta forma,

Os lojistas que desejam abrir a loja nesta quinta-feira, feriado de Corpus Christi, devem apressar-se em tomar as medidas necessárias para garantir o funcionamento. Como em todos os feriados, é preciso comparecer ao Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) e ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ) para formalizar o Termo de Adesão à Convenção Coletiva de Trabalho. O acordo, firmado entre o Sindilojas-Rio e o SEC-RJ, regulamenta o trabalho dos funcionários do comércio nos feriados. O Termo de Adesão só terá validade com o aval dos dois sindicatos. É preciso entregar os

³²³ O *Jornal do Comércio* noticiou que, após o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários entrarem em acordo, o comércio do Rio de Janeiro funcionou normalmente nos feriados. No início dos anos 2000, os lojistas de bairro não abriam, somente as lojas de grande porte e dos *shoppings* funcionavam aos domingos e feriados. Ver: GALVÃO, Fernanda. Feriados sem consenso. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 102, p. B5, 05 fev. 2000.

documentos necessários na sede das entidades e receber o Termo de Adesão com o carimbo de ambas. [...] Entre os documentos exigidos estão os comprovantes de contribuição confederativa e sindical patronal de 2001 e assistencial de 2000. Para abrir no feriado, o lojista deve concordar e cumprir com algumas normas conquistadas pelos comerciários: jornada máxima de seis horas, adicional por horas trabalhadas, ajuda de transporte e alimentação, além de remuneração como folga pelo dia trabalhado.³²⁴

A publicação reproduzida acima é bastante elucidativa, no que tange as regras que deveriam ser cumpridas pelos patrões a fim de viabilizar o funcionamento do comércio nos feriados. Notícias como essas se repetiram ao longo de outras edições do jornal e eram complementadas, por exemplo, com a divulgação de um quadro contendo os valores das taxas cobradas aos lojistas para a formalização do Termo de Adesão mencionado na citação. Os preços eram tabelados e variavam de acordo com a quantidade de empregados das duas entidades. Ademais, os lojistas associados ao Sindilojas que estavam em dia com as mensalidades tinham desconto no pagamento do documento de Adesão.

Algumas edições do jornal impresso alertavam que, caso houvesse o funcionamento irregular das lojas do Rio de Janeiro aos domingos e feriados, além da multa por empregado feita pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), os lojistas estavam sujeitos a serem autuados e, até mesmo, responder junto ao Ministério do Trabalho.

Embora o *Jornal do Comércio* não tenha divulgado casos que julgava descumprimento de regras do patronato em relação ao funcionamento do comércio aos domingos e feriados, as suas matérias deram visibilidade à abertura das lojas no dia 15 de outubro, data em que é comemorado o Dia do Comerciário³²⁵. Nesta data, o fechamento das lojas era (e ainda é) determinado por uma cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre as duas entidades sindicais. No entanto, alguns lojistas dispensavam os seus funcionários e abriam os seus estabelecimentos, com a justificativa de que o movimento nesse dia era bom. O Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro mostrou-se contrário a essa prática, mesmo quando somente o lojista trabalhava. No jornal, identificamos algumas notas de advertências do Sindicato com o intuito de alertar o patrão sobre o direito de folga dos empregados no comércio. Eram noticiadas também as fiscalizações empreendidas pelos

³²⁴ LIMA, Sonilda Providências para abrir no feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 208, p. B8, 12 jun. 2001.

³²⁵ Conforme noticiou o *Jornal do Comércio*, a data oficial de comemoração do dia do Comerciário é 30 de outubro. Apesar desta data ser mantida como comemorativa da classe, há vários anos o feriado da categoria é realizado na terceira segunda-feira de outubro no Rio de Janeiro, a fim de evitar a proximidade com o dia de Finados, dia 2 de novembro. Ver: VINHA, Paula. Feriado, mas nem tanto. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 13, p. B5, 17 out. 2000; MORAES, Luciana de. Lojas abertas, apesar do feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 12, p. B8, 16 out. 2001.

comerciários. Isso acabou gerando conflitos entre o Sindicato da categoria comerciária e a DRT, que autorizava a abertura no dia do Comerciário.³²⁶

Na edição de 16 de outubro de 2002, o *Jornal do Comércio* publicou uma matéria de destaque na página do Jornal do Lojista, “Para abrir a loja no dia do Comerciário”³²⁷ (Figura 6), na qual teceu críticas aos representantes do Sindicato dos Comerciários do Rio por aplicar multas aos donos das lojas que abriam nesse feriado. Na publicação, o jornal declarou categoricamente o seu apoio aos lojistas, ao classificar as fiscalizações empreendidas pelo Sindicato como arbitrárias, defendia que apenas a DRT tinha competência exclusiva para tal e as multas aplicadas pelo Sindicato deveriam ser ignoradas, cabendo a este apenas fazer a denúncia. Embora o Sindilojas, de modo similar aos comerciários, orientava pelo fechamento do comércio, não interferiam diretamente nessa questão, alegando que as leis federal e municipal permitiam o funcionamento normal nos feriados.

Figura 6 – Jornal defende a abertura do comércio no feriado do Dia do Comerciário



Fonte: ALVARES, Gisela. Para abrir a loja no dia do Comerciário. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 14, p. B11, 16 out. 2002.

³²⁶ SINDICATO lança manifesto. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 7, p. B8, 09 out. 2001.

³²⁷ ALVARES, Gisela. Para abrir a loja no dia do Comerciário. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 14, p. B11, 16 out. 2002.

No ano de 2002, com a renovação por mais dois anos da Convenção Coletiva de Trabalho acordada entre as duas entidades, permaneceu a autorização do funcionamento do comércio aos domingos e feriados no Rio de Janeiro. Com isso, “ficou acertado que a jornada de trabalho aos domingos deveria acontecer em turno de seis horas, sem possibilidade de prorrogação. O funcionário teria direito à folga na semana seguinte ao dia trabalhado, além de receber remuneração adicional de 100% sobre as horas em serviço”³²⁸. Caso os lojistas não cumprissem as normas deste acordo, o comerciário prejudicado teria direito de receber os valores em atraso. Portanto, conforme reforçado nas matérias do periódico, desde que os empregados do comércio tivessem os seus direitos garantidos, o comércio continuava autorizado a funcionar normalmente. No que se refere ao pagamento do adicional por hora trabalhada, inicialmente, houve resistência da classe patronal. Esta chegou a pleitear uma redução de cinquenta por cento, com a justificativa de que a abertura do comércio aos domingos implicaria em muitos custos. Porém, os lojistas não obtiveram êxito, devido ao acordo firmado entre os dois Sindicatos. E, com o intuito de garantir os seus lucros, continuaram a estimular as vendas e estabelecer metas de faturamento aos empregados do comércio durante o trabalho aos domingos.³²⁹

No ano de 2003, houve uma grande movimentação em torno da regulamentação do horário de trabalho do comércio, não só no Rio de Janeiro como em outras cidades do País. Deste modo, identificamos matérias mais extensas sobre a abertura do comércio aos domingos e feriados na imprensa periódica carioca. Esta dedicou algumas de suas páginas para debater, sobretudo, a luta dos comerciários de outros Estados pelo repouso dominical. As matérias relacionadas a essa questão ganharam maior atenção à medida que surgiram protestos contra essa prática.

À exceção dos comerciários do município do Rio de Janeiro, onde continuava a liberação para o funcionamento do comércio nos dias de folga sem que houvesse confrontos entre a entidade patronal e comerciária, em virtude dos acordos coletivos, os comerciários de Petrópolis, região metropolitana do Rio, não aceitaram a iniciativa de abrir o comércio na Rua Teresa. Esta ação gerou desentendimentos entre os lojistas e os representantes do Sindicato dos Empregados do Comércio de Petrópolis. Apesar do fracasso nas negociações entre as duas entidades, em 18 de outubro de 2003, o *Jornal do Comércio* noticiou o movimento de

³²⁸ SINDILOJAS-RIO renova acordo para domingo. *Jornal do Comércio*, ano CLXXV, n. 129, p.B8, 09 de mar. 2002.

³²⁹ YOKOI, Yuki. Abrir domingo está mais barato. *Jornal do Comércio*, ano CLXXV, n. 238, p.B8, 18 de jul. 2002.

abertura do comércio da Rua Teresa aos domingos e feriados, fato que causou o protesto nas ruas de cerca de 600 comerciários em defesa do fechamento.³³⁰

A edição de 25 de outubro de 2003 do noticioso evidenciou a divergência com a publicação da matéria “Abrir aos domingos volta ao debate”, anunciando:

Mais um *round* da antiga briga entre comerciários e comerciantes em relação à abertura do comércio aos domingos. Com a recente decisão dos lojistas da Rua Teresa, em Petrópolis, de funcionar durante todo o final de semana, os ânimos se acirraram. Enquanto os empregados alegam que os lojistas querem abrir aos domingos, mas não pretendem contratar mais mão-de-obra, os comerciantes afirmam que estão amparados pela lei federal 10.101\2000, que permite o funcionamento aos domingos, desde que os trabalhadores tenham direito às horas extras e à folga semanal.³³¹

O trecho transcrito do jornal reforça a posição defendida pelo patronato de que o funcionamento do comércio nos dias de folga seria benéfico para os empregados do comércio, pois receberiam hora extra adicional e teriam direito à folga semanal, conforme a lei citada que permitiu os estabelecimentos comerciais tornassem obrigatório o trabalho aos domingos. Em contrapartida, o Sindicato da categoria denunciava na imprensa que tais direitos não estavam sendo cumpridos pelos patrões. Outro argumento bastante utilizado, de que o aumento do faturamento das lojas implicaria em novos empregos, era o principal ponto contestado pela entidade comerciária de Petrópolis.

Posteriormente, o periódico divulgou uma pesquisa feita pelo Sindicato do Comércio Varejista de Petrópolis entre comerciantes, comerciários e consumidores do centro da cidade sobre a abertura do comércio aos domingos na região serrana do Rio de Janeiro. Tal pesquisa é significativa para compreendermos os embates travados entre lojistas e comerciários de Petrópolis, deixando evidente a posição destes com relação ao repouso dominical e o desconhecimento de uma grande parcela dos trabalhadores empregados do comércio dos seus direitos garantidos ao trabalhar nesse dia. Desta forma,

Realizado pelo Instituto Fecomércio de Pesquisa (Ifec-RJ), o levantamento ouviu 1.199 pessoas e trouxe conclusões importantes como: 53,03% dos empresários que abririam as suas lojas aos domingos afirmam que essa questão favoreceria a economia da cidade; 58,04% desses mesmos empresários afirmam que contratariam novos empregados. A pesquisa do Ifec-RJ feita com empresários mostrou que 30,56% dos entrevistados concordam em abrir suas lojas em vésperas de datas comemorativas, como dia das mães e natal, 29,55% gostariam de abrir suas lojas em todos os domingos, sem exceção, e 39,65% dos comerciantes não desejam abrir suas

³³⁰ CARNEIRO, Mariana. Lojas da Rua Teresa abrirão aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 16, p. B7, 18 out. 2003.

³³¹ BARRETO, Thiene. Abrir aos domingos volta ao debate. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 22, p. B7, 25 out. 2003.

lojas aos domingos. Entre os comerciários, a opinião é contrária à abertura das lojas, conforme declaração de 61,60% dos entrevistados. Porém, 42,91% dos trabalhadores declararam que não têm conhecimento de que teriam direito a benefícios como 100% de hora extra, folga compensatória durante a semana, garantia de um domingo de descanso por mês, além de vale transporte e lanche no valor de R\$ 6.³³²

Apesar dos constantes protestos e manifestações dos comerciários noticiados na imprensa, o movimento de abertura aos domingos e feriados que, em um primeiro momento era facultativo, acabou tendo adesão total pelos empresários de Petrópolis com o passar dos anos.

É perceptível que, nesse momento, o tom de conciliação presente nos discursos do jornal foi deixado de lado e passou a ser divulgado a articulação dos comerciários, exceto os cariocas, com o movimento dos trabalhadores nacionais para reivindicar a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos.

Assim, no decorrer do ano de 2003, foi noticiado o encontro dos representantes do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e Distrito Federal com o então ministro do Trabalho, Jacques Wagner³³³. O *Jornal do Comércio* divulgou sobre tal organização no dia 15 de julho de 2003, ao publicar a matéria “Comerciário quer mudar legislação aos domingos”, destacando que:

Os comerciários de todo o País querem que o comércio seja fechado aos domingos. As principais lideranças do segmento foram ontem ao ministro do trabalho, Jacques Wagner, denunciar abusos que estariam sendo cometidos pelos patrões e pedir a revogação, por meio de medida provisória, da legislação em vigor, que permite às lojas tomar a decisão unilateral de abrir as portas aos domingos. Segundo a assessoria do ministro, Jacques Wagner se comprometeu a procurar o lado patronal para abrir negociação sobre o funcionamento do comércio aos domingos. Durante reunião com sindicalistas, o ministro disse que tem intenção de modificar a legislação, uma vez que um dos lados não está satisfeito.³³⁴

Ao longo de outras edições, o jornal carioca mostrou a luta encabeçada pelos comerciários de outros Estados pelo fechamento do comércio aos domingos. A imprensa evidenciou a participação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, considerado um dos maiores do País, em diversas manifestações contra o que era chamado por eles de “trabalho

³³² O QUE vai pelas associações. Petrópolis (RJ). *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 255, p. B9, 09 ago. 2006.

³³³ Jacques Wagner nasceu no Rio de Janeiro, em 1951, porém construiu sua carreira política em Salvador. Atuou no movimento sindical e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Bahia em 1980. Ele foi nomeado Ministro do Trabalho no primeiro governo do ex-presidente Lula (2003-2006). Disponível em: <https://pt.org.br/jaques-wagner>. Acesso em: 26 fev. 2023.

³³⁴ COMERCIÁRIO quer mudar legislação aos domingos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 236, p. A2, 15 jul. 2003.

escravo”, mais precisamente as suas reivindicações relativas a folgas e remunerações pelo trabalho obrigatório dos comerciários aos domingos.³³⁵

O sindicalismo comerciário de São Paulo foi objeto de estudo de Patrícia Vieira Trópia.³³⁶ Ao analisar a luta e organização no plano sindical, ela destaca o apoliticismo e a rejeição à prática reivindicatória como características principais desta entidade, devido ao não ativismo grevista defendido pelas direções sindicais e sua ausência nas paralisações. Neste contexto, a luta dos comerciários de São Paulo pelo repouso dominical também foi discutida por Trópia³³⁷. Segundo esta autora, até o final da década de 1990, assistiu-se a luta dos comerciários de São Paulo contra a abertura aos domingos. Ela ressalta que “os comerciários têm usado de práticas sindicais pacíficas, como campanhas nos jornais do sindicato, batalhas jurídicas, cartas e pressão aos membros do executivo e atos religiosos”³³⁸. Entretanto, as campanhas não eram organizadas junto com a categoria e limitava-se a aspectos específicos, pois eram restritas à profissão e, segundo destaca a autora, isso favoreceu a despolitização e a desorganização dos comerciários.

O estudo Trópia (1994; 2000) ajuda-nos a refletir sobre a atuação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo anunciada nas matérias do *Jornal do Comércio* e o seu movimento pelo fechamento do comércio aos domingos e feriados. Podemos considerar que existem similitudes, quanto ao perfil burguês, e diferenças, quanto às estratégias de ação, entre os comerciários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Concordamos com a autora, que ressalta as semelhanças entre a entidade carioca e paulista, ao apontar para a existência de um conservadorismo inerente à ação da categoria comerciária e sua posição de classe.

No Rio de Janeiro, novamente com o interesse de reforçar a importância do funcionamento do comércio carioca aos domingos, em setembro de 2004, o Sindilojas divulgou uma matéria no jornal “Domingo: dia de ir às compras”, frisando que:

Enquanto no restante do país, principalmente nas capitais, a abertura das lojas aos domingos e feriados exige negociações a cada fim de semana, no Rio, há mais de quatro anos, virou uma rotina tranquila e bem-sucedida. Um exemplo para todo o País. Isto por que desde 2000 vigora uma Convenção Coletiva de Trabalho assinada pelo Sindilojas-Rio e pelo Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro (SEC-RJ) que autoriza e regulamenta o trabalho aos domingos. Reeditada pela terceira vez, a Convenção tem validade até 2006. Não é a toa que o domingo se tornou o melhor ou

³³⁵ PROTESTO em São Paulo contra o trabalho aos domingos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 51, p. A4, 28 nov. 2003.

³³⁶ TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical**: o caso dos comerciários de São Paulo. 1994. 187 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

³³⁷ TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Sindicalismo comerciário**: retaguarda e conservadorismo político. *Cadernos AEL*, v. 7, n.12/13, 2000, p 75 - 112.

³³⁸ *Ibid.*, p. 87.

segundo melhor, depois do sábado, dia da semana em faturamento para a maioria dos lojistas. Fruto do entendimento entre lojistas e comerciários, as sucessivas normas coletivas e a legislação municipal, que permite o funcionamento das lojas 24 horas em todos os dias do ano, têm garantido às famílias cariocas o conforto de ir às compras aos domingos. Por outro lado, graças às negociações com o Sindicato dos Comerciários, o custo\hora da abertura das lojas aos domingos vem sendo reduzido, contribuindo para a viabilidade financeira da abertura das lojas e para a manutenção e criação de novos empregos no comércio.³³⁹

A matéria citada mostra, de forma clara, que o Sindilojas tinha no *Jornal do Comércio* um espaço privilegiado de divulgação da abertura do comércio carioca aos domingos. O argumento reiterado de que era o melhor dia para os lojistas lucrarem, para os clientes fazerem compras e os discursos sobre a relação harmoniosa entre as duas entidades são indícios desta assertiva.

Vale ressaltar que, nas páginas do *Jornal do Comércio*, encontramos uma série de matérias que evidenciavam a atuação do Sindilojas, considerado o sindicato patronal com o maior número de associados do País (cerca de oito mil empresas associadas naquela época). Ao longo da segunda metade da década de 2000, esta entidade ganhou um espaço maior e apareceu com mais frequência no jornal. Os avisos sobre o funcionamento do comércio aos domingos e feriados, principalmente, nos *shopping centers* era um dos assuntos mais contemplados na coluna informativa abrigada nas páginas do periódico. Neste espaço, a entidade anunciava também as assembleias (momento em que seriam discutidas as Campanhas Salariais e Convenções Coletivas de Trabalho), os serviços oferecidos aos comerciantes e comerciários³⁴⁰, palestras, confraternizações, posses de diretorias, advertências dos prazos de pagamento das contribuições sindicais e tirava dúvidas dos lojistas e empregados do comércio do Rio de Janeiro. Mais ainda, reafirmava a relação pacífica com o Sindicato dos Comerciários.³⁴¹

³³⁹ DOMINGO: dia de ir às compras. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 287, p. A10, 13 set. 2004.

³⁴⁰ O jornal divulgou, por exemplo, a criação da Comissão de Conciliação Prévia (CCP) que funcionava na sede dos dois Sindicatos. Esta Comissão recebia as demandas propostas pelas duas entidades sindicais e era considerada um caminho mais ágil para mitigar os conflitos de natureza trabalhista individual e coletiva envolvendo os empregadores e empregados do comércio, que deviam obrigatoriamente a ela ser submetidas antes da Justiça do Trabalho. No período analisado, foi noticiada a inauguração de três Comissões de Conciliação Prévia. Ver: COMERCIÁRIO investe na conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 278, p. B9, 02 set. 2000; LOJISTAS vão ter nova câmara de conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 102, p. B8, 23 fev. 2001.

³⁴¹ Os acontecimentos envolvendo o sindicato patronal frequentemente contavam com a participação da classe e da categoria comerciária. Um exemplo é a notícia publicada no *Jornal do Comércio* sobre o evento chamado “Concurso de vitrines”, organizado pelas duas entidades, e que contou com o apoio deste jornal, com o intuito de homenagear as mães lojistas e comerciárias. Na solenidade, Sylvio Cunha, presidente do Sindilojas-Rio, destacou que “enquanto em outras classes de trabalhadores há inúmeras divergências entre empregados e patrões, no segmento varejista, lojista e comerciários estão em harmonia”. Ver: GALVÃO, Fernanda. Prêmios para as melhores vitrines, **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 188, p. B5, 19 mai. 2000.

Em contrapartida, a atuação sindical dos comerciários, cuja categoria somava 300 mil no Rio de Janeiro, quase não foi contemplada nas páginas do referido jornal. As notícias envolvendo os comerciários limitavam-se aos acordos coletivos firmados com a classe patronal e, em menor medida, as reclamações pelo não cumprimento das regras de funcionamento do comércio aos domingos e feriados. Conforme destacamos, em alguns momentos, os representantes deste Sindicato foram alvos de críticas dos editores do jornal, ao empreender fiscalizações e aplicar multas aos lojistas que abriam no feriado do Dia do Comerciário.

Nesse sentido, sob o argumento de que o movimento sindical brasileiro vivenciava uma crise, o *Jornal do Comércio* criticou alguns líderes sindicais devido à sua falta de representatividade, por estarem voltados para atividades político-partidárias e distantes dos reais interesses da classe trabalhadora, bem como por permanecerem nas direções dos sindicatos por um longo período. Isto ocorreu na edição de sete de março de 2005, na matéria “Quer saber? Nem li o projeto, é balela”³⁴², que discutia a Reforma Sindical proposta pelo governo Lula, quando estava no seu primeiro mandato, entre 2003 e 2006. O jornal aproveitou para tecer críticas aos líderes sindicais que perpetuavam no poder por décadas e que não deram a atenção devida ao assunto da Reforma. Nesta matéria, o principal alvo foi Luizant Mata Roma, presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, que ocupava o posto há 39 anos. Por meio de uma linguagem satírica, o noticioso criticava “o gosto pelo poder” deste líder sindical.

Luizant Mata Roma foi nomeado presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro no ano de 1966, por meio de intervenção do Ministério do Trabalho, e se manteve no cargo até a sua morte, em 2006. A partir deste momento, o Sindicato ficou sob a direção do seu filho, Otton Mata Roma, que permaneceu na diretoria até 2014. A gestão dos dois foi marcada por indícios de desvios, falhas de gestão e impostos não pagos. Outro elemento que chama atenção é que nesse período nenhum dos membros da diretoria eram, de fato, comerciários. Tal situação levou a serem investigados e denunciados pelo Ministério Público do Trabalho. Com efeito, a diretoria foi destituída e, no ano de 2015, tomou posse uma nova diretoria eleita democraticamente.³⁴³

³⁴² QUER saber? Nem li o projeto, é balela. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVIII, n. 126, p. 9A, 07 mar. 2005.

³⁴³ Ao acessar o histórico presente no *site* do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, foi possível traçar brevemente o perfil e a gestão sindical dos Mata Roma. Disponível em: <https://secrj.org.br/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

De acordo com Luís Henrique Gonçalves³⁴⁴, a gestão de Luizant Mata Roma foi marcada pela ampliação da rede assistencialista, sendo os benefícios restritos a um número reduzido de sócios responsáveis pelas sucessivas reeleições deste gestor. Diante disso, Mata Roma construiu uma narrativa em torno de si como um sindicalista benfeitor da categoria comerciária. E, apesar de manter os trabalhadores afastados das decisões do Sindicato, por meio da burocratização da sindicalização e das assembléias fantasmas, ele se apresentava como combativo ao enfrentamento com os patrões. Já sobre a gestão de Otton Mata Roma, o autor assim se expressa:

Com a morte do patriarca em 2006, seu filho Otton Mata Roma (que jamais foi comerciário) assume a presidência de um Sindicato deformado pela ditadura, mas que sobreviveu dessa forma mesmo após o surgimento do chamado “Novo Sindicalismo” e dos governos petistas. Otton seguiu, com muito menos habilidades, os passos intersindicais do pai, tornando-se diretor de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT) tendo, inclusive, representado o Brasil em Congresso da OIT em 2013. Entretanto, diferente de Luizant, Otton e sua diretoria optaram por dilapidar o Sindicato de forma acintosa. Nos anos seguintes, o Sindicato fechou as delegacias sindicais da Tijuca, Méier, Madureira e Largo de São Francisco e os restaurantes destas duas últimas, bem como o do Barra *Shopping*. O serviço médico reduziu-se drasticamente.³⁴⁵

Como se vê, durante a sua permanência na direção do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, esse líder sindical chegou a galgar cargos importantes de representação dos trabalhadores. Isso foi possibilitado pelo seu alinhamento com o empresariado, ao mesmo tempo em que foi responsável pela crise econômica do Sindicato e que afetou sobremaneira a categoria comerciária.

No *Jornal do Comércio*, identificamos uma publicação intitulada “A necessidade de medidas ousadas em busca de mais renda e emprego” de autoria de Otton Mata Roma³⁴⁶, quando era vice-presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, na qual apresentou uma proposta para que o comércio em áreas muito movimentadas, como o Saara (Sociedade dos Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega) passasse a funcionar vinte e quatro horas por dia, com quatro turnos de trabalho de seis horas, com a justificativa de que isso traria mais oportunidades de emprego para o setor comerciário. Otton Roma destacou a

³⁴⁴ Neste estudo sobre o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, Gonçalves (2017) discute as dinâmicas de comunicação, por meio das redes sociais, e a consciência dos comerciários cariocas de sua situação de classe. Para tanto, faz uma discussão sobre a sua organização sindical, desde o início, ainda no século XIX, até as últimas eleições realizadas no Sindicato e a respectiva posse da nova diretoria, em 2015. Ver: GONÇALVES, Luis H. N. **Comunicação sindical e condição de classe:** expressão da consciência e diálogo nas redes sociais do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

³⁴⁵ GONÇALVES, 2017, p. 99-100.

³⁴⁶ ROMA, Otton Mata. A necessidade de medidas ousadas em busca de mais renda e emprego. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 21, p. A18, 24 out. 2002.

importância do apoio político, da população e dos empresários; além do conforto, propiciado com a instalação de salas de cinema, teatros, museus, praças de alimentação e de um eficiente sistema de segurança existentes nos *shoppings* como atrativos para garantir tamanha mudança. Nessa matéria, assinada pelo representante dos comerciários cariocas, apesar de expor sua opinião em defesa do emprego e da renda, não há qualquer referência aos direitos trabalhistas que deveriam ser garantidos aos empregados do comércio com a extensão do horário de trabalho, ante ousado projeto.

O desemprego crescente no comércio do Rio de Janeiro foi um dos assuntos mais presentes nos discursos de Otton Roma nas páginas do *Jornal do Comércio*. Em março de 2004, uma manifestação organizada pela Força Sindical em diversos Estados brasileiros para marcar o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego reuniu no Rio cerca de dois mil trabalhadores na Cinelândia e contou com a participação dos comerciários. Na ocasião, Roma teceu considerações sobre o desemprego no setor do comércio, apontando um panorama elevado de demissões. Segundo ele, “desde janeiro de 2004, o sindicato tem homologado, em média, aproximadamente 750 demissões por dia. No ano passado, 35 mil perderam o emprego no setor”.³⁴⁷ Na publicação, outra vez, Roma defendeu a extensão do horário de trabalho do comércio carioca.

No ano de 2005, a polêmica sobre o fechamento do comércio no Dia do Comerciário voltou a ocupar espaço nas páginas do *Jornal do Comércio*. Na edição dos dias 15 e 16 de outubro, a reportagem sobre este feriado tornou-se o foco central de atenção tomando uma página inteira do periódico. Novamente, o jornal mostrou apoio aos comerciantes e teceu críticas aos representantes do Sindicato dos Comerciários por não fechar acordo com o Sindilojas. Mais que isso, mostrou o descontentamento deles em virtude dos comerciários folgarem nesse dia.

Prejuízo à vista. É assim que os comerciantes do Rio encaram o feriado do Dia do Comerciário, comemorado nesta segunda-feira, dia 17. O feriado é móvel, sempre na terceira segunda-feira de outubro. Se, em São Paulo e Brasília, o comércio funcionará normalmente, lojas de *shoppings* e de rua do Rio não abrem suas portas e perdem mais um dia de vendas, ainda mais em uma época tão recheada de feriados e já próxima de festas de final de ano. [...] Para o presidente do Saara, Ênio Bittencourt, o excesso de feriados não ajuda donos, vendedores, nem clientes. “Já temos o Dia do Trabalho que é uma folga para todos os trabalhadores. Para que um dia específico para os comerciários? Não há necessidade. Toda profissão tem uma data comemorativa, mas seus profissionais não ganham folga por isso”, diz Bittencourt. Um prejuízo que não acaba sendo só do comércio. “O governo também

³⁴⁷ BECK, Márcio. Manifestação da Força Sindical no Rio reúne 2 mil. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 145, p. A2, 25 mar. 2004.

perde dinheiro. Um dia a menos de vendas, um dia a menos de arrecadação para o importo de renda”, esclarece.³⁴⁸

Nesta citação, é clara a insatisfação dos lojistas que alegavam o prejuízo, devido à queda no ritmo de vendas, causado pelo fechamento do comércio em um período de grande circulação. Para eles, outras cidades estavam à frente do Rio de Janeiro pelo fato do comércio funcionar regularmente nesse feriado, como sugere o trecho da publicação. Na mesma página dessa edição, foi divulgada outra matéria reforçando que “o Dia do Comerciante vai ser comemorado com muito trabalho por todos que vivem do comércio em São Paulo. Festas e homenagens a parte, o varejo da maior cidade do País não quer saber de parar e vai funcionar na segunda-feira normalmente”³⁴⁹.

A despeito da extensão de horário de trabalho no comércio, na segunda metade dos anos 2000, foi divulgado que os *shopping centers* do Rio de Janeiro passaram a funcionar durante vinte e quatro horas e até trinta e seis horas ininterruptas nas vésperas das festividades de final de ano. Utilizando como argumento o êxito da experiência em anos anteriores, o jornal informou que vários *shoppings* cariocas aderiram a extensão do horário nesse período e que as suas administrações tiveram a assessoria da gerência jurídica do sindicato patronal se comprometendo a oferecer ceia, café da manhã e sorteio de brindes aos comerciantes. Tal medida foi garantida, mais uma vez, pelo acordo firmado entre o Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro e o Sindilojas. Sobre os termos elaborados pelas duas entidades, não foram especificados quais vantagens trabalhistas foram concedidas aos comerciantes.³⁵⁰

No ano de 2008, por meio de um aviso informativo feito pelo Sindilojas-Rio, o *Jornal do Comércio* divulgou a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo Sindicato dos Comerciantes referente ao trabalho no comércio carioca aos domingos e feriados. De acordo com a nota, o acordo teria validade até 28 de março de 2010.³⁵¹ Assim, as lojas que firmaram acordo com as duas entidades continuaram a funcionar aos domingos e feriados normalmente.

Em síntese, o estudo das experiências de mobilização do Sindicato dos Comerciantes de Teresina e do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, no período compreendido

³⁴⁸ BOTTINO, Daniela. Comerciantes do Rio reclamam de feriado nesta segunda-feira. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005.

³⁴⁹ EM SÃO PAULO, comerciantes trabalham. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005.

³⁵⁰ Os *shoppings* que aderiram a extensão de horário foram: Nova América, RioSul, Carioca *Shopping*, Barra *Shopping*, *New York Center* e Norte *Shopping*. SINDILOJAS-RIO. *Shoppings* abertos 32 horas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 69, p. A16, 24 e 25 dez. 2005.

³⁵¹ SINDILOJAS-RIO. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXI, n. 148, p. A15, 13, 14 e 15 jun. 2008; SINDICATOS decidem abertura do comércio. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXIV, n. 115, p. B14, 02 mar. 2010.

entre 2000 e 2010, permite-nos concluir que os trabalhadores empregados no setor do comércio destas cidades vivenciaram no seu cotidiano de trabalho situações de precariedade, no que diz respeito à extensão do trabalho aos domingos e feriados. No caso teresinense, constatamos uma articulação mais acentuada da entidade e a busca de apoio de outros movimentos organizativos e do partido petista, ainda que não tenhamos identificado resultados concretos com essa aproximação. No caso carioca, a aproximação dos sindicatos patronal e laboral favoreceu a legitimação dos acordos coletivos firmados entre ambos, evitando conflitos aparentes.

CAPÍTULO 3

A PRECARIIDADE E O TRABALHO NO COMÉRCIO DE TERESINA: REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO DE TRABALHO DA CATEGORIA COMERCIÁRIA

Partindo do diálogo com historiadores e cientistas sociais sobre o trabalho precário, bem como a ação sindical, organização e representação dos trabalhadores precários, discutimos os diversos aspectos das relações e condições de trabalho da categoria comerciária teresinense. O capítulo aborda também as particularidades das mulheres comerciárias, no que se refere à divisão sexual do trabalho e ao seu cotidiano de trabalho. A razão principal pela qual nos voltamos para esta questão é que, por meio da análise das fontes, constatamos que a precariedade atingiu de forma mais intensa a força de trabalho feminina do setor do comércio.

As principais fontes para a construção do presente capítulo foram, além das matérias publicadas na imprensa sindical e periódica, depoimentos, dados da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e uma pesquisa de amostragem realizada a cada dois anos pelo IPOP (Instituto de Pesquisa de Opinião Pública), que buscava mostrar o perfil da categoria comerciária, a partir de entrevistas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras do comércio da capital.

3.1 Para uma compreensão do trabalho precário e da representação e organização dos trabalhadores precários: um debate com a historiografia e com as ciências sociais

Os autores aqui elencados apontam que o tema da precarização representa um problema global, por esse motivo tem assumido um lugar central nos debates contemporâneos sobre as relações de trabalho. Para Eloísa Betti³⁵², a definição de trabalho precário não é auto-evidente. Deste modo, em busca de compreender melhor o seu significado na história, ela assim se expressa:

³⁵² BETTI, Eloísa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, p.61-94, nov. 2017.

[...] uma definição funcional de precariedade foi adotada, de acordo com a qual o fenômeno é ligado a três aspectos importantes: 1) o sistema de relações de trabalho como um todo existente em um tempo e lugar específicos; 2) a percepção social da precariedade do emprego; e 3) auto-percepção de mulheres e homens trabalhadores. No nível analítico, adotar a categoria de precariedade do emprego nos permite enfatizar a fluidez e interdependência existentes na relação de trabalho, já que a precariedade não pode ser definida como uma relação de trabalho enquanto tal, mas pode ser vista como uma “condição” na qual trabalhadores mulheres ou homens podem estar presos como uma consequência de fatores tanto subjetivos quanto objetivos.³⁵³

Ainda segundo a autora, de um ponto de vista objetivo, a precariedade do emprego está ligada a três aspectos principais: estabilidade de salário, continuidade e duração do emprego e a relação de contrato de trabalho, direitos sociais e trabalhistas. Do ponto de vista subjetivo, deve ser vista de uma maneira relativa e se referir à condição dos assim chamados trabalhadores estáveis, sua auto-percepção e a percepção social.

Por seu turno, Marcel van der Linden³⁵⁴ aponta que o estudo sobre as relações de trabalho precarizado recebeu pouca atenção em anos anteriores, sobretudo, devido à ausência de documentação confiável. Tal situação mudou em tempos mais recentes, principalmente, após a descoberta e reconhecimento do setor informal, embora ainda não haja consenso quanto a sua definição. Ele defende que esta tendência social pode ser entendida melhor se colocada em um contexto global e um enquadramento histórico mais amplo.

Neste contexto, Linden (2017) afirma que a precariedade é um elemento histórico na classe trabalhadora, a qual está subordinada ao capital além do valor. Para ele, a precariedade trata-se de uma excepcionalidade histórica, do ponto de vista espacial, temporal e de gênero. Histórica e globalmente, existem diferentes formas de precarização. E, dentre algumas variantes básicas expressas por este autor, ele destaca que:

O trabalho precário no capitalismo avançado contemporâneo se espalhou para todos os setores e é agora menos conjuntural e mais um efeito de competição internacional, mas ele é combinado com alguma proteção trabalhista, que ainda se mantém apesar de estarem sendo reduzidas.³⁵⁵

A citação acima nos ajuda a conjecturar sobre a atuação sindical e a sua influência sobre o precariado. Isso porque, de acordo com Marcel van der Linden (2017), poucos sindicatos tiveram êxito na organização dos trabalhadores precarizados. Destarte, nesse estudo

³⁵³ BETTI, 2017, p. 65.

³⁵⁴ LINDEN, Marcel van der. São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In: MATTOS, M. B.; TERRA, P. & VARELA, R. (Orgs.). **História das relações de trabalho**: Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 141-158.

³⁵⁵ Ibid., p. 55.

buscamos refletir sobre a atuação política e sindical dos Comerciários de Teresina diante da situação de precarização do trabalho no setor do comércio teresinense no período compreendido entre 2000 e 2016.

Bryan Palmer³⁵⁶ defende que a precariedade é uma característica da classe trabalhadora desde que esta se formou. Logo, há uma discordância entre este autor e Marcel van der Linden (2017), no que diz respeito a ideia de que a precariedade do trabalho moderno é algo novo. Para Palmer (2014), trata-se de uma afirmação a-histórica e que necessita de revisão. Este autor aborda as relações de classe no seu estudo, além de problematizar a questão da precariedade e reforçar a sua importância contemporânea, em virtude da alta do desemprego e do trabalho informal. Além disso, dialoga com Marx para a discussão sobre a classe trabalhadora, colocando a expropriação como elemento constante de uma classe marcada pela precariedade e heterogeneidade. Defende ainda que a precariedade não constitui uma formação de classe separada e distinta. Trata-se, portanto, de um pensamento antagônico a elementos do pensamento marxista e que traz efeitos em termos de luta.

Marcelo Badaró Mattos e Paulo Cruz Terra³⁵⁷ também utilizam os autores Marcel van der Linden (2017) e Bryan Palmer (2014) como referência, ao analisarem o avanço da precarização e informalização nas relações de trabalho no Brasil, no período compreendido entre 1970 e 2010, através de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras bases de dados. Eles apontam a urbanização como um fenômeno importante na história do Brasil da segunda metade do século XX e que teve um considerável impacto no mundo do trabalho. O crescimento desordenado das cidades, por sua vez, ocasionou nas contradições sociais decorrentes desse inchaço e afetou fortemente a classe trabalhadora.

De modo semelhante à Bryan Palmer (2014), Mattos e Terra (2017) destacam a expropriação como elemento constante de uma classe trabalhadora marcada pela insegurança, heterogeneidade e a precariedade.

Portanto, esse estudo nos ajudou a ter uma dimensão sobre os efeitos que a precarização teve nas relações de trabalho no Brasil e, por abarcar uma parte do eixo temporal

³⁵⁶ PALMER, Bryan. Reconsiderations of class: precariousness as proletarianization. In: PANITCH, Leo; ALBO, Greg & CHIBBER, Vivek (Eds.). **Socialist Register 2014**: registering class. London: Merlin Press, 2013. Tradução: Renato Rodrigues da Silva.

³⁵⁷ MATTOS, M. B.; TERRA, P. C. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In: MATTOS, M. B.; TERRA, P. & VARELA, R. (Orgs.). **História das relações de trabalho**: Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 189-206.

do nosso trabalho, nos ajudou a contextualizar historicamente esse período, bem como perceber que a precariedade das relações de trabalho é a marca e não uma novidade no Brasil.

Estudiosos da temática em relevo afirmam que, nas últimas décadas, o avanço da terceirização e das ocupações no setor de serviços e comércio promoveu crescentes índices de desemprego, da informalidade, do processo de fragilização dos direitos e da proteção social. Deste modo, a análise realizada pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes³⁵⁸ aponta que:

Uma fenomenologia preliminar dos *modos de ser* da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro na carteira, dentro ou fora dos espaços produtivos das empresas, quer em atividades mais instáveis, quer nas temporárias, quando não na situação de desemprego³⁵⁹.

Para ele, é indiscutível a indissociabilidade entre terceirização e precarização do trabalho. Sobre esta questão, Antunes (2018) assinala que:

[...] a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um “manto de invisibilidade” os trabalhadores nele enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresário não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria.³⁶⁰

De acordo com Antunes (2018), tal processo suscitou o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, dificultando a atuação dos sindicatos dos trabalhadores precários. Outro aspecto mencionado pelo autor refere-se ao desrespeito dos direitos garantidos pela legislação trabalhista, principalmente, quanto às condições de trabalho e salariais. Como apontado nesse estudo, no período em análise, o setor comerciário de Teresina apresentou uma das mais altas taxas de rotatividade, extensas jornadas de trabalho, salários baixos, assédio moral e sexual, precárias condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

³⁵⁸ ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

³⁵⁹ Ibid., p. 176.

³⁶⁰ Ibid., p. 183-184.

No que diz respeito ao contexto político, Antunes (2018) ressalta que os governos do Partido dos Trabalhadores foram exemplos de representação dos interesses das classes e frações de classes dominantes, apresentando, assim, “oscilações conjunturais próprias de um período que presenciou tanto uma significativa expansão econômica (especialmente no segundo governo Lula) quanto momentos de crise econômica aguda (sobretudo no segundo governo Dilma)”³⁶¹. Nesse ínterim, apesar de ter sido marcado pelo aumento dos empregos, por outro lado, foi um período em que a precariedade e a degradação do trabalho ficaram evidentes, levando às mobilizações de rua e à incidência de greves de diferentes setores, como discutiremos no capítulo seguinte. Soma-se ainda o fato de que a crise econômica no governo Dilma (2011-2016) coincidiu com o aumento do trabalho precarizado e, por conseguinte, o crescente descontentamento da classe trabalhadora. Para Ricardo Antunes (2018),

Não é difícil constatar que a crise é de alta densidade: *social*, porque o descontentamento permeia todas as classes ou frações de classes, ainda que de modo diferenciado e frequentemente antagônico; *política*, porque abriu uma fissura [que parece irreversível] na base partidária de apoio ao governo, sendo que vários partidos e grupamentos políticos que havia pouco tempo apoiavam o governo estão em campanha aberta pelo *impeachment*; e *institucional*, porque inseriu setores do Parlamento brasileiro em franca oposição ao governo, com riscos de confrontação também entre Legislativo e Executivo, com consequências diretas junto ao Judiciário [...] Se tudo isso não bastasse, a crise tem uma forte matriz *econômica*, que vem intensificando o desemprego, rebaixando fortemente os salários e criando um clima de incerteza que a retroalimenta.³⁶²

Além disso, conforme o sociólogo, em junho de 2016, quando o quadro que desenhava o *impeachment* de Dilma parecia irreversível, “o desemprego atingiu 11,5 milhões de trabalhadores. A taxa de desemprego saltou, conforme o IBGE, dos 6,5% no quarto trimestre de 2014 para 9,5% no primeiro trimestre de 2015, chegando, em junho de 2016, a 11,3%”³⁶³. Como é sabido, esse quadro de instabilidade crescente foi acompanhado da deposição do Governo Dilma Rousseff, em agosto de 2016, com o golpe.

Refletindo sobre as estratégias adotadas por alguns sindicatos após a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, Andréia Galvão, juntamente com Bárbara Castro, José Dari Krein e Marilane Teixeira³⁶⁴, defendem que esta teve um papel significativo no processo de precarização e, conseqüentemente, na reconfiguração da classe trabalhadora tendo em vista que criou vários tipos de contratos de trabalhos precários. Conforme os autores, esta reforma

³⁶¹ ANTUNES, 2018, p. 265.

³⁶² Ibid., p. 268.

³⁶³ Ibid., p. 317.

³⁶⁴ GALVÃO, ANDRÉIA; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M.. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691>. Acesso em 20 mar. 2023.

liberou a terceirização para qualquer atividade e permitiu o crescimento de formas de assalariamento disfarçadas, por meio de figuras de pessoas jurídicas, como microempreendedor individual, por exemplo. Diante disso, para eles, é possível afirmar que a instabilidade e a insegurança são a marca do mercado de trabalho no período atual.

Neste capítulo, não pretendemos discutir com profundidade sobre o tema da Reforma Trabalhista de 2017 e os reflexos sobre o sindicalismo, ante o crescimento da precariedade e informalidade, por não abarcar temporalmente o nosso trabalho e também por demandar mais tempo do que dispomos aqui. Assim, dialogamos com autores que problematizam os impactos da precariedade sobre o movimento sindical, assim como as possibilidades de representação e organização dos trabalhadores precários brasileiros. A partir desta discussão, buscamos refletir de que forma a precarização atingiu os trabalhadores e trabalhadoras comerciários (as) de Teresina e as ações sindicais e políticas do Sindicato nesse sentido.

Nesta perspectiva, analisando a relação dos novos trabalhadores do capital e sua organização de luta com base na produção de sua consciência de classe no mundo do trabalho contemporâneo, José Manuel de Sacadura Rocha³⁶⁵, em “Classe, consciência e precariado”, parte da constatação de que o chamado Precariado não é uma “nova” classe nem uma “classe em formação”, mas frações da classe trabalhadora³⁶⁶. Além disso, segundo este autor,

O Precariado, quer dizer, o proletariado em condições precárias de trabalho, nasceu lá onde as condições de exploração da mão de obra sempre foram precárias e deterioradas de forma a possibilitar o regime de acumulação privada do capital. Esse regime tem sua continuação quanto às condições precárias contemporâneas, em que os novos empregos para os trabalhadores do capital se deterioraram significativamente diante da intensa adaptação de tecnologias da informação e Inteligência Artificial – IA, como no caso de economia de aplicativos (APPS). Neste sentido, pode-se dizer que o trabalho é do tipo precarizado, uma modalidade específica, portanto, das novas condições dos empregos e das condições dos trabalhadores empregados nelas, assalariados ou não. Tal é a dinâmica e a forma do trabalho precário contemporâneo, que os autores passaram a usar Precariado como um conceito que remete a esta nova realidade de emprego e trabalho atual. Assim, pode-se dizer que o Precariado agora é precarizado pelas condições técnicas ou científicas atuais e as novas relações de trabalho.³⁶⁷

Colocando em relevância a questão da organização dos trabalhadores precarizados da produção e de serviços, Rocha (2012) compreende que “dadas as condições de precarização e

³⁶⁵ ROCHA, José Manuel de Sacadura. Classe, consciência e precariado. In: **A terra é redonda**. [S.l.], 18 jul. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/classe-consciencia-e-precariado/?fbclid=IwAR2Hpw1LJyCDfZMOSVNLG1H6ly5-qGXe43kuMoxUCb8y-BM6cEXuV5fOx-k>. Acesso em 25 mar. 2023.

³⁶⁶ Em contraposição a diversos autores com os quais dialogamos neste capítulo, na perspectiva de Guy Standing (2013), os trabalhadores precarizados constituem uma nova, perigosa e emergente classe. Ver: STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013.

³⁶⁷ Ibidem.

exploração da força de trabalho do setor terciário, acalentam-se as preposições de enfrentamento e lutas”. Para ele, as condições objetivas de organização dos atuais grupos precarizados são idênticas em parte, neste contexto, com as dos trabalhadores assalariados das demais atividades. Na realidade, segundo o autor, isso fica evidente tendo em vista a deterioração das conquistas de direitos trabalhistas e de seguridade, a flexibilização dos contratos de trabalho, as longas e exaustivas jornadas de trabalho, a diminuição dos salários e a eminência imediata do desemprego. Portanto, ressalta Rocha (2012), “são precárias as condições associativas, espontâneas e políticas, devido à dispersão dos assalariados e de suas categorias profissionais, já que a luta por direitos é em si defensiva”.³⁶⁸

Na esteira desse pensamento, os autores Andréia Galvão e José Dari Krein³⁶⁹, no texto “Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários”, pontuam que “os altos índices de informalidade, de rotatividade, os baixos salários, a maior incidência de terceirização e a menor qualificação e escolarização dos trabalhadores constituem expressão de precariedade”³⁷⁰. Em conformidade com os autores supracitados, eles destacam que a precarização é um processo heterogêneo, que atinge diferentes setores e assume formas específicas. Em outras palavras, as suas implicações variam conforme a qualificação, a renda e o tipo de vínculo ocupacional dos trabalhadores considerados precarizados.

Neste sentido, ao discorrer sobre como a precarização se combina e ultrapassa formas específicas de contratação, os autores advertem que, embora a sua tendência seja maior na informalidade, o processo de precarização também perpassa os trabalhadores formais, assim como atinge trabalhadores com diferentes tipos de contratos (por exemplo, os terceirizados, contratados por tempo parcial, intermitentes).

Problematizando a relação entre a precarização e o sindicalismo, Galvão e Krein (2018) apontam que o crescimento de contratos precários e de formas alternativas de trabalhos potencializados por novas tecnologias contribuiu para a mudança da base social dos

³⁶⁸ ROCHA, José Manuel de Sacadura. Classe, consciência e precariado. In: **A terra é redonda**. [S.l.], 18 jul. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/classe-consciencia-e-precariado/?fbclid=IwAR2Hpw1LJyCdFZMOSVNLG1H6ly5-qGXe43kuMoxUCb8y-BM6cEXuV5fOx-k>. Acesso em 25 mar. 2023.

³⁶⁹ GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: 16º Encontro Nacional da ABET, 2018, Salvador. **Anais do 16º Encontro Nacional da ABET**. Salvador: ABET, 2018, v.1. Disponível em: [file:///C:/Users/Eliane/Downloads/Galv%C3%A3o_Krein_Abet%202019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Eliane/Downloads/Galv%C3%A3o_Krein_Abet%202019%20(2).pdf). Acesso em 20 mar. 2023. Esta discussão também teve a contribuição de Andréia Galvão, professora da Unicamp, e de Mauro Puerro, da Comissão Sindical Nacional da Resistência, através da participação no *podcast* intitulado “Os sindicatos na era do trabalho precário”. Ver: PODCAST EDUCAÇÃO NA RESISTÊNCIA: Os sindicatos na era do Trabalho Precário. [Locução de]: Andréia Galvão e Mauro Puerro [S.I]: mai. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5ENrJDhorttAZowQpUGBch?si=451c4c24ca24483a&nd=1>. Acesso em 26 mar. 2023.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 3.

sindicatos, refletindo diretamente sobre as formas de organização e de representação dos trabalhadores. Ademais, o aumento do desemprego e do número de trabalhadores que não eram contratados diretamente pelas empresas e deixavam de fazer parte de uma determinada categoria de trabalhadores, contribuiu para o enfraquecimento da capacidade de resistência sindical.

Sobre esse assunto, há algumas questões interessantes levantadas pelos autores supracitados, tais como: quais as possibilidades de organização e de representação dos trabalhadores precários no Brasil? Como os sindicatos dos setores tradicionalmente precários enfrentam o avanço da precarização e assumem o desafio de representar esse contingente de trabalhadores (se atuam no plano político e na formação política dos trabalhadores da sua base, por exemplo)? Como explicar a ocorrência de expressivas formas de mobilização desses segmentos mais precários e de formas de mobilização que geralmente passam por fora dos sindicatos existentes? (GALVÃO; KREIN, 2018).

Considerando que a nossa discussão está centrada nas formas de atuação sindical e política dos Comerciários de Teresina, tais questões nos ajudam a refletir sobre como o trabalho precário no comércio de Teresina repercutiu nas experiências de organização e de mobilização dos trabalhadores comerciários, assim como nas ações dos seus representantes na Câmara Municipal de Teresina e na Assembleia Legislativa do Piauí.

Ao evidenciar as dificuldades apresentadas pelo movimento sindical brasileiro para representar os trabalhadores precários, Galvão e Krein (2018) afirmam que os setores precários são marcados pela presença de sindicatos pouco representativos e politicamente frágeis. Para eles, dois elementos ajudam a explicar isso: o primeiro refere-se às características da estrutura ocupacional brasileira, marcada pela expressiva heterogeneidade e informalidade; e o segundo, refere-se à própria estrutura sindical, pois os sindicatos representam fundamentalmente os assalariados com registro em carteira de trabalho, excluindo um grande contingente de trabalhadores precários da ação sindical. Então,

O crescimento da precarização permite estimar as dificuldades a serem enfrentadas no processo de negociação coletiva e na atividade sindical. Os sindicatos dos setores mais expostos à precariedade apresentam taxas menores de sindicalização, fazem menos greves e assimilam com mais facilidade o discurso da modernização da legislação trabalhista, aceitando na prática a flexibilização de direitos, mesmo que no discurso se oponham a isso.³⁷¹

³⁷¹ GALVÃO; KREIN, 2018, p. 22.

Um olhar atento às ações sindicais dos Comerciários de Teresina no período em análise nos permite afirmar que, em meio ao crescimento do trabalho precário no setor do comércio, a entidade acompanhou essa tendência nas suas estratégias de conflito e de negociação. Como exemplo, podemos citar a concordância recente com o setor patronal no que tange à abertura do comércio teresinense aos domingos e feriados, como discutido no capítulo anterior. Além disso, como veremos mais adiante, a categoria comerciária não se destaca pelo recurso frequente a greve como forma de luta.

Nesse contexto, outro aspecto evidenciado por Galvão e Krein (2018) diz respeito à capacidade de mobilização e ação coletiva dos sindicatos que representam os trabalhadores precários. Eles argumentam que “partindo-se do pressuposto de que o trabalho precário está bastante concentrado no setor do comércio e serviços privados, verifica-se que a capacidade dos sindicatos desses setores promoverem mobilizações e ações coletivas é, com raras exceções, pontual”³⁷². Os autores chamam atenção não só para o crescimento pequeno das greves nesses setores, quando comparado com outras categorias que tradicionalmente fazem greves, como também para a importância de observar as mudanças nas formas desse tipo de mobilização, haja vista que, desde 2011, as greves por tempo indeterminado vêm dando lugar a paralisações mais curtas e, desde 2012, prevalece as greves defensivas. Tal fato, segundo os autores, pode estar relacionado ao perfil desses serviços privados, que passaram a fazer mais greves, tendo como principais reivindicações a luta pela melhoria das condições e relações de trabalho, sobretudo, contra os baixos salários, o abuso de horas extras, o recebimento e valor do vale alimentação.

Vale mencionar que a atividade ligada ao setor comerciário no Brasil constitui um segmento importante de análise de Galvão e Krein (2018). Apresentando alguns indicadores sobre a sindicalização dos trabalhadores precários, as características do sindicalismo desses setores e suas formas de ação, ambos destacam que, no ano de 2015, no comércio, a taxa de sindicalização era de 13,8% enquanto a taxa do total de ocupados era de 18,8%. E, ao propor uma classificação por grupos, no que se refere a dispersão dos sindicalizados por setor econômico, eles apontam que os comerciários fazem parte de um conjunto que se caracteriza pela “baixíssima sindicalização, apresentam uma composição bastante heterogênea e fortemente baseada em pequenas empresas, em que, com exceção da construção civil nos anos 1980 e pós-2011, verifica-se uma pequena tradição de organização sindical e de realização de greves”³⁷³. Os dados do Sistema de Acompanhamento de Greves vinculado ao Departamento

³⁷² GALVÃO; KREIN, 2018, p.15.

³⁷³ Ibid., p. 9.

Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (SAG-DIEESE) corroboram tal afirmação, revelando que, no período de 2011 a 2016, ocorreram 29 greves no setor do comércio. Em nosso estudo, constatamos que em Teresina ocorreram apenas duas greves neste período. Portanto, como ressaltam Galvão e Krein (2018), “a partir da PNAD/IBGE, é possível perceber que os setores do comércio incrementaram o nível de emprego formal em 81%, no período entre 2003 e 2014 [...] Ou seja, o emprego cresceu nos setores com mais baixa sindicalização”.³⁷⁴

Os autores consideram que os sindicatos os quais apresentam esse perfil têm um tipo de atuação que tende a ser mais burocratizado e são geralmente filiados a centrais com perfil mais moderado. Mais do que isso, tais sindicatos se caracterizam sobremaneira pela prestação de serviços e não pela defesa dos trabalhadores da sua base. Destarte, eles procuram estimular a sindicalização a partir do oferecimento de benefícios exclusivos aos seus associados (colônia de férias, assistência médica, odontológica, descontos em cursos e convênios com universidades). Trata-se, assim, de uma campanha de sindicalização que promove uma perspectiva mais utilitarista, enfatizando as vantagens individuais para a sindicalização e não os valores de coletivismo, associados a instituição sindical.

Convém ressaltar que, mais uma vez, observamos essa tendência presente no sindicalismo comerciário teresinense. Nas fontes analisadas, sobretudo, nas matérias publicadas no jornal *Balcão* e nos relatos dos entrevistados, podemos notar a ênfase no discurso dos sindicalistas nos serviços oferecidos pela entidade. De fato, em seu depoimento, o dirigente sindical Gilberto Paixão reconhece que “a filiação é mais motivada pelo acesso aos serviços prestados pelo Sindicato do que por uma afinidade político-ideológica ou uma motivação militante”. Em seu relato, ao discorrer sobre sua experiência à frente da direção do Sindicato, o depoente reafirma o exposto da seguinte forma:

Quando eu assumi (direção), a entidade ainda tinha uma aparência muito assim, que não era chamativa para o trabalhador. É tal que já tínhamos um clube na região da Cacimba Velha, que era um dos atrativos que nós fazíamos. Até os anos 1980 e início dos anos 1990, o grande atrativo para o trabalhador e o reconhecimento era nossa luta pela questão salarial, através das Convenções Coletivas de Trabalho. A outra coisa era o serviço que nós prestávamos, em termos de homologação, e o setor jurídico que nós criamos para poder amparar o trabalhador que fosse (gagueja) eu não quero usar uma palavra grosseira, mais que o empresário burlava a lei e subtraía o direito dele, né. Daí, com essa organização, nós sentimos que o trabalhador queria muito mais. Foi então que nós criamos essa fundação (Fundação dos Comerciários), como uma forma de atrair. Porque, até então, o atrativo era isso: salário, convenção coletiva de trabalho, discussão, manifestação e greve [...] Nós tivemos que encontrar outro momento pra novamente resgatar a presença do trabalhador, que foi investindo

³⁷⁴ GALVÃO; KREIN, 2018, p. 9.

no sindicato de resultados. E os atrativos para a filiação: a clínica, a escola, também ampliamos o clube dos comerciários e criamos uma colônia de férias. São valores altíssimos, mas que eles deram o retorno pra gente. E se filiar hoje é um atrativo também para além da luta. A gente separa o que é a luta e o que é o benefício para o trabalhador. Com isso, aumentou a nossa demanda e aumentou bastante o número de filiados.³⁷⁵

Ainda, conforme o relato do dirigente sindical, considerando a grande rotatividade no setor do comércio, as campanhas de sindicalização organizadas pelo Sindicato dos Comerciários de Teresina também foram importantes para atrair a categoria comerciária.

À vista disso, importa destacar que a rotatividade é uma das principais constituintes da precariedade das relações de trabalho no setor comerciário no Brasil. O estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir dos dados da Relação de Informações Sociais (Rais) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos permite observar as elevadas taxas de rotatividade nesse setor, no período compreendido entre 2007 e 2012.³⁷⁶ Desta forma, por meio dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), verificou-se que, em 2012, a jornada média semanal no setor era de 45,3 horas, com leve redução diante das 46,4 horas semanais verificadas em 2007. Ademais, em 2012, o Comércio era ainda o setor com a maior proporção de ocupados trabalhando mais que a jornada legal. Neste ano, especificamente, foram desligados 5.717.106 trabalhadores no Comércio, contingente 57,0% maior do aquele verificado em 2007 (3.640.719).³⁷⁷

Ainda no que diz respeito à rotatividade, considerando o perfil do trabalhador (a) comerciário (a) por sexo, cor e idade, verificamos que os desligados eram, na maioria, homens (54,8%), mas com aumento da participação feminina nos últimos anos. E, com relação à raça/cor, a maioria dos desligados (64,5%), em 2012, eram não negros, com aumento do percentual de negros e pardos nos últimos anos, reflexo também do crescimento da participação desses trabalhadores no conjunto da categoria. Em 2007, os negros e pardos correspondiam a 30,9% dos desligados, já em 2012, representavam 35,5% do total, segundo o DIEESE. Além disso, a rotatividade atingiu mais fortemente os trabalhadores jovens, pois, em 2012, 37% dos desligados tinham entre 18 e 24 anos. E, se incluída a faixa que vai até 29 anos, o percentual ultrapassou mais da metade dos desligados (59%). A segunda faixa com

³⁷⁵ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

³⁷⁶ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A rotatividade no comércio. In: **Rotatividade setorial**: dados e diretrizes para a ação sindical. São Paulo: DIEESE, 2014, p. 85-98.

³⁷⁷ Ibid., p. 85-88.

maior concentração de desligamentos é a de 30 a 39 anos, totalizando 24,7% dos desligados em 2012.

No que diz respeito ao rendimento salarial, no período entre 1999 e 2003, outra pesquisa DIEESE (2008) aponta que os rendimentos dos empregados no comércio apresentaram duas trajetórias distintas:

Entre 1999 e 2003, ocorreu acentuada retração dos ganhos médios reais do setor, influenciado pelo ínfimo crescimento da economia, com rebatimentos no consumo interno, na produção e no próprio nível do emprego, pressionando fortemente a baixa salarial. Já no período subsequente, a partir do último quadrimestre de 2003 a 2007, a economia volta a crescer e observa-se um movimento de recuperação do poder aquisitivo dos salários do comércio, mas não o suficiente para alcançar o patamar que vigorava em 1999.³⁷⁸

Já os dados sobre a remuneração média dos trabalhadores do Comércio entre 2007 e 2012 apurados na pesquisa indicam que houve um aumento de 19,2%. No entanto, a relação entre remuneração média dos ativos e desligados revela o papel exercido pela rotatividade na redução dos rendimentos. Os dados referentes a 2012 mostram que o salário médio dos desligados (R\$ 1.115,10) equivalia a 80% do salário dos ativos (R\$ 1.395,00). Nos últimos anos, a diferença salarial ainda aumentou, visto que, em 2007, a remuneração média dos desligados (R\$ 1.025,70) correspondia a 87,8% da recebida pelos ativos (R\$ 1.170,10) (DIEESE, 2014).

Diante desse cenário, para uma análise da conjuntura nacional, tomamos ainda como referência o levantamento feito pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) do DIEESE, em um estudo intitulado “Comércio em 2016: um balanço dos principais indicadores”,³⁷⁹ o qual apresentou alguns dados sobre as negociações e reajustes salariais no setor do comércio. Desta forma, ao observarmos os dados da tabela 1, que compara o ganho real médio dos salários dos Comerciantes com a variação do volume de vendas no setor, no período entre 2008 e 2016, é perceptível o aumento das vendas em detrimento dos salários da categoria comercial, com uma diferença de 27,6%. Outro aspecto que merece atenção é que nos anos de 2015 e 2016, em um contexto de recessão econômica austera, houve um declínio

³⁷⁸ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Trabalho no Comércio**, Comerciantes: extensa jornada com baixos rendimentos, a. 1, n. 1, set. 2008, p. 5. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2008/2008pedsetoriaiscomerciantes.html>. Acesso em 15 abr. 2023.

³⁷⁹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim de Indicadores do Comércio**, n. 9, mai. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimindicadoresdocomercio/2016/boletimIndicadoresComercio09.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

expressivo no volume de vendas, contrastando com o desempenho favorável dos anos anteriores, como também um decréscimo do ganho real médio dos salários.

Tabela 1: Variação do volume de vendas e ganho médio real dos Comerciantes
Brasil – 2008 a 2016 (em %)

	Variação Volume de Vendas	Ganho Real Médio Comerciantes
2008	9,1	0,89
2009	5,9	1,10
2010	10,9	1,59
2011	6,7	1,47
2012	8,4	1,95
2013	4,3	1,43
2014	2,2	1,48
2015	-4,3	0,33
2016	-6,3	0,29
Acumulado 2008 a 2016	41,6	11,0
Diferença das vendas em relação aos salários		27,6

Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Boletim de Indicadores do Comércio*, n. 9, mai. 2016, p. 19.

No que se refere à informalidade no setor comercial, encontramos outro estudo do DIEESE (2009) apresentado em uma edição do *Boletim Trabalho no Comércio* intitulado “A informalidade no Comércio” nas regiões metropolitanas, destacando que “entre 1998 e 2008, foram gerados 14.949.931 empregos formais no Comércio brasileiro, ainda que entre os anos de 2001 e 2003, crises externas e internas tenham afetado diretamente a economia brasileira, influenciando na degradação do mercado de trabalho”³⁸⁰. Ademais, os dados do período indicam que foram gerados, em média, seis empregos com carteira assinada a cada dez contratações feitas na última década. No que tange às condições básicas de trabalho, como remuneração e jornada, houve o distanciamento entre as inserções assalariadas do Comércio. Ainda, o regime de horas trabalhadas potencializou a desvalorização do trabalho comercial, pois reduziu a distância entre o valor das remunerações de assalariados formalizados e ilegais do Comércio.

³⁸⁰ Tais dados fazem parte da pesquisa resultante do convênio DIEESE/Seade/MTE – FAT, por meio de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no ano de 2009. As pesquisas foram realizadas no Distrito Federal e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e São Paulo. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Boletim Trabalho no Comércio*, A informalidade no Comércio, a. 2, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2009/2009pedsetoriaisinformalidadedecomercio.pdf>. Acesso em 15 abr. 2023.

Diante do exposto, é possível afirmar que a rotatividade no setor do comércio no Brasil apresenta clivagens (gênero, raça, idade), assim como a permanência de contingentes expressivos de informalização e precarização do trabalho, tendo em vista que as condições e relações de trabalho no setor são marcadas, por exemplo, pelas extensas jornadas de trabalho, inclusive aos domingos e feriados, e os baixos salários, dentre outros problemas.

3.2 Relações de trabalho no comércio teresinense: assalariamento, desemprego, rotatividade e precariedade

Buscando evidenciar o dinamismo do Piauí ante a transição antecipada para a sociedade de serviços, Marcio Pochmann e Alexandre Guerra³⁸¹ analisam a evolução recente do desenvolvimento econômico estadual entre os anos 2002 e 2016, em meio a um contexto desfavorável do desempenho da economia nacional. De acordo com os autores, nesse período o Produto Interno Bruto do Piauí acumulou expansão de 72,7%, ao passo que o Brasil registrou expansão de 40,6%, tendo como “principal estímulo ao crescimento de sua participação no PIB nacional a expansão acumulada de 133,2% no produto industrial, seguido de 51,8% no setor de serviços e de 0,4% na produção agropecuária”³⁸². Com efeito, a mudança produtiva suscitou o aumento do nível do emprego formal piauiense, por meio da participação das micro e pequenas empresas.

Nessa perspectiva, Pochmann e Guerra (2019) pontuam que, no período entre 2002 e 2014, o PIB piauiense obteve um crescimento médio acumulado de 86,4%. Todavia, em 2015, ele decresceu 1,1% em relação a 2014. E, em 2016, a queda foi ainda maior e correspondeu a -6,3% em relação ao ano anterior. Para eles, tal crescimento se deve particularmente à cidade de Teresina, que teve no setor de serviços sua atividade principal. A partir desse fato, os autores afirmam ainda que:

Independente do período analisado na série histórica 2002-2016, o setor econômico que mais gerou riquezas no Estado foi o de serviços, especialmente por ser a atividade predominante na capital Teresina, que detêm quase a metade do PIB do Estado. Entre 2002 e 2014, o setor de serviços aumentou sua participação no valor adicionado total de 43,4% para 45,5%. Já no período de crise (2015-2016) continuou ganhando participação no valor adicionado, ampliando de 45,4% para 48,1%.³⁸³

³⁸¹ POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre. Trajetória econômica piauiense na transição antecipada para a sociedade de serviços. In: **Piauí: trajetória e transição econômica**. Teresina: CEPRO, 2019, p. 71-150. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201909/CEPRO19_f9991acf82.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

³⁸² Ibid., p. 74.

³⁸³ Ibid., p. 109.

Tabela 2: Evolução Absoluta do Número de Vínculos Empregatícios em Teresina no Comércio por Porte – 1985/2006

PORTE	1985	1990	1995	2000	2005	2006	VAR %
Micro	3 751	4 752	6 798	11 119	14 117	14 725	4,31
Pequena	3 114	3 825	4 870	6 101	8 967	9 092	1,39
Média	1 706	1 736	2 306	2 791	3 684	5 280	43,32
Grande	1 975	815	651	1 428	2 459	2 321	-5,61
TOTAL	10 546	11 128	14 625	21 439	29 227	31 418	7,50

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). **Fundação CEPRO.** In: PIAUÍ, Governo do Estado do. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Síntese Tabular da Evolução do Emprego Formal no Piauí 1985/2006. Relatório, abril de 2008, p. 45.

Conforme a Tabela 2, verificamos que, em Teresina, no que diz respeito à evolução do número de vínculos empregatícios no setor do Comércio por porte, é perceptível o aumento de trabalhadores com carteira assinada nas micro e pequenas empresas no início dos anos 2000. Desta forma, percebemos que mais que quadruplicou o número de trabalhadores comerciários empregados formalmente no período entre 1985 e 2006. Nos anos 2005 e 2006, em especial, as micro empresas mantiveram-se em primeiro lugar com mais de 14.000 empregados com carteira assinada. Contudo, nesse mesmo período, as empresas de grande porte foram a que menos absorveram trabalhadores formais, com um desempenho de -5,61% em 2006.

Por outro lado, quanto à evolução dos salários médios pagos no setor do Comércio por porte, apesar de apresentar maior quantidade de vínculos empregatícios, as micro e pequenas empresas pagavam os menores salários aos trabalhadores comerciários na capital. Isso porque, em 2000, as micro empresas pagavam (R\$ 344,17), enquanto as de grande porte pagavam (R\$ 589,99). No ano de 2006, as empresas de porte grande mantiveram-se em primeiro lugar, no que se refere a média de salários pagos (R\$ 847,19), como se vê na (Tabela 3).

Tabela 3: Evolução do Salário Médio Pago nos Estabelecimentos de Teresina no Comércio por Porte – 1985/2006

PORTE	1985	1990	1995	2000	2005	2006
Micro	513,09	352,13	341,34	344,17	438,18	502,26
Pequena	629,32	487,92	522,11	443,58	534,93	613,13
Média	648,68	590,23	690,11	521,70	656,75	676,12
Grande	314,05	398,32	693,30	589,99	697,90	847,19
TOTAL	532,07	439,33	472,20	411,94	517,27	589,04

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). **Fundação CEPRO.** In: PIAUÍ, Governo do Estado do. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Síntese Tabular da Evolução do Emprego Formal no Piauí 1985/2006. Relatório, abril de 2008, p. 65.

Importa mencionar que a expansão da atividade terciária (comércio e serviços), com destaque para a atividade comercial, oportunizou a concentração do setor de serviços em Teresina. O processo de urbanização, por sua vez, está inserido nesse contexto. Assim, evidenciando a atividade comercial como uma das novas centralidades urbanas de Teresina, o geógrafo Antonio Cardoso Façanha³⁸⁴ reflete sobre sua dinamização urbana e espacial. Ele aponta que esse processo teve início pós-década de 1950, momento em que ocorreu um crescimento da participação dos comerciantes na capital, em decorrência da expansão do comércio varejista, a partir do intercâmbio comercial com outras cidades beneficiado pela melhoria no transporte rodoviário. Com efeito, nas décadas seguintes, foram surgindo grandes lojas que dinamizaram o comércio local. Deste modo, nos anos 1980 e 1990, intensificou-se o processo de descentralização espacial, sobretudo, com a chegadas dos supermercados, hipermercados e dos *shopping centers*. E, somado a expansão do setor imobiliário, as atividades comerciais, antes concentradas no Centro da capital, dispersaram-se para novas áreas do espaço urbano, como explanamos no capítulo anterior.

No que diz respeito à população urbana teresinense, “no período de 1940 a 1991, representava 27,9% do total da população urbana do Piauí, passando para 41%, ou seja, aumentou de 1,5 vezes.”³⁸⁵. De acordo com o Censo de 1980, a população de Teresina era formada por um total de 377.174 habitantes, residindo 89% na zona urbana (FAÇANHA, 2003). A população teresinense mais que dobrou no período entre 1980 e 2010, chegando neste ano a um total de 814.230 pessoas. Portanto, indubitavelmente, a dinamização da atividade comercial acompanhou o processo de urbanização e modernização da cidade. Em contrapartida, esse processo foi acompanhado do aumento do desemprego, da informalidade e, por conseguinte, da precarização das relações de trabalho no setor comerciário no início dos anos 2000.

Nesse período, a questão do desemprego no comércio de Teresina foi tema de diversas reportagens dos jornais diários e do *Balcão*. Neste contexto, em cinco de fevereiro de 2002, o periódico editado pela entidade comerciária denunciou o fato de que o referido ano havia iniciado com uma nova crise no comércio, causando cerca de 20% (vinte por cento) a mais de demissões no setor em comparação ao mesmo período do ano de 2001. Além disso, o periódico informou que, no ano de 2000, aproximadamente quatro mil trabalhadores comerciários haviam sido demitidos na capital. Na publicação, consta ainda que ocorreram

³⁸⁴ FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

³⁸⁵ POCHMANN; GUERRA, 2019, p. 83.

cerca de 200 (duzentas) demissões nos primeiros quinze dias de 2002, em virtude das contratações provisórias de final de ano. Essa situação levou o Sindicato a solicitar a intervenção do Ministério do Trabalho para que as rescisões fossem feitas na sede da entidade, a fim de aumentar a fiscalização no que diz respeito ao recebimento dos direitos trabalhistas.³⁸⁶

Em vinte e seis de julho de 2002, novamente os jornais de circulação local repercutiram o aumento expressivo de demissões no comércio teresinense. Em editorial intitulado “Demissões em Teresina já chegam a 30% só este ano”, o *Diário do Povo* divulgou que:

De janeiro a junho deste ano, foram demitidos 2.165 comerciários na capital, de acordo com dados do Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Teresina. Apesar de alarmante, esse número não reflete a realidade. Essas demissões se referem apenas às rescisões que são feitas no Sindicato. Portanto, ficam excluídas as rescisões assinadas nas empresas (aquelas de contratos com menos de um ano) e as revisadas na Delegacia Regional do Trabalho. “Somados aos dados do Sindicato, o percentual pula para cerca de 30% de comerciários demitidos só neste ano na capital, em relação aos seis primeiros meses do ano passado”, explica Gilberto Paixão, secretário geral da entidade. Segundo ele, o número de demissões é preocupante. “Apenas nesse primeiro semestre já atingimos mais de 60% de todas as demissões verificadas durante o ano de 2001, cujas rescisões foram revisadas pelo Sindicato”, destaca.³⁸⁷

Em notícia publicada na mesma data, o noticioso *Meio Norte* apontou que, em relação às demissões ocorridas naquele ano, mais homens perderam o emprego do que as mulheres. Deste modo,

O percentual de demissão deles é de 62,5%, embora a categoria seja formada na sua maioria por comerciárias. Em Teresina, mais de 60% dos trabalhadores no comércio são mulheres. Do total de demissões registradas no sindicato nesse primeiro semestre, apenas 99 foram espontâneas, ou seja, os próprios trabalhadores pediram para sair, o que representa 4,5%³⁸⁸.

Ademais, outros dados divulgados pela imprensa sindical davam conta de que, em Teresina, existiam cerca de 8.500 (oito mil e quinhentos) trabalhadores comerciários no ano de 2002. Contudo, na década anterior, a categoria chegou a contabilizar mais de vinte mil. Tendo isso em vista, o secretário geral do Sindicato à época, Gilberto Paixão, atribuiu o fato a forte recessão provocada pela implantação do Real que, segundo ele, “pode ter trazido

³⁸⁶ DESEMPREGO garante margem de lucro dos lojistas. *Balcão*, Teresina, n. 163, p. 2, 05 fev. 2002.

³⁸⁷ DEMISSÕES em Teresina já chegam a 30% só este ano. *Diário do Povo*, Teresina, a. XIV, n. 5.788, p. 1 e 5, 26 jul. 2002.

³⁸⁸ DESEMPREGO. *Meio Norte*, Teresina, a. VII, n. 2750, p. 2, 26 jul. 2002.

estabilidade econômica, mas às custas do desemprego e queda nos níveis salariais da categoria comerciária”³⁸⁹.

Neste cenário de crise, uma das propostas dos dirigentes sindicais ao patronato foi a contratação de turmas exclusivas de trabalhadores durante a abertura do comércio aos domingos, feriados e em regime de vinte e quatro horas, através de acordos com os donos das redes de supermercados da capital, para tentar diminuir o índice de desemprego no setor. Não obstante, como discutimos no capítulo anterior, grande parte dos empresários do setor supermercadista rejeitaram a proposta e essa questão se arrastou por anos.

Diante da exploração do trabalho no comércio, das situações constantes de violência física e simbólica, do desrespeito aos direitos trabalhistas estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho, enfim, da alta rotatividade e do aumento expressivo do desemprego³⁹⁰, para além das iniciativas e ações sindicais (denúncias na imprensa periódica e sindical, denúncias na Justiça do Trabalho e DRT, protestos e reivindicações), os representantes do Sindicato dos Comerciários passaram a encomendar pesquisas realizadas por institutos de pesquisa de opinião, cujo objetivo principal era inteirar-se melhor a respeito das contradições vividas pelos trabalhadores comerciários de Teresina.

Tratava-se de pesquisas de amostragens realizadas a cada dois anos pelo Instituto de Pesquisa de Opinião Pública (IPOP), que buscavam mostrar o perfil dos comerciários de Teresina, a partir de entrevistas realizadas com alguns trabalhadores empregados no comércio, destacando os seguintes pontos: tempo de permanência no emprego; se consideravam o seu salário justo; se possuíam plano de saúde; recebimento de vale-transporte e auxílio-alimentação; recebimento de hora extra; principais problemas enfrentados pelos comerciários; avaliação da atuação do Sindicato; dados sobre a mulher comerciária e, por fim, com relação ao preconceito (racial, sexual e de gênero no local de trabalho). Deste modo, tivemos acesso às pesquisas realizadas nos anos de 2003, 2005, 2010 e 2012.

E, dentre os diversos pontos abordados na pesquisa, a avaliação da atuação do Sindicato também estava presente, como já citado. Tendo isso em vista, o relato do dirigente sindical Gilberto Paixão evidencia que essas pesquisas de opinião pública abriram a possibilidade de uma maior proximidade da direção com a categoria comerciária. Para além dessa questão, o entrevistado reforça que, em um contexto de crise do setor comercial e de precariedade das condições de trabalho, tais pesquisas de amostragens tornaram-se

³⁸⁹ PRIMEIRO EMPREGO OU DESEMPREGO? **Balcão**, Teresina, n. 171, p. 1, 26 ago. 2002.

³⁹⁰ COMERCÍARIOS ainda são alvo de muita exploração. **Balcão**, Teresina, n. 155, p. 1, mai. 2002.

estratégicas, sobretudo, para a elaboração das Campanhas Salariais. De acordo com o depoimento do sindicalista,

Quando nós começamos a fazer essas pesquisas, os nossos índices de reconhecimento eram baixos na época. E, começamos a descobrir o que pensava o trabalhador, o que ele mais gostava dentro do Sindicato, qual a sua maior insatisfação dentro da empresa, como era a questão de relacionamento dentro das empresas. Enfim, como ele vivia com a esposa, quantos filhos tinham, qual era o seu poder de consumo. Tudo isso nós elencamos na pesquisa e fomos descobrindo e ampliando exatamente essa proposta que se colocava nas fragilidades que nós tínhamos. Então, a pesquisa foi um ponto positivo nessa questão da relação com o trabalhador.³⁹¹

Todavia, ainda que alguns critérios utilizados por institutos de pesquisas de opinião possam ser considerados questionáveis, esta pesquisa de amostragem foi importante para desvelar as condições de precariedade de trabalho no comércio teresinense. E, somado a outras fontes (dados estatísticos, documentos coletados na entidade, matérias da imprensa periódica e sindical, depoimentos de sindicalistas), possibilitou uma reflexão crítica sobre as estratégias de organização sindical e política dos dirigentes Comerciais no período em análise.

Isto posto, os levantamentos realizados pelo IPOP revelaram que os problemas mais comuns vivenciados pelos trabalhadores no comércio de Teresina eram: jornada excessiva, salários baixos, assédio moral, o não pagamento de hora-extra, carteira de trabalho não assinada, acúmulo e desvio de funções, rescisão incorreta, dentre outros.

Voltando à questão do desemprego no setor comercial, na cobertura da imprensa periódica sobre as demissões efetuadas no mês de janeiro de 2003, a atenção esteve voltada para as irregularidades trabalhistas, sobretudo, no que diz respeito à assinatura da carteira de trabalho, o pagamento de horas extras e as extensas jornadas de trabalho no comércio. Nesse sentido, essas e outras questões ocuparam uma página inteira da edição do jornal *Meio Norte*, publicada em cinco de janeiro de 2003, conforme exposto abaixo (figura 7).

³⁹¹ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

Figura 7 – Edição do jornal *Meio Norte* sobre o aumento das demissões no comércio de Teresina



Fonte: ABREU, Henrique César. Começa a época das demissões. *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.2922, p. 5, 05 jan. 2003.

Além de destacar o número reduzido de contratações temporárias no setor comerciário no final do ano anterior, a referida publicação evidenciou a atuação dos representantes do Sindicato e a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, a fim de evitar irregularidades por parte dos patrões, em razão das demissões. Neste contexto, conforme o editorial, o percentual de contratados para auxiliar as vendas de fim de ano, que eram geralmente procurados pelos comerciantes entre o fim de outubro e início de novembro, chegava até 30% (trinta por cento) do total nos anos anteriores. Ademais, “em 2001, o número de profissionais contratados pelo comércio para as vendas de fim de ano foi de apenas 5% do número de

profissionais efetivos. Já em 2002, o percentual foi reduzido para quase 1%”³⁹². Pelos registros levantados pelo Sindicato, cerca de 80% (oitenta por cento) dos funcionários empregados nos finais de ano eram demitidos antes da assinatura da carteira trabalhista.

Na mesma publicação, na matéria intitulada “Rotatividade da mão-de-obra existem todos os anos”, o dirigente sindical, Gilberto Paixão explanou de forma sintética a questão da rotatividade:

[...] é medida pela diferença entre admissões e demissões ocorridas durante um mês em relação ao estoque de empregados. Do lado das empresas, as demissões são devidas as variações no ciclo econômico, mudanças tecnológicas, reestruturação dos quadros, inadequação dos trabalhadores, custo de trabalho e outros fatores. Do lado dos trabalhadores, os pedidos de demissões são poucos e decorrem de mudanças de cidade, busca de melhores salários, insatisfação no trabalho e razões ligadas à saúde, idade e família. Ele explica que nas recessões as demissões provocadas pelas empresas aumentam e a rotatividade cai. Os pedidos de demissão pelos empregados têm diminuído, pois os trabalhadores temem não conseguir empregos em outras empresas. No reaquecimento das empresas contratam com mais frequência e os empregados têm maiores chances quando possuem experiência de trabalho.³⁹³

Sobre essa questão, observando os dados da Tabela 4, apresentados pela Fundação CEPRO (2008) acerca da evolução do índice de rotatividade de Teresina, no período entre 1999 e 2006, foi possível constatar que o setor do Comércio apresentou um aumento da rotatividade na capital, sobretudo, no período entre 2002 e 2005.

Tabela 4: Evolução do Índice de Rotatividade em Teresina – 1999-2006

SETORES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1.Extrat.mineral	0,800	0,241	1,016	0,989	0,958	1,006	0,984	0,637
2.Indúst. transform.	0,495	0,500	0,523	0,531	0,775	0,744	0,726	0,749
3. Serv.indust.utilid. pública	0,936	0,975	1,001	1,029	1,014	1,012	1,014	0,987
4.Construção civil	0,266	-0,128	0,089	0,144	-0,115	0,066	0,139	0,118
5.Comercio	0,615	0,646	0,601	0,726	0,700	0,678	0,705	0,676
6.Serviços	0,800	0,789	0,804	0,805	0,846	0,876	0,871	0,892
7.Adm.pública	1,052	1,052	1,052	1,053	1,052	1,052	1,052	1,052
8.Agric.silvicultura	0,627	0,528	0,766	0,703	0,865	0,872	0,653	0,908
TOTAL	0,777	0,750	0,804	0,845	0,858	0,874	0,872	0,871

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). **Fundação CEPRO.** In: PIAUÍ, Governo do Estado do. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Síntese Tabular da Evolução do Emprego Formal no Piauí 1985/2006. Relatório, abril de 2008, p. 101.

O aumento do desemprego como um todo, não só no setor comercial, gerou outra problemática, que foi a ampliação do comércio informal em Teresina, com centenas de

³⁹² ABREU, Henrique César. Começa a época das demissões. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2922, p. 5, 05 jan. 2003.

³⁹³ ABREU, Henrique César. Rotatividade da mão-de-obra existem todos os anos. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2922, p. 5, 05 jan. 2003.

desempregados ocupando os calçadões do Centro comercial. Conforme o levantamento feito pelo Sindicato dos Feirantes e Vendedores Ambulantes de Teresina, existiam cerca de doze mil camelôs nas principais ruas de Teresina. Em tal cenário, o representante do Sindicato à época, Clementino Cardeal, em editorial intitulado “Demitidos procuram espaço no comércio informal”, publicado no jornal *Meio Norte*, manifestou preocupação, argumentando que “o problema é que agora são quase 10 mil desempregados dos quadros públicos e muitos deles já querem espaço nas ruas do Centro, onde os atuais ambulantes já têm dificuldade de espaço para trabalhar”³⁹⁴.

Nesse sentido, como aponta Raimundo Nonato Lima dos Santos (2021), outro problema bastante presente foi o conflito entre lojistas e camelôs, disputando o uso do espaço do Centro comercial da cidade. Segundo ele,

[...] de um lado, estavam os empresários com suas lojas legalizadas e prédios próprios para desenvolver as relações de troca. Do outro lado, estavam os “subversores da ordem”, ocupando as ruas em frente às lojas, dificultando o ir e vir dos caminhantes/consumidores e diminuindo o lucro dos grandes comerciantes³⁹⁵.

Vale mencionar que, nesse período, havia a proposta de abertura de um *shopping* popular para os camelôs, que foi concretizado somente no ano de 2009, com a inauguração do *Shopping* da Cidade, na região central de Teresina.

Contudo, apesar do aumento de demissões no setor do comércio na capital, o Estado piauiense havia registrado um aumento expressivo no volume de vendas no varejo durante todo o ano de 2002. De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado no jornal *Meio Norte*, “enquanto o restante do País teve uma queda de 0,68% das vendas no comércio, o Estado alcançou um aumento de 12,61% em relação a 2001”³⁹⁶. Aliás, consta na publicação que os setores que tiveram maior volume de vendas foram os dos supermercados, produtos de alimentação e de bebidas, além dos grupos de móveis e eletrodomésticos, constituídos pela categoria comerciária. Convém lembrar que essa conjuntura econômica foi marcada pelo conflito entre os representantes do

³⁹⁴ DEMITIDOS procuram espaço no comércio informal. *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.2927, p. 5, 10 jan. 2003.

³⁹⁵ SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. A cidade entre prédios e gentes: expansão urbana e personagens pitorescos em Teresina-PI, nas décadas de 1980 e 1990. In: 1º Simpósio Nacional de História da ANPUH: História, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. Rio de Janeiro: ANPUH BRASIL, 2021, v. 01, p. 01-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1616795944_ARQUIVO_ac13cfb24b3086b36ef4b267760c03e4.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

³⁹⁶ RIBEIRO, Efrém. Piauí registra maior volume de vendas. *Meio Norte*, Teresina, a. VIII, n.2968, p. 1 e 6, 20 fev. 2003.

Sindicato dos Comerciários e os empresários do setor supermercadista, no tocante a abertura do comércio teresinense aos domingos e feriados.

Sobre a pesquisa IPOP, no ano de 2003, foi realizado o primeiro levantamento acerca das condições de trabalho da categoria comerciária de Teresina. Dentre os pontos evidenciados, os mais comprometedores foram: o não recebimento do salário que constava na carteira de trabalho; desvio de função; sobrecarga de trabalho; não pagamento de horas extras e exploração, principalmente, nos *shopping centers* e supermercados, que exigiam uma maior jornada de trabalho, visto que funcionavam aos finais de semana e feriados.³⁹⁷ O jornal *Meio Norte*, em tom de denúncia, divulgou os resultados da pesquisa, destacando que:

Uma pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Comerciários ao IPOP revelou uma dura realidade vivida pela categoria, onde a maioria trabalha com direitos reduzidos ou sonegados. Cerca de 70% dos trabalhadores do comércio já sofreram exploração no trabalho e declaram que as empresas burlam a cobrança de tributos para baratear os custos trabalhistas. Um exemplo é o índice de 33,44 dos trabalhadores recebem salários diferentes do registrado na carteira profissional. Com isso, o empresário paga menos INSS (aposentadoria), FGTS, férias, 13º salário e hora extra aos seus funcionários. Desta forma, a empresa burla o governo federal e retira os direitos do trabalhador [...] Outra forma de exploração é o não pagamento das horas extras, onde 55% dos trabalhadores não têm acesso a esse direito, ao trabalhar além do expediente normal.³⁹⁸

Desta forma, o discurso dos sindicalistas em defesa da luta contra o desemprego e a exploração da mão-de-obra da categoria comerciária, bem como a busca pela ampliação dos direitos trabalhistas era recorrente na narrativa da imprensa. Neste sentido, em primeiro de maio de 2003, em editorial intitulado “Trabalhadores não tem o que festejar”, assinado por Daniel Solon, o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Piauí (CUT-PI) à época, João de Moura Neto, afirmou que o “desemprego e precarização nas relações de trabalho são os maiores problemas da classe trabalhadora brasileira”, ressaltando a procura frequente de pessoas ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) em busca de oportunidade de emprego. Na mesma matéria, Gilberto Paixão, reforçando as denúncias contra o patronato, afirmou que “a

³⁹⁷ Conforme já citado, a pesquisa buscou traçar o perfil socioeconômico dos comerciários, definindo-se uma amostragem composta de trabalhadores empregados no setor: sexo masculino (51,32%); sexo feminino (48,68%); de faixa etária entre 16/17 anos (1,66%), 18/24 (33,77%), 25/34 anos (42,38%), 35/44 (18,87%) e 45/59 (3,31%); com grau de instrução de 1º grau completo/incompleto (14,24%), 2º grau completo/incompleto (73,51%), superior incompleto (9,93%) e superior completo (2,32%); de renda familiar menor que R\$ 1.200,00 (82,45%), entre R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00 (13,91%), entre R\$ 2.400,00 e R\$ 4.800,00 (1,66%) e maior que \$ 4.800,00 (1,99%). Ademais, a pesquisa foi realizada com 302 comerciários que atuavam no comércio varejista e atacadista de Teresina, durante o período de 12 a 22 de agosto de 2003. Foram entrevistados comerciários do Centro, *Shoppings*, supermercados e de alguns bairros da cidade. COMERCIÁRIOS são explorados em Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 194, p. 2, 27 abr. 2003; PESQUISA detecta exploração no comércio. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.797, p. 9, 10 set. 2003.

³⁹⁸ 70% dos trabalhadores são explorados no trabalho. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3170, p. A\10, 10 set. 2003.

principal queixa dos trabalhadores do setor privado, principalmente, dos que compõem o comércio residem no excesso de trabalhos seguidos sem folga, não pagamento de horas extras, perseguição a sindicalistas e até assédio sexual às funcionárias”³⁹⁹. Na publicação, o dirigente sindical também defendeu projetos que previam a criação de empregos, dentre eles, o “Meu 1º emprego”⁴⁰⁰, lançado pelo Governo do Estado no ano de 2002, e outro projeto referente à obrigatoriedade dos supermercados contratarem empacotadores que tramitava na época. Porém, como vimos, apesar de ter sido aprovado na Câmara Municipal, foi vetado pelo prefeito de Teresina, alegando inconstitucionalidade.

Nos meses seguintes, a direção do Sindicato voltou a denunciar nos jornais diários teresinenses o aumento das demissões no setor comerciário. De acordo com o levantamento feito pela entidade sindical, de janeiro a junho de 2003, 2.461 trabalhadores foram demitidos no comércio de Teresina. No ano de 2002, no primeiro semestre, houve 2.165 demissões, sendo que ao final deste ano 4.110 trabalhadores comerciários perderam o emprego⁴⁰¹. Na matéria do jornal *Diário do Povo*, divulgada em onze de julho de 2003, cujo título é “Desemprego aumenta 13,6% no primeiro semestre de 2003”, o sindicalista Gilberto Paixão alegou que os números apresentados eram ainda maiores, pois os dados correspondiam apenas aos comerciários que tinham no mínimo dozes meses de carteira assinada, cujas rescisões passavam obrigatoriamente pelo Sindicato. Ele atribuiu o aumento do número de demissões no setor às políticas econômicas do Governo Federal, assim como a “atitude oportunista de alguns empresários que aproveitam a situação econômica para demitir funcionários e explorar ainda mais os que se mantêm nos postos de trabalho”.⁴⁰²

Destarte, em sete de agosto de 2003, o periódico *O Dia* divulgou uma manifestação realizada pelos Comerciários de Teresina em frente ao supermercado Pão de Açúcar, ocasionada pela demissão de quarenta diretores sindicais, sendo que a maioria pertencia ao setor comerciário. O noticioso também evidenciou a participação do vereador Cícero

³⁹⁹ SOLON, Daniel. Trabalhadores não têm o que festejar, diz CUT. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 6.059, p. 11, 01 mai. 2003.

⁴⁰⁰ Segundo consta no *Balcão*, o programa “Meu Primeiro Emprego” foi criado com a perspectiva de propiciar a inserção de jovens no mercado de trabalho. Deste modo, as empresas inscritas recebiam incentivos fiscais destinados ao pagamento dos salários dos jovens contratados. Entretanto, segundo manifesto de denúncia dos representantes do Sindicato dos Comerciários, já nos primeiros meses de experiência do Programa, no comércio de Teresina foi constatado que os lojistas estavam demitindo os funcionários do quadro fixo de suas empresas, além de exigir o dobro da jornada estabelecida pelo Programa, que era de quatro horas diárias. Por isso, a direção da entidade solicitou a fiscalização do Ministério do Trabalho e encaminhou algumas denúncias à Procuradoria da República. PRIMEIRO EMPREGO OU DESEMPREGO? **Balcão**, Teresina, n. 171, p. 1, 26 ago. 2002.

⁴⁰¹ VILARINHO, Marco. Sindicato denuncia demissão em massa. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.891, p. 9, 12 dez. 2003.

⁴⁰² SOLON, Daniel. Desemprego aumenta 13,6% no primeiro semestre de 2003. **Diário do Povo**, Teresina, a. XVI, n. 6.128, p. 10, 11 jul. 2003.

Magalhães à frente do protesto. Em seu manifesto, o político propunha que os trabalhadores em geral se unissem na luta por seus direitos, pela autonomia sindical e contra a “perseguição tirana aos sindicatos”, salientando que: “nossa categoria está sendo demitida em massa. Não podemos cruzar os braços diante de uma situação dessas. Não é de hoje que essa perseguição vem ocorrendo. Há muito tempo estão tentando tirar dos trabalhadores o direito à greve, com ameaças, com demissões”⁴⁰³.

Neste cenário de crise do setor comercial, em dezembro de 2003, os jornais da capital divulgaram que os lojistas não fariam contratações temporárias para as vendas de final de ano, como nos anos anteriores. Na ocasião, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) à época, Ulisses Moraes, justificou a decisão patronal alegando a queda das vendas e a grande inadimplência no setor. Referindo-se à categoria comerciária, maior prejudicada com a sobrecarga de trabalho, o dirigente fez a seguinte declaração:

A gente tem ciência de que o comerciário vai ter de se desdobrar no atendimento ao público, mas não podemos contratar ninguém, se estamos no negativo. Não adianta tentar proteger o comerciário, se a situação não é favorável. Creio que o número de contratações, se houver, será tão insignificante que não dá nem para trabalhar com expectativa.⁴⁰⁴

Importa destacar que, nesse período, o Sindicato dos Comerciários de Teresina obteve uma maior representatividade na Câmara Municipal de Teresina. Deste modo, os debates mediados por Cícero Magalhães passaram a ocorrer com maior frequência. Neste contexto, no dia três de dezembro de 2003, foi realizada uma audiência pública sobre a “Precarização da mão-de-obra e relação de trabalho no comércio” de autoria deste vereador. Na ocasião, Magalhães reforçou a fala em defesa dos trabalhadores comerciários, destacando a necessidade de ampliar a discussão dos problemas enfrentados pela categoria, tais como: baixos salários, falta de registro na carteira de trabalho, jornada acima da regulamentação, desrespeito à licença maternidade, período de férias, dentre outros. A audiência contou ainda com a participação de um representante da Delegacia Regional do Trabalho e do secretário geral do Sindicato, Gilberto Paixão. Com um discurso sintonizado ao de Magalhães, o Comerciário apresentou dados importantes referentes à pesquisa IPOP realizada naquele ano, por exemplo, 30% da categoria não tinham a carteira assinada e 70,26% se achavam explorados. Ademais, defendeu a pertinência do debate sobre as relações de trabalho no setor comercial e solicitou apoio político para solucionar os problemas explanados, principalmente,

⁴⁰³ COMERCÍARIOS fazem protesto contra demissões. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.753, p. 3, 07 ago. 2003.

⁴⁰⁴ COMÉRCIO não fará contratos temporários. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.890, p. 9, 11 dez. 2003.

a questão da regulamentação do trabalho aos domingos, que era o foco de discussão de conflito com o setor patronal naquele período.⁴⁰⁵

No ano de 2004, num momento em que se discutia a redução da jornada sem a redução de salários, os Comerciantes participaram da Campanha iniciada em todo o País. Em primeiro de maio deste ano, em Teresina, ocorreu um ato público com a participação de diferentes segmentos sindicais (Comerciantes, Associação de moradores, Pastorais e outras entidades representativas de categorias)⁴⁰⁶. Nesse período, Gilberto Paixão conciliou a direção do Sindicato dos Comerciantes com a vice-presidência da CUT piauiense.

No ano de 2005, os problemas vivenciados pelos trabalhadores comerciantes teresinenses foram apresentados novamente, através da pesquisa de amostragem realizada pelo Instituto Piauiense de Opinião Pública (IPOP), divulgada no editorial *Balcão*, em treze de dezembro de 2005. De acordo com a pesquisa, a atuação do Sindicato tinha a aprovação da maioria da categoria (73%). Além disso, grande parte das ações de mobilização era direcionada para a campanha salarial (40,33%), jornada de trabalho (37,67%) e comunicação por meio do *Balcão* (33%). Em relação ao recebimento de hora extra (43,10% não recebiam e 56,9% recebiam). Também, a maioria concordava que existia liberdade de organização sindical entre os comerciantes (54%) e que existia exploração na atividade comercial (58,33%). Na opinião dos entrevistados, a categoria enfrentava problemas como baixos salários, falta de convênio (plano de saúde), longas jornadas e considerava que eram explorados e sofriam algum tipo de preconceito: racial (50,67%), sexual (45,67%) e de gênero (50,33%) durante a atividade no comércio.⁴⁰⁷

A partir da análise dos dados citados, observamos que os Comerciantes de Teresina passaram a incluir as questões de gênero e raça nas enquetes, como também passaram a incorporar o combate aos diversos tipos de discriminações e opressões, incluindo na sua plataforma de reivindicações tais questões e denunciando no periódico *Balcão* casos de violências, principalmente, às comerciantes. Outro aspecto mencionado por Gilberto Paixão, em seu depoimento, diz respeito à proximidade com a igreja. Conforme o seu relato:

Tentamos emplacar no comércio de Teresina a cota de negros, que é uma forma de inclusão social. Infelizmente, os empresários nunca aceitaram essa cota. Mas, conseguimos, através de denúncias ao Ministério Público, proibir o edital de

⁴⁰⁵ CÂMARA municipal debate situação do comerciante. *Balcão*, Teresina, n. 185, p. 1, 13 dez. 2003.

⁴⁰⁶ SINDICALISTAS querem a redução de jornada. *Meio Norte*, Teresina, a. IX, n. 3404, p. A/4, 01 mai. 2004.

⁴⁰⁷ Outros dados foram revelados: posse de bens, meios de transportes utilizados para o deslocamento do trabalho, participação salarial na renda familiar e o recebimento do salário bruto (se era igual ao da Carteira de Trabalho ou não). Ver: PESQUISA IPOP confirma denúncia dos trabalhadores. *Balcão*, Teresina, n. 199, p. 3, 13 dez. 2005.

convocação ou o chamamento de trabalhador por aparência. Isso era muito pejorativo e realmente discriminava. Então, assim, nós participamos do movimento *gay*, até por que nossa categoria tinha um percentual de trabalhadores homossexuais. Enfim, a questão da igreja. Quando fomos fazer uma segunda ou terceira pesquisa (IPOP), constatamos que estávamos excluindo um setor da igreja, no caso, os evangélicos. Antes, só se falava no católico e depois descobrimos que tínhamos um grande percentual, mais de trinta por cento de evangélicos que trabalhavam no comércio. Daí, passamos a nos aproximar da igreja, estimulando através do evangelho para participar da luta, reconhecer o Sindicato e mudar também a opinião do evangélico com relação a essa visão de que é pecado criar um sindicato e ir para a luta, brigar por uma casa, brigar por um emprego. Então, conseguimos envolver esse segmento e teve uma grande participação.⁴⁰⁸

No ano de 2010, a pesquisa intitulada “O perfil dos comerciários de Teresina 2010”, realizada pelo Instituto Amostragem (IPOP) revelou que mais de 74% da categoria comerciária de Teresina se sentia explorada, 73% não recebiam auxílio alimentação, 94% não recebiam auxílio educação, 28% não recebiam vale-transporte e 31% não recebiam hora-extra. Ademais, segundo consta no editorial *Balcão*,

a pesquisa revelou números estarrecedores de preconceito (racial: 54%; sexual: 46,67%; e de gênero: 50,33%), assédio moral, maus tratos, humilhações e perseguições pelos patrões, chefes ou gerentes, além de doenças adquiridas no exercício da profissão e da falta de liberdade de organização sindical⁴⁰⁹.

No que se refere à rotatividade, a pesquisa apontou que 43% dos trabalhadores do comércio possuíam menos de três anos de trabalho; 17,67% entre três a cinco anos; 18,33% mais do que cinco até dez anos e apenas 12% possuía mais de dez anos no comércio.

Na edição de vinte de maio de 2012, o jornal *Balcão* divulgou nova pesquisa sobre o perfil dos comerciários de Teresina. No que tange às relações de trabalho, os dados publicados, mais uma vez, denotavam a precariedade no comércio de Teresina. Os números expressivos foram referentes principalmente aos seguintes aspectos: desvio de função de trabalho (76,33%); assédio moral (51%) e ao preconceito (racial: 64%; sexual: 50% e de gênero: 52%)⁴¹⁰.

Tendo isso em vista, então, na análise das matérias publicadas no periódico *Balcão* sobre as Campanhas Salariais e Convenções Coletivas de Trabalho desse período, verificamos a inclusão de bandeiras de luta relativas à questão de gênero, contra o racismo e o sexismo em suas pautas de reivindicação.

⁴⁰⁸ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁰⁹ PESQUISA amostragem revela: categoria comerciária é massacrada pelos patrões. **Balcão**, Teresina, n. 225, p. 1-3, 22 set. 2010.

⁴¹⁰ PESQUISA perfil dos comerciários 2012 constata: falta salário digno, plano de saúde e creche. Sobre preconceito contra a mulher. **Balcão**, Teresina, n. 241, p. 1-3, 28 mai. 2012.

3.3 Exploração e opressão: discutindo a situação das mulheres comerciárias⁴¹¹

“A divisão sexual do trabalho e a discriminação baseada em sexo parecem estar no coração da natureza de gênero do trabalho precário”⁴¹², é o que afirma Eloísa Betti (2017), ao analisar a relação histórica entre gênero e trabalho precário, em seu estudo sobre as mulheres italianas. Segundo a autora, o capitalismo industrial representou uma expressiva precarização das condições do trabalho feminino. Diversas formas de trabalho consideradas precárias afetavam as mulheres trabalhadoras e sua estabilidade no emprego: baixos salários, contratos temporários, demissões não reguladas e a ausência de qualquer forma de proteção ou seguridade. Apesar da pressão exercida por associações, sindicatos, membros femininos do parlamento italiano e, por conseguinte, a aprovação de leis trabalhistas importantes, a reestruturação do capitalismo industrial intensificou ainda mais a divisão sexual do trabalho e a precariedade da força de trabalho, sobretudo, para as mulheres. Ao refletir acerca da realidade italiana, a historiadora reforça o exposto e propõe como pilar “o gênero como uma característica constante do trabalho precário dentro da história do capitalismo”.⁴¹³

A abordagem da intersecção de gênero, raça e classe é primordial na análise de Eloísa Betti (2017), a fim de compreender melhor as mudanças e continuidades da difusão da precariedade do trabalho na realidade vivida pelas trabalhadoras italianas. No que diz respeito à relação entre gênero e classe, a autora assinala que: “é crucial para desvendar como mulheres italianas das classes trabalhadora e média foram sempre mais precárias que homens da mesma origem social, e em alguns momentos de até mais baixa”.⁴¹⁴

Nessa direção, por meio do diálogo entre o marxismo e o feminismo, Cíntia Arruza⁴¹⁵ discorre como as categorias gênero e classe se articulam no interior de uma sociedade capitalista. A autora explica que essa discussão se iniciou por conta dos movimentos socialistas, para que estes pudessem encontrar o caminho em direção a uma luta. Ela cita a greve internacional das mulheres, a qual estava associada a questão do trabalho e referiam-se

⁴¹¹ Parte do conteúdo apresentado aqui encontra-se publicado em: SILVA, Eliane Aparecida; HONORATO, Cezar Teixeira. Classe, gênero e trabalho precário: um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina (1980-1990). In: 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia.** ANPUH, Rio de Janeiro: UERJ e UVA - ANPUH, 2021, v.1, p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1613774635_ARQUIVO_ca663142e66f356901f26ca2c5ecd112.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

⁴¹² BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, p. 61-94, nov. 2017, p. 64.

⁴¹³ Ibid., p. 85.

⁴¹⁴ Ibid., p.64.

⁴¹⁵ ARRUZZA, Cíntia. As relações perigosas entre gênero e classe. In: **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios.** Lisboa: Edições Combate, 2010, p. 85-121.

também ao trabalho reprodutivo. Este diz respeito à reprodução da força de trabalho, na qual podemos destacar o descanso, a alimentação e a reprodução biológica. Cíntia Arruza (2010), então, reivindica uma crítica à chamada “teoria da reprodução social”, cujo capitalismo legitima o trabalho produtivo, enquanto o trabalho reprodutivo é colocado como inexistente. Ela questiona como reproduzir essa teoria e a força de trabalho simultaneamente. Com efeito, ao pressupor a desigualdade e relações de poder, o capital se beneficia do ponto de vista econômico dessa opressão de gênero.

Nesta discussão, cabe ainda destacar as contribuições da socióloga Heleieth Saffioti⁴¹⁶, que delineia a força de trabalho feminina no Brasil no início do século XX. Ela assinala que a constituição do sistema capitalista de produção acelerou o processo de destituição da mulher de suas funções diretamente econômicas. Saffiotti (2013) também destaca que a concepção de trabalho feminino como um trabalho subsidiário favoreceu a oferta e a aceitação de salários mais baixos que o masculino.

Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência feminina, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas. Aparentemente, entretanto, as sociedades capitalistas desenvolvidas são aquelas que mais projetam socialmente a mulher e seu trabalho.⁴¹⁷

Assim, o fato da mulher desempenhar as funções pior remuneradas é explicado por ela possuir menor qualificação da força de trabalho, o que não se comprova. Referindo-se à marginalização das mulheres das camadas ligadas à produção de bens e serviços, a autora afirma que sua reduzida capacidade reivindicatória favoreceu um comportamento passivo nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição no mercado de trabalho.

No que se refere ao debate entre raça e classe, podemos fazer um paralelo com o estudo empreendido por Abigail Bakan⁴¹⁸ no texto “Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença”. Nele, a autora propõe a utilização das categorias exploração, alienação e opressão, utilizadas como chave para o diálogo entre o marxismo e as políticas da diferença.

⁴¹⁶ SAFFIOTTI, Heleieth. Força de trabalho feminina. In: **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 129-142.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 130.

⁴¹⁸ BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27, nov. 2016, p. 45-76.

Buscando evidenciar “como a diferença pode ser entendida, para se referir a várias formas de relações sociais conflituosas que ocorrem dentro da totalidade da sociedade capitalista.”⁴¹⁹, ela ressalta a necessidade de compreender tais categorias de forma relacionada, combinadas sem hierarquização entre elas, como também a impossibilidade de seus entendimentos plenos de forma isolada.

Conforme Bakan (2016), o conceito de diferença tem relação com os processos de conflito social disciplinados por uma ordem subjacente. Para ela, cada um dos conceitos (exploração, alienação e opressão), é moldado historicamente de modo específico e interações entre relações subjetivas e condições objetivas, as quais contribuem para a reprodução da totalidade capitalista. Tendo como foco de análise especialmente a diferença racializada, a autora busca estabelecer como esses conceitos teóricos marxistas possibilitam o entendimento da relação entre racismo e capitalismo, “através de uma lente da ‘diferença’, entendida de forma diferente”.⁴²⁰

No que tange a exploração, Bakan (2016) assinala que não é reduzida a uma categoria econômica isolada da alienação e opressão, conforme já citado. Embora a exploração não seja exclusiva do sistema capitalista, contudo, intrínseca de todas as sociedades de classes, ela tem como característica única o impulso para a produção de mercadoria, como motivadora de sua força. Dado que a exploração, na perspectiva de Marx, “é uma relação social que é mediada através do processo de produção, ela interage com vários tipos e formas de diferença humana, o que serve para definir e redefinir certas características humanas”.⁴²¹

Ainda, buscando compreender as formas dinâmicas de diferenciação, Bakan (2016) discorre sobre os conceitos de alienação e opressão. Na perspectiva de Marx, a alienação pode ser compreendida como “um distanciamento da humanidade dos produtos do trabalho humano; do processo de trabalho propriamente dito; de outros seres humanos, onde o antagonismo entre as classes e daquilo que faz os seres humanos únicos”.⁴²² Em outras palavras, trata-se da distância dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A dimensão alienante do processo capitalista de produção, portanto, é fundamental para o entendimento das contradições que atravessam as classes trabalhadoras. Nesse sentido, o racismo⁴²³ pode anuviar uma forma de diferença, a diferença de classe.

⁴¹⁹ BAKAN, 2016, p. 46.

⁴²⁰ Ibid., p. 48.

⁴²¹ Ibid., p.53.

⁴²² Ibid., p.55.

⁴²³ Abigail B. Bakan (2016, p. 70) define o racismo “como um conjunto de ideias e práticas institucionais que atribuem divisões de superioridade/inferioridade de acordo com um conjunto determinado e construído de características biológicas e/ou culturais que são falsamente consideradas como inerentes e permanentes aos

Abigail B. Bakan (2016) avalia que, dentre as várias formas de relação humanas analisadas por Marx, a opressão é a mais incompleta em teorização. Esta, por sua vez, apresenta duas formas distintas: a opressão de classe (a experiência vivida dos explorados) e a opressão específica, “particularmente necessária onde há um fio de unidade entre as classes oprimidas contra o bloco hegemônico”.⁴²⁴ Esta última compreende a opressão das mulheres.

Nessa direção, o tema da precarização do trabalho feminino em diferentes tempos históricos é discutido por Luiza Tonon da Silva⁴²⁵, em seu texto “Classe e trabalho feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras”. Nele, a autora indica que as opressões por sexo, sexualidade, etnia, raça e outros elementos não constituem uma novidade, ainda que modificados e aprimorados pelas relações sociais capitalistas. Indo além, Silva (2018) afirma que:

Sob esse ponto de vista, ao se falar da significativa força de trabalho feminina no capitalismo, esses fatores não podem ser vistos como meras especificidades, ou diferenças em relação a uma classe trabalhadora mais ampla – masculina, mas intrínseca à expressiva parte da classe trabalhadora composta por mulheres. E ainda, como colocado frente à discussão da precariedade, essa apropriação conjunta dos corpos das mulheres e de suas forças de trabalhos se relaciona à condição histórica da desvalorização das trabalhadoras, a quem a precarização sempre foi uma realidade.⁴²⁶

Diante do exposto, importa destacar que a nossa intenção aqui foi fazer uma breve abordagem dessas categorias analíticas que, em suas múltiplas dimensões, se entrecruzam. Afinal, essa discussão teórico-metodológica ajuda-nos a refletir acerca do processo histórico por meio do qual esses marcadores de desigualdades se criam e se perpetuam. Mais do que isto, ajuda-nos a refletir sobre a precariedade vivenciada pelas mulheres comerciárias teresinenses no período recortado nesta Tese.

Em um estudo realizado anteriormente, constatamos que durante o período compreendido entre os anos 1980 e 1990 diversas formas de trabalho consideradas precárias envolvendo as mulheres trabalhadoras no setor do comércio foram registradas na imprensa periódica: demissões não reguladas, discriminação salarial e assédio sexual no trabalho eram denunciados de forma recorrente pela direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina nos

subgrupos humanos”. No que diz respeito ao aspecto ideológico, ela destaca a relação entre racismo e capitalismo. Em sua análise, buscando uma abordagem que contribua para o diálogo entre perspectivas antirracistas, a autora sugere o racismo como uma codificação de alienação, articulada como hegemonia branca e também como uma opressão específica.

⁴²⁴ BAKAN, 2016, p. 62.

⁴²⁵ SILVA, Luiza Tonon da. Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras. **Revista Outubro**, n. 31, p. 153-175, 2º semestre de 2018.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 164-165.

jornais de circulação local e no periódico *Balcão*. Destarte, formas variadas de discriminação, como as demissões devido à gravidez, as arbitrariedades patronais e outras irregularidades nas lojas contribuíram para a falta de estabilidade do emprego feminino e o aumento da precariedade do trabalho das comerciárias. Elas eram vítimas de outros tipos de constrangimentos nos locais de trabalho, tais como: revista íntima, exigência do atestado de esterilidade, não recebimento de comissão e baixos salários.

Conforme as denúncias dos membros do Sindicato apontaram, “o atestado de esterilidade tornou-se praticamente um documento e um pré-requisito para as mulheres que pretendiam trabalhar no comércio”, no final dos anos 1980. Isso porque alguns estabelecimentos estavam pressionando comerciárias grávidas a pedirem demissão, além de exigir a assinatura de um termo de compromisso para não engravidarem ou prova de esterilidade. De acordo com informações disponíveis nos jornais diários teresinenses, nesse período ocorreu um aumento significativo de demissões após a licença maternidade, em razão do dispositivo da Constituição que ampliou o período de descanso de noventa para cento e vinte dias. Como exemplo, em editorial intitulado “Mulher tem muito mais problema no emprego”, publicado em abril de 1988, o jornal *O Dia* noticiou que “de janeiro a março de 1987, o comércio teresinense dispensou 58 mulheres, sendo que no mesmo período de 1988, foram 383 demitidas”⁴²⁷. Os dirigentes comerciários expunham ainda que, até mesmo nas lojas especializadas em artigos femininos, os lojistas estavam dando prioridade aos empregados masculinos.

A luta contra o assédio sexual e a desigualdade salarial frequentes no cotidiano de trabalho das mulheres comerciárias, as quais eram sujeitas a trabalhar fora do expediente e sem o pagamento de hora extra, se tornaram demandas chaves do Sindicato dos Comerciários na década de 1990. Conforme noticiado na imprensa sindical, a entidade atuou organizando manifestações em favor das comerciárias, realizando denúncias na Procuradoria Geral do Trabalho, ações judiciais e a inclusão de cláusulas nas Campanhas Salariais e Convenções Coletivas de questões exclusivas do gênero feminino.

No final dos anos 1990, os dados divulgados no editorial interno do Sindicato dos Comerciários, *Balcão*, revelaram que as mulheres comerciárias chegaram a contabilizar 60% do total da força de trabalho no setor comerciário teresinense, com uma média salarial de 37,5% menor que o dos homens, foram demitidas 1.301 mulheres no comércio e representava 31,4% dos cargos diretivos do Sindicato dos Comerciários.⁴²⁸

⁴²⁷ MULHER tem muito mais problema no emprego. *O Dia*, Teresina, a. XXXVII, n. 8.699, p. 7, 27 abr. 1988.

⁴²⁸ QUEM somos nós. *Balcão*, Teresina, n. 115, p. 2, 04 mar. 1999.

Na análise dos aspectos das relações de trabalho do Brasil, com destaque para a precarização e informalização, no período entre 1970 e 2010, Marcelo Badaró Mattos e Paulo Cruz Terra (2017) destacam o aumento considerável do trabalho feminino, o qual aumentou de 27,4% nos anos 1980 para 32,4% nos anos 1990. Para eles, outra transformação importante nesse período refere-se à distribuição da população ocupada por setor de atividade, visto que, no ano de 1991, o setor terciário (comércio e serviços) passou a concentrar a maior parte, 54,4%. Ainda, segundo os autores, a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil revelou um aumento da participação do trabalho feminino de 39,9% nos anos 2000 para 43,4% em 2010. Com base nesses dados, Mattos e Terra (2017) advertem que “o peso elevado do desemprego nessa década é um fator importante para que compreendamos como o avanço da precarização das relações de trabalho encontrou terreno fértil desde então”.⁴²⁹

Assim como nos anos 1980 e 1990, as diversas formas de trabalho precário vivenciadas pelas mulheres comerciárias teresinenses, tais como a violência, a discriminação e a exploração no comércio, continuaram a ser recorrentes na narrativa da imprensa periódica no início dos anos 2000. Os representantes do Sindicato dos Comerciários utilizaram novamente os jornais de circulação diária na capital e o periódico editado por eles mesmos para denunciar a exploração do trabalho de forma geral e do trabalho feminino de maneira particular, evidenciando os seguintes problemas: salários baixos, intensificação da jornada de trabalho, assédio moral (exigências de metas de venda), assédio sexual, revista íntima, falta de creches, o não cumprimento dos direitos assegurados às gestantes, dentre outros problemas. Diante disso, constatamos que a imprensa sindical buscou fazer de suas páginas um espaço de articulação para as lutas reivindicatórias das comerciárias teresinenses.

Nesse período, a relação entre trabalho e maternidade ainda continuava a ser uma problemática para as trabalhadoras comerciárias. Elas eram geralmente demitidas ou “forçadas” a pedir demissão, quando engravidavam. Reivindicando o direito de autonomia reprodutiva da categoria comerciária feminina, o jornal *Balcão* debateu sobre a questão:

A gravidez torna-se uma das situações mais constrangedoras para as comerciárias. Elas sabem que tem que pagar um preço alto pela felicidade de ser mãe. Tudo por conta do atraso e do desrespeito da maioria dos patrões à maternidade. Como se isso representasse alguma ameaça para eles. O Sindicato recebe diariamente denúncias de comerciárias que sofrem, durante toda a gestação, pressão psicológica nos locais de trabalho numa tentativa delas mesmas pedirem demissão. Como? São transferidas

⁴²⁹ MATTOS, M. B.; TERRA, P. C. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In: MATTOS, M. B.; TERRA, P. & VARELA, R. (Orgs.). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 193-194.

de seção, mudam de função ou simplesmente ficam ociosas, propositadamente, para causar-lhes um constrangimento frente aos colegas e até dos clientes.⁴³⁰

Outra situação que denotava a precariedade do trabalho no setor comerciário teresinense era a demissão motivada pela participação sindical das trabalhadoras comerciárias. A incidência de denúncias referentes a perseguições patronais às dirigentes sindicais levou a entidade a recorrer a Justiça do Trabalho. Como exemplo, podemos citar o caso da comerciária Francisca das Chagas Araújo, demitida de um supermercado por sua participação sindical. Fato esse noticiado por dois jornais: *Balcão* e *O Dia*.

Segundo consta no periódico interno do Sindicato dos Comerciários de Teresina,

Francisca das Chagas já enfrentou várias demissões, segundo ela, por ser sindicalizada. A primeira foi em 1994, quando trabalhava no Supermercado Brasil. Terminou reintegrada no ano seguinte, depois de entrar na Justiça contra a empresa. Após a reintegração, Francisca das Chagas entrou com outra ação judicial para voltar a trabalhar “de fato”. “Na ocasião, fui reintegrada, mas fiquei de castigo, sentada em um canto e olhando todo mundo trabalhar”. No último dia 27, a Justiça deu novamente ganho de causa à comerciária⁴³¹.

Enquanto o *Balcão* noticiou que, após enfrentar uma longa batalha judicial, ela havia sido reintegrada, em editorial intitulado “Dirigente sindical é ameaçada de morte” (figura 8), publicado em dezesseis de março de 2000, o jornal *O Dia* repercutiu a ameaça de morte sofrida por ela através de um telefonema anônimo. Na matéria, Francisca das Chagas alegou que “a pessoa que estava no outro lado da linha disse que tinha alguém do Sindicato que estava tramando contra mim e que tinha recebido muito dinheiro para me matar na própria empresa e incriminar o proprietário”⁴³². Ainda que a referida denúncia tenha sido direcionada aos representantes do Sindicato dos Comerciários, consta na publicação que eles ofereceram auxílio jurídico à comerciária, nos anos em que transcorreram as ações judiciais, e solicitaram a intervenção da Secretaria de Segurança, após a ameaça de morte sofrida por ela, que não se concretizou. Nos anos seguintes, foram registrados na imprensa sindical outros casos de perseguições patronais às dirigentes sindicais empregadas no comércio na capital.⁴³³

⁴³⁰ A LUTA contra a discriminação do comércio. *Balcão*, Teresina, n. 152, p. 1, 08 mar. 2001.

⁴³¹ CASO Chaguinha: Sindicato ganha nova ação na justiça. *Balcão*, Teresina, n. 136, p. 1, 24 fev. 2000.

⁴³² DIRETORA sindical é ameaçada de morte. *O Dia*, Teresina, a. XLIX, n. 12.550, p. 4, 16 mar. 2000.

⁴³³ COMERCIAL Carvalho: trabalhadora é discriminada. *Balcão*, Teresina, n. 165, p. 1, 23 abr. 2002; GRUPO persegue dirigente sindical. *Balcão*, Teresina, n. 199, p. 3, 13 dez. 2005.

Figura 8 – Francisca das Chagas, dirigente sindical, sofre ameaça de morte.



Fonte: DIRETORA sindical é ameaçada de morte. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.550, p. 4, 16 mar. 2000.

No período em análise, novamente identificamos uma série de reportagens denunciando situações de assédio moral, assédio sexual e revista íntima no local de trabalho, envolvendo as mulheres comerciárias. Alguns títulos de publicações demonstram como tais acusações apareceram nos jornais: “Gerente da Pintos pode ser denunciado à Delegacia da Mulher”⁴³⁴; “Assédio sexual na Antares”⁴³⁵; “Sindicato denuncia na Procuradoria Regional do Trabalho revistas em bolsas na *By Express*”⁴³⁶. Logo, verificamos que era recorrente nos editoriais do *Balcão* os destaques dos casos que eram denunciados pelas trabalhadoras à direção do Sindicato dos Comerciários.

Nesse sentido, em fevereiro de 2002, o periódico editado pela entidade comerciária denunciou o caso das funcionárias de um Supermercado na capital que estavam sendo filmadas durante as revistas íntimas e acusadas de furto. Em notícia intitulada “Bompreço na mira da justiça”, o *Balcão* divulgou que:

[...] as funcionárias daquele hipermercado viveram uma cena de terror, chegando ao ponto de denunciar o fato na delegacia do 5º Distrito Policial. Elas garantem que foram levadas para uma sala, onde existia uma câmera colocada de forma estratégica e revistas, além de terem sido obrigadas a abrirem suas bolsas. Uma delas, Ana Valdênia Lopes, 29 anos, casada, afirma que após a vistoria foi levada para a sala de

⁴³⁴ GERENTE da Pintos pode ser denunciado à Delegacia da Mulher. **Balcão**, Teresina, n. 154, p. 1, 24 abr. 2001.

⁴³⁵ ASSÉDIO sexual na Antares. **Balcão**, Teresina, n. 175, p. 2, 27 fev. 2003.

⁴³⁶ SINDICATO denuncia na PRT revistas em bolsas na *By Express*. **Balcão**, Teresina, n. 225, p. 1-3, 22 set. 2010.

segurança, onde foi mantida durante várias horas sendo pressionada pelo chefe de segurança a confessar um suposto furto, entrando em estado de choque ao sair daquele recinto.⁴³⁷

Por seu turno, em editorial intitulado “Funcionárias denunciam constrangimento”, publicado em vinte de abril do mesmo ano, o jornal *Diário do Povo* destacou que os representantes do Supermercado se restringiram a negar tal acusação, alegando que “esse tipo de procedimento não faz parte da ética do grupo, apenas os homens são revistados e que, em relação às mulheres, apenas as bolsas. A suposta filmagem não procede”⁴³⁸. De acordo com informações disponíveis na referida publicação, a diretoria do Sindicato colocou a assessoria jurídica à disposição das funcionárias, que entraram com uma ação contra a empresa por invasão de privacidade, constrangimento ilegal e coação.

Na sede do Sindicato dos Comerciários de Teresina, identificamos também um manifesto de denúncia sobre esse fato assinado pelo diretor Comerciário Cícero Magalhães, à época diretor de imprensa da entidade, informando que tramitava no Congresso Nacional um projeto que previa o fim da revista nos locais de trabalho. No documento, o sindicalista afirmou que “não é a primeira vez que as comerciárias de Teresina são vítimas desse tipo de abuso: de assédio sexual a castigos físicos e torturas psicológicas. Nós já denunciamos de tudo, infelizmente”. Buscando dar visibilidade a atuação sindical dos dirigentes comerciários, Magalhães destacou sua presença em um encontro realizado em Recife, em abril de 2002, com outras lideranças Comerciárias filiadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contraç’s) para discutir os problemas enfrentados pelas trabalhadoras comerciárias nas cidades onde existiam filiais do grupo Hiper Bompreço.

Esse caso é bastante ilustrativo para percebermos as ações que envolveram as situações de violência e abusos por parte dos patrões que desrespeitavam a legislação trabalhista, como também as formas de representação sindical tendo em vista a precariedade do trabalho no comércio teresinense.

Tais problemas levaram o Sindicato a criar um Núcleo de Apoio à Mulher Comerciária, no ano de 2008, cujo objetivo era dar maior proteção às mulheres pertencentes à categoria, sobretudo, no combate à violência doméstica ou da própria maternidade, por meio de assistência jurídica e de constantes protestos em favor da construção de creches na capital. Nas convenções Coletivas de Trabalho observamos que, no período em análise, predominou

⁴³⁷ BOMPREGO na mira da Justiça. **Balcão**, Teresina, n. 165, p. 1, 23 fev. 2002.

⁴³⁸ FUNCIONÁRIAS denunciam constrangimento. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.541, p. 1 e 7, 20 abr. 2002.

as reivindicações atinentes ao auxílio maternidade e auxílio creche e, no ano de 2011, os Comercíarios incluíram na Convenção Coletiva cláusulas de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho.⁴³⁹

Nesse período, o *site* do Sindicato dos Comercíarios divulgou uma denúncia da Contracs-CUT sobre os danos físicos e emocionais causados nas trabalhadoras comerciárias que, em virtude da extensão do horário de trabalho aos domingos e feriados, acabavam enfrentando uma tripla jornada.

Enquanto, de um lado, a imprensa noticia o desempenho econômico cada vez maior do ramo de comércio e serviços, que em 2008 cresceu por volta de 10%, do outro lado, trabalhadores e trabalhadoras experimentam uma sobrecarga cada vez maior, especialmente, as mulheres. “Trabalhar é necessário e gratificante, mas viver somente em função do trabalho é desumano. A categoria comerciária e de serviços, muitas vezes, trabalha em condições desumanas. Além do local de trabalho não oferecer saúde e segurança, do assédio moral e sexual serem parte da rotina, ainda há o trabalho aos domingos e feriados”, salienta Lucilene Binsfeld, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT – Contracs. Lucilene denuncia: “Temos relatos de trabalhadoras que entram em pânico aos sábados e vésperas de feriados, quando a empresa em que trabalham anuncia o funcionamento aos domingos e feriados. [...] Jornada excessiva, desigualdade, distanciamento da família, problemas de saúde causados por condições de trabalho inadequadas e relações humanas perversas no trabalho que geram assédio moral e sexual perseguem as trabalhadoras do ramo de comércio e serviços.”⁴⁴⁰

Tendo em vista isso, a CUT e entidades filiadas promoveram uma campanha unificada pelo fim do trabalho aos domingos e feriados, além da reivindicação pela redução da jornada sem a redução dos salários, pela limitação das horas extras e pelo fim do banco de horas.⁴⁴¹

Nas páginas do *Balcão*, o secretário-geral Gilberto Paixão se manifestou sobre a referida campanha contra a redução dos salários defendida pelo empresariado nacional, com uma forma de enfrentar a crise econômica. De acordo com o dirigente, o Sindicato atuaria junto às entidades nacionais “pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem a redução dos salários, a limitação das horas extras e as políticas de geração de emprego, especialmente para os segmentos mais vulneráveis, a exemplo das mulheres e da população negra”.⁴⁴²

Em sua entrevista, quando indagado sobre quais os trabalhos desenvolvidos no âmbito social durante o período em que esteve à frente da direção do Sindicato dos Comercíarios,

⁴³⁹ MULHERES comerciárias lutam por creches, salários e contra violência. **Balcão**, Teresina, n. 235, p. 1, 05 mar. 2012.

⁴⁴⁰ CONTRACS/CUT denuncia: Trabalhadoras do ramo de comércio e serviços já enfrentam mais do que a tripla jornada. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

⁴⁴¹ REDUÇÃO da jornada sem redução de salários: luta incessante por vida digna. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

⁴⁴² OPORTUNISMO e ganância do empresariado na crise. **Balcão**, Teresina, n. 214, p. 1, 10 jan. 2010.

Gilberto Paixão afirmou que buscou estimular a participação das mulheres nas atividades do Sindicato e nas atividades de formação da CUT. Para ele, a dificuldade decorrente da participação pequena das mulheres nos quadros diretivos da entidade comerciária se explica da seguinte forma:

Inicialmente, nós criamos o setorial de mulher. As mulheres daqui nos deram suporte [...] A CUT e até o nosso partido (PT) discutem muito a questão de cotas, de participação. O nosso problema inicial era trazer as mulheres para dentro do Sindicato, por que era muito problemático, se fosse casada, tinha o marido que não aceitava e, se tivesse filho, por que não tinha tempo de cuidar. E, começamos a pensar uma forma de aproximar as mulheres do movimento social e sindical. Começamos a trabalhar essa lógica de que a mulher tem que participar de tudo.⁴⁴³

Entretanto, apesar de existir representatividade feminina, esta é ainda muito baixa, quando comparada com a quantidade de homens nos cargos diretivos na entidade. Segundo o sindicalista, a porcentagem exigida no estatuto é de 30% (trinta por cento) de mulheres dentro da diretoria, porém esse percentual nunca é atingido. Outro ponto interessante é que a maioria das mulheres que atuam na direção do Sindicato são negras, como afirmado também por outros dirigentes sindicais.⁴⁴⁴

No setor comerciário brasileiro, como constatado pelo DIEESE, em um Boletim do Trabalho no Comércio intitulado “Mulher Comerciária: Trabalho e Família”⁴⁴⁵, publicado em junho de 2010, a mão de obra feminina continuava bastante expressiva, principalmente, quando comparada ao total de mulheres ocupadas nas demais atividades econômicas. Neste contexto, os dados revelaram que, entre as ocupadas no comércio, cerca de 60% das mulheres eram assalariadas. No que se refere às jornadas de trabalho, ainda que tivessem jornadas inferiores à dos homens, a pesquisa apontou a extensão do trabalho aos domingos e feriados no comércio, bem como a permanência no local de trabalho além do horário contratado como problemas comuns enfrentados pelas trabalhadoras comerciárias. Como exemplo, a jornada média semanal das comerciárias ultrapassou a jornada legal (44h) em todas as regiões

⁴⁴³ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. 1 cartão de memória. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁴⁴ Além das entrevistas, tivemos acesso a informações sobre a participação de mulheres nos cargos de direção do Sindicato dos Comerciários, por meio de questionários aplicados a sindicalistas, como Maria do Rosário Assunção, que atua na Secretaria das Mulheres desde 2012, e também fez parte da CUT piauiense, da CUT Nacional e da Contrac’s.

⁴⁴⁵ Tais dados fazem parte da pesquisa resultante do convênio DIEESE/Seade/MTE – FAT, por meio de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no ano de 2009. As pesquisas foram realizadas no Distrito Federal e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e São Paulo. Ver: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Trabalho no Comércio**. Mulher Comerciária: Trabalho e Família, n. 5, jun. 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2010/boletimComercio5Mulher.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

pesquisadas, exceto em Belo Horizonte (43h), com Fortaleza (47h) apresentando a maior jornada.

Outro dado que denotava a desigualdade de gênero no setor comerciário refere-se à remuneração, pois, “quando comparado o rendimento/hora de homens e mulheres no comércio, a mulher, em quatro das seis regiões pesquisadas, ganhava menos do que os homens”⁴⁴⁶. Além disso, a maioria das comerciárias assalariadas eram mães e adultas, com idade entre 25 e 39 anos, constituíam a maior faixa etária. O estudo apontou ainda que, no âmbito sindical, a negociação coletiva era - e continua a ser - um dos principais instrumentos na busca de igualdade de gênero e garantias ao trabalho da mulher.

Acompanhando a tendência observada no cenário nacional, o setor comerciário teresinense apresentou um aumento relativo da participação feminina no comércio com carteira assinada, sobretudo, no período entre 2000 e 2006. Contudo, ao contrário do que encontramos nas fontes do Sindicato (jornal *Balcão*), os dados apresentados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) demonstram a predominância da força de trabalho masculina, apesar do recuo a partir dos anos 2000. Conforme pode ser observado na tabela 5, a seguir.

Tabela 5: Proporção de Vínculos Empregatícios em Teresina no Comércio por Gênero

GÊNERO	1985	1990	1995	2000	2005	2006
Masculino	64,86	68,4	67,32	66,43	64,18	63,41
Feminino	35,14	31,6	32,68	33,57	35,82	36,59
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). **Fundação CEPRO**. In: PIAUÍ, Governo do Estado do. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. Síntese Tabular da Evolução do Emprego Formal no Piauí 1985/2006. Relatório, abril de 2008, p. 90

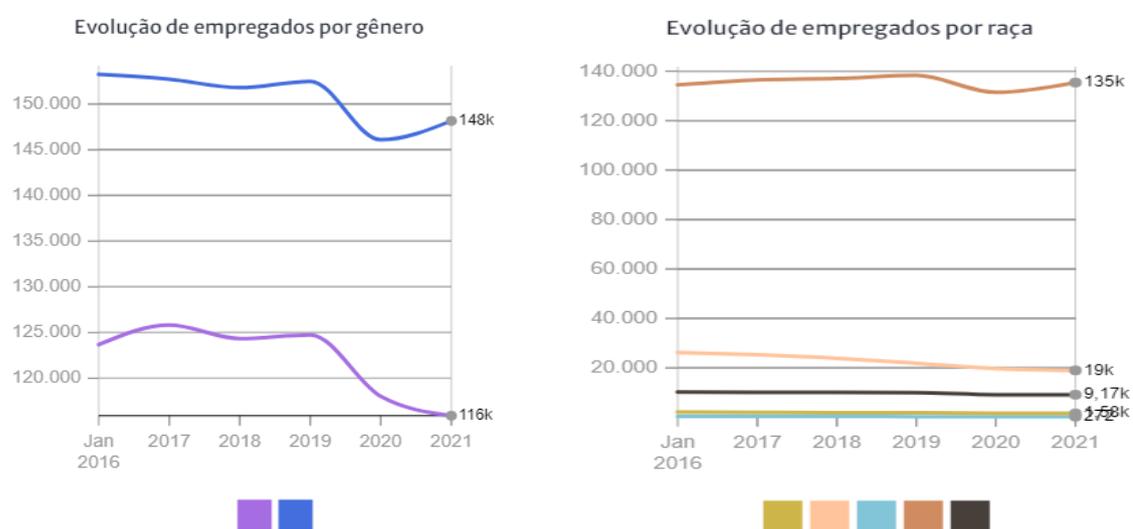
Com base nos dados do DIEESE, sobre a rotatividade no setor do comércio entre os anos de 2007 e 2012, a composição da mão de obra no comércio revela maior equilíbrio entre homens e mulheres, em comparação com os demais setores econômicos. Em 2012, 56,3% da categoria era composta por homens (5.148.328) e 43,7% por mulheres (3.994.351). E, enquanto em 2007 as mulheres correspondiam a 40,3% da categoria, em 2012, representavam 43,7% do total de trabalhadores, apresentando um relativo aumento. No que se refere à faixa

⁴⁴⁶ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Trabalho no Comércio**, Mulher Comerciária: Trabalho e Família, n. 5, jun. 2010, p. 10. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2010/boletimComercio5Mulher.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

etária dos comerciários, o maior percentual de trabalhadores tinha entre 30 e 39 de idade (28,1%), seguida pelos jovens de 18 a 24 anos (26,8%) e em terceiro lugar, aqueles com 25 a 29 anos, correspondiam a 19,8% do total de trabalhadores. Na análise dos dados por raça/cor, 69,4% dos comerciários eram não negros (indígenas, brancos, amarelos e não identificados), em 2012. Verificou-se ainda que, entre 2007 e 2012, houve aumento da participação de negros e pardos no conjunto dos trabalhadores do setor, passando de 31,4% para 35,1%. Por fim, no que tange à escolaridade, mais da metade (59,1%) da categoria possuía ensino médio completo em 2012, aumento significativo em relação a 2007, quando esse percentual era de 49,2%.⁴⁴⁷

No que tange a composição de gênero no setor do comércio de Teresina, nos anos de 2000 e 2010, as trabalhadoras do sexo feminino eram de 7.198 e 16.376, respectivamente. Enquanto os trabalhadores do masculino eram de 14.241 e 27.627, também nessa ordem (BRASIL, 2013). Indicando, assim, que a força de trabalho comerciária na capital continuava majoritariamente masculina.

Figuras 09 e 10: Gráficos sobre a evolução de empregados no comércio de Teresina por gênero e por raça em 2016



[datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionMunOption=geo2211001\\$orsAvailableTrends=se](https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionMunOption=geo2211001$orsAvailableTrends=se)

[datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionMunOption=geo2211001\\$orsAvailableTrends=se](https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionMunOption=geo2211001$orsAvailableTrends=se)

Fonte: Data MPE Brasil Sebrae (Município de Teresina)

⁴⁴⁷ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). A rotatividade no comércio. In: **Rotatividade setorial: dados e diretrizes para a ação sindical**. São Paulo: DIEESE, 2014, p. 85-98.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no ano de 2016, na cidade de Teresina⁴⁴⁸, o indicador de média salarial no Comércio era de R\$1,64. Neste ano, as trabalhadoras do sexo feminino (cor lilás) eram de 123.678, com uma média salarial de R\$ 2.385,84. Já os trabalhadores do sexo masculino (cor azul) eram de 153.244, com uma média salarial de R\$ 2.644,74 (figura 09).

Quanto à faixa etária, os trabalhadores e trabalhadoras do comércio teresinense de 30 a 39 anos constituíam a maior faixa etária, totalizando 86.890 empregados. Na segunda posição, ficaram os empregados de 40 a 49 anos, com um total de 59.215. A menor faixa etária era de 15 a 17, em um total de 817 empregados no comércio.

No que diz respeito à evolução de empregados no Comércio por raça e sua remuneração média, os dados apresentados denotaram a desigualdade no setor da seguinte forma: (cor amarela) amarela - 2.129 empregados com uma remuneração média de R\$ 1685,61; (cor rosa) branca - 26.270 empregados com uma remuneração média de R\$ 2245,52; (cor azul) indígena - 342 empregados com uma remuneração média R\$1408,64; (cor marrom) parda - 134.416 empregados com uma remuneração média R\$ 1613,24 e (cor preta) preta - 10.184 empregados com uma remuneração média de R\$ 1537,72 (figura 10).

Em seu relato, o dirigente sindical Gilberto Paixão destacou que no período em que ocupou o cargo de vereador manteve uma proximidade com a Secretaria das Mulheres do Sindicato dos Comerciários de Teresina. Com isso, as principais ações voltadas para as mulheres comerciárias foram relativas à proposição de Audiências Públicas na Câmara Municipal de Teresina, em que denunciou a discriminação de gênero e racial, assédio sexual, assédio moral e outros tipos de violências sofridas pela categoria feminina, chegando, inclusive, debater a questão do feminicídio no Parlamento. Ainda, segundo o sindicalista outra bandeira de luta importante foi a cobrança direcionada ao prefeito da cidade à época, Firmino Filho, da instalação de uma creche para as mães comerciárias no Centro de Teresina, tendo esta sido concretizada no ano de 2016.

⁴⁴⁸ Os dados apresentados nesta página sobre o perfil dos trabalhadores comerciários de Teresina (média salarial, empregados por sexo e raça e faixa etária) referentes ao ano de 2016 foram extraídos da página da Data MPE Brasil sobre o referido Município. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionµMunOption=geo2211001§orsAvailableTrends=sector3&yearCompanySize=year2016&yearsDiversity=year2016&categoryOccupationEvolution=raceOption>. Acesso em 10 mai. 2023.

CAPÍTULO 4

GREVES, PARALISAÇÕES E CAMPANHAS SALARIAIS: EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NO SINDICALISMO COMERCIÁRIO DE TERESINA

Neste capítulo analisamos a experiência sindical e política dos Comerciários de Teresina em torno de suas ações coletivas: campanhas salariais, paralisações, piquetes e greves no período em estudo. A dinâmica dos movimentos grevistas, especialmente, foi a nossa questão central de discussão. Tais ações foram amplamente debatidas na imprensa escrita (jornais diários de circulação local *O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte*) e na imprensa sindical (periódico *Balcão*), fontes que privilegiamos na construção do presente capítulo. Deste modo, a partir da análise das matérias publicadas nestes jornais, analisamos o “embate discursivo” no intento de identificar as semelhanças e as diferenças de abordagens, assim como o rumo das greves definido em cada periódico.

4.1. Comerciários em ação: discutindo a questão das greves

Partindo do diálogo com a bibliografia que trata das greves, tomamos como referência inicial alguns estudiosos do tema: Eduardo Noronha⁴⁴⁹, Marcel van der Linden⁴⁵⁰ e Leôncio Martins Rodrigues⁴⁵¹, os quais discutem sua definição e características a partir de diferentes perspectivas. A nossa análise acerca das ações sindicais grevistas dos Comerciários de Teresina está fundamentada na discussão proposta por estes autores, tendo como referência também os estudos de Patrícia Vieira Trópia (1994; 2015) sobre as experiências de greves dos Comerciários de São Paulo e de Uberlândia.

A própria definição de greve, comumente entendida como uma ação coletiva e importante instrumento de luta dos trabalhadores, pode nos levar a uma longa discussão. Como indica Eduardo Noronha (1991), “no seu conjunto, as greves dificilmente contêm

⁴⁴⁹ NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 95-135.

⁴⁵⁰ LINDEN, Marcel van der. Greves. In: **Trabalhadores do Mundo: ensaios em direção a uma história global do trabalho**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p. 195-232.

⁴⁵¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. Greves, dessindicalização e poder sindical. In: **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002, p.119-158.

apenas um significado. No Brasil elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político”⁴⁵². Ele destaca que, de modo geral, suas pautas expressam demandas relativas ao mundo do trabalho e a defesa de interesses de categorias específicas, concentrando-se em temas salariais e condições de trabalho. Ainda segundo o autor, as paralisações que apresentaram reivindicações políticas foram raras no Brasil, não obstante os conflitos grevistas estivessem notoriamente marcados pelos principais momentos políticos da década de 1980, período contemplado no seu estudo.

Dentro de uma perspectiva histórica global, Marcel van der Linden (2013) desenvolveu, em um dos capítulos da obra “Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho”, uma análise sobre as greves. Ele afirma que os conflitos grevistas denotam uma forte pressão exercida mediante uma paralisação coletiva do trabalho. Além disso, conforme aponta o autor, “as greves podem ser definidas como formas de luta, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e\ ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e\ou de outros”⁴⁵³. Trata-se, portanto, de uma definição mais ampla.

No que tange o curso das greves, Linden (2013) pontua que estas geralmente se desenrolam em quatro estágios lógicos. Primeiramente, trata-se da mobilização e a preparação da greve. Com isso, os empregados param de trabalhar. Em seguida, tem-se a continuação do movimento por um período breve ou longo. Por último, o conflito chega ao fim e, independentemente do resultado, segue-se a desmobilização. Para o historiador, tanto as influências subjetivas (culturais e psicológicas) quanto os fatores materiais (financeiros e organizacionais), mesmo que nem sempre sejam fáceis de distinguir, são importantes em cada um desses estágios.

Por seu turno, a motivação subjetiva para organizar e participar de uma greve implica a combinação de três critérios: os problemas, o estopim e as reivindicações. Os problemas estão relacionados com a insatisfação dos empregados, podendo ter diversas causas. Já o estopim refere-se a acontecimento(s) específico(s) que afetam os trabalhadores. Por fim, as reivindicações, “direcionadas à direção da empresa ou uma associação de empregados, e também às autoridades públicas”⁴⁵⁴, são fulcrais para que uma greve se enquadre na definição mencionada acima (LINDEN, 2013).

⁴⁵² NORONHA, 1991, p. 96.

⁴⁵³ LINDEN, 2013, p. 203.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 208.

Outro aspecto importante para entendermos as greves, de acordo com o historiador holandês, é compreender que a capacidade dos trabalhadores de forçarem os empregadores a fazer concessões depende de uma série de fatores. Dentre os diversos elementos elencados por ele, destacamos: as “*relações com o público em geral*”, incluindo os meios de comunicação de massa, no sentido de obter um apoio para intensificar as pressões sobre o adversário; as “*relações com as autoridades públicas*”, considerando a maneira como estes encaram a greve resulta de processos de aprendizagem discordantes; e “*a liderança da greve*”, na qual o historiador argumenta que nem todas as greves apresentam líderes nitidamente identificáveis, bem como a necessidade de porta-vozes para representar os trabalhadores nas negociações com o empregador e as autoridades públicas.

A eficácia de uma greve, portanto, não depende apenas das pressões imediatas colocadas sobre o empregador pelos grevistas, mas também de até que ponto outros atores sociais importantes – o Estado, outros capitalistas, os meios de comunicação, os partidos políticos, a população em geral e os consumidores – contribuem para essas pressões em razão da perturbação causada pela greve em todo o sistema econômico.⁴⁵⁵

Tendo isso em vista, importa ressaltar que nosso estudo voltado para os movimentos grevistas dos Comerciários de Teresina tratou das relações entre este Sindicato e a opinião pública, no sentido de avaliar se a entidade conseguiu mobilizar a imprensa local em torno de suas campanhas e reivindicações. Isso nos ajudou a compreender as estratégias de luta, a pressão exercida sobre a classe patronal, a interlocução junto ao Estado durante as greves e outras ações sindicais empreendidas pelos representantes do Sindicato dos Comerciários. Ademais, a relevância dessa discussão parte da postura frente às negociações coletivas que as lideranças sindicais assumiram no período em que acumularam cargos na central cutista e no Partido dos Trabalhadores.

Ainda sobre o sentido das greves, uma proposta de reflexão sociológica sobre a articulação das relações objetivas que as situam no campo de lutas, sob a forma tríade “patrão-empregado-Estado” e suas diferentes formas concretas, pode ser encontrada em Pierre Bourdieu⁴⁵⁶. Evidenciando o problema do grau de unificação deste campo, “colocado diretamente pela noção de greve geral”, o sociólogo aborda quais são os fatores desta unificação, diferenciando-os a partir de “fatores econômicos e fatores propriamente políticos,

⁴⁵⁵ LINDEN, 2013, p. 225.

⁴⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 263-275.

a saber, a existência de um aparelho de mobilização (sindicatos)”⁴⁵⁷. Para ele, é importante observar como esse campo de lutas funciona em cada caso.

A análise de Bourdieu (1983) tem como pano de fundo a problematização dos fatores determinantes da estrutura da relação de forças. Desta forma,

[...] quando se fala das relações do Estado, do patronato e dos operários não é totalmente legítimo opor a verdade objetiva desta relação (o Estado e o patronato são dependentes ou não, são aliados ou o Estado exerce uma função de árbitro?) à verdade subjetiva do ponto de vista da classe operária (consciência de classe ou falsa consciência): o fato de que o Estado seja visto como autônomo (“nosso Estado”, “nossa República”) é um fator objetivo.⁴⁵⁸

Logo, o sociólogo francês propõe uma análise atenta para interpretar a posição e as relações estabelecidas entre o Estado, os patrões e os trabalhadores, no que diz respeito às ações grevistas. Sobre esses tipos de conflitos, outras questões problematizadas por ele referem-se a definição dos seus objetos de disputas e os meios legítimos a serem empregados. Além disso, ao indagar em que consiste a definição de reivindicação legítima, o autor ressalta a importância de considerar a estrutura do sistema de reivindicações e dos instrumentos de lutas, ou seja, não se pode analisar um determinado tipo de reivindicação ou forma de luta de maneira isolada.

No que tange os fatores da força dos antagonistas ao se confrontarem, Bourdieu (1983) defende que “suas estratégias dependerão a cada momento, pelo menos em parte, da força que eles dispõem objetivamente nas relações de força (estrutura), isto é, da força que adquiriram e acumularam através das lutas anteriores (história)”⁴⁵⁹. Para ele, no caso dos trabalhadores, além da força física e violência simbólica, a greve é o principal instrumento de luta. Ademais, a mobilização coletiva depende “pelo menos em parte da existência de um aparelho (sindical) capaz de desempenhar as funções de expressão, de mobilização, de organização e de representação”⁴⁶⁰. Por sua vez, no caso dos empregadores, o sociólogo considera importante analisar a representação que estes têm da luta do trabalho e de seus objetivos, assim como as relações que mantêm com o Estado.

Pierre Bourdieu (1983) finalmente avalia a importância de estabelecer os fatores próprios para reforçar ou enfraquecer a ação dos fatores determinantes da estrutura da relação de forças. A título de exemplo, menciona a conjuntura econômica e, em particular, o grau de

⁴⁵⁷ BOURDIEU, 1983, p. 264.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 267.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 270.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 272.

tensão no mercado de trabalho; a situação política e a repressão; a experiência de lutas anteriores; o grau de homogeneidade ou heterogeneidade da classe operária; as condições de trabalho, dentre outros. Ele conclui que “em cada conjuntura histórica, é o conjunto destes fatores (que por sinal não são independentes) que varia, definindo o estado da relação de forças e através disto, as estratégias que visam transformá-lo”.⁴⁶¹

Nessa perspectiva, por meio da análise sobre as taxas de sindicalização e poder sindical apresentada no capítulo intitulado “Greves, dessindicalização e poder sindical” na obra “Destino do Sindicalismo”, Leôncio Martins Rodrigues (2002) debruçou-se sobre as greves em diversos países europeus. O autor entende o poder sindical como a capacidade de as elites sindicais imporem, vetarem e modificarem decisões que partam do Governo, das empresas ou de outras elites. Ele afirma que a taxa de sindicalização só tem interesse político na medida em que se relaciona com a força do sindicalismo.

Conforme Rodrigues (2002), o poder sindical se expressa por duas vias: a política e a econômica. Através da primeira, os sindicatos podem aumentar ou diminuir as pretensões eleitorais dos políticos e partidos, influenciando na escolha dos governantes; e pela segunda, podem atingir o lucro das empresas, paralisar atividades governamentais e o desempenho da economia nacional. Para o sociólogo, ainda que a atenção dos sindicatos esteja voltada para a política, é a segunda via que constitui a paralisação ou ameaça de paralisação, instrumento típico de pressão do sindicalismo e dos trabalhadores.

Destarte, ao propor uma correlação entre os níveis de sindicalização, o poder sindical e a ocorrência de greves, Leôncio Rodrigues (2002) afirma que “a greve pode ser considerada, de modo mais sociológico e menos ideológico, como manifestação de conflitos de interesses, que pode ser mais aguda ou menos aguda, sem que pressuponha, inevitavelmente, uma oposição irreconciliável entre o Capital e o Trabalho”⁴⁶².

A análise crítica acerca dos movimentos grevistas dos Comerciários que propomos nesse estudo vai de encontro com a abordagem feita pelo referido autor, o qual analisa até que ponto a dessindicalização tende a reduzir as taxas de greves e, por conseguinte, o poder sindical, tanto no plano político quanto no plano econômico. No que se refere ao aspecto político, o sociólogo brasileiro alerta que a redução do número de associados claramente diminui a legitimidade das lideranças sindicais nas transações políticas com os partidos e Governos, na medida em que não teriam legitimidade para falar em nome de um conjunto

⁴⁶¹ BOURDIEU, 1983, p. 275.

⁴⁶² RODRIGUES, 2002, p. 120.

amplo de trabalhadores. Também, a pequena quantidade de filiados significa que o Sindicato possui menos recursos financeiros para o financiamento de partidos e campanhas eleitorais.

Segundo Rodrigues (2002), há dois pontos interligados, em face do fenômeno das quedas dos números de filiação sindicais: o das relações entre sindicalização e poder sindical e poder das classes trabalhadoras; e o das relações entre taxas de sindicalização e conflito, em sua maioria, expresso em paralisações do trabalho. Desta forma,

Para a temática do poder sindical, em relação às taxas de sindicalização, o exame da curva de greves permite uma apreciação dos efeitos das quedas nas taxas de sindicalização sobre a força do sindicalismo. Se os sindicatos nunca pudessem fazer greves, o poder das lideranças sindicais ficaria consideravelmente rebaixado. Desse modo, uma queda na evolução das taxas de greve pode ser tomada também como um indicador do declínio do sindicalismo nas sociedades globalizadas. Se mais não for – considerando que na maior parte dos casos as paralisações não são decididas pelos trabalhadores autonomamente mas pelos sindicatos – a diminuição da curva de greves é um indicador da redução do espaço ocupado pelas lideranças sindicais na vida política.⁴⁶³

Destacamos, no trecho acima, a observação feita por Leôncio Rodrigues (2002) de que o exame da curva de greves pode dar indicações sobre as estratégias do movimento sindical, principalmente, no que se refere ao poder das direções sindicais e sua inserção no espaço político. Em nosso estudo sobre os Comerciários de Teresina, também buscamos analisar essa relação.

Portanto, concordamos com os autores elencados sobre a importância da análise das ações grevistas, visto que nos oferece elementos para a avaliação dos números de conflitos no interior da sociedade, das disposições dos trabalhadores em relação à economia e à política, bem como para compreender as características das organizações sindicais.

A discussão sobre greves, que é bastante ampla, nesse capítulo foi voltada para a classe comerciária, um tema já discutido anteriormente. Na década de 1990, Patrícia Vieira Trópia⁴⁶⁴, em sua Dissertação de Mestrado, desenvolveu uma análise sobre a prática e as orientações dos Comerciários de São Paulo no plano sindical. Ela aponta a rejeição da classe comerciária à greve como forma de luta. No seu estudo, Trópia (1994) reflete que: “no Brasil, a prática sindical comerciária tem se caracterizado senão por uma ausência quase absoluta, mas por uma tímida ação grevista isolada no tempo e no espaço”.⁴⁶⁵

⁴⁶³ RODRIGUES, 2002, p. 127-128.

⁴⁶⁴ TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical**: o caso dos comerciários de São Paulo. 1994. 187 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 43.

A autora destaca que os trabalhadores comerciários constituem um grupo heterogêneo, uma vez que existem variadas situações de trabalho quanto ao tipo de remuneração, qualificação das tarefas e ao tipo de estabelecimento em que trabalham. Tais aspectos permitem evidenciar o prevaletimento da ideologia de parcela dominante dos comerciários. Ademais, o padrão dominante de pequenas lojas produz um efeito de isolamento entre os comerciários, na proporção em que coloca o patrão em contato direto com o empregado, dificultando uma identificação coletiva entre os funcionários. Somado a isso, a concorrência, derivada do salário por comissão, isola o comerciário e neutraliza a característica de solidariedade presente no sindicalismo (TRÓPIA, 1994).

Por meio de entrevistas realizadas com comerciários sindicalizados de São Paulo, a autora supracitada constatou que a ideologia dominante entre eles é a da ascensão social pelo trabalho e a do individualismo pequeno-burguês. Afinal, mesmo sendo assalariados e, como tal, explorados pelo capital, os comerciários imaginam-se trabalhadores autônomos e responsáveis por uma atividade que requer qualificações para o êxito do comércio, a chamada “arte de venda”, sentindo-se responsáveis pelo sucesso do estabelecimento em que trabalham. Com efeito, para Trópia (1994), a rejeição à luta grevista, à luta reivindicatória e ao próprio sindicalismo reforça este comportamento de autônomos dos comerciários.

Ao analisar as greves dos comerciários de São Paulo, a autora argumenta que o tipo de greve predominante no setor do comércio, a greve por empresa, dificulta o seu poder de barganha. Além disso, neste setor, destacam-se as paralisações em supermercados, hipermercados e grandes magazines, que possuem potencial reivindicatório maior. Outro aspecto importante destacado por Trópia (1994) é a relativa ausência das direções sindicais nas paralisações. Ela chama atenção ainda para o fato de que o apoliticismo dominante e a filiação dos Comerciários às centrais sindicais de direita refletem uma orientação anti-reivindicatória e anti-grevista.

No caso teresinense, ainda que houvesse a presença das lideranças sindicais nas lutas coletivas e a filiação a uma central e partido político de esquerda, igualmente constatamos um pequeno número de greves organizadas pela direção do Sindicato dos Comerciários. Com base na análise das fontes, identificamos ao menos duas greves de grande proporção, ocorridas nos anos de 2011 e 2014. Estas foram acompanhadas de dissídio e campanhas salariais, mobilizaram a imprensa local e sindical, que repercutiu em suas matérias os protestos nas ruas, o enfrentamento a repressão policial e a paralisação do comércio na capital por vários dias. No ano de 2016, houve apenas uma ameaça de greve que não se concretizou.

Patrícia Vieira Trópia⁴⁶⁶, em outro trabalho sobre as greves dos Comerciários, empenhou-se em analisar duas experiências de mobilização e luta sindical no setor do comércio na França e no Brasil, no contexto do capitalismo contemporâneo. A autora elegeu como objeto de análise, no caso francês, a inédita ocupação das lojas *Virgin* (Paris) pelos trabalhadores e, no caso brasileiro, a greve dos funcionários da *B2W* (Uberlândia), especializada na distribuição de produtos vendidos via *e-commerce*, ambas ocorridas no ano de 2013. Buscando evidenciar “o conflito entre capital e trabalho, a revolta acumulada dos trabalhadores diante de situações de trabalho precárias, de opressão e de adoecimento, a emergência de militantes na base e, finalmente, que tradicionais formas de luta do movimento operário passam a fazer parte do repertório dos comerciários”.⁴⁶⁷, a autora avalia que existem coerências e inter-relações entre as duas experiências de mobilização, embora suas conjunturas, estruturas sindicais e as formas de posicionamento dos militantes sindicais sejam diferentes.

Em sua análise, ancorada nas denúncias da imprensa sindical e entrevistas realizadas durante pesquisas de campo, Trópia (2015) contextualiza o cenário de crise econômica na Europa; sobretudo, do setor de bens culturais na França, que resultou no fechamento das lojas *Virgin*, demissões em massa e, por conseguinte, a deflagração da greve de seus funcionários. A mobilização dos trabalhadores comerciários, segundo ela, contou com a participação de militantes sindicais e de partidos políticos de esquerda, além de uma série de ações: fundação de uma intersindical, passeatas, assembleias, greves por loja, paralisações e, por fim, a ocupação da loja em diversas cidades francesas durante dez dias. Apesar de reconhecer que a ação sindical dos trabalhadores no comércio francês é caracterizada por uma fraca mobilização e por um número pequeno de greves, por meio do diálogo com pesquisadores europeus da temática, a autora refuta as análises que defendem um contexto de “deserto sindical” na França.

No caso brasileiro, Patrícia Trópia (2015) analisou a greve deflagrada pelos comerciários da empresa *B2W*, na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Mesmo que houvesse uma rejeição a prática grevista, embora legítima, como forma de resistência coletiva por parte da categoria comerciária, a autora declara que “o improvável não é impossível e em

⁴⁶⁶ TRÓPIA, Patrícia Vieira. “*Antes que fechem as lojas... é necessário ocupá-las*”: sindicalismo e formas de resistência no setor do comércio no capitalismo contemporâneo. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: ANPOCS, 2015. v. 1. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt41/9836-antes-que-fecham-as-lojas-e-necessario-ocupa-las-sindicalismo-e-formas-de-resistencia-no-setor-do-comercio-no-capitalismo-contemporaneo/file>. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴⁶⁷ TRÓPIA, 2015, p. 24.

um cenário de internacionalização do capital comercial, intensificação da exploração do trabalho, baixos salários e poucos benefícios é deflagrada, em novembro de 2013, a greve da empresa *B2W*⁴⁶⁸. Por meio de uma pesquisa que traçou o perfil socioeconômico, político e ideológico dos trabalhadores no comércio daquela cidade, ela constatou que os diversos problemas vivenciados no cotidiano de trabalho da categoria estavam relacionados a condições precárias de trabalho, longas jornadas, baixos salários, alta rotatividade, assédio moral e irregularidades na carteira de trabalho.

Ainda segundo a autora, o movimento organizado por trabalhadores de base da empresa durou dois dias e foi antecipado por diversas tentativas de negociação, convocações de assembleias e piquetes. Ademais, teve o apoio do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Uberlândia e Araguari (SECUA), filiado à CUT, embora suas lideranças quase não tivessem experiência grevista anterior. De acordo com Trópia (2015), os comerciários de Uberlândia tiveram parte de suas reivindicações atendidas, após o fim da greve. Ela chama atenção para o fato de que, ainda que a mobilização tenha emergido dos funcionários da *B2W*, os dirigentes do SECUA se sobressaíram na articulação e negociação do movimento. Em contrapartida, reconhece a fragilidade da organização sindical no local de trabalho e o distanciamento entre os Sindicatos e os trabalhadores de base no setor comerciário.

Sobre as mobilizações grevistas dos Comerciários, a autora, mais uma vez, assevera que:

No Brasil, as greves de comerciários são numericamente raras, quando comparadas às greves operárias, de trabalhadores do setor público e de classes médias. A presença sindical no setor é relativamente frágil e as taxas de sindicalização representam menos da metade da média nacional. Entretanto, no setor de super e hipermercados, nas grandes redes comerciais e nos centros de distribuição têm emergido algumas ações de resistência e inéditas mobilizações.⁴⁶⁹

Na direção apontada por Trópia (2015), buscamos os registros das greves no setor do comércio produzidos pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) vinculado ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), verificando que, no período entre 2004 e 2007, houve uma variação entre nenhuma ou apenas uma greve, em cada ano, no setor comerciário do País. Nos anos de 2007 e 2008, por exemplo, a entidade apontou a inexistência de registro de greves no comércio⁴⁷⁰. No biênio 2009-2010, foi

⁴⁶⁸ TRÓPIA, 2015, p. 20.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 2.

⁴⁷⁰ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2007. *Estudos e Pesquisas*, p. 23. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007/estPesq41Greves2007.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023;

registrada somente uma greve (zero em 2009 e uma em 2010), que continha reivindicações de caráter propositivo e defensivo, ou seja, de manutenção de condições vigentes e contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação⁴⁷¹. Já nos anos de 2011 e 2012 houve um aumento para três e cinco greves, respectivamente, motivadas por denúncias de más condições de trabalho e protestos contra o atraso no pagamento dos salários.⁴⁷²

Tomando como foco de análise o período que estamos analisando, entre os anos de 2000 a 2016, ao observarmos o Gráfico dos Trinta anos de Greves no Brasil, de 1984 a 2013. (figura 11), na página seguinte, no qual o DIEESE apresenta um panorama dos trinta anos de greves no Brasil, percebemos que, entre as décadas de 2000 e 2010, inicialmente ocorreu um declínio e, a partir do ano de 2002, uma relativa estabilidade das greves na esfera privada.

Ainda observando o referido Gráfico (figura 11), constatamos que, entre os anos de 2011 e 2013, as greves na esfera privada tiveram um crescimento substantivo e, conseqüentemente, as greves dos setores de serviços, mais especificamente do setor do comércio, ganharam relevância.

Isso porque, considerando que não é tradicionalmente mobilizado, constatamos uma mudança no panorama da atividade grevista do setor comerciário no ano de 2013, tendo em vista que o DIEESE registrou um salto expressivo para dezesseis greves. Excepcionalmente, neste ano, houve um crescimento numérico de movimentos grevistas de outras diferentes categorias. No ano de 2016⁴⁷³, porém, foram registradas somente três greves no setor do comércio.⁴⁷⁴

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2008. **Estudos e Pesquisas**, n. 45, jul. 2009, p. 18. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

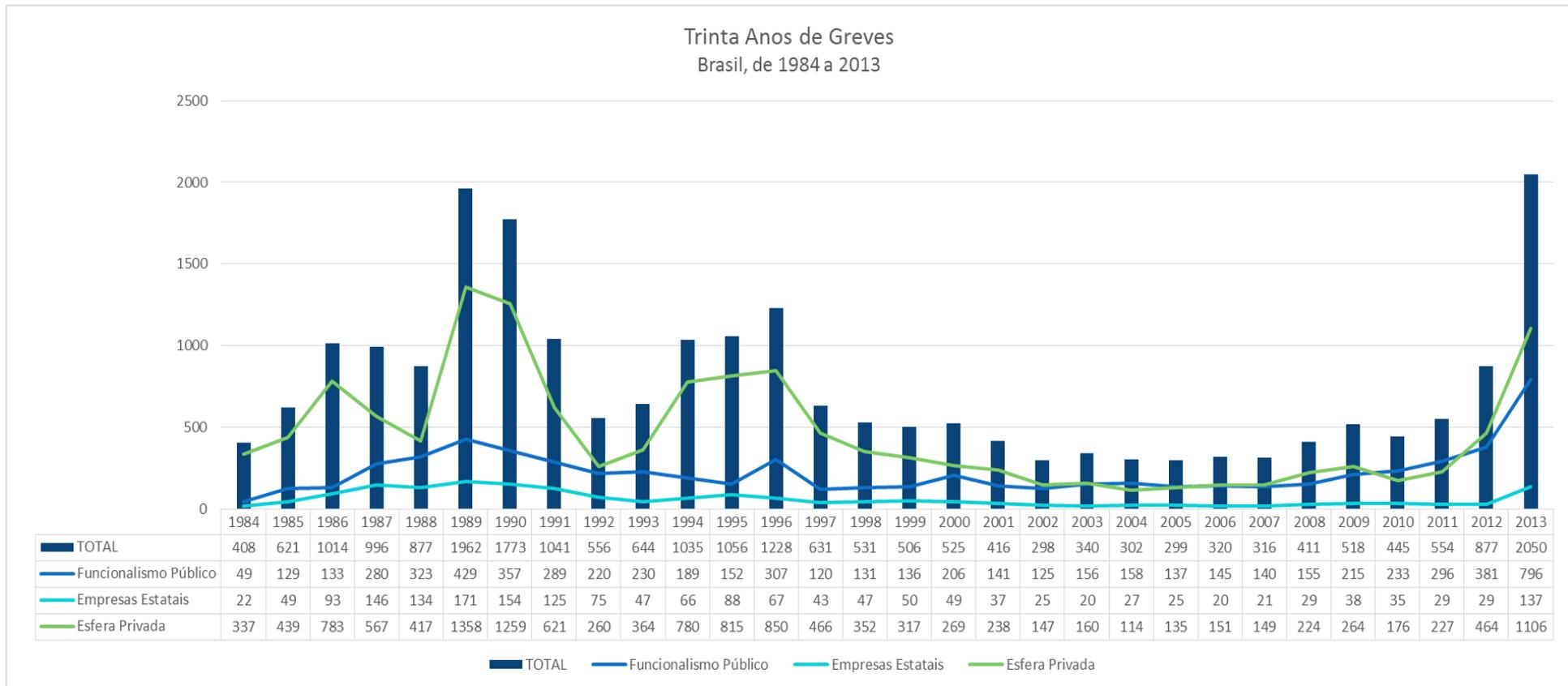
⁴⁷¹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2009 e 2010. **Estudos e Pesquisas**, n.60, abri. 2012, p. 11. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010/estPesq60balGreves20092010.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴⁷² DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2010-2011. **Estudos e Pesquisas**, n.63, nov. 2012, p. 16. Disponível em: https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.pdf. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴⁷³ Não encontramos os dados das greves deflagradas no setor do comércio nos anos de 2014 e 2015 no Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE. Como veremos adiante, uma das greves no setor comerciário teresinense que analisamos ocorreu no ano de 2014, paralisando as atividades do comércio por 26 dias.

⁴⁷⁴ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves de 2016. **Estudos e Pesquisas**, n. 84, ago. 2017, p. 21. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Figura 11 – Gráfico dos Trinta anos de Greves no Brasil, de 1984 a 2013.



Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2013. *Estudos e Pesquisas*, n. 79, dez. 2015, p. 42

Ainda, no que diz respeito ao setor a que estamos nos referindo, segundo os dados divulgados pelo DIEESE, outros aspectos importantes acerca das greves deflagradas nesse período foram: a presença de itens defensivos nas pautas de reivindicações, sendo as principais demandas relativas à exigência de pagamento de salários atrasados, alimentação, reajuste salarial, condições de trabalho (pagamento de horas extras, não flexibilização da jornada de trabalho, fim do desvio de função e do assédio moral) e assistência médica; aumento na participação de greves mais curtas (paralisações de advertência).⁴⁷⁵

Nesse sentido, nosso estudo sobre as greves do sindicalismo comerciário de Teresina está fundamentado nos dados apresentados pelo DIEESE. De acordo com a entidade de pesquisa, no ano de 2011, no setor do comércio, as mobilizações grevistas foram voltadas para denunciar as precárias condições de trabalho, com uma queda na frequência das reivindicações relativas a reajuste salarial, auxílio alimentação e o aumento dos protestos contra o atraso no pagamento dos salários (DIEESE, 2012). Já entre 2012 e 2013, as demandas referentes ao pagamento de salários atrasados, alimentação e reajustes salariais tornaram-se as reivindicações mais comuns desse setor (DIEESE, 2015).

4.2. Com notícias e relatos se conta a dinâmica das mobilizações dos Comerciários de Teresina

4.2.1. Contextualizando o movimento grevista nos governos do Partido dos Trabalhadores

Estudiosos do movimento sindical apontam uma retomada da luta grevista no Brasil durante os governos petistas de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016)⁴⁷⁶. Em seu estudo sobre as greves, Paula Marcelino (2017) afirma que o contexto de recuperação da luta sindical por meio de greves é mais perceptível quando comparado com a década de 1990, período de refluxo da atividade grevista. Para ela, tal recuperação “deve ser atribuída às mudanças na conjuntura econômica, política e ideológica do país e, em alguma

⁴⁷⁵ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das greves em 2013. **Estudos e Pesquisas**, n. 79, dez. 2015, p. 40. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴⁷⁶ BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, ago. 2010; MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 201-227, dez. 2017.

medida, à experiência das direções sindicais em relação às ações possíveis a partir do próprio processo de reestruturação produtiva”.⁴⁷⁷

Outrossim, tendo como pano de fundo a mobilização grevista, Armando Boito Jr. e Paula Marcelino (2010), analisam a situação do movimento sindical no Brasil na década de 2000. De acordo com os autores, os principais elementos que caracterizaram o perfil deste tipo de mobilização durante o ciclo 2004-2008 são: o número de greves e grevistas manteve-se em um patamar elevado; aumento das greves ofensivas (por novas conquistas ou ampliação das já asseguradas) e, por conseguinte, a redução das greves defensivas (por defesa da manutenção de condições de trabalho vigentes e contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação); os trabalhadores lograram êxito na maioria dos conflitos grevistas, visto que tiveram suas reivindicações atendidas parcial ou totalmente; os reajustes salariais também apresentaram uma melhora; amplitude das greves e dos métodos de luta mais agressivos; com exceção do ano de 2008, ocorreram mais greves no setor público do que no setor privado (BOITO JR. e MARCELINO, 2010).

De acordo com Paula Marcelino (2017), no período compreendido entre 2004 e 2013, o Brasil viveu um ciclo grevista específico, de greves com características próprias, sendo a principal delas o seu caráter ofensivo, em que as reivindicações por melhores salários e ampliação de benefícios trabalhistas estiveram na pauta e foram exitosas no geral. Outro aspecto evidenciado por ela refere-se à estabilidade crescente no número de greves e a aproximação entre as esferas públicas e privadas nesse período. Portanto, a autora assevera que:

Os dados sobre as greves nos trazem elementos para compreender por que o sindicalismo, desde o final do segundo mandato de Lula, foi uma força de apoio importante para os governos Lula e Dilma. A conjuntura era mais propícia para a luta sindical do que o era no período anterior. Realizar greves não significava, ao contrário do que se pode intuir primeiramente e do que defendem algumas teses, necessariamente, oposição ao governo. O revigoramento da reivindicação de caráter econômico durante a década que vai de 2004 a 2013 por meio das greves, está associado, na nossa compreensão, com apoio do movimento sindical aos governos neodesenvolvimentistas.⁴⁷⁸

Isto posto, os dados sobre as greves referentes a reajustes salariais, número de grevistas, número de horas paradas, distribuição de grevistas nas esferas públicas e privadas, assim como os tipos de reivindicações presentes nesse tipo de conflito são importantes para caracterizar a existência de um ciclo grevista no período dos governos do Partido dos

⁴⁷⁷ MARCELINO, 2017, p. 204.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 213-214.

Trabalhadores. Ademais, segundo Paula Marcelino (2017), tais aspectos ajudam entender a melhora das condições do mercado de trabalho e de luta dos trabalhadores sindicalizados. A referida autora observa ainda que, entre os anos 2011 e 2013, ocorreu um salto substantivo do número de greves. Ela salienta que, neste último ano, houve um aumento do número de atividades grevistas de categorias frágeis do ponto de vista da mobilização sindical. Como vimos, os Comerciantes foi um dos setores que apresentou um salto de três e de cinco greves em 2011 e 2012, respectivamente, para dezesseis no ano de 2013.

Avançando na discussão, Paula Marcelino (2017) coloca em evidência a proximidade entre as administrações petistas e o movimento sindical, tendo em vista o apoio recebido de grande parte das centrais sindicais e a presença de pessoas oriundas dos sindicatos na cena política. Sobre as greves, frisa que grande parte delas foram realizadas por setores próximos aos governos. Diante disso, ela sustenta que as greves e a luta por melhores salários não são um indicador seguro de descontentamento com aquele Governo. Todavia, para a autora, “uma participação subordinada na frente política de sustentação do governo significou limites nas conquistas sindicais”.⁴⁷⁹

Nesse sentido, ao realizar um levantamento acerca das negociações coletivas no Brasil a partir dos anos 2000, José Dari Krein e Marilane Oliveira Teixeira⁴⁸⁰ defendem que:

Se, por um lado, há uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho e a ascensão de um governo próximo ao movimento sindical, por outro lado, visualizam-se mudanças na organização do trabalho que enfraqueceram o poder de barganha dos trabalhadores, especialmente pela crescente segmentação da base de representação sindical.⁴⁸¹

Destarte, ambos consideram que tais negociações apresentaram tendências contraditórias nos últimos anos, evidenciando seus limites. Isso porque, apesar do avanço das negociações da remuneração do trabalho (reajustes salariais e participação nos lucros e resultados), não houve mudanças significativas em outros aspectos da regulamentação do emprego.

No balanço das negociações coletivas desenvolvido por Krein e Teixeira (2014), uma das categorias utilizadas como referência foi o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. Eles deram atenção especial ao resultado das Convenções Coletivas, destacando os seguintes

⁴⁷⁹ MARCELINO, 2017, p. 216.

⁴⁸⁰ KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: VÉRAS, Roberto; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (Org.). **O sindicalismo na era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014, p. 213-245.

⁴⁸¹ Ibid., p. 213.

aspectos centrais da relação de emprego: remuneração, jornada, formas de contratação e alocação do trabalho, além de relações sociais de gênero. Logo, no que se refere à categoria comerciária paulista, entre 2002 e 2013, houve avanços nos acordos referentes aos ganhos reais de salários, piso salarial e dos programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Porém, não houve avanços nas cláusulas das horas extras. Ademais, houve um crescimento da terceirização, resultando em um aumento da precarização do trabalho no comércio de São Paulo.

Não obstante, os autores advertem que novos temas ligados às questões de gênero ganharam destaque nas mesas de negociação e nos movimentos grevistas nos últimos anos. Sobre as greves, a partir dos dados divulgados pelo DIEESE, eles afirmam que “o auxílio creche, juntamente com a licença maternidade, concentraram mais de 90% das greves relacionadas aos temas de gênero entre 2003 e 2011”⁴⁸². Contudo, apontam limitações nos avanços relativos a essa questão, na medida em que prevalecem os aspectos referentes à proteção a maternidade, enquanto temas relativos a desigualdades salariais e ocupações de cargos não têm recebido atenção.

Em síntese, a discussão proposta por Krein e Teixeira (2014), Armando Boito Jr. e Paula Marcelino (2010; 2017) é importante para compreendermos o contexto das ações sindicais grevistas dos Comerciários de Teresina. Entendemos que, embora as greves empreendidas pela entidade tenham sido poucas, quando comparada a outras categorias mais mobilizadas, revelou-se, de fato, um cenário propício para articulação em torno desses movimentos.

4.2.2. Dinâmicas coletivas e conflitos grevistas no início dos anos 2000

Observando os anos anteriores, a partir da segunda metade dos anos 1980 e 1990, é possível afirmar que a direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina manteve um discurso contínuo de ameaça de greve. Na realidade, havia uma maior preocupação da entidade com a manutenção de conquistas. Apesar disto, nos editoriais da imprensa local e sindical, verificamos que alguns prenúncios de greves chegaram, de fato, a se efetivar. Nesse período, os Comerciários se mobilizaram através de piquetes e paralisações de advertência, especialmente, nos períodos de renovações das Convenções Coletivas, além de participar de greves gerais. Importante destacar também que, embora a CUT piauiense fosse dirigida

⁴⁸² KREIN e TEIXEIRA, 2014, p. 240.

simultaneamente por lideranças do Sindicato nesse período, os Comerciários encontraram dificuldades para mobilizar a categoria e sua adesão nos movimentos grevistas.

Ao serem indagados sobre como o Sindicato trabalhava a questão dos conflitos, os entrevistados narram como se davam as tentativas de negociação com o setor patronal. Em seu depoimento, o ex-dirigente sindical Cícero Magalhães evidencia que, durante o período em que esteve à frente da direção do Sindicato, buscou manter uma relação amistosa com o patronato. Segundo ele, “foram negociações difíceis, duras, mas sempre renovamos e mantivemos uma relação de respeito para dirimir os conflitos. E isso foi possível nos onze anos que eu passei por lá porque não deixamos nenhuma Convenção sem renovar, não só no Centro como na periferia”⁴⁸³.

Em outubro de 1986, foi deflagrado o primeiro conflito grevista protagonizado pelo sindicalismo comerciário de Teresina, em virtude da recusa patronal em negociar o aumento do piso salarial e a redução da jornada de trabalho. Mesmo que a paralisação tenha ocorrido somente por algumas horas, foi a primeira vez que a direção da entidade levou os lojistas para a mesa de negociação na DRT para discutir a primeira Convenção Coletiva de Trabalho. Sobre essa greve, as reportagens dos jornais diários teresinenses evidenciaram o seu fracasso, afirmando que o movimento foi realizado somente para demonstração de força do Sindicato, tendo em vista que as cláusulas do acordo com o setor patronal já haviam sido aprovadas quando os Comerciários deliberaram a favor da greve. Em contrapartida, os Comerciários a classificaram como vitoriosa, visto que obteve uma participação de aproximadamente oitenta por cento da categoria, bem como aprovação da maioria de suas reivindicações, dentre elas, o aumento do piso salarial.⁴⁸⁴

Em meio a um cenário de desemprego crescente no comércio de Teresina e de constantes reivindicações por melhores condições de trabalho e salariais, destaque foi a greve dos trabalhadores comerciários em novembro de 1990, em conjunto com outras cinco categorias sindicais: indústria da construção civil, gráficos, indústria da alimentação, indústria de confecções e motoristas de ônibus, paralisando as atividades na capital durante quase uma semana. Tais reivindicações haviam sido pautadas pelos Comerciários desde o mês de outubro daquele ano e, após três mesas de negociação sem acordo com os patrões, resolveram

⁴⁸³ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁸⁴ Além do aumento salarial, os comerciários conquistaram: repouso remunerado no Dia do Comerciário, jornada de trabalho de 45h30min, escala móvel e estabilidade de cento e vinte dias para as gestantes, após o término de sua licença. Ver: SILVA, Eliane Aparecida. **Resistir é preciso!** : história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, p. 77-78.

deflagrar greve por tempo indeterminado. Um dos aspectos que contribuiu para a aglutinação com outras categorias foi o fato de Evaldo Ciríaco presidir a direção do Sindicato dos Comerciários e a CUT no Piauí concomitantemente. Além disso, a greve dos motoristas de ônibus contribuiu de forma significativa para a adesão das demais categorias ao movimento.⁴⁸⁵

Nesse ínterim, o jornal *O Dia* noticiou diariamente os desdobramentos do conflito grevista. A edição de sete de novembro de 1990 deste periódico esteve voltada para os piquetes nas ruas do Centro, assembleias e o impasse entre a classe patronal e comerciária. Neste editorial, foi divulgado que, em virtude da resistência dos patrões em oferecer uma contraproposta em relação ao aumento salarial para os trabalhadores comerciários, a maioria dos estabelecimentos lojistas teve suas portas fechadas nos primeiros dias da greve, que foi suspensa por dois dias. Um dos acontecimentos durante o conflito, resultando na agressão e demissão de uma comerciária grevista, também foi destaque no noticioso. Após seis dias de paralisação, o movimento terminou. Como resultado do acordo firmado entre a entidade patronal e sindical, os Comerciários divulgaram que conquistaram o aumento do piso salarial, feriado remunerado no Dia do Comerciário, no Carnaval e na Semana Santa e outras conquistas suscitadas com a abertura das negociações tendo por base Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.⁴⁸⁶

Em uma paralisação de advertência, realizada maio de 1995, os Comerciários fecharam seis lojas do Grupo Pintos, ocasião em que denunciaram diversas irregularidades praticadas pelo Grupo, tais como: precárias condições de trabalho, salários atrasados, discriminação salarial imposta às comerciárias, demissões motivadas por denúncias contra a empresa e descumprimento das Convenções. Além disso, a direção do Sindicato entrou com uma ação na justiça reivindicando a reintegração dos funcionários demitidos por denunciar a empresa⁴⁸⁷.

⁴⁸⁵ SILVA, Eliane Aparecida. **Resistir é preciso!** : história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, p. 83.

⁴⁸⁶ TERESINA enfrentará semana de muita greve. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.459, p. 9, 04/05 nov. 1990; OS PATRÕES declaram que apresentaram propostas. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.460, p. 8, 06 nov. 1990; GREVISTA apanha do patrão e é demitida. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.461, p. 1, 07 nov. 1990; COMERCÍARIOS param e lojas fecham com medo de piquetes. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.462, p. 7, 08 nov. 1990; COMERCÍARIOS e patrões não chegam a um acordo salarial. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.464, p. 9, 10 nov. 1990.

⁴⁸⁷ SILVA, Eliane Aparecida. **Resistir é preciso!** : história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014, p. 114.

O ex-diretor sindical Cícero Magalhães lembra algumas ações das dinâmicas grevistas dos Comerciários nesse período:

A gente mobilizava as pessoas através do megafone, ia para as ruas mesmo e enfrentava o pessoal, os patrões e a própria polícia [...] A nossa estratégia era dividir os grupos. Nesse período, tínhamos uma base boa, bem razoável e dividíamos os grupos por setores do comércio, onde tinha um fluxo de gente maior, pra poder tentar juntar no final e fechar as lojas.⁴⁸⁸

No início dos anos 2000, outras estratégias de ações sindicais como protestos, piquetes e manifestações em atos públicos, especialmente, contra a extensão do trabalho aos domingos e feriados foram organizadas pela direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina, evidenciando as relações conflituosas com os empresários. Conforme Gilberto Paixão,

[...] quando assumi a direção do Sindicato, a nossa grande força sempre foi ir para a rua, fazer o movimento paredista, fechar lojas, botar carro de som na rua. Antes de tomarmos qualquer decisão, a gente chamava os patrões. [...] Quando a gente começou a dialogar, sentimos uma grande dificuldade. Por exemplo, chamávamos uma empresa para ir ao Ministério do Trabalho para discutir um problema, eles se recusavam, não compareciam e nem respeitavam as autoridades. E, se a gente ia no Sindilojas, para dialogar com algum empresário, ele se recusava a nos receber.⁴⁸⁹

O processo de negociação era realizado com diversos segmentos do comércio e serviços, como supermercados, lojistas, condomínios, lotéricas e contabilistas. Com base nas notícias divulgadas no periódico *Balcão*, verificamos que os trabalhadores empregados em estabelecimentos comerciais, no período em análise, estavam representados através da Convenção Coletiva de Trabalho, cuja data-base, referência para o aumento do piso da categoria com a renovação da Convenção, era em novembro. A partir do ano de 2006, a data-base dos trabalhadores do comércio e serviços mudou para o mês de junho. Com isso, as Campanhas Salariais, que antes eram lançadas no segundo semestre, passaram a ser anunciadas nos primeiros meses do ano.⁴⁹⁰

No ano de 2004, a atenção dos Comerciários de Teresina esteve voltada especialmente para o setor patronal do Comercial Carvalho, cujo empreendimento pertence a investidores locais e possui filiais em várias cidades do Piauí. Para as lideranças sindicais, a empresa era uma das que mais lucravam e cresciam com as suas mais de quarenta lojas à custa da exploração dos trabalhadores, os quais eram “obrigados a assinar documentos abrindo mão do

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁸⁹ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁹⁰ DATA-BASE muda para junho. **Balcão**, Teresina, n. 204, p. 1, 14 dez. 2006.

vale transporte, comprar bicicletas financiadas pela empresa, permanecer no local de trabalho na hora do almoço, fazer cursos de treinamento e entregas de panfletos e outros materiais de divulgação fora da jornada”⁴⁹¹. Além disso, segundo o periódico *Balcão*, como uma forma de inviabilizar as ações judiciais contra o Grupo, os funcionários chegaram a ser proibidos de se filiarem ao Sindicato e demitidos por manterem cargos de dirigentes sindicais.

No dia seis de maio de 2004, os Comerciários publicaram uma edição extra do jornal *Balcão* denunciando o Grupo Carvalho e os problemas vivenciados no cotidiano de trabalho dos seus funcionários. Dentre eles, a jornada de trabalho acima do permitido e sem o pagamento de hora extra, desconsiderando as decisões da justiça. Tais irregularidades suscitaram a divulgação de uma carta aberta à população teresinense. Nesta carta, a entidade comerciária explicitou para os clientes do supermercado o desrespeito conferido aos seus empregados, principalmente, em relação ao descumprimento das normas referentes ao trabalho nos domingos e feriados.⁴⁹²

Ainda nessa edição especial, foi noticiada uma série de manifestações realizadas nas lojas do Carvalho durante algumas semanas. Após tentativas frustradas de negociação com o patronato, os trabalhadores se uniram ao Sindicato dos Comerciários e, por meio de uma Assembleia Geral Permanente, decidiram mover uma ação junto a Procuradoria Federal do Trabalho contra a empresa. O conflito se agravou de tal forma que foi deflagrada greve com a adesão dos trabalhadores e o fechamento dos supermercados do Grupo.

Algumas matérias foram publicadas nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* sobre as manifestações do Sindicato dos Comerciários, em conjunto com outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A matéria “Comerciários fecham supermercados em Teresina”⁴⁹³, assinada por Ana Julieta Farias, foi destaque em abril de 2004 no jornal *O Dia*. Segundo o editorial, como uma forma de chamar a atenção da classe patronal, os sindicalistas impediram a abertura dos estabelecimentos comerciais do Grupo Carvalho. Eles reivindicavam, para além da regulamentação do trabalho aos domingos e feriados, a redução da jornada de trabalho semanal, o recebimento de hora extra, do tíquete de alimentação e o reajuste do piso salarial da categoria, de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) para R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais). Ainda naquela semana, houve outra tentativa de negociação com o intermédio da DRT. Porém, como não houve acordo, os protestos contra o Grupo prosseguiram durante mais alguns dias.

⁴⁹¹ COMERCIAL Carvalho é primeiro lugar em exploração. *Balcão*, Teresina, n. 188, p. 2, 17 abr. 2004.

⁴⁹² VOCÊ conhece o supermercado que você compra? *Balcão*, Teresina, p. 2, 06 mai. 2004.

⁴⁹³ FARIAS, Ana Julieta. Comerciários fecham supermercados em Teresina. *O Dia*, Teresina, a. 53, n. 14.014, p. 1 e 3, 15 abr. 2004.

Sob o título “Comerciários entram em conflito com a PM”, o periódico *Meio Norte* noticiava mais uma manifestação dos Comerciários, na qual ocorreu novamente o impedimento da abertura das lojas do Grupo. A matéria foi publicada um mês depois da primeira manifestação, no dia vinte de maio de 2004. O noticioso repercutiu o conflito entre os manifestantes e soldados da Polícia Militar, dando conta de que o piquete foi marcado pela violência, pois “ocorreu empurra-empurra entre militantes e comerciários antes que os portões fossem abertos. A arma de um dos soldados caiu e José Wilson, do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Teresina, afirmou que foi chutado por um policial”⁴⁹⁴.

Nas publicações, os editores também evidenciaram a insatisfação dos representantes do Comercial Carvalho com os protestos organizados pelos Comerciários. Após alguns dias, o sindicato patronal e a entidade comerciária assinaram um acordo, no qual quase a totalidade de reivindicações dos sindicalistas foram atendidas. Logo, o recebimento de vales-transportes, o pagamento de hora-extra e a contratação de turmas exclusivas foram algumas delas.⁴⁹⁵

Em seu depoimento, o diretor sindical Gilberto Paixão descreveu o movimento grevista contra o Grupo Carvalho da seguinte forma:

[...] Como é um grupo genuinamente piauiense, que crescia muito, abria loja em toda esquina, achavam que podiam abusar. Surgiram vários problemas nas empresas do Grupo: assédio moral, assédio sexual, todo tipo de problema que se possa imaginar acontecia lá dentro. Nós fechamos as portas do Comercial Carvalho da Frei Serafim e passamos praticamente vinte e quatro horas. Tivemos o apoio de vários movimentos. Depois, fomos chamados pela própria empresa no Ministério do Trabalho e lá foi onde eu dei o recado: “se a empresa continuar como está, vocês vão quebrar, pois vamos individualizar os processos, vamos cobrar os direitos trabalhistas por jornada de trabalho, por hora extra [...]”. E, com o tempo, a empresa foi se adequando, diminuíram os problemas.⁴⁹⁶

Não obstante, o depoente avalia que essa greve foi positiva, pois afirma que após esse conflito o diálogo com os empresários do Grupo melhorou significativamente: “Hoje nós temos portas abertas para qualquer reclamação. Eles fazem questão que não apareça mais esse cenário de greve, até porque a concorrência em Teresina aumentou”⁴⁹⁷.

⁴⁹⁴ RIBEIRO, Efrém. Comerciários entram em conflito com a PM. *Meio Norte*, Teresina, a. IX, n. 3423, p. B/8, 20 mai. 2004.

⁴⁹⁵ DECISÃO dos trabalhadores: greve por tempo indeterminado. *Balcão*, Teresina, p. 2, 06 mai. 2004.

⁴⁹⁶ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. 1 cartão de memória. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁴⁹⁷ Ibidem.

4.2.3. A greve de 2011: a luta contra o aumento da jornada de trabalho

No ano de 2011, em meio a embates com os empresários motivados pela abertura das lojas aos sábados, sobretudo, nos bairros da cidade, os Comerciantes de Teresina organizaram diversos protestos, denunciando as longas jornadas de trabalho no comércio, as precárias condições de trabalho e salariais, bem como o descumprimento das Convenções Coletivas. Essas e outras irregularidades cometidas pela classe patronal foram denunciadas corriqueiramente pelo Sindicato nas páginas do periódico *Balcão* e nos jornais diários teresinenses.

Na Campanha Salarial realizada em julho daquele ano, os representantes do Sindicato dos Comerciantes deflagraram greve, devido ao impasse com o setor patronal, reivindicando o aumento do piso salarial e outras demandas consideradas importantes pela direção. Nesse período, o salário dos trabalhadores empregados no comércio era de R\$ 546,00 (quinhentos e quarenta e seis reais) e a jornada de trabalho de 44h (quarenta e quatro horas) semanais. Em tom de alerta, a mobilização grevista foi anunciada nas páginas do editorial *Balcão*, com o título “Comerciantes podem iniciar greve em Teresina”⁴⁹⁸. A publicação destacava que apenas os representantes do setor de supermercados haviam aceitado as reivindicações dos Comerciantes, cujas principais eram: piso salarial de R\$ 642,00 (seiscentos e quarenta e dois reais); piso salarial de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), a partir de janeiro de 2012; alimentação para os trabalhadores dos *shoppings*; participação nos lucros; piso salarial equiparado ao dos supermercados; pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais) nos domingos nos *shoppings* e fim do assédio moral e sexual.

Na semana seguinte, ao publicar as decisões de uma assembleia e divulgar uma passeata realizada pelos membros do Sindicato pelas ruas do Centro comercial, o *Balcão* informou que, diante do não fechamento da Convenção após noventa dias de tentativas de negociação, os Comerciantes optaram pela deflagração da greve por tempo indeterminado. Conforme divulgado pela imprensa sindical, a passeata que antecedeu a assembleia contou com carros de som, mobilização nas portas das lojas e resultou em uma manifestação pacífica.⁴⁹⁹

Em contrapartida, no dia vinte e oito de julho de 2011, os três jornais de circulação diária na capital registraram tumultos nas ruas do Centro durante a manifestação, destacando casos de violência dos militantes contra os lojistas, o impedimento da abertura e entrada de

⁴⁹⁸ COMERCÍARIOS podem iniciar greve em Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 230, p. 1, 22 jul. 2011.

⁴⁹⁹ ASSEMBLEIA da categoria aprova greve. Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 231, p. 1, 28 jul. 2011.

clientes nas lojas e denúncias de depredações. O fato foi narrado nas páginas do jornal *Meio Norte* com o título “Greve no comércio é marcado por denúncias”. No editorial, foi divulgado que cerca de sessenta comerciários e líderes sindicais de outras categorias, dentre elas, Construção Civil, Rodoviários e Empregadas Domésticas, percorreram as ruas na tentativa de convocar os trabalhadores para a paralisação. Além disso, os empresários denunciaram que os sindicalistas “invadiram lojas e fizeram quebra-quebra em algumas delas, além de agredir verbalmente gerentes e lojistas, chamando-os de ladrões e bêbados, dentre outras ofensas”.⁵⁰⁰

A paralisação de advertência foi destaque na capa do jornal *O Dia* que igualmente repercutiu a passeata organizada pelos Comerciários no Centro de Teresina. Em denúncia, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas à época, Luís Antonio Veloso, reforçou as acusações contra os dirigentes do Sindicato, afirmando que “eles passaram da posição de negociação para pressão e agressão”⁵⁰¹. Por sua vez, Gilberto Paixão, secretário geral do Sindicato dos Comerciários, alegou que naquele momento ocorria a assembleia em que decidiriam se seria deflagrada ou não a greve, e os trabalhadores foram impedidos de sair para não participar da reunião, mesmo após o final do expediente.

O noticioso *Diário do Povo* também cobriu a manifestação. A matéria intitulada “Greve dos comerciários fecha as lojas”⁵⁰² destacou a presença da Polícia Militar, que acompanhou o movimento para “evitar maiores transtornos e violência”, a participação de representantes da CUT e de trabalhadores da cidade de Timon, no Maranhão. Ademais, a publicação evidenciou a posição do Sindicato dos Lojistas (Sindilojas), informando que os Comerciários já haviam acertado o percentual de aumento e depois voltaram atrás na decisão, além de ressaltar os prejuízos causados pelo fechamento das lojas do Centro.

Em 30 de julho de 2011, o jornal *O Dia* divulgou que houve um princípio de consenso entre a direção do Sindicato dos Comerciários e oito sindicatos representantes da classe patronal, após uma rodada de negociação com o intermédio do Ministério Público do Trabalho. Conforme o editorial, inicialmente ficou acertado um imediato reajuste do piso salarial para R\$ 642,00 (seiscentos e quarenta e dois reais), retroativo ao mês de julho, passando para R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), a partir de janeiro de 2012. E ainda 8% (oito por cento) de reajuste para quem ganhava acima do piso. Além disso, foi oferecido um aumento de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para R\$ 26,00 (vinte e seis reais) nas diárias aos

⁵⁰⁰ NORONHA, Matheus; RIBEIRO, Efrém. Greve no comércio é marcada por denúncias. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6943, p. B/6, 28 jul. 2011.

⁵⁰¹ IGLESIAS, Diégo; ROMERO, Maria. Comerciários pretendem fechar as lojas em protesto. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.578, p. 1 e 9, 28 jul. 2011.

⁵⁰² ANJOS, Edienari dos. Greve dos comerciários fecha as lojas. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.036, p. 9, 28 jul. 2011.

domingos para os funcionários das lojas dos *shoppings* e o dos supermercados um aumento de R\$ 30,00 (trinta reais). Porém, neste acordo, duas cláusulas incluídas nas pautas relativas ao valor do tíquete alimentação e a regularização da jornada de trabalho nos estabelecimentos situados nos bairros da cidade, que ultrapassava as 44h (quarenta e quatro horas) semanais, ficaram pendentes.⁵⁰³

Apesar de não descartar a possibilidade de iniciar um movimento grevista ou novas paralisações de advertência, os Comerciais decidiram que não deflagrariam a greve até que houvesse outra assembleia para avaliar e discutir as propostas do setor patronal e, com isso, o impasse se estendeu por mais uma semana.

Nas vésperas da greve, em uma edição extra do jornal *Balcão*, o Sindicato publicou uma nota denominada “Carta aberta à sociedade” esclarecendo à opinião pública sobre os motivos que levaram os trabalhadores comerciais a paralisarem suas atividades no comércio lojista da cidade. Nela, a direção da entidade reconheceu os prejuízos causados pela greve aos teresinenses, alegando a intransigência do setor patronal em não assinar a Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012. E justificando ainda que, embora estivessem de acordo com o aumento do piso salarial, os patrões condicionaram o fechamento da Convenção ao funcionamento livre do comércio, abrindo as lojas aos sábados e domingos.

Na referida nota, publicada no primeiro dia de agosto de 2011, o Sindicato fez ainda um relato das péssimas condições de trabalho vivenciadas pela categoria comercial. Segundo a publicação,

Além de uma jornada de trabalho perversa, beirando a semi-escravidão, a maioria absoluta do empresariado não fornece plano de saúde, ajuda alimentação, auxílio educação e creches. A maioria das mulheres, além de sofrer assédio moral e sexual, é ameaçada e humilhada quando cogitada a possibilidade de engravidarem. O preconceito se estende aos negros e homossexuais, já caracterizado em diversas pesquisas encomendadas pelo Sindicato. O discurso atrasado dos patrões não leva em consideração a garantia da dignidade humana. Pelo contrário, a falta de democracia nos locais de trabalho é a marca registrada deste segmento empresarial.⁵⁰⁴

Outros problemas registrados pela imprensa sindical referiam-se à prática do cárcere, o não pagamento de horas extras e das férias, proibição de organização sindical nas lojas, falta de segurança e o recebimento de refeições de baixa qualidade. Então, é a partir dessas denúncias que a direção do Sindicato dos Comerciais buscava não só reverberar a

⁵⁰³ PORTELA, Cícero. Mesmo com proposta, comerciais indicam greve. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.580, p. 1 e 2, 30 jul. 2011.

⁵⁰⁴ CARTA aberta à sociedade. **Balcão**, Teresina, n. 232, p.1, 01 ago. 2011.

negligência patronal, como também justificar a legitimidade de sua atuação frente à mobilização grevista, principalmente, por meio do seu editorial.

No dia três de agosto, a entidade sindical se reuniu com o setor patronal em mais uma rodada de negociação na Superintendência Regional do Trabalho. Tendo em vista que ambos, mais uma vez, não chegaram a um acordo no tocante a regulamentação do horário de funcionamento do comércio teresinense aos sábados, os Comerciários iniciaram o conflito grevista no dia seguinte. Em notícia publicada no jornal *Meio Norte*, foi divulgado que:

O Sindicato dos Comerciários decidiu decretar greve geral por tempo indeterminado a partir de hoje, 04 de agosto. A entidade promete manifestações diárias e vai tentar mobilizar o maior número de funcionários para inviabilizar o funcionamento do comércio da capital. De acordo com o secretário geral, Gilberto Paixão, o principal entrave foi o funcionamento do comércio no Centro e na periferia aos sábados até o horário noturno. “Isto não podemos aceitar. Estamos justamente em campanha pela redução da jornada de trabalho”, ressaltou. Os sindicalistas também reclamam de outros pontos rejeitados pelas entidades patronais, como a adoção de tíquetes de alimentação para funcionários dos *shoppings* e supermercados, locais especiais para alimentação dos funcionários destes estabelecimentos, entre outras reivindicações. Por outro lado, os comerciantes temem que as manifestações para que os comerciários façam adesão a greve cause tumulto no Centro, com danos ao patrimônio das lojas, aos produtos e aos próprios funcionários.⁵⁰⁵

Cabe ressaltar que essas reivindicações tinham sido feitas pelos Comerciários desde o mês de maio, quando a entidade se reuniu com o setor patronal para tratar do fechamento da Convenção Coletiva 2011/2012.⁵⁰⁶ Na realidade, o conflito grevista durou sete dias. Nesse ínterim, os jornais da cidade divulgaram em suas páginas o andamento da greve, destacando as manifestações diárias, as ações policiais, a intervenção da Justiça, os detalhes das negociações e o apoio de outras entidades sindicais ao movimento.

O segundo dia de greve foi marcado por denúncias de arrastões nos jornais da cidade. Os periódicos *Meio Norte* e *Diário do Povo* noticiaram novamente o clima de tensão, destacando que “uma crescente onda de violência se instalou nas ruas do Centro”. Houve fiscalização policial e a troca de acusações entre os militantes e os lojistas. Em editorial intitulado “Comerciários promovem arrastão”, publicado em cinco de agosto de 2011, o jornal *Meio Norte* evidenciou que:

Por onde o arrastão passou, os comerciantes com medo de invasão e desaparecimento de suas mercadorias, iam fechando as suas lojas. Para garantir a eficiência do arrastão, o Sindicato dos Comerciários mobilizou estudantes de vários

⁵⁰⁵ SEM ACORDO, greve no comércio começa hoje. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6950, p. B/6, 04 ago. 2011.

⁵⁰⁶ COMERCIÁRIOS realizam greve a partir de hoje. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.043, p. 5, 04 ago. 2011.

bairros para participar do movimento, com a oferta de transporte e almoço. O presidente do Sindicato dos Lojistas, Luís Antônio Veloso, afirmou que o arrastão dos comerciários quebrou a vitrine da loja Casas das Linhas e colocou cola em cadeados. Gilberto Paixão, secretário geral do Sindicato, disse que os empresários estavam infiltrando seguranças para promover baderna.⁵⁰⁷

O cenário de instabilidade no centro comercial também repercutiu em matéria do *Diário do Povo* intitulada “Vitrine é quebrada após protesto no Centro”⁵⁰⁸ (figura 12), veiculado na mesma data, destacando que o tumulto durante a manifestação dos Comerciários resultou em uma vitrine quebrada, segundo o noticioso, motivada pela recusa dos lojistas em fechar suas portas durante o protesto dos manifestantes.

Figura 12 – Polícia acompanha manifestação no Centro. Vidraça de loja danificada



Fonte: NOGUEIRA, Juliana. Vitrine é quebrada após protesto no Centro. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXIV, n. 9.044, p. 1 e 9, 05 ago. 2011.

No dia seguinte, em notícia sobre a decisão judicial que determinava o não fechamento das lojas, o jornal *Diário do Povo* anunciou que os Comerciários voltaram a fazer manifestações nas ruas da cidade. Na publicação, também foi divulgada uma nota enviada pelo Sindicato dos Lojistas, destacando “o radicalismo, a intransigência e a dificuldade para fechar um acordo”⁵⁰⁹ com a entidade laboral. Em outra reportagem do mesmo periódico, foi noticiado que os Comerciários, além de denunciar a “situação escravagista imposta pela classe patronal”, estavam convocando os teresinenses para “boicotar as lojas que exploram seus

⁵⁰⁷ RIBEIRO, Efrém. Comerciários promovem arrastão. *Meio Norte*, Teresina, a. XVI, n. 6951, p. B/8, 05 ago. 2011.

⁵⁰⁸ NOGUEIRA, Juliana. Vitrine é quebrada após protesto no Centro. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXIV, n. 9.044, p. 1 e 9, 05 ago. 2011.

⁵⁰⁹ NOGUEIRA, Juliana. Decisão judicial não impediu lojas fechadas. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXIV, n. 9.045, p. 9, 06 ago. 2011.

funcionários”⁵¹⁰. Como o enfrentamento entre as entidades permaneceu e, por conseguinte, as manifestações dos Comerciários se estenderam na semana que antecedeu a data comemorativa do Dia dos Pais, na cobertura dos jornais diários teresinenses o enfoque incidia sobre os prejuízos causados nas vendas e os tumultos nos estabelecimentos comerciais no centro da capital.

No sexto dia de greve, em nova carta aberta, postada em uma edição extra do *Balcão*, os Comerciários teceram críticas ao setor patronal lojista por não assinar a Convenção Coletiva de Trabalho, mesmo após o fechamento das pautas de negociação referentes ao reajuste salarial, pagamento do domingo com folga na semana e outras cláusulas. De acordo com o periódico editado pelo Sindicato, para assinar o documento, alguns lojistas lançaram como proposta o aumento da jornada de trabalho de oito para dez horas por dia, sem o pagamento de hora extra e posterior compensação. Na publicação, os Comerciários fizeram questão de frisar que propuseram uma negociação individualizada de prorrogação e compensação de jornada, porém o patronato não aceitou. Apesar desta recusa, como o setor patronal estava dividido quanto à proposta de aumentar a jornada de trabalho, os lojistas resolveram voltar atrás em sua decisão⁵¹¹.

A mobilização grevista durou uma semana e foi concluída com a assinatura da Convenção Coletiva 2011/2012 com diversos setores do comércio e serviços: lojistas, carnes frescas, atacadistas, contábeis e varejistas. Sobre o fim da greve, conforme reportagem do jornal *Meio Norte*, os dirigentes do Sindicato destacaram que o movimento significou uma “derrota histórica dos patrões”⁵¹², visto que os Comerciários conseguiram vetar a proposta de horário livre no comércio de Teresina. Em seguida, (figuras 13 e 14), apresentamos alguns registros da paralisação que resultou na greve.

⁵¹⁰ ALVES, Katiúscia. Arrastões trazem prejuízo para o comércio. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.047, p. 9, 09 ago. 2011.

⁵¹¹ CARTA aberta à sociedade 2. **Balcão**, Teresina, n. 233, p.1, 09 ago. 2011.

⁵¹² NORONHA, Matheus. Acordo garante lojas abertas até 17h. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6959, B/6, 13 ago. 2011.

Figura 13 – Manifestação dos comerciários durante a greve em 2011



A greve teve adesão da maioria dos comerciários e comerciárias

Fonte: NORONHA, Matheus. Acordo garante lojas abertas até 17h. *Meio Norte*, Teresina, a. XVI, n. 6959, B/6, 13 ago. 2011.

Figura 14 – Capa da edição do jornal *Balcão* divulgando o fim do movimento grevista



FILIADO À CUT

BALCÃO

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERESINA - Nº 232 - 09/09/2011



Parabéns à toda categoria

Greve dos comerciários derrota o horário livre

A categoria comerciária de Teresina está de parabéns. A greve realizada pela categoria contra o aumento da jornada de trabalho para 10 horas diárias, sem pagamento de hora extra, foi uma derrota histórica dos patrões.

O sucesso do fechamento da Convenção Coletiva 2011/2012 se deve à participação dos comerciários nas reuniões, assembleias, mas principalmente durante os sete dias de greve.

O secretário-geral do Sindicato dos Comerciários, Gilberto Paixão, afirmou que esta é uma demonstração de união.

Página 2 e 3



Comerciários, com apoio da população, tomaram as ruas de Teresina

Fonte: GREVE dos comerciários derrota horário livre. *Balcão*, Teresina, n. 232, p. 1, 09 set. 2011.

O encerramento do conflito grevista do Sindicato dos Comerciários de Teresina teve repercussão na imprensa sindical. Em uma edição voltada exclusivamente para o fim do movimento, o jornal *Balcão* divulgou na primeira página a matéria “Greve dos comerciários derrota horário livre”⁵¹³ (figura 12). Na publicação, a direção da entidade destacou a vitória da categoria contra a classe patronal, que apresentou a proposta de aumento da jornada de trabalho no comércio, suscitando o conflito grevista. Segundo consta no periódico, a greve teve a adesão de setenta por cento dos trabalhadores do comércio teresinense, os quais participaram das manifestações e incentivaram o fechamento das lojas. Na cobertura feita pelo jornal, por fim, foi evidenciada a contribuição do deputado estadual Cícero Magalhães nas mesas de negociação e sua presença nas caminhadas pelas ruas do Centro.⁵¹⁴

Todavia, o jornal *O Dia* apresentou uma opinião diferente da imprensa sindical, no que diz respeito à legitimidade do conflito grevista realizado pelos membros da entidade comerciária, divergindo, inclusive, sobre a participação da maioria dos trabalhadores do comércio. Em agosto de 2011, em artigo denominado “Greve não é vandalismo”⁵¹⁵, assinado pelo advogado e professor Francisco Soares Campelo Filho, o noticioso fez um balanço das manifestações realizadas no Centro comercial de Teresina em agosto de 2011, criticando os atos de depredação, segundo ele, sob o comando e incentivo do Sindicato dos Comerciários. No artigo, ele afirmou que os Comerciários, além de cometerem “abusos desmedidos e inconsequentes”, no período em que transcorreu a greve, se recusaram a cumprir a decisão judicial, que aplicou multas devido aos referidos atos de violência. Nesse sentido, alegando que os militantes preferiam a “marginalização, a violência e a antidemocracia”, Francisco Soares reforçou a necessidade da atuação do Ministério Público do Trabalho, a fim de responsabilizá-los pelos prejuízos causados. Aliás, no manifesto, reforçou que “costumeiramente intransigente, a entidade não consegue estabelecer o menor diálogo. O que há, na realidade, é uma tentativa de esconder a incompetência sindical de negociar a Convenção Coletiva”, em virtude da demora para resolver o impasse com a classe patronal. A retórica discursiva pretendia, assim, construir uma visão de inabilidade dos dirigentes sindicais ao condenar a mobilização grevista pela desordem causada durante as manifestações nas ruas de Teresina.

⁵¹³ GREVE dos comerciários derrota horário livre. **Balcão**, Teresina, n. 232, p. 1, 09 set. 2011.

⁵¹⁴ Conforme a direção do Sindicato, a greve também teve o apoio dos seguintes representantes sindicais: direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (Contrac’s), representante do Sindicato dos Comerciários de Fortaleza e de outros Sindicatos de Comerciários do País, CUT piauiense e sindicatos filiados, líderes do movimento estudantil, comunitário e popular, associação de policiais, bombeiros e militares. Ver: MOVIMENTOS sociais apoiaram a paralisação. **Balcão**, Teresina, n. 232, p. 3, 09 set. 2011.

⁵¹⁵ SOARES, Francisco. Greve não é vandalismo. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.595, p. 6, 14 ago. 2011.

Sobre a relação entre o Sindicato dos Comerciários e a imprensa teresinense, os entrevistados apontam para uma relação difícil, conflituosa. Nas duas narrativas, é perceptível o discurso de recriminação das ações coletivas dos sindicalistas por parte da imprensa. Segundo Cícero Magalhães, “a imprensa sempre ficou contra a gente. Isso é fato! Naquela época, para aparecer na imprensa, era uma doideira, não era fácil não”⁵¹⁶. Por sua vez, para Gilberto Paixão:

A imprensa realmente sempre fez um papel de denegrir a imagem do movimento. A gente via muito isso. Ou seja, sempre que frisava a luta dos trabalhadores chamavam-nos de baderneiros, desocupados, né. Depois de muito trabalho e muita luta e, passado o período de ferro, nós conseguimos e fomos conquistando aos poucos a importância do movimento sindical com relação a nossa postura, que também mudou. Hoje, a gente vê a mídia um pouco mais aberta, mas ainda muito assim um pouco mais parcial.⁵¹⁷

No ano de 2012, Gilberto Paixão licenciou-se da função de secretário geral para lançar a sua candidatura a vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores. Em dezoito de outubro de 2012, o jornal *Balcão* divulgou a vitória do sindicalista para exercer o cargo na Câmara Municipal de Teresina. Na ocasião, a publicação editada pela direção da entidade destacou a trajetória sindical do Comerciário, reafirmando “o seu compromisso de fazer um mandato coerente, articulado com a luta social, participação popular, transparência e combate à desigualdade”.⁵¹⁸

Com a eleição de Gilberto Paixão, em janeiro de 2013, tendo em vista que as atividades realizadas pelo vereador eram noticiadas recorrentemente no periódico *Balcão*, é perceptível que este jornal buscou fazer das suas publicações um espaço de divulgação da articulação das ações políticas com as lutas reivindicatórias da categoria comerciária.⁵¹⁹ Neste contexto, ao analisarmos as matérias do *Balcão* e fazermos um levantamento das notícias publicadas na página da Câmara Municipal de Teresina sobre as atividades de Gilberto Paixão no período em que exerceu o mandato, verificamos que as pautas comerciárias estiveram presentes sobremaneira nas audiências públicas. Em contrapartida, a maioria projetos de lei⁵²⁰

⁵¹⁶ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁵¹⁷ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁵¹⁸ VEREADOR Paixão agradece votos e reafirma compromisso com Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 243, p.1, 18 out. 2012.

⁵¹⁹ VEREADOR Gilberto Paixão: fiscalização, projetos e participação popular. **Balcão**, Teresina, n. 245, p. 3, 31 jan. 2013; VEREADOR Paixão cobra do prefeito creche no centro. **Balcão**, Teresina, n. 248, p.1, 16 set. 2013.

⁵²⁰ Dentre os projetos de sua autoria apresentados na Câmara Municipal, destacam-se: implantação do centro de Apoio ao Trabalhador (CAT); sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no município; a criação da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Inclusão e Uso do nome social de

propostos pelo vereador não contemplaram esta categoria, exceto o projeto que obrigava o supermercado colocar empacotadores à disposição dos clientes e a cobrança para a instalação de uma creche para as trabalhadoras comerciárias no Centro de Teresina, sendo esta última concretizada no ano de 2016.⁵²¹

4.2.4. A greve de 2014: a conquista do reajuste salarial e do *ticket* alimentação

Com o propósito de renovar a Convenção Coletiva de Trabalho, a Campanha Salarial dos Comerciários de Teresina 2014-2015, lançada em maio de 2014, tinha como principais reivindicações a proposta de aumento do piso salarial de R\$ 791, 27 (setecentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos) para R\$ 1.000,00 (mil reais), reajuste acima do piso de 15% (quinze por cento), jornada de trabalho com direito a feriados, além da ampliação do plano de saúde e do tíquete de alimentação para todos os empregados no comércio teresinense, visto que estes dois últimos eram concedidos somente por algumas empresas. No entanto, segundo notícias divulgadas no jornal *Balcão*, devido ao impasse entre os Comerciários e a classe patronal com relação ao aumento do piso salarial, da inclusão e reajuste no valor do tíquete e do plano de saúde, os representantes do Sindicato deflagraram greve no comércio lojista de Teresina no mês de julho de 2014.⁵²²

A greve teve início no dia três de julho⁵²³ e foi encerrada no dia vinte e nove deste mês, exatos vinte e seis dias após o seu começo. Neste ínterim, durante os protestos nas ruas do Centro da cidade, o funcionamento das lojas foi paralisado de forma parcial e, em alguns momentos, totalmente. É importante destacar ainda que, naquele ano, as mobilizações dos Comerciários tiveram um impacto maior que a greve realizada em agosto de 2011, sobretudo,

peças travestis e transsexuais em registros relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração; sobre o assédio moral; dobre a dupla função de motoristas de transportes. VEREADOR Paixão apresenta 6 projetos em 2 meses. **Balcão**, Teresina, n. 247, p.2, 19 abr. 2013.

⁵²¹ VEREADOR Paixão apresenta projetos e reivindicações e prefeito promete agilizar soluções. Disponível em: <http://200.23.153.37/noticia/vereador-paixao-apresenta-projetos-e-reivindicacoes-e-prefeito-promete-agilizar-solucoes>. Acesso em: 25 mar. 2013.

⁵²² Segundo consta no periódico *Balcão*, a greve havia sido anunciada antes, com previsão para começar no dia quinze de junho de 2014. Contudo, os membros do Sindicato dos Comerciários decidiram pelo adiamento, em virtude da mobilização popular em torno do início dos jogos da Seleção Brasileira no evento esportivo da Copa do Mundo e do feriado de *Corpus Christi*. Ainda nesse mês, a entidade assinou a Convenção Coletiva com o Sindicato do Comércio Varejista e Gêneros Alimentícios, setores supermercadistas. CATEGORIA comerciária reivindica piso salarial de R\$ 1000,00. **Balcão**, Teresina, n. 254, p. 1-3, 11 abr. 2014.

⁵²³ GREVE no comércio a partir de 3 de julho. **Balcão**, Teresina, n. 255, p. 1, 27 jun. 2014; LIMA, Francisco; MACEDO, Rhauan. Comércio de Teresina entra em greve hoje. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8014, p. B/2, 03 jul. 2014; VIANA, Mariana. Comerciários entram em greve hoje por tempo indeterminado. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.085, p. 11, 03 jul. 2014.

na imprensa diária, tendo vista que o conflito com os empresários prolongou-se por vários dias.

Nos meses que antecederam o conflito grevista, a entidade comerciária buscou divulgar no seu editorial interno as passeatas, reuniões e assembleias, nas quais eram definidas as posições da categoria, também mobilizá-la para aderir ao movimento e, com isso, fortalecer a paralisação das atividades no setor comerciário. Na figura 15, destacamos a capa da edição do periódico *Balcão*, publicada em vinte e sete de junho de 2014, anunciando a greve no comércio lojista teresinense.

Figura 15 – Capa da edição do jornal *Balcão* anunciando a greve no comércio de Teresina

fcpí
Fundação dos Comerciários do Piauí

FILIADO À CUT
BALCÃO

SINDICATO DOS COMERCÍARIOS
TERESINA

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERESINA - 27/06/2014

(86) 9407-9132 | [sindicatocomerciarithe](#) | [sindicatocomerciarithe](#) | [sindcomThe](#) | [YouTube](#) | <https://www.youtube.com/user/sindcomteresina>

Greve no comércio a partir de 3 de julho

PATRÕES NEGAM SALÁRIO DIGNO E VALE ALIMENTAÇÃO

Os trabalhadores no comércio de Teresina entram em greve a partir de quinta-feira, dia 3 de julho de 2014.

Os patrões, insensíveis e gananciosos, se recusam a negociar piso salarial digno, vale alimentação e plano de saúde, apesar do crescimento das lojas e recorde de vendas.

A categoria solicita da população compreensão e apoio e orienta os clientes a evitarem o centro comercial neste período de greve.

A decisão foi tomada em assembleia geral, com a presença de centenas de trabalhadores.

Os comerciários reivindicam piso salarial de R\$ 1 mil reais, auxílio educação, plano de saúde, vale alimentação e jornada de trabalho decente.

A categoria comerciária durante caminhada pelo centro comercial, reivindicando condições de trabalho decente.

Fonte: GREVE no comércio a partir de 3 de julho. *Balcão*, Teresina, n. 255, p. 1, 27 jun. 2014.

Os editoriais e reportagens sobre a greve do sindicalismo comerciário de Teresina foram, em geral, capas dos periódicos *O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte*, evidenciando as relações conflituosas entre a entidade laboral e patronal, diante dos problemas vivenciados pelos empregados no comércio lojista. As publicações sobre os desdobramentos da greve, aliás, tornaram-se o foco central de atenção dos três jornais teresinenses. Em suas páginas, o espaço dedicado ao assunto apresentava as estratégias de conflito e de negociação, opiniões sobre as ações sindicais dos Comerciários, principalmente, a pressão pelo fechamento das lojas, situações classificadas como abusos ou excessos dos manifestantes, divulgação de notas

de esclarecimentos à opinião pública e, por fim, os jornais acompanharam as mediações do poder público, a fim de mitigar o conflito grevista.

As primeiras notícias na imprensa periódica davam conta que, após diversas tentativas de negociação com a entidade representativa dos lojistas, ao longo de quatro meses, os Comerciários decidiram paralisar as atividades no setor do comércio por tempo indeterminado. No dia três de julho de 2014, os jornais de circulação diária começavam a dedicar algumas de suas páginas a anunciar a possibilidade de cerca de vinte e cinco mil trabalhadores empregados nos estabelecimentos comerciais da capital iniciar um movimento grevista. Nesta data, no editorial do jornal *O Dia*, o então Secretário de Finanças do Sindicato dos Comerciários, José Pereira, o Dedé, declarou que “a greve é legal. Nós começamos nesta quinta-feira e não temos dia para acabar”⁵²⁴.

Nos primeiros dias da greve, os lojistas já confirmavam os prejuízos, pois muitas lojas mantiveram-se fechadas e, conseqüentemente, suas vendas eram interrompidas durante as manifestações. Porém, os jornais divulgaram que muitos trabalhadores do comércio permaneciam trabalhando em expediente normal. Sobre a presença reduzida dos empregados no comércio nas manifestações, o jornal *Meio Norte* em notícia sobre o fechamento das lojas no Centro comercial de Teresina destacou que, apesar do movimento grevista realizar passeatas nas ruas, os trabalhadores não aderiram à paralisação e nem os clientes se afastaram do Centro. Na matéria, o dirigente sindical José Pereira lamentou, afirmando que “a adesão é sempre pequena, mas nós vamos continuar a greve até ter uma resposta favorável. E vamos passar pelas lojas e fechar as portas, principalmente daquelas maiores”⁵²⁵, reforçando que os grevistas continuariam a lutar pelas melhorias para a categoria.

Assim, era recorrente na narrativa da imprensa a falta de concordância entre os representantes dos dois Sindicatos, embora procurassem enfatizar, de forma reiterada, que estavam abertos a negociações. Enquanto, de um lado, as lideranças do Sindicato dos Comerciários destacavam a resistência dos patrões em negociar as cláusulas relativas ao reajuste salarial e a inclusão do tíquete de alimentação e, por esse motivo, estavam “obrigando os trabalhadores a entrarem em greve”; do outro, ao declarar que “a greve foi uma imposição dos dirigentes comerciários”⁵²⁶, o Sindicato dos Lojistas alegava que a cláusula referente ao tíquete não havia sido aprovada em assembleia, justificando que a sua recusa era motivada

⁵²⁴ MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Mais de 25 mil trabalhadores do comércio iniciam greve a partir de hoje. *O Dia*, Teresina, a. 63, n. 17.737, p. 31, 03 jul. 2014.

⁵²⁵ CARVALHO, Pollyana. Lojas do Centro são fechadas novamente. *Meio Norte*, Teresina, a. XIX, n. 8016, p. B/6, 05 jul. 2014.

⁵²⁶ MATHEUS, Luan. Comerciários em greve fazem protesto. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXVII, n. 10.086, p. 1 e 9, 04 jul. 2014.

pela desproporção entre o tamanho dos estabelecimentos comerciais e que os donos de lojas pequenas não tinham como conceder o auxílio.

Diante disso, a entidade representativa dos lojistas divulgou uma nota nos três jornais, frisando que as questões salariais não haviam sido discutidas durante as negociações. Conforme o trecho que segue, reproduzido pelo jornal *Meio Norte*, no dia quatro de julho de 2014, declarou também que:

[...] não existem intransigências nas negociações coletivas por parte da categoria patronal, haja vista terem sido realizadas as três mesas de negociação com a mediação da Superintendência Regional do Trabalho. Na ocasião, foi concedida a data-base da categoria, 1º de junho. Entretanto, não houve avanços nas demais reivindicações anteriormente definidas por que o sindicato laboral condicionou as negociações ao fornecimento de tíquete alimentação. Como a categoria patronal entende que não há como conceder o benefício, os comerciários suspenderam as negociações, informaram do ajuizamento do dissídio coletivo e deflagraram a greve.⁵²⁷

Com relação às atividades dos grevistas durante as manifestações realizadas diariamente, mais uma vez, os jornais empenharam-se em repercutir o clima de tensão presente nas ruas do Centro comercial de Teresina, salientando os tumultos causados pelos Comerciários fazendo piquetes, atos de vandalismo e, sobretudo, obrigando os lojistas e empregados no comércio que não aderiram ao movimento a fecharem as lojas. Destarte, diversas matérias foram publicadas sobre as ações dos manifestantes, ressaltando que a maioria da população se sentia prejudicada com a greve, mesmo compreendendo que a reivindicação dos trabalhadores era justa.

Neste contexto, em edição publicada no dia quatro de julho de 2014, no segundo dia do movimento, o periódico *Meio Norte* divulgou a presença de cerca de 450 manifestantes nos protestos em frente às lojas, fazendo “uso intenso de rojões e bombas caseiras para que os donos dos estabelecimentos fechassem todas as portas”⁵²⁸. Nesta edição, o então deputado estadual Cícero Magalhães se manifestou negando que os Comerciários estivessem à frente dos atos de vandalismo. Tomando ainda como exemplo o noticioso *O Dia*, na mesma data, foi noticiado a quebra de portões e de prateleiras de lojas pelos manifestantes no cruzamento entre as ruas Barroso e Coelho Rodrigues.⁵²⁹

⁵²⁷ RIBEIRO, Efrém. Manifestação fecha lojas do Centro. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8015, p. B/1, 04 jul. 2014.

⁵²⁸ RIBEIRO, Efrém. Manifestação fecha lojas do Centro. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8015, p. B/1, 04 jul. 2014.

⁵²⁹ MARQUES, Beto; PORTELA, Cícero. Greve dos comerciários segue por tempo indeterminado em Teresina. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.738, p. 31, 04 jul. 2014.

Por sua vez, o *Diário do Povo*, em notícia intitulada “Comerciários em greve fazem protesto”, tratando de evidenciar a dimensão conflitiva da mobilização comerciária, reverberou a insatisfação da população com o caos nas ruas do Centro. No editorial, foi reproduzido o seguinte relato da costureira Laura dos Santos, que aguardava a reabertura das lojas para realizar compras: “Eu sei que esse trabalho é sofrido, já trabalhei no comércio e sei que não é fácil e eles precisam mesmo reclamar. Mas, tudo precisa ser feito com respeito, porque com barulheira e confusão eles só assustam a população, que acaba ficando contra o movimento deles. É pior pra eles”⁵³⁰, disse.

Atritos, badernas, confrontos, enfim, o cenário de desordem nas ruas próximas aos estabelecimentos comerciais, nos dias em que transcorreu a greve dos Comerciários, era propalado assiduamente nos noticiários dos jornais teresinenses.

Como já citado, os noticiosos também apresentaram uma narrativa similar, ao tecerem considerações relativas à adesão pequena dos trabalhadores empregados no comércio à greve. Nesse sentido, foram registrados nos periódicos alguns depoimentos de trabalhadores do setor comerciário, justificando a ausência no movimento. A exemplo disso, o editorial intitulado “Comerciários não aderem à greve por medo de perder o emprego” do jornal *O Dia* expôs o seguinte relato: “Eu concordo com tudo, mas não posso comprar a causa porque minhas faltas não serão abonadas e eu serei prejudicada. Não posso correr o risco de perder o emprego, mas com certeza merecemos o que está sendo proposto”⁵³¹, assim afirmou a comerciária Leilane de Sousa, destacando as precárias condições de trabalho e salariais que ela e seus colegas de profissão vivenciavam. Como este, muitos outros depoimentos tiveram presença significativa nas páginas dos jornais impressos de circulação local.

Tendo isso em vista, então, uma das ações empreendidas pelos membros do Sindicato dos Comerciários foi a descentralização do movimento no Centro de Teresina, levando às ruas mais de um grupo com bandeiras, cartazes, faixas e carros de som, com o objetivo de atrair a participação dos trabalhadores nas atividades grevistas e suscitar o fechamento dos estabelecimentos comerciais, como uma forma de pressionar os lojistas a atenderem sua pauta de reivindicações.⁵³²

⁵³⁰ MATHEUS, Luan. Comerciários em greve fazem protesto. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXVII, n. 10.086, p. 1 e 9, 04 jul. 2014.

⁵³¹ COMERCÍARIOS não aderem à greve por medo de perderem o emprego. *O Dia*, Teresina, a. 63, n. 17.743, p. 8, 09 jul. 2014.

⁵³² MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários voltam às ruas e fecham grandes lojas do Centro da Capital. *O Dia*, Teresina, a. 63, n. 17.739, p. 4, 05 jul. 2014; VIANA, Mariana. Grevistas fecham lojas no Centro de Teresina. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXVII, n. 10.087, p. 1 e 9, 05 jul. 2014.

Após a direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina entrar com Dissídio Coletivo de Greve no Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região, no dia sete de julho, foi realizada uma audiência de conciliação com o intermédio do desembargador à época, Francisco Meton Marques, com o objetivo de negociar um acordo com os representantes da classe patronal. Na ocasião, o Sindilojas-PI ofereceu um salário de R\$ 834,00 (oitocentos e trinta e quatro reais), com a condição de que os trabalhadores perdessem as folgas do Carnaval e da Semana Santa, além de se recusar a fornecer o tíquete de alimentação aos empregados no comércio lojista. Apesar de ter se comprometido a analisar a proposta e, em um primeiro momento, aceitar o reajuste salarial oferecido pelos empresários, os representantes da categoria comerciária se opuseram a perda das folgas nos feriados e ao não recebimento do *ticket*, resolvendo manter a paralisação.⁵³³

Todavia, alguns dias depois, mediante nova possibilidade de entrar em acordo com o patronato e, em virtude da participação da Seleção Brasileira nos jogos da semifinal da Copa do Mundo, os jornais noticiaram a suspensão do movimento organizado pelo Sindicato dos Comerciários de Teresina por três dias⁵³⁴. A proposta apresentada durante outra mesa de negociação, sob o intermédio do Tribunal Regional do Trabalho, referente ao piso salarial de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) mais R\$ 6,00 (seis reais) de *ticket* alimentação foi aceita pelos grevistas em assembleia geral. Entretanto, tal sugestão apresentada pelo desembargador à época, Manoel Edilson Cardoso, não foi aprovada pelo patronato. E, dois dias depois, em um encontro entre os membros dos dois Sindicatos, o Sindilojas-PI fez uma contraproposta⁵³⁵, novamente rejeitada pelos Comerciários, os quais voltaram a deflagrar greve.

Neste sentido, no editorial de quinze de julho de 2014 do jornal *Meio Norte*, identificamos uma matéria em que o então secretário geral do Sindicato dos Comerciários de Teresina, Valdivino Nonato de Sousa, se manifestou acerca da contraproposta feita pelos empresários, alegando que os trabalhadores do setor lojista eram um dos únicos segmentos

⁵³³ PORTELA, Cícero. Sindicato recusa proposta de lojistas. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.742, p. 5, 08 jul. 2014; CARVALHO, Pollyana. Greve faz sete dias sem avanço. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8020, p. B/1, 09 jul. 2014.

⁵³⁴ MATHEUS, Luan. Comerciários suspendem greve e avaliam propostas negociadas. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.098, p. 1 e 5, 16 jul. 2014.

⁵³⁵ A contraproposta dos empresários recusada pelos comerciários estipulava um salário de R\$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais); vale alimentação de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) somente para as empresas que tivessem vinte ou mais funcionários; redução do percentual de hora extra de 100% (cem por cento) para 60% (sessenta por cento), bem como acabar com os seguintes feriados: 16 de agosto (aniversário de Teresina), Quinta-feira Santa e Sábado de Aleluia. MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários prometem retorno às ruas amanhã. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.744, p. 2, 10 jul. 2014; CARVALHO, Pollyana. Comerciários retomam greve na segunda-feira. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8023, p. B/4, 12 jul. 2014; MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários rejeitam *ticket* de R\$ 4,50. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.747, p. 2, 23 jul. 2014.

que não possuíam o vale alimentação, pois os supermercadistas e atacadistas já concediam o benefício no valor de R\$ 8,20 (oito reais e vinte centavos) e R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), respectivamente. De acordo com Valdivino de Sousa, “os trabalhadores do comércio não aceitam redução de direitos [...] Por isso, a categoria comerciária retoma a paralisação das atividades. Vamos paralisar o centro comercial em protesto. Vamos continuar a cobrar as reivindicações e a denunciar as irregularidades e exploração”⁵³⁶, reiterou.

Conforme a greve dos comerciários avançava o seu décimo terceiro dia, sem avanços nas negociações com o Sindicato patronal, os lojistas voltaram a abrir parcialmente as lojas. Enquanto o movimento passava por algumas ruas do Centro, os portões dos estabelecimentos eram fechados, como podemos observar na (figura 16). Deste modo, o retorno do conflito grevista também foi destaque na capa da edição de quinze de julho do jornal *O Dia*.

Figura 16 – Capa da edição do jornal *O Dia* sobre a retomada das manifestações dos comerciários e o fechamento das lojas em Teresina



Fonte: MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários voltam às ruas e lojas fecham. *O Dia*, Teresina, a. 63, n. 17.749, p. 1, 15 jul. 2014.

⁵³⁶ RIBEIRO, Efrém. Comerciários em greve fecham lojas no Centro. *Meio Norte*, Teresina, a. XIX, n.8026, p. B/3, 15 jul. 2014.

Com base na análise das reportagens dos jornais diários, foi possível observarmos que, a partir daí, o enfrentamento entre os representantes do Sindicato dos Comerciários e do Sindilojas-PI se agravou de tal forma que as manifestações massivas em frente às lojas do Centro se intensificaram. Portanto, nas matérias publicadas, tornou-se comum o discurso colocando em relevo a divergência entre Comerciários e lojistas, inclusive, com troca de acusações entre ambos.

Firmando sua posição de sustentar que continuariam a lutar pela ampliação de direitos dos trabalhadores comerciários, o Sindicato divulgou uma nota em caráter de orientação para que a população evitasse ir ao Centro nos dias em que os manifestantes estivessem nas ruas. Justificando, assim, que o pedido era uma das formas de manter a greve dos Comerciários fortalecida. Ainda na edição de quinze de julho do jornal *O Dia*, o dirigente sindical Sérgio Brito declarou que “a greve volta a estaca zero”, destacando que a intransigência dos patrões em não ceder, sobretudo, com relação ao fornecimento do tíquete de alimentação por um valor justo era o que estava prolongando o impasse. Além disso, nesse editorial, os Comerciários pontuaram que “o presidente do Sindicato dos Lojistas tenta imprimir ao movimento um clima de terror. A greve dos comerciários, desde o seu primeiro dia, teve caráter estritamente pacífico, reivindicatório, além de denunciar a exploração, assédio moral, preconceito e os baixos salários”.⁵³⁷

Por seu turno, na perspectiva da entidade representativa dos lojistas, a “suposta” greve era um movimento apenas da diretoria do Sindicato dos Comerciários com vistas a ganhar visibilidade na mídia, uma vez que o comércio estava funcionando normalmente, apesar dos clientes se afastarem com os protestos. Desta forma, no editorial *O Dia*, o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Piauí, Luís Antonio Veloso, não só denunciou o movimento paredista, ao declarar que o grupo que estava circulando no Centro praticando vandalismo não eram trabalhadores, justificando que estes não agiriam com violência e desrespeito à lei, como também deslegitimou as reivindicações dos trabalhadores empregados no comércio teresinense ao alegar que o piso salarial da categoria era valorizado frente à situação das categorias profissionais de outras capitais do Norte e Nordeste. Isso por que, de acordo Luís Antonio Veloso, “Teresina é a única capital que paga com acréscimo de 100%,”

⁵³⁷ MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários pedem que população evite o Centro de Teresina. *O Dia*, Teresina, a. 63, n. 17.749, p. 4, 15 jul. 2014.

referente ao pagamento de horas extras, quando Salvador (BA) paga 60% de acréscimo e São Luís (MA) apenas 55%”.⁵³⁸

Convém mencionar que, no cenário político, as reivindicações dos trabalhadores comerciários também foram levadas a Câmara Municipal de Teresina pelo vereador Gilberto Paixão, assim como para Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) por Cícero Magalhães, deputado estadual, com o apoio de outros correligionários do Partido dos Trabalhadores. Deste modo, o jornal *Meio Norte* divulgou que, “em busca da reeleição, Magalhães disse que tem feito do Parlamento um lugar de proposições e projetos a favor do povo do Piauí”⁵³⁹. Neste sentido, no editorial de vinte e seis de julho de 2014 do noticioso foi publicada a matéria “Cícero Magalhães quer defender interesses dos Comerciários”, pontuando que ele vinha se dedicando a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários no Legislativo Estadual.⁵⁴⁰

Na ocasião, o deputado estadual à época defendeu, por exemplo, a redução da jornada de trabalho para trinta e seis horas semanais. Esta questão foi pontuada por Magalhães, ao declarar que:

Quem defende essa jornada insana esquece que a trabalhadora tem tripla jornada, como profissional, mãe e dona de casa. A gente precisa acabar com isso. Nós defendemos ainda o fim do banco de horas, pois assim estaremos realmente gerando empregos e melhorando a qualidade de vida do trabalhador.⁵⁴¹

Ao divulgar a proposta de implantação da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários, outrossim, o periódico *Balcão* evidenciou a iniciativa de Magalhães e Paixão, tendo em vista que o vereador apresentou a proposta aos membros da Câmara Municipal, possibilitando, assim, que estes pudessem discutir e defender os interesses da categoria comerciária teresinense. Com isso, justificando que “os deputados estaduais e os vereadores

⁵³⁸ MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comerciários pedem que população evite o Centro de Teresina. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.749, p. 4, 15 jul. 2014.

⁵³⁹ CÍCERO Magalhães quer defender interesses dos comerciários. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8037, p. A/4, 26 jul. 2014.

⁵⁴⁰ A apresentação da proposta Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários foi realizada durante solenidade, em dezenove de maio de 2014, na ALEPI. O evento contou com a presença do (a): senador Wellington Dias (PT/PI); deputado federal Assis Carvalho (PT/PI); Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços no Estado do Piauí (FETRACOMPI), Marcos de Holanda Moura; Diretor Secretário da (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Lourival Figueiredo Melo; deputado estadual Ismar Marques; vereador Gilberto Paixão; e a representante das mulheres comerciárias, Francisca das Chagas. Ver: FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL (Piauí). In: Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Comerciários. Relatório de Atividades 2013-2014, **Departamento de Relações Institucionais**. Brasília, 2015, p. 51-52. Disponível em: https://www.cntc.org.br/wp-content/uploads/2015/08/WEB_RELAT_ATIVIDAD_2015.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

⁵⁴¹ CÍCERO Magalhães quer defender interesses dos comerciários. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8037, p. A/4, 26 jul. 2014.

de Teresina passam a ter maior compromisso com a categoria, debatendo seus problemas, acompanhando as negociações e buscando aperfeiçoar a legislação para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do setor do comércio”.⁵⁴² De acordo com o editorial interno do Sindicato dos Comerciantes, a referida proposição ainda seria votada e o seu requerimento contou com a adesão de mais de vinte deputados estaduais.

Voltando para a greve, à medida que passava os dias, a mobilização dos Comerciantes de Teresina foi ganhando cada vez mais força. Na edição de vinte e seis de julho de 2014 do jornal *O Dia* foi publicada uma matéria destacando que, pela primeira vez, os grevistas conseguiram manter as lojas do Centro totalmente fechadas durante todo o dia. A publicação, em destaque na primeira página do jornal, foi intitulada “Comerciantes fecham lojas por mais de 7h”⁵⁴³, assinada por Nayara Felizardo. Nela, a jornalista informou que aumentou o número de manifestantes, os quais adotaram como estratégia a divisão em grupos espalhados por todo o Centro, dificultando o funcionamento do comércio lojista.

Em notícia publicada na mesma data, o noticioso *Diário do Povo* revelou que a greve já havia completado vinte e dois dias no dia anterior. A matéria “Greve dos comerciantes tumultua o Centro”, em tom de denúncia, relatou que “os grevistas jogaram ovos nos vidros de um estabelecimento e houve princípio de tumulto com os seguranças da loja”. A insatisfação do Sindicato patronal foi manifestada nesta edição, ao divulgar uma nota enviada pela direção do Sindicato dos Lojistas, afirmando que estava prevista para dia 28 de julho uma reunião com o juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí. Porém, de acordo com o presidente do Sindilojas-PI, Luís Antonio Veloso, os líderes do movimento grevista não quiseram esperar. Para ele, “a greve nada mais é um ato de cunho político e com o clima de conflito instaurado não é possível negociação”. Mais do que isso, o dirigente afirmou que “os comerciantes querem guerra. Eles não deixam ninguém trabalhar, não estão garantindo o direito de ir e vir. Na minha loja, teve seguranças agredidos na sexta e eu não vou fazer acordo nenhum enquanto eles não saírem das ruas”.⁵⁴⁴

Por sua vez, na reportagem do jornal *Meio Norte*, foi abordada os prejuízos acumulados com o fechamento de praticamente todas as lojas do Centro comercial. Conforme noticiado no periódico, “o gerente de uma loja na rua Álvaro Mendes, José Francisco Alves, conta que essa manifestação foi a mais prejudicial às vendas. ‘Nunca tínhamos ficado tanto

⁵⁴² FRENTE parlamentar em defesa dos comerciantes. **Balcão**, Teresina, n. 255, 27 jun. 2014.

⁵⁴³ FELIZARDO, Nayara. Comerciantes fecham lojas por mais de 7 horas. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.760, p. 2, 26 jul. 2014.

⁵⁴⁴ VIANA, Mariana. Greve dos comerciantes tumultua Centro. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.108, p. 1 e 9, 26 jul. 2014.

tempo com as portas fechadas e isso afasta os clientes. Nas outras vezes, nós fechávamos por no máximo meia hora ou 40 minutos”⁵⁴⁵. Na edição seguinte, o *Meio Norte* voltou cobrir o fechamento total das lojas, além de novamente evidenciar os prejuízos com as vendas, tendo em vista que se aproximava o feriado do Dia dos Pais, sem que houvesse sinalização de acordo entre os dois Sindicatos. Ao finalizar a reportagem, o editorial lançou mão da posição do diretor de base do Sindicato, Sérgio Brito, reforçando os motivos que levaram os Comerciantes a retomar a greve, mas também do presidente do Sindilojas-PI, o qual alegou a intransigência da entidade comercial, conforme o trecho que segue:

“Nós, através do Tribunal do Trabalho, tivemos uma proposta que não era muito o que queríamos, mas aceitamos, nós queremos, pelo menos, que volte a proposta anterior para fechar a negociação. Essa proposta foi costurada com o Tribunal junto com os lojistas, mas na hora “H”, os lojistas voltaram atrás”. A categoria já tinha aprovado os R\$ 820,00 de salário e ticket de alimentação no valor de R\$ 6,00. Porém, Luiz Antonio Veloso afirma que, na verdade, os comerciantes desrespeitaram uma ordem do juiz. “Eles prometeram parar para renegociar, mas não cumpriram. A proposta foi para na nossa assembleia e para a deles. Na deles, foi aceita, mas na nossa, não. O juiz pediu para eles esperarem até segunda (28), mas não esperaram”⁵⁴⁶.

Em vinte e sete de julho, o *Diário do Povo* veiculou na primeira página a imagem de alguns manifestantes em frente às lojas fechadas e clientes aguardando atendimento, haja vista que era o segundo dia consecutivo que os protestos forçaram o fechamento total do comércio. O periódico informou que o movimento grevista reuniu cerca de cem comerciantes, também destacou a presença da Polícia Militar, a fim de “coibir eventuais abusos”. Ainda nesta edição, a então secretária do Sindicato dos Comerciantes, Maria Rosário Assunção, que também ocupava um cargo na diretoria nacional da CUT, informou que, no ano de 2014, tinham pelo menos cinquenta mil comerciantes no Estado do Piauí. E, em Teresina, eram mais de vinte mil trabalhadores do setor.⁵⁴⁷

No final do mês de julho de 2014, os jornais diários noticiaram que alguns lojistas começaram a fechar acordo individualmente com os Comerciantes de Teresina. Por conseguinte, algumas lojas de grande porte foram liberadas para funcionar, dentre elas, Riachuelo, C&A, Noroeste e *Le Biscuit*. Não obstante, os Comerciantes permaneceram nas ruas fazendo piquetes e interrompendo a abertura dos estabelecimentos comerciais que não haviam assinado acordo com os representantes da entidade comercial.

⁵⁴⁵ COMERCIÁRIOS retomam greve em Teresina. *Meio Norte*, Teresina, a. XIX, n.8037, p. B/6, 26 jul. 2014.

⁵⁴⁶ ARAÚJO, Flávia. Greve pode prejudicar Dia dos Pais. *Meio Norte*, Teresina, a. XIX, n.8038, p. A/7, 27 jul. 2014.

⁵⁴⁷ COMERCIÁRIOS fazem novo ato e fecham lojas no Centro. *Diário do Povo*, Teresina, a. XXVII, n. 10.109, p. 1 e 5, 27 jul. 2014.

Em vinte e nove de julho, em matéria denominada “45% das empresas fecham acordo com o Sindicato dos Comerciários”⁵⁴⁸, o jornal *O Dia* noticiou que as empresas que aceitaram o acordo individual negociaram com o Sindicato as seguintes condições: salário mensal do R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais); *ticket* alimentação no valor de R\$ 6,00 (seis reais) por dia; reajuste de 8% (oito por cento) para quem ganhava acima do piso; pagamento de R\$ 38,00 (trinta e oito reais) para os domingos de Natal, além das propostas acordadas anteriormente, como folgas no feriado de Carnaval, Semana Santa e em outros feriados.

Após vinte e seis dias do início do conflito grevista, enquanto o jornal *O Dia* publicava reportagens evidenciando o início do consenso entre Comerciários e lojistas, os editoriais do *Diário do Povo* e *Meio Norte* avaliavam que ainda não havia previsão para que funcionários do comércio e empresários chegassem a um acordo. Em tom de denúncia, estes dois jornais destacaram a presença de adolescentes e idosos nos piquetes organizados pelos grevistas chegando, inclusive, a cogitar a possibilidades que fossem contratados pelo Sindicato, levantando dúvidas sobre a legitimidade da greve. Sobre a participação de integrantes no movimento de pessoas que não aparentavam serem trabalhadores do comércio, um dos dirigentes do Sindicato dos Comerciários, Salomão Pereira, defendeu que tinham o apoio de membros de outros Sindicatos, igualmente filiados a CUT piauiense, além de pessoas desempregadas e familiares de trabalhadores do comércio teresinense.⁵⁴⁹

Em trinta de julho de 2014, os jornais diários divulgaram o fim da greve no comércio de Teresina. Com a intermediação do Tribunal Regional do Trabalho, os Comerciários de Teresina decidiram fechar acordo com os lojistas da capital que, por sua vez, aceitaram aumentar o piso salarial para R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) mensais e pagar o *ticket* alimentação no valor de R\$ 6,00 (seis reais) por dia aos trabalhadores, como vimos, estas foram as principais reivindicações que suscitaram o impasse entre as duas entidades.⁵⁵⁰

Encerrada a greve, um mês após o comércio voltar a funcionar como de costume, na edição de dez de setembro de 2014 do periódico *Balcão*, os Comerciários comemoravam, especialmente, a inclusão do tíquete de alimentação na Convenção Coletiva de Trabalho 2014-2015 (figura 17). De acordo com o noticioso, a partir daquele momento, todos os

⁵⁴⁸ LOPES, Isabela; PASSOS, Virgínia. 45% das empresas fecham acordo com o Sindicato dos Comerciários. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.763, p. 5, 29 jul. 2014.

⁵⁴⁹ VIANA, Mariana. Greve no comércio sem previsão para terminar. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.111, p. 1 e 9, 29 jul. 2014; ADOLESCENTES participam de piquete na greve dos comerciários. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8040, p. B/8, 29 jul. 2014.

⁵⁵⁰ FELIZARDO, Nayara. Comerciários aceitam piso de R\$ 820 e encerram greve de 26 dias. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.764, p. 6, 30 jul. 2014; VIANA, Mariana. Após três semanas, lojas do Centro reabrem parcialmente. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.112, p. 1 e 10, 30 jul. 2014; RIBEIRO, Efrém. Após acordo, greve chega ao fim. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8041, p. B/1, 30 jul. 2014.

trabalhadores do setor de comércio e serviços com jornada acima de seis horas teriam direito ao recebimento do auxílio. Na publicação, os dirigentes do Sindicato avaliavam que a Convenção daquele ano foi marcada por conquistas significativas para categoria.⁵⁵¹

Figura 17 – Capa da edição do jornal *Balcão* sobre o fim da greve de 2014

fepi FILIADO À CUT **BALCÃO** SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERESINA - 1909/2014

(86) 9487-9132 | @sindicatocomerciariorho | @sindicatocomerciariorho | @sindcomThe | https://www.youtube.com/user/sindcomteresina

PARA JORNADA DE TRABALHO ACIMA DE 6 HORAS

TICKET ALIMENTAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS

A inclusão do ticket alimentação na Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015 é a maior conquista da categoria comerciária de Teresina dos últimos 20 anos. Esta conquista passa a ser um direito de todos os trabalhadores no comércio e serviços e não pode mais ser retirada da Convenção. O benefício é retroativo a 1º de junho, data-base da nossa categoria. O valor inicial é de R\$ 6,00 mas pode ser reajustado nas convenções que virão.

Páginas 2 e 3
Confira as conquistas das Convenções
Em relação ao fechamento das convenções coletivas, o ano de 2014 está sendo excelente. Várias conquistas foram incluídas nas convenções deste ano.

Páginas 2 e 3
Casa das Linhas não honra palavra e prejudica os Trabalhadores
A loja concordou em fornecer o ticket alimentação no valor de R\$ 7,50 para todos os trabalhadores, inclusive para os que trabalham jornada de seis horas e depois voltou atrás.

Página 4

Trabalhadores do comércio indignados com a exploração, lutando por melhores condições de trabalho.

DETERMINAÇÃO, RAÇA E CORAGEM: DIRETORIA foi à luta sem MEDO
Uma conquista que ficará marcada na história. Com determinação, luta e coragem, a atual diretoria do Sindicato dos Comerciantes de Teresina foi pra luta sem medo. A atual diretoria, com o apoio da categoria e de parceiros, enfrentou longas negociações e reuniões para fazer valer nossos direitos. Enfrentou a ira, as ameaças e intimidações dos segurancas particulares do setor patronal e da polícia. A vitória é de todos. A luta continua.

Páginas 2 e 3
Valo alimentação é um direito dos Comerciantes
A greve da categoria comerciária durante 24 dias, com manifestações no centro

Fonte: *TICKET* alimentação é um direito de todos. *Balcão*, Teresina, p. 1, 10 set. 2014.

Em maio de 2016, em meio ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, os Comerciantes anunciaram o início da Campanha Salarial 2016-2017, momento em que as reivindicações da categoria referentes a melhores condições de trabalho e a questão salarial, em virtude das perdas causadas com o aumento inflacionário, seriam apresentadas a classe patronal.

Destarte, a edição de vinte de junho de 2016 do jornal *Balcão* foi inteiramente voltada para anunciar a deflagração da greve no comércio de Teresina, além de divulgar outras ações sindicais que antecipariam a mobilização grevista, suscitada pelo impasse nas negociações dos representantes do Sindicato dos Comerciantes com os lojistas e, por conseguinte, o não fechamento da Convenção Coletiva de Trabalho. Na publicação, os comerciantes alegaram

⁵⁵¹ *TICKET* alimentação é um direito de todos. *Balcão*, Teresina, p. 1, 10 set. 2014.

que os patrões propuseram a retirada da antecipação salarial, o aumento da jornada de trabalho no período natalino, bem como o reajuste salarial baseado na inflação para o piso salarial e o *ticket* alimentação. Em contrapartida, os Comerciários apresentaram as seguintes reivindicações: reajuste linear de 10% (dez por cento) para piso, *ticket* alimentação, domingo trabalhado e para quem ganhava acima do piso e, por fim, a manutenção das cláusulas presentes nas Convenções anteriores.⁵⁵²

Na semana seguinte, em matéria intitulada “Greve no comércio dia 1º de julho”, o *Balcão* noticiou que os Comerciários realizaram uma assembleia geral decidindo efetivamente pela deflagração da greve, visto que não chegaram a um consenso com o Sindicato laboral quanto a um reajuste salarial equiparado à inflação. No dia vinte e quatro de junho, foi realizada uma paralisação de advertência, resultando no fechamento de grande parte das lojas no Centro comercial, a fim de pressionar os lojistas a oferecerem uma contraproposta.⁵⁵³ Todavia, na data prevista para iniciar o movimento, os jornais de circulação local divulgaram que um acordo entre os representantes do Sindilojas-PI e os Comerciários de Teresina cancelou a greve.

Apresentando uma narrativa semelhante, os editoriais de primeiro de julho de 2016 dos jornais *O Dia*⁵⁵⁴ e *Meio Norte* divulgaram que, por intermédio da Justiça de Trabalho, a Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2017 havia sido assinada pelas duas entidades. Nela, o piso salarial, o *ticket* alimentação, o domingo trabalhado e o índice para quem recebia acima do piso foram reajustados em 9,82%, próximo ao que foi reivindicado pelo Sindicato⁵⁵⁵. Neste sentido, o secretário geral do Sindicato dos Comerciários, Valdivino Nonato dos Santos, em reportagem ao jornal *Meio Norte* afirmou que, diante da crise econômica pela qual o país passava, o índice de reajuste era considerado aceitável. Ainda segundo o dirigente, “em outros Estados, muitos acordos foram fechados com índices abaixo da inflação. Além de mantermos

⁵⁵² COMERCÍARIOS fazem manifestação dia 24/06 e já discutem greve. **Balcão**, Teresina, n. 267, p. 1, 20 jun. 2016; COMERCÍARIOS ameaçam greve na sexta. **Meio Norte**, Teresina, a. XXI, n. 8741, p. 6, 29 de jun. de 2016.

⁵⁵³ GREVE no comércio dia 1º de julho de 2016. **Balcão**, Teresina, n. 268, p. 1, 27 jun. 2016.

⁵⁵⁴ PORTELA, Cícero. Lojistas e comerciários fecham acordo e greve não acontecerá. **O Dia**, Teresina, a. 65, n. 18.462, p. 7, 01 jul. 2016.

⁵⁵⁵ De acordo com o jornal *Balcão*, o piso dos trabalhadores (as) do setor lojista aumentou para R\$ 981,79 (novecentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos); o *ticket* ficou em R\$ 7,25 (sete reais e vinte e cinco centavos); o domingo trabalhado foi fixado em R\$ 45,57 (quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). Outros setores do comércio, como os supermercadistas e atacadistas, haviam fechado suas convenções de trabalho antes. O piso dos trabalhadores (as) em supermercados aumentou para R\$ 1.035,43 (mil e trinta e cinco reais e quarenta e três centavos); o *ticket* em R\$ 9,83 (nove reais e oitenta e três centavos); o domingo trabalhado passou para R\$ 52,71 (cinquenta e dois reais e setenta e um centavos). No setor atacadista, o piso aumentou para R\$ 1000,00 (mil reais); o *ticket* para R\$ 9,00 (nove reais) e, para ambos, 9,82% de reajuste para quem ganhava acima do piso. **RENOVADA** convenção de trabalho. **Balcão**, Teresina, p. 3, 17 ago. 2016.

o índice de reajuste pela inflação, não tivemos retrocessos, como queriam os empresários, ao ameaçarem acabar com a antecipação salarial”.⁵⁵⁶

⁵⁵⁶ CARVALHO, Pollyana. Comerciantes desistem da greve. **Meio Norte**, Teresina, a. XXI, n. 8742, p. 6, 01 de jul. 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução da Tese, o objetivo principal deste estudo foi analisar a organização político-sindical dos Comerciários de Teresina, no período entre 2000 e 2016, destacando como a participação político-partidária das lideranças deste Sindicato definiu suas ações sindicais. Buscamos, também, caracterizar a relação entre o Sindicato e a CUT piauiense, as ações coletivas (campanhas salariais, paralisações e greves), assim como discutir as experiências sindicais e políticas desses sujeitos coletivos.

No que diz respeito ao percurso metodológico e às fontes, além da História Oral por meio da coleta e transcrição de entrevistas realizadas com lideranças comerciárias que atuaram na arena política, analisamos alguns documentos levantados na sede da entidade (editais de convocações, estatutos, regimentos, atas de assembleias, panfletos e o editorial *Balcão*) e as matérias publicadas nos jornais diários teresinenses *O Dia*, *Diário do Povo* e *Meio Norte*. A partir destas fontes, foi possível refletirmos acerca da atuação sindical e política dos Comerciários teresinenses nas diversas relações de classe que marcaram as suas experiências, direcionando o nosso olhar para: a luta contra a extensão do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados; a precarização do trabalho neste setor, por meio de análise das condições e relações de trabalho da categoria, da composição da força de trabalho dos trabalhadores comerciários; e, por fim, as dinâmicas coletivas.

No primeiro capítulo realizamos uma discussão em torno das categorias analíticas classe trabalhadora, sindicato e Estado, a partir das contribuições de estudiosos fundamentados na tradição materialista histórica. Nesse sentido, percebemos que é imprescindível superar as concepções estreitas de classe trabalhadora. As reflexões desenvolvidas pelos autores marxistas com os quais dialogamos no texto apresentam uma convergência e evidenciam a necessidade de se colocar em relevância a atualidade desses conceitos, como também defendem sua potencialidade e validade para a compreensão da realidade no capitalismo contemporâneo. Portanto, acreditamos que os referenciais thompsiniano e gramsciano se apresentaram como instrumentos teóricos imprescindíveis para refletirmos acerca das ações desses sujeitos coletivos de forma relacional.

Nesse esforço de compreender as categorias de análise é que buscamos analisar as relações estabelecidas entre os Comerciários de Teresina (membros da direção do Sindicato) e a categoria comerciária, bem como sua atuação no campo político partidário. Depreendemos, então, que essas relações estão entrelaçadas, assim como são atravessadas por disputas e

tensões. Deste modo, analisamos as ações dos dirigentes sindicais, destacando suas relações no interior da própria classe e do Estado. Em conformidade com os autores discutidos, acreditamos que a luta de classes coloca desafios que precisam ser compreendidos e elevados a condição de conceito.

Além disso, realizamos uma discussão acerca do cenário sindical brasileiro e piauiense no contexto dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) do Partido dos Trabalhadores. Contudo, para que pudéssemos compreender a conjuntura em que este partido oriundo do movimento sindical chegou ao poder, consideramos pertinente contextualizar como se deu sua origem, a partir dos anos 1980, por meio das propostas de transformação constituídas pelas organizações da classe trabalhadora, assim como discutir a crise do sindicalismo brasileiro na década de 1990, com a adoção da política neoliberal. Destarte, dialogamos com autores que evidenciaram a fragmentação no seu interior, a sua reconfiguração e reduzida capacidade de mobilização. Problematizamos, ainda, as relações estabelecidas com as centrais sindicais, principalmente, a CUT e, a partir da cisão desta, o surgimento de novas centrais. Nessa perspectiva, concordamos com o pensamento de alguns estudiosos do campo historiográfico e das ciências sociais que sustentam o transformismo do partido petista e a perda do protagonismo político do movimento sindical.

No mesmo período, assistimos a uma ascensão do PT como principal força política no cenário político estadual. Logo, foi neste contexto que os representantes da categoria comerciária teresinense buscaram uma participação política. Em nosso estudo, partimos da hipótese de que a projeção de algumas lideranças comerciárias no comando da CUT piauiense serviu para projetá-las politicamente. Depreendemos, então, que a participação das lideranças sindicais no comando da CUT e na militância do Partido dos Trabalhadores suscitou uma experiência de luta marcada pela negociação sem grandes conflitos com o governo petista, uma vez que o Sindicato dos Comerciários de Teresina e a CUT mantiveram-se alinhados.

Nas publicações do jornal *Balcão*, sobretudo, foi possível identificarmos o posicionamento político e esse alinhamento no discurso dos representantes da entidade comerciária. Embora houvesse críticas às medidas neoliberais do governo Lula, ao explicar o aumento do desemprego, por exemplo, não observamos contestações quanto à postura colaboracionista da central cutista aos governos do PT. Em seu depoimento, Gilberto Paixão, atual secretário geral da entidade comerciária, destacou a importância dessa aproximação que, segundo ele, possibilitou uma relação com outras diversas categorias de trabalhadores, entidades sindicais e partidos políticos de esquerda.

Como citado extensivamente neste trabalho, o sindicalista comerciário Cícero Magalhães elegeu-se vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 2002, tendo exercido outros mandatos nos anos seguintes. Em 2013, Gilberto Paixão também assumiu o cargo de vereador pelo mesmo partido. De fato, ambos sustentaram uma posição de defensores dos interesses da categoria comerciária na Câmara Municipal de Teresina e na Assembleia legislativa do Piauí.

Contudo, se, por um lado, o relato de Magalhães destaca a saída do Sindicato após ter sido eleito, em suas próprias palavras, “por ter uma visão de que não tinha como levar as duas coisas”⁵⁵⁷, por outro, Paixão justifica a sua permanência à frente da direção como algo natural, visto que para ele “não é fácil constituir liderança”⁵⁵⁸. Enquanto o primeiro buscou apenas manter uma relação de proximidade com a entidade sindical, o segundo se afastou dos quadros diretivos somente durante o seu mandato como vereador (2013-2016). Diante desse quadro, no período estudado, observamos que as sucessivas gestões dos Comerciários de Teresina vivenciaram o problema da burocratização sindical.

Esse cenário contraditório se intensificou após a eleição dos dirigentes em cargos políticos, confirmando a “ampliação do Estado”, como teorizado por Gramsci. A participação política foi apontada pelos entrevistados como um avanço significativo, tendo em vista que contribuiu para o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela direção da entidade. Embora tenha sido importante para respaldar as reivindicações da categoria, a postura combativa e mobilizatória dos representantes dos comerciários, ao fazermos um levantamento nos arquivos da Câmara Municipal de Teresina acerca dos projetos de lei propostos, observamos que foram poucas as pautas voltadas para a classe. De acordo com o relato dos entrevistados, tanto Magalhães como Paixão tentaram, por exemplo, aprovar o projeto que obrigava a contratação de empacotadores nos supermercados da capital, porém ambos não obtiveram êxito.

No segundo capítulo, verificamos que os Comerciários de Teresina utilizaram o periódico *Balcão* como um instrumento de luta para denunciar as irregularidades existentes nas condições de trabalho e salariais da categoria e, principalmente, a regulamentação do horário de trabalho do comércio aos domingos e feriados, cuja discussão se manteve na pauta do jornal no decorrer da primeira década de 2000. Como vimos, a mobilização coletiva dos representantes deste Sindicato se deu de diferentes formas: protestos constantes na imprensa

⁵⁵⁷ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

⁵⁵⁸ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

sindical, ações judiciais, passeatas, paralisações e a proximidade política com membros do Partido dos Trabalhadores. Quanto à linha editorial do jornal, constatamos que predominou o discurso combativo presente nas matérias referentes às arbitrariedades patronais. Entendemos, portanto, que o posicionamento construído no discurso jornalístico do *Balcão* trata-se uma representação dos interesses defendidos pelos dirigentes sindicais, do que se entende ser de interesse da categoria comerciária.

Não obstante, ao analisarmos as matérias publicadas neste periódico, foi possível identificarmos os argumentos em que se baseavam a reivindicação do repouso dominical, quais as estratégias de luta e de negociação, as denúncias envolvendo os empresários, a presença de militantes de partidos de esquerda e interferência política (membros do PT), as manifestações, passeatas e, inclusive, uma greve de uma grande rede de supermercados na capital, o Comercial Carvalho.

Ademais, a partir da leitura e análise das matérias publicadas no *Jornal do Comércio*, concluímos que as suas publicações tinham o propósito de legitimar a abertura do comércio carioca aos domingos e feriados. Percebemos também que o discurso conciliatório prevaleceu, na medida em que o periódico reiterou, em diversos momentos, o consenso existente entre a entidade patronal e comerciária, cuja negociação se dava por meio de Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho. Outro ponto que deve ser destacado refere-se à linha editorial do jornal que, definido de acordo com os interesses de empresários, deu visibilidade às notícias relacionadas ao Sindilojas-Rio, representante da classe patronal.

Por outro lado, são escassas as matérias que contemplavam a atuação sindical dos Comerciários do Rio de Janeiro, as quais ficaram restritas aos Acordos Coletivos firmados com o patronato. Isto posto, com relação ao Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, nas publicações não identificamos a sua relação com a base, estratégias de luta, relatos de greves tampouco denúncias de irregularidades nas condições de trabalho e salariais, exceto raras notícias sobre reajustes salariais e o não cumprimento das regras de funcionamento do comércio aos domingos e feriados, no que diz respeito ao pagamento de horas extras e repouso semanal.

No caso teresinense, constatamos uma articulação mais acentuada da entidade e a busca de apoio de outros movimentos organizativos e do partido petista, ainda que não tenhamos identificado resultados concretos com essa aproximação. No caso carioca, a aproximação dos sindicatos patronal e laboral favoreceu a legitimação dos acordos coletivos firmados entre ambos, evitando conflitos aparentes.

No terceiro capítulo, com um olhar direcionado para a precariedade do trabalho no setor comerciário teresinense, observamos que a força de trabalho foi marcada por diversos problemas, tais como: a grande rotatividade, o desemprego elevado e péssimas condições salariais e de trabalho. Como aponta Eloísa Betti (2017), a dimensão de gênero do trabalho precário representa um problema global. À vista disso, a análise do periódico interno do Sindicato dos Comerciários e das matérias publicadas nos jornais de circulação local nos possibilitou revelar o cotidiano das mulheres trabalhadoras comerciárias, que vivenciaram problemas ligados à maternidade, assédio moral, assédio sexual e impedimento de participação sindical. Para dentro dessa discussão de relações de exploração e opressão, fizemos uma abordagem sucinta das categorias classe, gênero e raça, imprescindível para fundamentarmos a discussão em torno da questão da precarização do trabalho no comércio.

A reflexão proposta nesse capítulo terceiro iniciou com uma discussão que propôs uma problematização das definições teóricas sobre trabalho precário. Nesse sentido, dialogamos com autores que percebem a precarização do trabalho como resultado das metamorfoses do mundo do trabalho e da relação entre capital e trabalho. Também, discutimos a relação entre a precarização e o sindicalismo, de como refletiu na organização e representação dos trabalhadores precários, dificultando a ação mobilizadora das entidades sindicais. Para Galvão e Krein (2018), a própria estrutura sindical e as especificidades da estrutura ocupacional brasileira, marcada pela heterogeneidade e informalidade ajudam a explicar esse quadro.

Essa discussão nos possibilitou refletir sobre como a precariedade do trabalho no comércio de Teresina repercutiu nas experiências de organização e de mobilização dos comerciários. Para além do discurso combativo, colocando em evidência a oposição de interesses de trabalhadores e patrões, nas matérias publicadas no jornal *Balcão* e nos relatos dos entrevistados, constatamos que os dirigentes sindicais incorporaram as ações de caráter assistencialista mais como uma forma de atrair a categoria. Entretanto, a nosso ver, as lideranças sindicais não conseguiram formar politicamente sua base e seus militantes, tendo em vista que a categoria comerciária apresentou como características: a baixa sindicalização, o não comparecimento a atos, manifestações e assembleias por ocasião das campanhas salariais e um número reduzido de greves.

Com base na sua atuação sindical e política, constatamos que, dentre os repertórios de ação dos Comerciários, destacaram-se as pesquisas de opinião pública, - relevando problemas relativos a baixos salários, longas jornadas de trabalho, não assinatura da carteira de trabalho, discriminação sexual, de gênero e racial -, as reclamações na Justiça, campanhas de filiação, denúncias de assédio sexual e moral no local de trabalho. No âmbito político, as ações dos

representantes dos trabalhadores comerciários ficaram restritas a proposição de audiências públicas na Câmara Municipal e Assembleia Legislativa para discutir essa questão.

No quarto capítulo, o foco de análise recaiu sobre as campanhas salariais, paralisações, piquetes e greves empreendidas pelos Comerciários de Teresina. Em nosso estudo, abordamos a relação muitas vezes conflituosa entre a entidade e a opinião pública. Não obstante, as matérias jornalísticas nos ajudaram a compreender, principalmente, a mobilização dos representantes dos trabalhadores comerciários em torno de suas campanhas e reivindicações, por meio da pressão exercida sobre a classe patronal durante as greves.

Nas greves analisadas, a relação entre a entidade laboral e patronal foi marcada pelo impasse nas negociações e, com isso, a necessidade de intervenção da Justiça para que chegassem a um consenso. No que se refere às estratégias de conflito e de negociação, a dinâmica das atividades grevistas dos Comerciários de Teresina não apresentou mudanças. Destacando-se, assim, as denúncias e trocas de acusações entre os representantes dos dois Sindicatos na imprensa local. Somado a isso, os Comerciários organizaram diversas manifestações de rua, paralisações de advertência, piquetes, utilizando-se, inclusive, do apoio de outras entidades sindicais também filiadas a CUT piauiense.

Além disso, constatamos que o reajuste salarial foi um dos principais fatores de mobilização da categoria, predominando como a principal reivindicação ao longo das duas greves empreendidas pelos membros do Sindicato dos Comerciários de Teresina nos anos de 2011 e 2014. Além disso, como explanamos, apareceram reivindicações ligadas à adoção e melhoria do auxílio alimentação, condições de trabalho, participação nos lucros e redução da jornada de trabalho. Outras demandas referentes ao piso salarial, adicional de horas extras e fim do assédio moral e sexual também foram expressivas.

Nas memórias das lideranças sindicais, os trabalhadores comerciários lograram conquistas por meio dos conflitos grevistas, ainda que não tenham resultado no atendimento total de suas reivindicações. Eles avaliam o êxito das ações coletivas através dos seguintes elementos: a conquista de benefícios importantes, a exemplo da adoção do *ticket* alimentação, a regulamentação da jornada de trabalho, haja vista que consideram importante o empregado no comércio ser remunerado pelo trabalho aos domingos e feriados e, principalmente, os aumentos salariais conquistados nesse período.

Para concluir, estudar o tema sindicalismo comerciário de Teresina foi um grande desafio tendo em vista não só o recorte temporal a que nos propomos discutir, como também as transformações sociais, econômicas e políticas vividas nos últimos anos. Nesta Tese, buscamos refletir sobre uma série de problemas e questões que envolvem o nosso objeto de

estudo: ação sindical e política; organização e representação da categoria comerciária; a trajetória e experiências históricas desses sujeitos; as múltiplas desigualdades que permeiam as trabalhadoras e os trabalhadores do setor do comércio teresinense. Por fim, importa ressaltar que, nesse estudo, buscamos trazer uma contribuição para a historiografia brasileira e piauiense dando visibilidade a experiências de trabalhadores tão pouco estudados e que, por outro lado, foram bastante explorados e oprimidos no decorrer de suas trajetórias coletivas.

FONTES

1 IMPRESSOS

1.2 Periódicos

Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro (1980-1989; 1990-1999; 2000-2009; 2010)

Sindicato dos Comerciários de Teresina (clipagem)
Arquivo Público do Estado do Piauí - APPI
Jornal O Dia, Teresina (2000-2016)
Diário do Povo, Teresina (2000-2016)
Meio Norte, Teresina (2000-2016)

Sindicato dos Comerciários de Teresina
Balcão, Teresina (2000-2016)
Outras fontes: atas, estatutos, panfletos.

1.3 Documentação Municipal

Acesso on-line
Prefeitura Municipal de Teresina - Legislação Municipal de Teresina
Código Municipal de Postura, Leis, Decretos.

1.4 Legislação

Acesso on-line
Leis, Medidas Provisórias

REFERÊNCIAS

1 BIBLIOGRAFIA

1.1 Livros

AGUENA, Paulo (Org.). **O marxismo e os sindicatos:** Marx, Engels, Lenin e Trotski. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Manual de História Oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (Org.). **História oral e movimento social:** narrativas públicas. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo:** Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru, 2003.

ANTUNES, Ricardo. A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 101-117.

_____. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: NETTO, José Paulo (org.). **IV Curso Livre Marx-Engels.** Marx: a criação destruidora. Boitempo Editorial, 2013, p. 31-33. Disponível em: <https://marxcriacaodestruidora.files.wordpress.com/2013/05/apostila-iv-curso-livre-marx-engels-boitempo-editorial-e-sesc-pinheiros.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cíntia. As relações perigosas entre gênero e classe. In: **Feminismo e marxismo:** entre casamentos e divórcios. Lisboa: Edições Combate, 2010, p. 85-121.

BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 263-275.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012. p. 187-221.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 2, 2010.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

LIMA, Solimar Oliveira. O Governo Wellington Dias, políticas públicas e o desenvolvimento do Piauí (2003-2010). In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela. (org.) **Governo e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009, p. 161-185.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: ensaios em direção a uma história global do trabalho**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: OUVINÃ, Hermán; REY, Mabel Cristina Thawaites (org.). **Estados em disputa: auge y fractura del ciclo de impulsionación al neoliberalismo en América Latina**. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Coletivo, 2018, p. 90-120.

MATTOS, M. B; TERRA, P. C. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In: MATTOS, M. B.; TERRA, P. & VARELA, R. (Orgs.). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 193-194.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2012.

_____. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009a.

_____. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENDES, Álvaro. **Breve história da imprensa sindical no Brasil**. Cadernos da Comunicação. Série Estudos. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 95-135.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida e FERRAZ, Marcos (Orgs.). **O Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Imprensa periódica como fonte para a pesquisa sobre os direitos do trabalhador. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 123-144.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre. Trajetória econômica piauiense na transição antecipada para a sociedade de serviços. In: **Piauí: trajetória e transição econômica**. Teresina: CEPRO, 2019, p. 71-150. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201909/CEPRO19_f9991acf82.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Leôncio M. Greves, dessindicalização e poder sindical. In: **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002, p.119-158.

SAFFIOTI, Heleieth. Força de trabalho feminina. In: **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 129-142.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da História Oral? In: LAVERDI, Robson [et al.] **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2011, p. 83-96.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, v. 1.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, v. 3.

1.2 Artigos

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. **Revista Outubro**, n. 27, nov. 2016, p. 45-76.

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Revista Outubro**, n. 29, p.61-94, nov. 2017, p. 64.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, ago. 2010.

BUENO, P. H. C.; LIMA, A. J. (Re) estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 109, p. 96-118, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2015v16n109p96>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2015v16n109p96/pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

_____. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 59, 2016, p. 587-606.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, n. 38, p. 103-117, 2014.

GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: 16º Encontro Nacional da ABET, 2018, Salvador. **Anais do 16º Encontro Nacional da ABET**. Salvador: ABET, 2018, v.1. Disponível em: [file:///C:/Users/Eliane/Downloads/Galv%C3%A3o_Krein_Abet%202019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Eliane/Downloads/Galv%C3%A3o_Krein_Abet%202019%20(2).pdf). Acesso em 20 mar. 2023.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M.. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/30691>. Acesso em 20 mar. 2023.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 201-227, dez. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões. **Marx e o Marxismo**, v.6, n. 11, jul/dez 2018, p. 355-378.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul 2014, p. 27-43.

PENNA, Mariana Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. **História Oral**, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. 2 v. n.3, p. 03-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. 5 v. n.10, p. 200-212.

POPINIGIS, Fabiane. Todas as liberdades são irmãs: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 647–666, 2016.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo. Classe, raça e história social do trabalho no Brasil (2001 -2016). **Estudos Históricos**, vol. 32, n. 66, 2019, p. 319-328.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abri. 1997.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. A cidade entre prédios e gentes: expansão urbana e personagens pitorescos em Teresina-PI, nas décadas de 1980 e 1990. In: 1º Simpósio Nacional de História da ANPUH: História, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. Rio de Janeiro: ANPUH BRASIL, 2021, v. 01, p. 01-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1616795944_ARQUIVO_ac13cfb24b3086b36ef4b267760c03e4.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

SILVA, Eliane Aparecida. A oposição sindical comerciária de Teresina e o dinâmico processo eleitoral na primeira metade da década de 1980. In: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. ANPUH, Brasília: UnB - ANPUH, 2017, v. 1, p. 1-17. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_ArtigoCompleto\(ElianeAparecidaSilva\)ANPUH2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_ArtigoCompleto(ElianeAparecidaSilva)ANPUH2017.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, Eliane Aparecida; HONORATO, Cezar Teixeira. Classe, gênero e trabalho precário: um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina (1980-1990). In: 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. ANPUH, Rio de Janeiro: UERJ e UVA - ANPUH, 2021, v.1, p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1613774635_ARQUIVO_ca663142e66f356901f26ca2c5ecd112.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, Luiza Tonon da. Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras. **Revista Outubro**, n. 31, p. 153-175, 2º semestre de 2018.

TORRES, Michelangelo Marques. Alcances e limites do sindicalismo: contribuições críticas de Friedrich Engels e Karl Marx. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 280-295, dez. 2020.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Sindicalismo comerciário**: retaguarda e conservadorismo político. *Cadernos AEL*, v. 7, n.12/13, 2000, p. 75 - 112.

_____. “*Antes que fechem as lojas... é necessário ocupá-las*”: sindicalismo e formas de resistência no setor do comércio no capitalismo contemporâneo. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: ANPOCS, 2015. v. 1. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt41/9836-antes-que-fecham-as-lojas-e-necessario-ocupa-las-sindicalismo-e-formas-de-resistencia-no-setor-do-comercio-no-capitalismo-contemporaneo/file>. Acesso em: 05 mar. 2023.

1.3 Dissertações e Teses

ALVES, Livia Maria. **Eleições, Partidos e Oligarquias**: permanência e reprodução da elite parlamentar (1998-2014). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

ASSUNÇÃO, Rosângela. **Sindicalismo e memória da vivência docente superior no Estado do Piauí**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2017.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do marxismo e mudança dos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2005.

DIAS, Orleando Leite de Carvalho. **Rede urbana piauiense e a espacialização dos shopping centers**. 2020. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Teresina, 2020.

GOMES, André Procópio. **A cidade e o shopping**: do mundo da via expressa aos processos de gentrificação em Blumenau-SC (1990-2000). 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

GONÇALVES, Luis H. N. **Comunicação sindical e condição de classe**: expressão da consciência e diálogo nas redes sociais do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANDES FREITAS, V. E. V. de. **Alianças partidárias nos Estados Brasileiros**: das coligações às coalizões de governo. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

SILVA, Eliane Aparecida. **“Resistir é preciso!”**: história e memória do Sindicato dos Comerciários de Teresina (1984-1999). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo**. 1994. 187 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

2 FONTES

2.1 Hemerográficas

2.1.1 Jornais

A LUTA contra a discriminação do comércio. **Balcão**, Teresina, n. 152, p. 1, 08 mar. 2001.

A VITÓRIA dos comerciários. **Balcão**, Teresina, n. 150, p. 1, 30 jan. 2001.

AS CONQUISTAS trabalhistas do Sindicato dos Comerciários. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXX, n. 317, p. B4, 20 e 21 out. 1996.

ABERTURA de comércio aos domingos em Teresina indigna os comerciários. **Balcão**, Teresina, n. 207, p. 1-2, 06 dez. 2007.

ABRASCE aplaude nova onda dos shoppings. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 154, n. 190, p. 7, 23 mai. 1981.

ABREU, Henrique César. Começa a época das demissões. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2922, p. 5, 05 jan. 2003.

_____. Rotatividade da mão-de-obra existem todos os anos. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2922, p. 5, 05 jan. 2003.

ADOLESCENTES participam de piquete na greve dos comerciários. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8040, p. B/8, 29 jul. 2014.

ALOSERJ salva *shopping centers*. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 68, p. 14, 28 dez. 1990.

ALVARES, Gisela. Para abrir a loja no dia do Comerciário. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 14, p. B11, 16 out. 2002.

ALVES, Katiúscia. Arrastões trazem prejuízo para o comércio. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.047, p. 9, 09 ago. 2011.

ANJOS, Edienari dos. Greve dos comerciários fecha as lojas. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.036, p. 9, 28 jul. 2011.

ARAÚJO, Flávia. Greve pode prejudicar Dia dos Pais. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8038, p. A/7, 27 jul. 2014.

ARMAZÉM Paraíba: exploração a toda hora em qualquer lugar. **Balcão**, Teresina, n. 163, p. 1, 05 fev. 2002.

ASSÉDIO sexual na Antares. **Balcão**, Teresina, n. 175, p. 2, 27 fev. 2003.

ASSEMBLEIA da categoria aprova greve. Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 231, p. 1, 28 jul. 2011.

ATO pede fim do trabalho aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 199, p. 2, 13 dez. 2005.

AUDIÊNCIA discute trabalho aos domingos. **O Dia**, Teresina, a. 56, n. 15.281, p. 3, 09 out. 2007.

BARRETO, Thiene. Abrir aos domingos volta ao debate. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 22, p. B7, 25 out. 2003.

BECK, Márcio. Manifestação da Força Sindical no Rio reúne 2 mil. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 145, p. A2, 25 mar. 2004.

BOMPREÇO na mira da Justiça. **Balcão**, Teresina, n. 165, p. 1, 23 fev. 2002.

BOTTINO, Daniela. Comerciantes do Rio reclamam de feriado nesta segunda-feira. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005.

CADA *shopping* decidirá como agir. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

CALDAS, Antônio Carlos. Pega corrupto! **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 165, n. 121, p. 41, 28 fev. 1992.

CÂMARA aprova projeto dos empacotadores. **Balcão**, Teresina, n. 180, p. 1, 30 jun. 2003.

CÂMARA municipal debate situação do comerciário. **Balcão**, Teresina, n. 185, p. 1, 13 dez. 2003.

CAMPANHA contra o trabalho no domingo está na rua. **Balcão**, Teresina, n. 209, p. 1, 26 fev. 2008.

CARNEIRO, Mariana. Lojas da Rua Teresa abrirão aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 16, p. B7, 18 out. 2003.

CARTA aberta à sociedade. **Balcão**, Teresina, n. 232, p.1, 01 ago. 2011.

CARTA aberta à sociedade 2. **Balcão**, Teresina, n. 233, p.1, 09 ago. 2011.

CARVALHO, Pollyana. Lojas do Centro são fechadas novamente. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8016, p. B/6, 05 jul. 2014.

_____. Greve faz sete dias sem avanço. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8020, p. B/1, 09 jul. 2014.

_____. Comerciantes retomam greve na segunda-feira. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8023, p. B/4, 12 jul. 2014.

_____. Comerciantes desistem da greve. **Meio Norte**, Teresina, a. XXI, n. 8742, p. 6, 01 de jul. 2016.

CASO Chaguinha: Sindicato ganha nova ação na justiça. **Balcão**, Teresina, n. 136, p. 1. 24 fev. 2000.

CATEGORIA comerciária reivindica piso salarial de R\$ 1000,00. **Balcão**, Teresina, n. 254, p. 1-3, 11 abr. 2014.

CAXIAS contra horas extras. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 208, p. 2, 12 jun. 1990.

CHICHOWSKI, Cecília. Comércio aos domingos beneficiará o Rio e o Estado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

CÍCERO Magalhães quer defender interesses dos comerciantes. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8037, p. A/4, 26 jul. 2014.

COMERCIAL Carvalho é primeiro lugar em exploração. **Balcão**, Teresina, n. 188, p. 2, 17 abr. 2004.

COMERCIAL Carvalho: trabalhadora é discriminada. **Balcão**, Teresina, n. 165, p. 1, 23 abr. 2002.

COMERCIÁRIO investe na conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 278, p. B9, 02 set. 2000.

COMERCIÁRIO quer mudar legislação aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 236, p. A2, 15 jul. 2003.

COMERCIÁRIOS. **O Dia**, Teresina, a. 54, n. 14.388, p. 2, 04 mar. 2005 (Coluna Roda Viva).

COMERCIÁRIOS ameaçam greve na sexta. **Meio Norte**, Teresina, a. XXI, n. 8741, p. 6, 29 de jun. de 2016.

COMERCIÁRIOS ainda são alvo de muita exploração. **Balcão**, Teresina, n. 155, p. 1, mai. 2002.

COMERCIÁRIOS e patrões fecham acordo coletivo. **Diário do Povo**, Teresina, a. XVIII, n. 6.682, p. 11, 26 jan. 2005.

COMERCIÁRIOS e patrões não chegam a um acordo salarial. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.464, p. 9, 10 nov. 1990.

COMERCÍARIOS fazem novo ato e fecham lojas no Centro. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.109, p. 1 e 5, 27 jul. 2014.

COMERCÍARIOS fazem manifestação dia 24/06 e já discutem greve. **Balcão**, Teresina, n. 267, p. 1, 20 jun. 2016.

COMERCÍARIOS fazem protesto contra demissões. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.753, p. 3, 07 ago. 2003.

COMERCÍARIOS não aderem à greve por medo de perderem o emprego. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.743, p. 8, 09 jul. 2014.

COMERCÍARIOS param e lojas fecham com medo de piquetes. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.462, p. 7, 08 nov. 1990.

COMERCÍARIOS podem iniciar greve em Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 230, p. 1, 22 jul. 2011.

COMERCÍARIOS realizam greve a partir de hoje. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.043, p. 5, 04 ago. 2011.

COMERCÍARIOS retomam greve em Teresina. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8037, p. B/6, 26 jul. 2014.

COMERCÍARIOS são explorados em Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 194, p. 2, 27 abr. 2003.

COMÉRCIO aos domingos ainda não foi decidido. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 164, n. 165, p. 15, 26 abr. 1991.

COMÉRCIO aos domingos depende da prefeitura. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 164, n. 169, p. 15, 02 mai. 1991.

COMÉRCIO aos domingos poderá demorar a sair. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 273, p. 20, 28 ago. 1990.

COMÉRCIO aos domingos sob avaliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 164, n. 79, p. 13, 11 jan. 1991.

COMÉRCIO na periferia vira polêmica. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6933, p. B/10, 18 jul. 2011.

CONVENÇÃO coletiva: correção sobre período natalino, domingos e feriados. **Balcão**, Teresina, n. 224, p. 3, 06 ago. 2010.

DATA-BASE muda para junho. **Balcão**, Teresina, n. 204, p. 1, 14 dez. 2006.

DECISÃO dos trabalhadores: greve por tempo indeterminado. **Balcão**, Teresina, p. 2, 06 mai. 2004.

DEMISSÕES em Teresina já chegam a 30% só este ano. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.788, p. 1 e 5, 26 jul. 2002.

DEMITIDOS procuram espaço no comércio informal. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2927, p. 5, 10 jan. 2003.

DESEMPREGO. **Meio Norte**, Teresina, a. VII, n. 2750, p. 2, 26 jul. 2002.

DESEMPREGO garante margem de lucro dos lojistas. **Balcão**, Teresina, n. 163, p. 2, 05 fev. 2002.

DESCANSO. **O Dia**, Teresina, a. 57, n. 15.425, p. 2, 02 mar. 2008.

DILMA, cidadã teresinense. **Balcão**, Teresina, n. 269, p. 1, 17 ago. 2016.

DIRETORA sindical é ameaçada de morte. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.550, p. 4, 16 mar. 2000.

DOMINGO é sagrado para todos: a luta contra o trabalho aos domingos continua. **Balcão**, Teresina, n. 208, p. 1, 16 jan. 2008.

DOMINGO: dia de ir às compras. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 287, p. A10, 13 set. 2004.

DOMINGO: nada decidido. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 158, n. 46, p. 14, 27 nov. 1984.

DRT: para que serve mesmo? **Balcão**, Teresina, n. 155, p.4, 30 mai. 2001.

E O pão de açúcar: como fica? **Balcão**, Teresina, n. 146, p. 2, 28 nov. 2000.

EM SÃO PAULO, comerciários trabalham. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005.

EMPREGADO de supermercado mantém greve por salário. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 205, p. 10, 08 jun. 1990.

ENTIDADES apóiam o sindicato. **Balcão**, Teresina, n. 150, p. 2, 30 jan. 2001.

ESTÁ comprovado: trabalho aos domingos gera exploração. **Balcão**, Teresina, n. 175, p. 1, 27 fev. 2003.

EXPEDIENTE especial: acordo impede plantão de 24h em supermercados. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.473, p. 9, 08 dez. 2001.

FALHA greve dos supermercados. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 158, n. 184, p. 11, 18 mai. 1985.

FARIAS, Ana Julieta. Comerciários fecham supermercados em Teresina. **O Dia**, Teresina, a. 53, n. 14.014, p. 1 e 3, 15 abr. 2004.

FELIZARDO, Nayara. Comerciantes fecham lojas por mais de 7 horas. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.760, p. 2, 26 jul. 2014.

_____. Comerciantes aceitam piso de R\$ 820 e encerram greve de 26 dias. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.764, p. 6, 30 jul. 2014.

FRENTE parlamentar em defesa dos comerciantes. **Balcão**, Teresina, n. 255, 27 jun. 2014.

FISCALIZAÇÃO sindical é ameaça aos comerciantes. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

FONTENELE, Sérgio. Virando a página da história. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.544, p. 1 e 2, 01 jan. 2003.

FREITAS, Meirelane. Justiça proíbe abertura de supermercado. **Meio Norte**, Teresina, a. V, n. 1990, p. 6, 05 jul. 2000.

FUNCIONÁRIAS denunciam constrangimento. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.541, p. 1 e 7, 20 abr. 2002.

GALVÃO, Fernanda. Feriados sem consenso. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 102, p. B5, 05 fev. 2000.

_____. Prêmios para as melhores vitrines, **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 188, p. B5, 19 mai. 2000.

GERENTE da Pintos pode ser denunciado à Delegacia da Mulher. **Balcão**, Teresina, n. 154, p. 1, 24 abr. 2001.

GILÁSIO, Francisco. Reforçada campanha do trabalho aos domingos. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXI, n. 7.799, p. 11, 04 mar. 2008.

GILBERTO Paixão discute mudança em código. **Meio Norte**, Teresina, a. XIII, n. 5713, p. B/6, 13 mar. 2008.

GREVE dos comerciantes derrota horário livre. **Balcão**, Teresina, n. 232, p. 1, 09 set. 2011.

GREVISTA apanha do patrão e é demitida. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.461, p. 1, 07 nov. 1990.

GREVE no comércio a partir de 3 de julho. **Balcão**, Teresina, n. 255, p. 1, 27 jun. 2014.

GREVE no comércio dia 1º de julho de 2016. **Balcão**, Teresina, n. 268, p. 1, 27 jun. 2016.

GRUPO persegue dirigente sindical. **Balcão**, Teresina, n. 199, p. 3, 13 dez. 2005.

IGLESIAS, Diégo; ROMERO, Maria. Comerciantes pretendem fechar as lojas em protesto. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.578, p. 1 e 9, 28 jul. 2011.

JUSTIÇA federal proíbe delegado autorizar abertura das lojas aos domingos. **Balcão**, n. 158, p.2, 31 ago. 2001.

JUSTIÇA proíbe abertura do Stoc aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 143, p. 1, 04 set. 2000.

JUSTIÇA proíbe, mas Pão de Açúcar teima em abrir aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 141, p. 1, 05 jul. 2000.

LAGES, Cinthia. Radical. **Meio Norte**, Teresina, a. V, n. 1991, p. 3, 06 jul. 2000.

LIMA, Francisco. Comercíários pedem diálogo com Sílvio. **Meio Norte**, Teresina, a. XIII, n. 5714, p. A/12, 14 mar. 2008.

LIMA, Francisco; MACEDO, Rhauan. Comércio de Teresina entra em greve hoje. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8014, p. B/2, 03 jul. 2014.

LIMA, Sonilda Providências para abrir no feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 208, p. B8, 12 jun. 2001.

LOJISTAS vão ter nova câmara de conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 102, p. B8, 23 fev. 2001.

LOPES, Isabela; PASSOS, Virgínia. 45% das empresas fecham acordo com o Sindicato dos Comercíários. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.763, p. 5, 29 jul. 2014.

MAGALHÃES é contra trabalho aos domingos no comércio. **Balcão**, Teresina, n. 210, p. 1, 20 set. 2007.

MAGALHÃES é o vereador mais votado do PT no Piauí. **Balcão**, Teresina, n. 192, p. 2, 28 jan. 2005.

MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Mais de 25 mil trabalhadores do comércio iniciam greve a partir de hoje. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.737, p. 31, 03 jul. 2014.

MARQUES, Beto; PORTELA, Cícero. Greve dos comercíários segue por tempo indeterminado em Teresina. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.738, p. 31, 04 jul. 2014.

MARQUES, Beto; PASSOS, Virgínia. Comercíários voltam às ruas e fecham grandes lojas do Centro da Capital. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.739, p. 4, 05 jul. 2014.

_____. Comercíários prometem retorno às ruas amanhã. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.744, p. 2, 10 jul. 2014.

_____. Comercíários rejeitam *ticket* de R\$ 4,50. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.747, p. 2, 23 jul. 2014.

_____. Comercíários pedem que população evite o Centro de Teresina. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.749, p. 4, 15 jul. 2014.

MATHEUS, Luan. Comerciantes em greve fazem protesto. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.086, p. 1 e 9, 04 jul. 2014.

_____. Comerciantes suspendem greve e avaliam propostas negociadas. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.098, p. 1 e 5, 16 jul. 2014.

META a bronca: Armazém Paraíba. **Balcão**, Teresina, 2001.

META a bronca: Armazém Paraíba. **Balcão**, Teresina, n. 157, p. 2, 01 ago. 2001.

META a bronca: PÃO de açúcar. **Balcão**, Teresina, n. 170, p. 2, 05 ago. 2002.

MOBILIZAÇÃO dos comerciantes contra o trabalho aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 210, p. 2, 10 mar. 2008.

MORAES, Luciana de. Lojas abertas, apesar do feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 12, p. B8, 16 out. 2001.

MOVIMENTOS sociais apoiaram a paralisação. **Balcão**, Teresina, n. 232, p. 3, 09 set. 2011.

MULHER tem muito mais problema no emprego. **O Dia**, Teresina, a. XXXVII, n. 8.699, p. 7, 27 abr. 1988.

MULHERES comerciais lutam por creches, salários e contra violência. **Balcão**, Teresina, n. 235, p. 1, 05 mar. 2012.

NOGUEIRA, Juliana. Vitrine é quebrada após protesto no Centro. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.044, p. 1 e 9, 05 ago. 2011.

_____. Decisão judicial não impediu lojas fechadas. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXIV, n. 9.045, p. 9, 06 ago. 2011.

NOVO, Fábio. PT chega ao poder após 20 anos de luta. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.544, p. 1 e 2, 01 jan. 2003.

NORONHA, Matheus. Acordo garante lojas abertas até 17h. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6959, B/6, 13 ago. 2011.

NORONHA, Matheus; RIBEIRO, Efrém. Greve no comércio é marcada por denúncias. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6943, p. B/6, 28 jul. 2011.

O COMÉRCIO aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 164, n. 20, p. 2, 24 de outubro de 1991.

O DOMINGO não veio de graça. **Balcão**, Teresina, n. 142, p. 1, 07 ago. 2000.

O DOMINGO no shopping. **Balcão**, Teresina, n. 146, p. 1, 28 nov. 2000.

O GOLPE é contra a classe trabalhadora. **Balcão**, Teresina, n. 266, p. 1-3, 01 mai. 2016.

OPORTUNISMO e ganância do empresariado na crise. **Balcão**, Teresina, n. 214, p. 1, 10 jan. 2010.

O QUE vai pelas associações. Petrópolis (RJ). **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 255, p. B9, 09 ago. 2006.

OS PATRÕES declaram que apresentaram propostas. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.460, p. 8, 06 nov. 1990.

PAIXÃO é o 1º secretário da CONTRACS. **Balcão**, Teresina, n. 196, p. 1, 17 ago. 2005.

PÃO-DE-AÇÚCAR. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.645, p. 2, 11 abr. 2003.

PÃO DE AÇÚCAR é acusado de não dar folga a funcionários. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.660, p. 3, 05 jul. 2000.

PÃO de açúcar é multado pela DRT. **Balcão**, Teresina, n. 154, p. 2, 24 abr. 2001.

PÃO de açúcar paga pelos seus erros. **Balcão**, Teresina, n. 192, p. 1, 28 jan. 2005.

PARAÍBA: a grande família exploradora. **Balcão**, Teresina, n.161, p. 3, 18 jan. 2002.

PARAÍBA obriga vendedor trabalhar até no domingo. **Balcão**, Teresina, n. 155, p. 4, 30 mai. 2001.

PARNAÍBA terá comércio aberto nos feriados. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.845, p. 12, 13 jan. 2001.

PERSEGUIÇÃO ao Sindicato dos Comerciários: deputado federal tenta censurar o Balcão. **Balcão**, Teresina, n. 271, p. 3, 22 nov. 2016.

PESQUISA detecta exploração no comércio. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.797, p. 9, 10 set. 2003.

PESQUISA IPOP confirma denúncia dos trabalhadores. **Balcão**, Teresina, n. 199, p. 3, 13 dez. 2005.

PORTELA, Cícero. Mesmo com proposta, comerciários indicam greve. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.580, p. 1 e 2, 30 jul. 2011.

_____. Sindicato recusa proposta de lojistas. **O Dia**, Teresina, a. 63, n. 17.742, p. 5, 08 jul. 2014.

_____. Lojistas e comerciários fecham acordo e greve não acontecerá. **O Dia**, Teresina, a. 65, n. 18.462, p. 7, 01 jul. 2016.

POPULAÇÃO quer lojas abertas 24 horas. **O Dia**, Teresina, a. 52, n. 13.931, p. 3, 22 jan. 2004.

PREFEITO defende empresários e veta projeto dos empacotadores. **Balcão**, Teresina, n. 181, p. 1, 31 jul. 2003.

PRIMEIRO EMPREGO OU DESEMPREGO? **Balcão**, Teresina, n. 171, p. 1, 26 ago. 2002.

PROJETO prevê empacotadores em todos os caixas de supermercados. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3031, p. 4, 24 abr. 2003.

PROTESTO em São Paulo contra o trabalho aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 51, p. A4, 28 nov. 2003.

PT deve pedir a desfiliação de militante com cargo no governo. **Diário do Povo**, Teresina, a. VII, n. 2.176, p. 9, 12 e 13 fev. 1995.

QUEM é contra comerciário não merece nosso voto. **Balcão**, Teresina, n. 209, p. 3, 26 fev. 2008.

QUEM somos nós. **Balcão**, Teresina, n. 115, p. 2, 04 mar. 1999.

QUER saber? Nem li o projeto, é balela. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVIII, n. 126, p. 9A, 07 mar. 2005.

REDUZIR a jornada é gerar empregos. **Balcão**, Teresina, n. 194, p. 2, 27 abr. 2005.

RENOVADA convenção de trabalho. **Balcão**, Teresina, p. 3, 17 ago. 2016.

RIBEIRO, Efrém. Piauí registra maior volume de vendas. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.2968, p. 1 e 6, 20 fev. 2003.

_____. Comerciários entram em conflito com a PM. **Meio Norte**, Teresina, a. IX, n. 3423, p. B/8, 20 mai. 2004.

_____. Encenada exploração de comerciários **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3018, p. 1, 11 abr. 2003.

_____. Comerciários promovem arrastão. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6951, p. B/8, 05 ago. 2011.

_____. Manifestação fecha lojas do Centro. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n. 8015, p. B/1, 04 jul. 2014.

_____. Comerciários em greve fecham lojas no Centro. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8026, p. B/3, 15 jul. 2014.

_____. Após acordo, greve chega ao fim. **Meio Norte**, Teresina, a. XIX, n.8041, p. B/1, 30 jul. 2014.

ROMA, Otton Mata. A necessidade de medidas ousadas em busca de mais renda e emprego. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 21, p. A18, 24 out. 2002.

SANTOS, Raimundo Nonato dos. Sindicato hoje é privativo de diretores. **O Dia**, Teresina, a. XLVIII, n. 12.501, p. 18, 27 jan. 2000.

SATURNINO defende vendas no domingo. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 159, n. 232, p. 10, 25 abr. 1987.

SEM ACORDO, greve no comércio começa hoje. **Meio Norte**, Teresina, a. XVI, n. 6950, p. B/6, 04 ago. 2011.

*SHOPPING*S do Rio têm dia de euforia. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 68, p. 12, 27 dez. 1990

SINDICALISTA teme o fim de conquistas da classe. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 278, p. 12, 03 set. 1990.

SINDICATO amplia base. **Balcão**, Teresina, n. 154, p. 2, 24 abr. 2001.

SINDICATOS decidem abertura do comércio. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXIV, n. 115, p. B14, 02 mar. 2010.

SINDICATO dos Comerciantes diz que empresa contratou. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.860, p. 11, 28 jan. 2001.

SINDICATO denuncia na PRT revistas em bolsas na By Express. **Balcão**, Teresina, n. 225, p. 1-3, 22 set. 2010.

SINDICATO fará protesto na DRT. Teresina, **Balcão**, n. 157, p.1, 01 ago. 2001.

SINDICATO fecha convenção com supermercadistas. **Balcão**, Teresina, n. 192, p. 1, 28 jan. 2005.

SINDICATO lança o Centro de Apoio à Mulher Comerciante. **Balcão**, Teresina, n. 109, p. 2, 26 fev. 2008.

SINDICATO lança manifesto. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 7, p. B8, 09 out. 2001.

SINDICATO luta há dois anos. **Balcão**, Teresina, n. 133, p. 1, 04 jan. 2000.

SINDICATO mantém movimento. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 158, n. 181, p. 9, 15 mai. 1985.

SINDICATO quer mais empacotadores. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3102, p. B\3, 04 jul. 2003.

SINDICATO realiza protestos contra supermercados. **Balcão**, Teresina, n. 178, p. 2, 29 abr. 2003.

SINDILOJAS-RIO: comércio nos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 168, n. 151, p. 7, 04 abr. 1995.

SINDILOJAS-RIO. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXI, n. 148, p. A15, 13, 14 e 15 jun. 2008.

SINDILOJAS-RIO renova acordo para domingo. **Jornal do Comércio**, ano CLXXV, n. 129, p.B8, 09 de mar. 2002.

SINDILOJAS-RIO. *Shoppings* abertos 32 horas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 69, p. A16, 24 e 25 dez. 2005.

SOARES, Francisco. Greve não é vandalismo. **O Dia**, Teresina, a. 60, n. 16.595, p. 6, 14 ago. 2011.

SOLON, Daniel. Desemprego aumenta 13,6% no primeiro semestre de 2003. **Diário do Povo**, Teresina, a. XVI, n. 6.128, p. 10, 11 jul. 2003.

_____. Trabalhadores não têm o que festejar, diz CUT. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 6.059, p. 11, 01 mai. 2003.

SUPERMERCADOS: a máquina de explorar trabalhadores. **Balcão**, Teresina, n. 177, p. 1, 10 abr. 2003.

SUPERMERCADOS não cumprem dissídio. **Balcão**, Teresina, n. 180, p. 1, 31 jul. 2003.

SUPERMERCADOS vão funcionar aos domingos. **Diário do Povo**, Teresina, a. XIV, n. 5.473, p. 1-9, 08 dez. 2001.

TERESINA enfrentará semana de muita greve. **O Dia**, Teresina, a. XXXIX, n. 9.459, p. 9, 04/05 nov. 1990.

TÍCKET alimentação é um direito de todos. **Balcão**, Teresina, p. 1, 10 set. 2014.

TRABALHADOR de supermercado quer descansar. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 163, n. 193, p. 9, 25 mai. 1990.

TRABALHADORES ganham ação contra o Bom Preço. **Balcão**, Teresina, n. 261, p. 2, 04 jul. 2015.

TRABALHO aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 206, p. 2, 12 out. 2007.

TRABALHO escravo aos domingos. **Balcão**, Teresina, n. 186, p. 1, jan. 2004.

TRINDADE critica decisão judicial. **Balcão**, Teresina, n. 153, p. 2, 21 mar. 2001.

VEJA quem traiu os comerciários. **Balcão**, Teresina, n. 207, p. 2, 06 dez. 2007.

VEREADOR Gilberto Paixão: fiscalização, projetos e participação popular. **Balcão**, Teresina, n. 245, p. 3, 31 jan. 2013.

VEREADOR Paixão agradece votos e reafirma compromisso com Teresina. **Balcão**, Teresina, n. 243, p.1, 18 out. 2012.

VEREADOR Paixão apresenta 6 projetos em 2 meses. **Balcão**, Teresina, n. 247, p.2, 19 abr. 2013.

VEREADOR Paixão cobra do prefeito creche no centro. **Balcão**, Teresina, n. 248, p.1, 16 set. 2013.

VEREADOR quer tirar do prefeito decisão de abrir comércio aos domingos. **O Dia**, Teresina, a. 57, n. 15.426, p. 2, 03 mar. 2008.

VIANA, Mariana. Comerciantes entram em greve hoje por tempo indeterminado. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.085, p. 11, 03 jul. 2014.

_____. Grevistas fecham lojas no Centro de Teresina. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.087, p. 1 e 9, 05 jul. 2014.

_____. Greve dos comerciantes tumultua Centro. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.108, p. 1 e 9, 26 jul. 2014.

_____. Greve no comércio sem previsão para terminar. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.111, p. 1 e 9, 29 jul. 2014.

_____. Após três semanas, lojas do Centro reabrem parcialmente. **Diário do Povo**, Teresina, a. XXVII, n. 10.112, p. 1 e 10, 30 jul. 2014.

VILARINHO, Marco. História foi marcada por militância. **O Dia**, Teresina, a. XLIX, n. 12.515, p. 3, 10 fev. 2000.

VINHA, Paula. Feriado, mas nem tanto. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 13, p. B5, 17 out. 2000.

VITÓRIA da luta contra a arrogância. **Balcão**, Teresina, n. 193, p. 1, 04 mar. 2005.

VITÓRIA do sindicato. **Balcão**, Teresina, n. 179, p. 1, 27 mai. 2003.

VOCÊ conhece o supermercado que você compra? **Balcão**, Teresina, p. 2, 06 mai. 2004.

YOKOI, Yuki. Abrir domingo está mais barato. **Jornal do Comércio**, ano CLXXV, n. 238, p.B8, 18 de jul. 2002.

70% dos trabalhadores são explorados no trabalho. **Meio Norte**, Teresina, a. VIII, n.3170, p. A\10, 10 set. 2003.

2.1.2 Documentos oficiais

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.101**, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110101compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 3.610**, de 11 de janeiro de 2007. Dá nova redação ao Código Municipal de Posturas e dá outras providências.

BRASIL. **Medida Provisória nº 388**, de 5 de setembro de 2007. Altera e acresce dispositivos à Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000. (Funcionamento do comércio nos domingos e feriados). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/82379>. Acesso: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.603**, de 5 de dezembro de 2007. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11603.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.804**, de 18 de setembro de 2008. Dá nova redação ao parágrafo único, do art. 196, da Lei Complementar nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007 (Código Municipal de Posturas).

BRASIL. **Medida Provisória nº 881**, de 30 de abril de 2019. Institui a Declaração de Direitos da Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2019/medidaprovisoria-881-30-abril-2019-788037-publicacaooriginal-157831-pe.html>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Secretaria de Previdência. **Portaria nº 604**, de 18 de junho de 2019. Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o artigo 68, parágrafo único, da CLT. Diário Oficial da União, 19 jun. 2019, Seção 1, p. 28.

BRASIL. Lei nº 13874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CLVII, n. 183-B, p. 1 - 4, 20 set. 2019.

2.1.3 Depoimentos

FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

2.1.4 Sites consultados

Acervo digital da Câmara Municipal de Teresina: <http://200.23.153.37/acervodigital/home>

Armazém Paraíba: <https://www.armazemparaiba.com.br/>

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí: <https://sapl.al.pi.leg.br/>

Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br/>

Cidade Verde: <https://cidadeverde.com/>

Congresso Nacional: <http://congressonacional.leg.br>

Data MPE Sebrae Brasil (Teresina):

<https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/teresina?indicatorBySector=employeesOptionµMunOption=geo2211001§orsAvailableTrends=sector3&yearCompanySize=year2016&yearsDiversity=year2016&categoryOccupationEvolution=raceOption>

Dieese: <https://www.dieese.org.br/>

G1 Piauí: <https://g1.globo.com/pi/piaui/>

Laboratório de Estudos de História do Mundo do Trabalho (LEHMT) – Blog Labuta: <https://lehmt.org/category/labuta/>

Meio Norte: <https://www.meionorte.com/>

Partido dos Trabalhadores: <https://pt.org.br/>

Portal da Câmara dos Deputados: <http://camara.leg.br>

Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>

Sindicato dos Comerciários de Teresina: <https://www.sindcomteresina.com.br/>

Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro: <https://secrj.org.br/>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - CEPRO: <http://www.cepro.pi.gov.br/>

2.1.5 Outros documentos (*blogs, sites, podcasts*)

AGORA é lei: proibido comércio aos domingos em Teresina. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CÍCERO Magalhães reforça crítica e Marden Menezes defende Sílvio Mendes. Disponível em: <https://www.meionorte.com/politica/cicero-magalhaes-reforca-criticas-e-marden-menezes-defende-silvio-mendes-53024>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COMERCIÁRIOS fecham acordo: piso da categoria é de R\$ 580. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2021.

COMERCIÁRIOS ganham representação estadual. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2021.

COMÉRCIO aos domingos ainda gera polêmica em Teresina. Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/economia/comercio-aos-domingos-ainda-gera-polemica-em-teresina-63820>. Acesso em: 26 jun. 2021.

COMÉRCIO no centro de Teresina funcionará nos feriados: medida começa a valer no aniversário da capital. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/08/15/comercio-no-centro-de-teresina-funcionara-nos-feriados-medida-comeca-valer-no-aniversario-da-capital.ghtml>. Acesso: 10 mar. 2021.

CONTRACS/CUT denuncia: Trabalhadoras do ramo de comércio e serviços já enfrentam mais do que a tripla jornada. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FRANCISCA Trindade: um legado de militância política. Disponível em: <https://cidadeverde.com/mulheresadmiraveis/75578/francisca-trindade-um-legado-de-militancia-politica>. Acesso: 20 jun. 2021.

FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL (Piauí). In: Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Comerciários. Relatório de Atividades 2013-2014, Departamento de Relações Institucionais. Brasília, 2015, p. 51-52. Disponível em: https://www.cntc.org.br/wp-content/uploads/2015/08/WEB_RELAT_ATIVID_2015.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

FILHO do povo, agora de Teresina! Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LANÇAMENTO da campanha mobiliza teresinenses. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MAGALHÃES assume liderança do governo na Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. Entrevista. **Labuta #03: O que é história social do trabalho?** Disponível em: <https://lehmt.org/labuta-03-o-que-e-historia-social-do-trabalho-com-marcelo-badaro-de-mattos/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MEIKSINS, Peter. Trabalho produtivo e improdutivo e a teoria de classe de Karl Marx. In: **A terra é redonda**. Tradução: Carine Botelho Previatti, Sofia Guilhem Basílio e Pedro Ramos de Toledo. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/trabalho-produtivo-e-improdutivo-e-a-teoria-de-classe-de-karl-marx/?doing_wp_cron=1644232656.4030210971832275390625. Acesso em: 15 jun. 2022.

PIAUI, Governo do Estado do. **Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO**. Síntese Tabular da Evolução do Emprego Formal no Piauí 1985/2006. Relatório, abril de 2008.

PODCAST DROPS DE DIREITO DO TRABALHO BY ANDREA PASOLD: Portaria 604 e o Trabalho aos domingos e feriados. [Locução de]: Andrea Pasold. [S.I]: jun. 2019. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6ZPSEjzfp19Y1FJWnVWUJn?si=9882902c927f433b>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PODCAST EDUCAÇÃO NA RESISTÊNCIA: Os sindicatos na era do Trabalho Precário. [Locução de]: Andréia Galvão e Mauro Puerro [S.I]: mai. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5ENrJDhorttAZowQpUGBch?si=451c4c24ca24483a&nd=1>. Acesso em 26 mar. 2023.

PREFEITO atenta contra a liberdade e autonomia sindical. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/prefeito-de-teresina-atenta-contraliberdade-e-autonomia-sindical-7f64/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PREFEITO sanciona comércio aos domingos nesta quinta. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/24215/prefeito-sanciona-comercio-aos-domingos-nesta-quinta>. Acesso: 26 jun. 2021.

REDUÇÃO da jornada sem redução de salários: luta incessante por vida digna. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. Classe, consciência e precariado. In: **A terra é redonda**. [S.l.], 18 jul. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/classe-consciencia-e-precariado/?fbclid=IwAR2Hpw1LJyCDfZMOSVNLG1H6ly5-qGXe43kuMoxUCb8y-BM6cEXuV5fOx-k>. Acesso em 25 mar. 2023.

SINDICATO dos comerciários de Fortaleza comemora: trabalho aos domingos só com negociação coletiva. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2021.

VEREADOR Paixão apresenta projetos e reivindicações e prefeito promete agilizar soluções. Disponível em: <http://200.23.153.37/noticia/vereador-paixao-apresenta-projetos-e-reivindicacoes-e-prefeito-promete-agilizar-solucoes>. Acesso em: 25 mar. 2013.

VEREADORAS ignoram apelo dos comerciários e mantém os interesses empresariais. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2021.

TRABALHO aos domingos: Sindicato dos Comerciários condena a interferência do poder público nas relações de trabalho. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

Roteiro de entrevista com lideranças sindicais do Sindicato dos Comerciários de Teresina

(Ênfase na experiência sindical e política)

1. Quando e aonde começou a atuar no movimento sindical?
2. Quando esteve à frente da direção do Sindicato dos Comerciários de Teresina, quais as dificuldades para exercer esse posto?
3. Como ficou a relação entre o Sindicato dos Comerciários e a imprensa, no período em que esteve à frente da direção da entidade sindical comerciária? E como você avalia o papel da imprensa periódica e sindical?
4. Como você avalia a atuação da CUT nas sucessivas gestões do Sindicato dos Comerciários?
5. Como você classificaria a relação entre a direção do S.E.C.T. e a categoria comerciária?
6. Você poderia descrever as campanhas de sindicalização desenvolvidas ao longo da sua gestão? E quais as principais estratégias para mobilizar a categoria comerciária?
7. No período entre os anos de 2000 e 2010, o Sindicato dos Comerciários liderou vários protestos na imprensa sindical e local, na Câmara Municipal de Teresina e na Assembleia Legislativa do Piauí contra a extensão do trabalho aos domingos e feriados no comércio. Diante disso, quais as estratégias de conflito, de negociação dos Comerciários de Teresina e no plano político?
8. Como os sindicalistas comerciários, representantes de um setor tradicionalmente de trabalhadores precários, enfrentaram o avanço da precarização do trabalho no comércio a partir dos anos 2000?
9. Quanto aos acordos e convenções coletivas, quais as questões mais desrespeitadas durante a sua gestão?
10. Quais os trabalhos desenvolvidos durante a sua gestão para o lado social?

11. Como você caracteriza a sua gestão, no que diz respeito às greves empreendidas pelos Comerciários de Teresina?
12. Questão político-partidária e perfil de esquerda (PT).
13. O Sindicato dos Comerciários, compreendendo as sucessivas diretorias (2000 – 2016), conseguiu implementar a nova alternativa sindical no campo do Novo Sindicalismo? Neste contexto, qual o investimento desenvolvido pela entidade nas atividades de formação político-social?
14. Considerando as experiências sindicais e político-partidárias, como você caracteriza a sua gestão, no que se refere aos princípios da democracia, descentralização do poder e quanto à defesa dos interesses da classe?
15. Como você avalia a participação das mulheres (brancas e negras) nos cargos de direção do Sindicato dos Comerciários?

APÊNDICE B:

Perfil dos entrevistados na pesquisa

Cícero Magalhães Oliveira



Fonte: Portal OitoMeia

Cícero Magalhães Oliveira nasceu, em 20 de setembro de 1956, em São Benedito do Rio Preto (MA). No ano de 1976, veio para Teresina e começou a trabalhar como empregado do comércio nas lojas Pernambucanas e Esplanada. Depois disso, foi para o Sindicato dos Comerciários de Teresina e atuou como secretário geral nas gestões de 1991-1994 e 1994-1997. Em 2002, ao assumir o cargo de vereador como primeiro suplente na Câmara Municipal de Teresina, licenciou-se do Sindicato. Em 2004, foi o vereador do PT eleito com maior número de votos na capital. E, em 2006, foi eleito deputado estadual com 18.744 votos.⁵⁵⁹ Atualmente, Magalhães preside o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

⁵⁵⁹ OLIVEIRA, Cícero Magalhães. **Cícero Magalhães Oliveira**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.

Gilberto da Paixão Fonseca



Fonte: Portal OitoMeia

Gilberto da Paixão Fonseca nasceu em Floriano (PI) no dia 06 de junho de 1958. Iniciou sua militância no Sindicato dos Comerciários de Teresina na década de 1980, quando formou um grupo de oposição junto com outros integrantes da entidade. Ocupou cargos de direção nas gestões de 1994-1997 e 1997-1999, permanecendo no decorrer da década de 2000 e, no período atual, atua como secretário geral. Além disso, foi vice-presidente da CUT no Piauí e membro da Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços (CONTRAC'S). No ano de 2012, foi eleito vereador de Teresina pelo Partido dos Trabalhadores e, aos poucos, tornou-se uma das lideranças da Articulação de Esquerda.⁵⁶⁰

⁵⁶⁰ FONSECA, Gilberto da Paixão. **Gilberto da Paixão Fonseca**: depoimento. [abr. 2023]. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Silva. Teresina, 2023.